

eHUMANIT@S

Revista Eletrônica dos áreas Sociais e Humanas do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium - Araçatuba (São Paulo)

ISSN 2527-1466



2018 - nº 4

2º Semestre

Expediente

A revista eHumanitas tem por objetivo promover a publicação semestral de artigos originais em meio digital, tendo como finalidade contribuir cientificamente para as áreas Humanas e Sociais, dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Direito, Psicologia, Publicidade e Propaganda e Serviço Social do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba, abrangendo os trabalhos de pesquisas, iniciação científica, conclusão de curso e outros de natureza científica.

Corpo Editorial

Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium UniSALESIANO de Araçatuba

Conselho Diretivo

Pe. Luigi Favero

Presidente

Prof. André Luis Ornellas

Vice-presidente

Profa. Fabiane Cristina Spironelli

Coordenador da Revista

Conselho Editorial

Prof. Antônio Moreira

Profa. Claudia Lopes Ferreira

Prof. Fernando Savio Rodrigues dos Santos

Prof. Helton Laurindo Simoncelli

Prof. Jose Carlos Lorenzetti

Profa. Mirella Martins Justi

Conselho Consultivo

Profa. Cleide Henrique Avelino do Valle - Normas

Profa. Fabíola Aparecida Delben Costa - Normas

Prof. Jeferson da Silva Machado - Normas

Prof. João Geraldo Nunes Rubelo - Normas

Profa. Joicimar Cristina Cozza - Normas

Profa. Lilian Pacchioni P. de Souza – Língua Portuguesa

Profa. Patrícia Corassa – Língua Inglesa

Profa. Renata Jodas Tafner– Língua Portuguesa

Capa, Diagramação e Arte-Final

Prof. Maikon Luis Malaquias

MSMT UniSALESIANO Araçatuba

Rodovia Senador Teotônio Vilela, 3.821 - Jardim Alvorada - Araçatuba - SP - Brasil

(18) 3636-5252 - Fax (18) 3636-5274

E-mail: unisalesiano@unisalesiano.com.br

Site: www.unisalesiano.edu.br

Normas para publicação

A Revista eHumanitas aceita apenas artigos inéditos e exclusivos, que não tenham sido publicados e nem que venham a ser publicados em outro veículo.

A ordem em que aparecem os nomes dos autores poderá ser alfabética quando não houver prioridade de autoria, identificando autores, orientadores, professores de metodologia ou conclusão de curso. Havendo prioridade de autoria do artigo, a ordem de colocação dos nomes corresponderá ao primeiro nome sendo o autor principal, e os demais na ordem hierárquica de importância.

No caso de haver fotos de pessoas, os autores deverão providenciar documento de autorização, bem como respeitar a regra de desfocar a imagem – impossibilitando a identificação – do rosto quando se tratar de menores de 18 anos. (art. 5º, inciso X, da constituição federal de 1988).

Em caso de aceite do artigo para publicação, os autores deverão assinar o Termo de Aceite de Publicação, disponível no site da revista. Se o trabalho envolver pesquisa com seres humanos ou outros animais, deverá ser mencionado o número do processo de autorização pelo Comitê de Ética em Pesquisa, humano (CEAA) e animal (CEUA (Comitê de Ética na Utilização de Animais)).

Os artigos deverão conter necessariamente entre 8 e 15 páginas contando com as referências. Para as normas de formatações gerais dos artigos, a revista eHumanitas terá como padrão as normas fundamentadas na ABNT

Contato

Postagem e endereço eletrônico

Os artigos originais devem ser encaminhados para o endereço eletrônico ehumanitas@unisalesiano.com.br

Sumário

Administração.....	04
A importância do Manual de Integração para a Gestão de Recursos Humanos na indústria <i>Camila Moreira Timoteo, Isabela Chaves Sanches, Silvio Mandarano Scarsiotta e Cleide Henrique Avelino.....</i>	05
A influência do Banco de Horas em relação às atividades laborais <i>Nayara Gobetti Pereira, Thais Paris de França, Celso Roberto Dias e Cleide Henrique Avelino.....</i>	20
A relevância da Administração de Cargos e Salários para as organizações <i>Gessé Robson do Bonfim, Celso Roberto Dias e Cleide Henrique Avelino.....</i>	32
Marketing digital como ferramenta de alavancagem comercial e desempenho de prospecção aumentando os limites da venda direta <i>Luis Eduardo Zaide dos Santos, Silvio Mandarano Scarsiotta e Cleide Henrique Avelino.....</i>	44
O Planejamento Financeiro como ferramenta de controle para o Administrador <i>Carlos Henrique Vieira, Priscila Himuro Primo, Fabiane Cristina Spironelli e Cleide Henrique Avelino.....</i>	56
Ciências Contábeis.....	70
A importância do Planejamento Tributário para o comparativo das modalidades de tributação na apuração de imposto e contribuições <i>Aline Bernardes Pereira, Meire de Oliveira Lemos, Celso Roberto Dias, Cleide Henrique Avelino do Valle e Fabiane Cristina Spironelli5.....</i>	71
A Importância da Contabilidade de Custo em uma empresa Prestadora de Serviços <i>Beatriz Felipe Pereira, Sérgio Vieira da Costa, José Carlos Lorenzetti, Cleide Henrique Avelino e Fabiane Cristina Spironelli.....</i>	86
A importância da Gestão Financeira na questão familiar <i>Cássia Fernanda Rezende, Isabela Cristina Pacheco, Wanderley Lacintra Junior, Antônio Moreira, Cleide Henrique Avelino do Valle e Fabiane Cristina Spironelli.....</i>	101
Contabilidade aplicada à prestação de contas das campanhas eleitorais <i>Gabriela Santos Araújo, Juliani da Silva Samuel, João Marcos Scaramelli, Cleide Henrique Avelino e Fabiane Cristina Spironelli.....</i>	114

A influência dos impostos nos custos de produtos comercializados por uma empresa do Regime Simples Nacional no seu resultado <i>Lucas Roberto Fiumari, Newadson Guilherme de Souza, José Carlos Lorenzetti, Cleide Henrique Avelino e Fabiane Cristina Spironelli</i>	129
Direito	143
Eutanásia: uma afronta à vida ou um direito do paciente ? <i>Giovana da Silva Santana, João Georgeton Barbosa da Silva e Fabíola Aparecida Delben Costa</i>	144
As margens de atuação da Igreja no mundo político frente ao princípio da laicidade estatal <i>Lucas Bombarda Andraus, Magaly Bruno Lopes e Fabíola Aparecida Delben Costa</i>	156
A separação dos casais homoafetivos e seus reflexos na guarda dos filhos <i>Alexandre Lima Rodrigues, Cibele Rodrigues e Fabíola Aparecida Delben Costa</i>	168
A tributação como instrumento de intervenção do Estado no sistema econômico: uma análise na perspectiva do Direito Econômico <i>Luan Felipe do Nascimento Vieira, Cláudio Aparecido Bonfim Trevizan e Fabíola Aparecida Delben Costa</i>	183
Desaposentação frente à decisão do Supremo Tribunal Federal <i>Deborah da Silva Moreira, Fernando Rosa Júnior e Fabíola Aparecida Delben Costa</i>	193
Psicologia	208
Automutilação na adolescência: uma revisão sistemática da literatura <i>Amanda Clea Ferreira Soares, Julia Silvana de Souza Santos, Jéferson da Silva Machado e Mirella Martins Justi</i>	209
Desenvolvimento da Identidade, Autonomia e Cooperação na Educação Infantil <i>Renata Jodas Tafner, Joicimar Cristina Cozza e Ani Caroline Romero</i>	222
História e tratamento: compreendendo o transtorno de personalidade borderline <i>Ana Lúcia Libraiz, Fernanda Ferreira, Rafaela Cristina da Silva Cunha e Marcela Umeno Koeke Bearare</i>	237
O impacto do aumento da longevidade na perspectiva do jovem sobre o envelhecimento <i>João Pedro Donaton, Rodney de Souza Moreira e Joicimar Cristina Cozza</i>	250

O surgimento do stress ocupacional e as principais causas e consequências no ambiente de trabalho

Yuka Kitade e Mirella Martins Justi.....265

Orientação Profissional e Ensino Médio: Vivenciando Práticas

Aline Pereira Martins, Ana Paula Anhani, Ana Paula da Silva, Carla Renata Pereira Baieta, Fernanda Ferreira, Fernando Pedro Gusella, Heloisa Gouvêa Lazari, Rafaela Cristina da Silva Cunha, Stefani Siqueira de Araújo e Ana Paula de Castro Freitas.....280

Refletindo sobre a contribuição do uso das metodologias ativas no processo ensino-aprendizagem

Gislene Marcelino, Ani Caroline Romero Corone, Cláudia Cristina Cyrillo Pereira e Mirella Martins Justi.....292

Publicidade e Propaganda.....307

Interdisciplinaridade entre as áreas das Ciências Sociais e Ciências Exatas: alunos de publicidade e de engenharias juntos no Sale Racing

Jorge Caram Lancellotti Filho, Isadora Caroline Soares Nogueira, Wevertton Oliveira Curcio de Sá, Lilian Pacchioni P. de Sousa e João Geraldo Nunes Rubelo.....308

Serviço Social.....318

A intervenção do Assistente Social junto aos usuários do Benefício de Prestação Continuada

Bruna Alves Vieira, Crislaine Cristina Fantin Machado, Lívia Marinho de Moura e Cleide Henrique Avelino.....319

A práxis social contemporânea de Assistentes Sociais

Marcelo da Silva Oliveira, Nathália Regina Marçal Marques, Tamires D'Agosta Marilda de Oliveira Lemos e Cleide Henrique Avelino.....334

ADMINISTRACAO

A importância do Manual de Integração para a Gestão de Recursos Humanos na indústria

The importance of the integration manual of the human resources management of the industry

Camila Moreira Timoteo¹
Isabela Chaves Sanches²
Silvio Mandarano Scarsiotta³
Cleide Henrique Avelino⁴

RESUMO

Este artigo tem como propósito demonstrar a importância do manual de integração utilizada pelas empresas, que são implantados pelo departamento de Recursos Humanos, onde buscam sempre o desenvolvimento e crescimento das empresas. Para isso, demonstra-se que a administração de Recursos Humanos buscam sempre o desenvolvimento do colaborador em seu trabalho para que haja um alcance positivo dos seus resultados e eficiência na execução das atividades, sendo favorável ao seu crescimento como também da empresa. O manual de integração, o qual o colaborador recebe ao dar início em sua jornada de trabalho, é contido por informações básicas e necessárias, onde terá uma breve apresentação das políticas e regras a serem seguidas pela empresa que está ingressando.

Palavras-chaves: Colaborador, Empresa, Manual de Integração, Recursos Humanos.

ABSTRACT

This article has as purpose to demonstrate the importance of the manual of integration used by the companies, which are implemented through the Human Resources department, where they always seek the development and growth of companies. For this, it's demonstrated that the human resources management Always seek the development of the collaborator in their work so that there is a positive reach of their results and efficiency and execution of the activities, being favorable to their growth as well as the company. The integration manual, which the collaborator receive when starting their work day, is contained by basic and necessary information, where they will have a brief presentation of the policies and rules to be followed by the company that they will join.

Keywords: Collaborator, Company, Integration Manual, Human Resources.

Introdução

O foco do artigo presente foi abordar, por meio de pesquisas bibliográficas,

¹ Acadêmico do 8º termo do curso de Administração no Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium- Unisalesiano Campus Araçatuba.

² Acadêmico do 8º termo do curso de Administração no Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium- Unisalesiano Campus Araçatuba.

³ Administrador; Mestre em Administração Estratégica; Docente do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium- Unisalesiano Campus Araçatuba.

⁴ Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium- Unisalesiano Campus Araçatuba.

os principais aspectos e influências do departamento de Recursos Humanos nas empresas. Enfatizou-se a questão do Manual de Integração, como uma forma de auxílio e treinamento, por ser um instrumento operacional criado para facilitar a socialização dos novos integrantes do quadro funcional das empresas. Considera-se o primeiro contato de relacionamento empresarial dos colaboradores, ambientando-os com os procedimentos organizacionais, direitos e obrigações profissionais exigidas pelo contratante.

A identificação da influência dos processos de treinamento da integração dentro da empresa, através da operação realizada e comandada pelo departamento da Gestão de Recursos Humanos, foi um dos objetivos alcançados. O enfoque no formato específico foi destacado através das pesquisas para apontar as vantagens que o Manual de Integração traz para empresas que optam por sua utilização. Como meio para se buscar mais informações relevantes para este trabalho, realizou-se um Estudo de Caso de uma empresa do segmento calçadista do município de Birigui, a fim de observar como funciona a operacionalidade interna do Manual de Integração.

Portanto, através da pesquisa bibliográfica e do Estudo de Caso o pressuposto teórico identificou as empresas, as quais atualmente optam pela utilização e aplicabilidade do Manual de Integração, que busca estabelecer um bom convívio e desempenho na relação do colaborador com as regras estipuladas pela empresa. É importante o recebimento, por parte do novo colaborador, do Manual de Integração e, com isso, a oportunidade de entendimento do funcionamento da empresa que está ingressando, além da identificação de quais são seus direitos e obrigações em seu novo ambiente profissional.

Conceito de recursos humanos nas organizações

A gestão de recursos humanos, conforme afirma Chiavenato (2009), se inicia com a participação, envolvimento e desenvolvimento dos funcionários dentro da organização, com o objetivo de potencializar o capital humano e valorizar o importante papel de um profissional, buscando o desenvolvimento e o crescimento do profissional como também da organização.

A Gestão de Pessoas é uma área muito sensível à mentalidade que predomina nas organizações. Ela é contingencial e situacional, pois depende de vários aspectos como a cultura que existe em cada organização, a estrutura organizacional adotada, as características do contexto ambiental [...] (CHIAVENATO, 2009, p. 8).

Chiavenato (1999) define Gestão de Pessoas como o conjunto de políticas e práticas necessárias para conduzir os aspectos da posição gerencial relacionados com as pessoas, incluindo recrutamento, seleção, treinamento, recompensas e avaliação de desempenho. Os processos de gestão são fundamentais, pois é a partir deles que se encontram grandes diferenças nos resultados da empresa, se o relacionamento entre as pessoas forem agradáveis fará com que os colaboradores sintam-se mais úteis e importantes, dando-lhes mais autoestima, responsabilidade, produtividade e reconhecimento.

Conforme Chiavenato (2009), os objetivos da Gestão de Pessoas é ajudar a organização a alcançar seus objetivos e realizar suas missões, proporcionar competitividade à organização, sabendo empregar as habilidades e capacidades do trabalho, possuir na organização colaboradores bem treinados e motivados, aumentar a satisfação no trabalho, desenvolver e manter qualidade de vida no trabalho e saber administrar as mudanças com novas estratégias e procedimentos.

A área de Recursos humanos vem se tornando cada vez mais fundamental em uma empresa, pois em todas as áreas da organização são necessárias uma interligação e harmonia, para que haja um alcance positivo dos resultados e execução das atividades com eficiência. Gil (2007, p. 15) afirma que [...] *o fim da Administração de Recursos Humanos, só poderá ocorrer após o fim de todas as outras áreas da Administração, pois todos os demais recursos das organizações são administrados por seus recursos humanos.*

História da evolução dos Recursos Humanos

A atual Gestão de Pessoas teve seu início no final do século XIX, com o movimento da administração científica e que foi marcada por Frederick W. Taylor (1856-1915) e Henri Fayol (1841-1925). Esse movimento teve como objetivo proporcionar fundamentação científica para a padronização das atividades administrativas, para que a improvisação fosse substituída, fazendo com que a falta de processos organizacionais fosse eliminado. (GIL, 2007)

O período da evolução de recursos humanos foi entre 1900 a 1950 tornando-se mais conhecido como a Escola de Administração Científica ou Escola Clássica, quando o homem era caracterizado como ser racional, capaz de tomar decisões e

conhecer todas as variáveis que o afetam. Os principais nomes que marcaram a escola foram Frederick Taylor, Henri Fayol, Frank e Lilian Gilbreth, Henry Gantt.

Segundo Marras (2011, p. 5), [...] *tudo começou com a necessidade de contabilizar os registros dos trabalhadores, com ênfase, obviamente, nas horas trabalhadas, nas faltas e nos atrasos para efeito de pagamentos ou desconto.* O profissional de Administração de Recursos Humanos era chamado de chefe de pessoa e possuíam características como frieza, inflexibilidade e ser um seguidor das leis.

A Era da Industrialização Neoclássica foi motivada pelo crescimento significativo das indústrias e, em resposta à precariedade dos modelos anteriores, que já não atendiam à demanda da nova realidade, surgem os Departamentos de Recursos Humanos com funções mais especializadas, como recrutamento, seleção, treinamento, avaliação e fortemente influenciados pelas teorias psicológicas, como as dinâmicas de grupo de Kurt Lewin, a pirâmide das necessidades de Maslow, os estilos de liderança de Lippitt e White, entre outras.

A melhoria da tecnologia e o aumento da competitividade do final desse período teve forte impacto na forma de administrar as pessoas. Foi um tempo marcado pelos primeiros programas de Planejamento Estratégico e pelos programas de qualidade, que serão também adotados na esfera pública. Para Marras (2011), entre os anos de 1950 e 1965, surgiu o administrador de pessoal. As organizações começaram a focar no recrutamento de pessoas com currículos escolares amplos, procedendo em admissões de profissionais com visão humanista.

A importância da gestão de recursos humanos dentro de uma empresa

Para Marques (2014), o papel da gestão de recursos humanos vai além de selecionar, entrevistar, contratar ou demitir colaboradores; os recursos humanos abrangem todas as políticas e práticas dentro de uma organização, buscando sempre a melhor estratégia para o desenvolvimento de cada um de seus colaboradores e também da empresa.

Atualmente, as organizações buscam profissionais que valorizam seus colaboradores, impondo medidas estratégicas para que o seu desempenho seja útil para si e para a empresa. Chiavenato (1999, p. 29) conclui que [...] *os departamentos*

de recursos humanos visualizavam as pessoas como recursos vivos e inteligentes e não mais como fatores inertes de produção.

Para Telmo (2015), a gestão de recursos humanos é a responsável pelo desenvolvimento humano na empresa, pois abrange o ambiente interno da organização, sendo ligada aos seus colaboradores, de acordo com cada departamento ocupado. A área de recursos humanos é um setor que auxilia e desenvolve diretrizes capazes de solucionar problemas específicos dentro da empresa. O setor de recursos humanos deve estar atento ao comportamento dos colaboradores pois qualquer desmotivação pode atrapalhar no seu desempenho e a vida particular.

A ligação do manual com a gestão de recursos humanos

Segundo Oliveira (2009), o antigo regulamento interno foi substituído pelo manual do colaborador. Este documento integra o contrato de trabalho, sendo assim, as normas contidas nele regem a gestão de pessoas da empresa. O colaborador recebe o manual ao ingressar na empresa, e a gestão de recursos humanos fica como responsável pela explicação e orientação do manual.

A empresa, por menor que seja, tem a sua história e a sua cultura, que deve ser valorizada e reconhecida pelos seus colaboradores, no intuito de fortalecê-la direcionando para o alcance dos objetivos estabelecidos pela mesma. Integrar um novo funcionário dentro da empresa é inteirá-lo sobre a cultura, valores, ao ambiente, evidenciando informações importantes para este novo colaborador, bem como o próprio treinamento na função para o qual foi contratado.

A integração é necessária porque é um processo que busca o comprometimento do novo colaborador, visando demonstrar a importância da função que ele executará e de que forma isso contribuirá no alcance de metas. Este processo valoriza a empresa, pois cabe aqui também referenciar as conquistas e acontecimentos que se somam a história e a formação da cultura, e ainda valoriza o recém-contratado, pois agora ele faz parte desta equipe, conseqüentemente fortalece a empresa no mercado em que ela está inserida, buscando sempre atingir a meta de toda empresa que é o sucesso.

O profissional de Recursos Humanos, juntamente com os empregadores, adotou uma nova abordagem junto a seus subordinados, chamada Gestão de

Pessoas, com o intuito de direcioná-los para o alcance dos objetivos, buscando a sua participação, cooperação e comprometimento junto à empresa. Ações como recrutamento e seleção ganharam maior relevância, visando não somente o preenchimento de um posto de trabalho. Atitudes como a pro atividade, flexibilidade e maturidade emocional passavam a ser requisitos avaliados durante este processo, pois influenciam no relacionamento interpessoal dentro da empresa.

Manual de Integração

Após a contratação dos novos colaboradores de uma empresa, ao ingressarem na organização, são desenvolvidos treinamentos de integração para a sua eficácia, como mecanismo de aprendizagem e socialização, buscando uma melhor relação entre o colaborador e a empresa. Conforme Lapenda (2012), a organização é um sistema integrado e contínuo, onde todos os integrados tomam decisões constantemente e auxiliam na organização e direção da empresa, buscando sempre tomar as melhores decisões para o bem estar e crescimento da empresa.

Oliveira (2009) afirma que é de extrema importância o manual do colaborador em uma empresa, sendo que suas principais finalidades são de fornecer aos novos colaboradores um entendimento rápido sobre a mesma, propiciar uma boa interação entre ambos, facilitar os treinamentos dos novos colaboradores que irão ingressar na empresa e explicar os seus deveres e direitos perante a organização.

Marques (2014) diz que o conjunto formado pela visão, missão e valores tem como objetivo orientar o desenvolvimento de estratégias e a definição de diretrizes da empresa. O Manual de Integração possui como apresentação uma breve história da empresa, na qual o colaborador irá ingressar, sendo orientado para as suas determinadas missões de seus propósitos e responsabilidades, de suas visões almejadas futuramente pela empresa e de seus valores e princípios, que servem para guiar atitudes e decisões de todas as pessoas que estão na empresa.

O Departamento Pessoal e o Departamento de Recursos Humanos tomam conta do Manual de Integração; as informações nele contidas serão essenciais para o uso diário do colaborador, pois são descritos horários, marcação do cartão ponto, atrasos e faltas, férias, salários e adiantamentos, PLR, uniformes, entre outras regras existentes na empresa a serem cumpridas. Para Chiavenato (2009), essas regras são

fundamentais como programas de incentivos e benefícios, sendo um processo estratégico do recurso humano da empresa, pelo fato de propiciar uma grande ligação com a valorização do colaborador.

De acordo com Chiavenato (1999), a remuneração geralmente é feita de muitas outras formas. Além do pagamento em salário, considerável parte da remuneração total, é constituída de benefícios sociais e de serviços sociais. Os benefícios, geralmente fornecidos aos colaboradores de uma empresa, são: vale transporte, vale refeição; cesta básica; assistência médica e odontológica; convênios com terceiros; dentre outros benefícios acrescentados ao salário dos colaboradores e que também lhes poupa esforços e preocupações.

Rainato (2007) descreve o setor de segurança e saúde como sendo multidisciplinar e busca constantemente prevenir os riscos. Esta é a forma mais eficiente de promover e preservar a saúde e a integridade física dos colaboradores. A segurança e saúde fornecida e descrita no Manual de Integração aos colaboradores é uma forma de prevenir os riscos, sobretudo porque é fundamental o treinamento aos colaboradores para a utilização da forma correta do uso dos equipamentos de proteção, sejam eles individuais ou coletivos e utilização dos Equipamentos de Proteção Individual-EPI'S, específicos para cada setor desenvolvido na empresa, para reduzir e prevenir os acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.

De acordo com Pereira (2010), o Manual de Integração é a oportunidade que a empresa tem de se expor ao seu novo colaborador, mostrando a ele quais os seus princípios e regras. A empresa que busca uma melhora na qualidade de vida dos colaboradores deve estar disposta a ouvir as súplicas de todos os membros de sua equipe, fortalecendo, assim, a relação de trabalho confiável e saudável. O Manual de Integração é distribuído a cada colaborador, que fica responsável por preservá-lo e mantê-lo existente em todo momento na empresa, sendo que cada colaborador, ao receber seu manual, assina o termo de recebimento, estando ciente da sua existência e sua importância.

Finalidade do Manual de Integração

O Manual de Integração, segundo Oliveira (2009), é um item indispensável no treinamento de integração, sendo um elemento que facilita o processo de acolhimento e integração dos novos colaboradores da organização.

Independentemente do tamanho da organização, o manual é um documento o qual deve ser elaborado de uma forma que mais atraia os olhos dos colaboradores que irão ingressar em seu novo trabalho.

Rodrigues (2015) diz que quando um novo colaborador inicia na empresa, é normal que ele fique um pouco retraído. A falta de conhecimento do ambiente, da cultura da empresa e das pessoas que estão ao seu redor, faz com que o colaborador não se sinta à vontade. É importante a integração do novo colaborador para que ele saiba as normas da empresa, assim como a sua filosofia e os padrões a serem respeitados e seguidos.

Explicitar os direitos e deveres do colaborador perante a empresa é de extrema importância, porque fará com que ele se sinta familiarizado com a empresa, sabendo das suas obrigações a serem realizadas e quais serão seus retornos por meio delas. Um colaborador bem instruído e treinado dentro da organização facilitará os seus posteriores serviços executados e potencializará a sua produtividade.

Oportunidade de uso do manual

Afirma Zanluca (2011), que um novo colaborador necessita de tempo para se adaptar às novas regras e normas da empresa, a sua cultura empresarial e às políticas de recursos humanos. Também existe a necessidade de adaptação ao novo chefe, aos novos colegas de trabalho, bem como assimilação do ambiente e clima organizacional. Para isso, o Manual de Integração tem a função de proporcionar mais segurança e confiança para o trabalhador.

O processo de integração consiste em aplicação de informações e treinamento intensivo ao novo colaborador, visando ajustá-lo ao ambiente e às tarefas que lhe serão exigidas no cargo, trazendo, assim, uma boa impressão sobre a organização que a empresa possui, e gerando a oportunidade de interação e acolhimento ao novo membro da equipe, através das informações contidas no manual.

Com o uso do manual o colaborador terá uma apresentação das políticas de recursos humanos como missão, visão e valores da empresa da qual está ingressando, contendo também as suas normas de segurança, o conhecimento

amplo sobre produtos ou serviços da organização, bem como a sua história e atuação no mercado.

Responsável pelo Manual de Integração

Conforme Weiss (2006), independentemente se a empresa é pequena, média ou grande, é sempre necessário um responsável para a distribuição do Manual de Integração aos colaboradores. Em empresas pequenas, o gestor de cada departamento pode assumir o compromisso da distribuição do manual. Nas empresas médias, um colaborador na área de recursos humanos deve ser o responsável, juntamente com os gestores na aplicação do treinamento e distribuição do manual. Porém, empresas grandes possuem um departamento específico, o qual se responsabilizará no treinamento e orientações necessárias do Manual de Integração.

Para Oliveira (2009, p. 371), *[...] quando o novo colaborador entra na empresa e recebe um exemplar do manual, juntamente com uma explicação, vai se sentir mais motivado e socializado.* O colaborador, ao ingressar como o novo membro da empresa, receberá do departamento de Recursos Humanos um exemplar do Manual de Integração com todos os pontos importantes, o qual deve possuir conhecimento. Fica por sua responsabilidade a leitura e aplicação das regras, conforme o manual indica, sendo fundamental a existência e a disponibilidade de consulta no manual durante toda a sua trajetória dentro da empresa.

Importância de o colaborador receber o manual

Segundo França (2010), o Manual de Integração possui uma significativa importância para conhecer melhor o ambiente de trabalho, compreender o que pode ser realizado e também o que não pode, pois cada empresa tem regras distintas. Com o manual na mão o colaborador sabe como proceder em relação à utilização do cargo da empresa, quais os benefícios que seu cargo engloba, quando pode pedir um adiantamento salarial, e até regras de metodologias implantadas.

Todos os colaboradores necessitam conhecer as normas da empresa, seus direitos e deveres, de forma clara e objetiva, a sua descrição sobre os cargos e suas responsabilidades, as medidas de segurança, os benefícios e penalidades que o colaborador pode receber durante o contrato de trabalho, e todas as demais

informações necessárias para estar em sintonia com a empresa, como a sua Missão, Visão, Valores, atividades e objetivos.

Alguns colaboradores não sabem quais são seus deveres e responsabilidade dentro da empresa, outros fingem não saber, por isso a importância de registrar tudo em um documento e instruir o colaborador a ler e compreender, esclarecer a necessidade de seguir as normas internas e como isso pode refletir no bom desempenho das suas atividades, no clima organizacional, além de evitar problemas trabalhistas. Ler e conhecer e saber onde a empresa quer chegar é de fundamental importância para o crescimento, tanto da empresa quanto do colaborador.

Vantagens que as empresas possuem por utilizarem o Manual de Integração

Weiss (2006) explica que é fundamental adaptar o novo colaborador à empresa, facilitando seu processo de socialização no novo cenário de aprendizado no qual ele inicia suas atividades profissionais. É muito importante que o colaborador seja acolhido, da melhor forma possível, pois seus resultados virão de acordo com seus desenvolvimentos, sejam eles produtivos ou não.

As empresas que utilizam o Manual de Integração fornecem aos seus colaboradores um melhor conhecimento em seus objetivos, missões, visões e atividades que serão desempenhadas. Com isso, o colaborador se compromete na contribuição do alcance das metas delimitadas pela empresa e faz com que a integração valoriza a organização pelo alcance das metas e satisfação dos colaboradores, por estar se integrando e fazendo parte da empresa.

Para Marques (2014), a empresa deve estimular um processo de adaptação acolhedor para seus novos funcionários, pois acolher os colaboradores da melhor forma possível faz com que ele tenha um maior conhecimento sobre a empresa, sua equipe, e qual a sua ocupação na empresa, possuindo assim atitudes assertivas no decorrer dos seus desempenhos. Empresas que optam pelo uso do Manual de Integração fazem com que o colaborador compreenda a razão pela qual ele desempenha as suas funções, quais seus direitos e deveres dentro da empresa e tornar-se, portanto, um colaborador mais motivado para alcançar bons resultados.

A importância do treinamento de integração para os novos colaboradores

Segundo Marques (2014), ingressar em uma nova organização não significa apenas uma mudança de endereço de trabalho, o colaborador recém-contratado deverá encarar um novo universo, com missão, metas, equipe e funções diferentes. Para garantir que ele se adapte mais rápido, a empresa deve oferecer orientação eficaz, da qual não pode faltar a integração do colaborador.

A realização desse procedimento engloba um conjunto de ações que permitem a inserção psicológica e funcional do novo funcionário. Dessa forma, os colaboradores conhecem melhor os objetivos da empresa e a importância das atividades que serão exercidas, comprometendo-se mais a contribuir no alcance dessas metas. A integração, portanto, valoriza tanto a organização, pois referencia as suas conquistas quanto os recentes contratados, que se sentem fazendo parte do time.

A integração de funcionários também é uma ótima oportunidade da empresa capacitar e qualificar os recém-chegados, visando o bom desempenho de suas atribuições. Isto proporciona mais segurança e confiança e evita que eles percam tempo com esclarecimentos de questões básicas, aumentando a produtividade desde os primeiros dias de contrato. O treinamento de integração permite ainda informar as expectativas e comportamento esperado dos funcionários por parte da organização.

O conhecimento mais aprofundado sobre a empresa, a equipe e a sua ocupação faz com que o funcionário tenha atitudes mais assertivas no ambiente de trabalho, bem mais do que se ele fosse apenas colocado diretamente em sua nova mesa, sem ser devidamente orientado. O contratado compreende a razão pela qual ele desempenha suas funções e a importância de sua contribuição para o produto final e para o cliente, tornando-se mais motivado para alcançar bons resultados.

Informações e evolução da empresa analisada no Estudo de Caso

A empresa analisada no Estudo de Caso é do ramo calçadista infantil, situada no município de Birigui-SP. Possui 26 anos de existência e três unidades fabris, com uma capacidade produtiva de mais de 20 mil pares por dia e exportação para mais de 30 países. A empresa não se resume apenas em números, mas sim em um sentimento de respeito pelas pessoas.

A empresa como objetivo oferecer o melhor conforto e qualidade para as crianças, além de pensar e desenvolver soluções concretas em busca de uma evolução constante. Possui a missão de criar produtos com estilo, conforto, alegria e bem-estar para as crianças e pais, garantindo a lucratividade e contribuindo para a sustentabilidade e o desenvolvimento social.

A mesma visa sempre ser a melhor empresa e a marca mais desejada de calçados infantis das Américas, e possui valores de honestidade, justiça, responsabilidade, fidelidade, humildade, criatividade e alegria. Tem como seus princípios descartar o desnecessário, transformar o necessário em desnecessário e melhorar sempre o processo do que for necessário.

A gestão de recursos humanos da empresa analisada

A empresa analisada é formada por uma equipe de pessoas qualificadas, com conhecimentos e técnicas administrativas especializadas, fundamentais no gerenciamento das relações das pessoas com a organização. A gestão de recursos humanos da empresa busca, da melhor forma, uma estratégia de desenvolvimento para informar os seus colaboradores sobre quais são seus direitos, deveres, compromissos e missões junto dela.

O crescimento da empresa se torna cada vez mais constante, e seu diferencial com uma gestão qualificada perante os seus colaboradores é destaque em relação as outras empresas. As políticas e práticas utilizadas auxiliam no desenvolvimento da organização e fazem com que suas missões sejam alcançadas constantemente, pois uma equipe qualificada buscará sempre o crescimento profissional e da empresa.

Uma estratégia realizada pela gestão de recursos humanos da organização foi o desenvolvimento e aplicação do Manual de Integração. O mesmo busca facilitar o entendimento e práticas operadas dentro da empresa, que também para que todos os seus direitos e benefícios sejam estipulados e esclarecidos, amenizando, assim, o retrabalho dos profissionais da gestão de recursos humanos, em relação aos questionamentos e dúvidas comuns.

A operacionalidade interna do Manual de Integração na empresa

O Manual de Integração da empresa calçadista auxilia o novo colaborador através do regulamento interno sobre o funcionamento da empresa, sua missão,

visão, valores e princípios. A empresa busca estabelecer, com o manual, um bom convívio e desempenho na relação entre o novo colaborador com as regras estipuladas pela empresa.

Ao ingressar na empresa, em posse do manual, o colaborador deve saber sobre as políticas de contratação, desligamento e uniformes. Todas as informações contidas no manual ajuda a guiar o novo colaborador em relação as suas obrigações, aos horários de trabalhos, marcação de presença através do cartão ponto, quais seus direitos e penalidades sobre faltas, atrasos, férias, atestados e afastamentos.

A empresa fornece aos colaboradores ferramentas e equipamentos de proteção, serviços médicos, exames periódicos e programa 8S, que auxilia na qualidade do ambiente. Todos estes benefícios são detalhados dentro do manual porque são muito importantes para o desempenho e crescimento de ambos.

Após o recebimento, leitura e entendimento da cartilha de integração, o colaborador deve sanar todas as suas dúvidas em relação às informações descritas no manual, para que posteriormente assine seu recibo de regulamento interno. Com o conhecimento do exemplar, o colaborador decreta sua consciência com as condições, regras disciplinares e normas gerais existentes na empresa.

Conclusão

Nota-se, em relação às estratégias utilizadas pela gestão de recursos humanos, a condição de socialização do novo profissional e, para tanto, a indicação do desenvolvimento de um Manual de Integração, o qual se tornou um excelente aliado para auxiliar e facilitar o trabalho desse setor. Nele, contém informações importantes e de extremo interesse ao colaborador. Conforme analisado no estudo de caso, o Manual de Integração é uma ferramenta prioritária no processo de adaptação social do profissional entrante no quadro funcional. Ainda com base no Manual de Integração, considerou-se o acervo de planejamento organizacional da empresa pesquisada, destacando, de uma forma simples, clara, prática e objetiva do detalhamento de cada etapa da socialização do novo colaborador, evitando possíveis dúvidas, as quais muitas vezes podem constranger o profissional no momento da integração.

O objetivo do estudo que foi o de confirmar que a Gestão de Recursos Humanos possui constante influência na operação de todos os processos dentro de

uma empresa, destacando a segurança no trabalho, relacionamento de equipes, além dos direitos e obrigações, foi alcançado. O referencial sobre a temática da estratégia da gestão que sugere a utilização do Manual de Integração, como um instrumento que faz com que o novo colaborador se sinta acolhido, de acordo com as normas a serem seguidas, deu fundamentação teórica ao presente estudo. Na indústria calçadista analisada, a operacionalidade do Manual de Integração é bem executada e isso se torna vantajoso para o bem estar do colaborador e também para o crescimento da empresa.

O pressuposto teórico fundamentado na ideia de que a utilização do Manual de Integração auxilia o novo colaborador a entender como funciona o operacional e administrativo da empresa, foi confirmado. O compartilhamento do Manual de Integração ajuda os recém-chegados a se sentirem socializados com a empresa, visando o bom desempenho de suas atribuições.

Referências Bibliográficas

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 6ª ed. Campus: Rio de Janeiro 1999.

_____. **Recursos Humanos: o capital humano das organizações**. 9. ed. Campus: Elsevier, 2009.

FRANÇA, Marcílio. A Importância dos Códigos e Manuais na empresa. Disponível em:< <http://admmarcilio.blogspot.com.br/2010/01/importancia-dos-codigos-e-manuais-nas.html>> Acesso em: 26 jul. 2017.

GIL. Antônio C. **Gestão de Pessoas: Enfoque nos Papéis Profissionais**. São Paulo: Atlas, 2007.

LAPENDA, José. T. B. Planejamento estratégico e processo decisório. Disponível em:< <http://www.administradores.com.br/artigos/marketing/planejamento-estrategico-e-processo-decisorio/64798/>> Acesso em: 25 jul. 2017.

MARRAS, Jean P. **Administração de recursos humanos: do operacional ao estratégico**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MARQUES, José R. Qual a Importância dos Recursos Humanos na Empresa. Disponível em:<<http://www.jrmcoaching.com.br/blog/qual-a-importancia-dos-recursos-humanos-nas-empresas/>> Acesso em: 25 jul. 2017.

OLIVEIRA, Djalma P.R. **Sistemas, Organização E Métodos: uma abordagem gerencial**. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PEREIRA, Paulo F. A Importância da Prevenção na Segurança e Saúde do Trabalho. Disponível em:<<http://www.ebah.com.br/content/ABAAABpV0AE/a-importancia-prevencao-na-seguranca-saude-trabalho>> Acesso em: 24 jul. 2017.

RAINATO, Thalita A. A importância da medicina e segurança do trabalho preventiva. Disponível em:< <http://revista.fundacaoaprender.org.br/?p=24>> Acesso em: 25 jul. 2017.

RODRIGUES, Dayse. O por que e o como da integração de novos colaboradores ao ambiente de trabalho. Disponível em:<<http://www.rhportal.com.br/artigos-rh/o-por-que-e-o-como-da-integracao-de-novos-colaboradores-ao-ambiente-de-trabalho/>> Acesso em 10 ago. 2017.

TELMO, Aline. A importância do recursos humanos em uma organização. Disponível em:< <http://www.rhportal.com.br/artigos-rh/a-importancia-do-recurso-humano-em-uma-organizacao/>> Acesso em: em 22 jul. 2017.

WEISS, Cristina A. **Manual de treinamento e desenvolvimento: processos e operações**. São Paulo: Pearson, 2006.

ZANLUCA, Júlio C. Integração do colaborador na organização. Disponível em:< <http://www.guiatrabalhista.com.br/tematicas/integracao.htm>> Acesso em: 20 jul. 2017.

A influência do Banco de Horas em relação às atividades laborais

An influence of the Bank of Hours in relation to labor activities

Nayara Gobetti Pereira¹
Thais Paris de França²
Celso Roberto Dias³
Cleide Henrique Avelino⁴

RESUMO

A Gestão de Pessoas direciona os colaboradores a prestarem serviços com excelência e agrega valores a credibilidade da empresa. O Recursos Humanos trabalha diretamente com os colaboradores repassando a importância do Banco de Horas e os benefícios que os trás. O Banco de Horas tem anuência perante os colaboradores da empresa que expressam satisfação baseado nos últimos anos de utilização e comprova que tem provido para ambas as partes. O Recursos Humanos age com a finalidade de transmitir as informações de interesse do colaborador e da operação para que juntos consigam alcançar objetivos. O Banco de Horas evita o desemprego além de flexibilizar a jornada de trabalho para atender as demandas extraordinárias e as necessidades do colaborador.

Palavras - chave: Banco de Horas, Flexibilidade de Jornada, Gestão de Pessoas e Recursos Humanos.

ABSTRACT

The Management of People directed to the employees to provide services with excellence and aggregation of values to the credibility of the company. Human Resources works with its employees, reviewing the importance of the Bank of Hours and Risks. The Bank of Hours has an agreement with the employees of the company that express satisfaction in our last years of use and proofs for evidence for both parties. Human Resources age with a purpose of transmission as information of interest of the collaborator and the operation for all to achieve goals. The Bank of Hours avoids unemployment and flexibilizes a work day to meet as extraordinary demands and needs of the employee.

Keywords: Bank of Hours, Flexibility of Journey, Management of People and Human Resources.

Introdução

O presente artigo teve como tema Recursos Humanos que é uma área

¹ Acadêmico do 8o termo do curso de Administração no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

² Acadêmico do 8o termo do curso de Administração no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

³ Administrador; Contador, Consultor de Empresas; Pós-Graduado em Administração de Empresas; Pós-Graduando em Gerência Contábil, Financeira e Auditoria; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

⁴ Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba.

formada por junção de técnicas, habilidades e métodos com a intenção de administrar pessoas dentro das organizações e que apresenta grande desenvolvimento perante a sua sucessão. Dentre os aspectos que compõem o Recursos Humanos, está o Banco de Horas que surgiu no Brasil através de uma alteração na lei, trazendo consigo a flexibilidade da jornada de trabalho relacionada às atividades laborais

O objetivo geral traçado para este estudo foi o de descrever sobre a flexibilização da jornada de trabalho após a implementação do Banco de Horas na organização visando o aumento nos indicadores de Recursos Humanos remetentes aos retornos alcançados na gestão do departamento.

Os objetivos específicos foram o de apontar na pesquisa as vantagens para o empregado e empregador na utilização do Banco de Horas, a aceitação para a implementação e repercussão da ferramenta perante os empregados e, transmitir as orientações dos principais pontos da delimitação do tema relacionados à afirmação de que, o sistema de Banco de Horas se torna assegurável por proporcionar modificações internas relacionadas à jornada de trabalho.

O estudo teve como pressuposto teórico mostrar que o Banco de Horas previne o desemprego em massa, além de provocar a diminuição de rotatividade de pessoal através da minimização de horas extras pela referência legal.

O presente artigo teve dois métodos de pesquisa, a pesquisa bibliográfica onde se reuniu as informações de livros e pôsteres de *sites*, com foco na abordagem de temas relacionados a Banco de Horas e Recursos Humanos relatando as suas finalidades e aplicabilidades nas organizações, além do Estudo de Caso realizado em uma empresa de grande porte localizada no interior de São Paulo e por sigilo não teve o nome divulgado. A pesquisa realizada teve intuito de acompanhar o dia-a-dia da empresa para observar o uso da ferramenta Banco de Horas e seus efeitos sobre os colaboradores a fim de responder aos interesses do trabalho.

A história do Recursos Humanos

Segundo Chiavenato (2015) a história do Recursos Humanos surgiu através do crescimento e demandas adquiridas pelas tarefas dentro das empresas e organizações. A história dos Recursos Humanos é o princípio dado pela famosa era industrial, onde a junção de organizações e empresas transmitia o significado de

conjuntos integrados e coordenados de recursos financeiros, materiais e tecnológicos com o intuito de chegar aos objetivos traçado e era dificilmente alcançado quando elaborado de maneira isolada e individualizada.

No olhar de Chiavenato (2015), o significado de relações industriais mudou rapidamente e com o andar dos anos sofreu uma grande ampliação. Nos meados da década de 1950, começou a ser reconhecido como administração pessoal. Não era mais reconhecido por tratar de desavenças e diminuir conflitos, e sim, tratar as pessoas de acordos com as normas trabalhistas vigentes e administrar tudo aquilo que ocorria dentro da organização continuamente.

Chiavenato (2015) dizia que na década de 1960 ocorria uma ampliação cada vez mais extensa, porém a lei continuou inalterada se tornando ultrapassada, enquanto a evolução dentro das organizações crescia de maneira rápida, ficando desproporcional. Com o passar dos dias dentro das organizações, acontecia grandes mudanças onde às pessoas começaram a ser reconhecidas como recursos fundamentais para um bom funcionamento dentro dela.

Com a nova característica do novo milênio-globalização da economia, forte competitividade no mundo dos negócios, mudanças rápidas e imprevisíveis e o dinamismo do ambiente do negócio as organizações bem-sucedidas não mais administram os recursos humanos, nem mais administram as pessoas, pois isso significa trata-las com agentes passivos e dependentes, mas, sobretudo, administram com as pessoas. (CHIAVENATO, 2015, p. 3)

Vieira (2014) afirma que o surgimento do sindicato com novos procedimentos, regras e o trabalho voltado as pessoas e seus relacionamentos influenciou nas grandes mudanças pois nessa época o sindicato era enxergado como um ponto de proteção aos funcionários, que através dele buscavam seus direitos sobre os serviços realizados.

Na visão de Chiavenato (2015) administrar as pessoas vem com significado de trata-las como pessoas que busca aproveitar de seus conhecimentos, criatividade, decisão e iniciativa, habilidades e suas competências para não as usar apenas como mão de obra.

[...] As pessoas não são recursos que a organização consome, utiliza e produz custos. Ao contrário, elas constituem um poderoso ativo que impulsiona a competitividade organizacional, da mesma forma que o mercado e a tecnologia [...].

(MARQUES, 2014, p. 2)

Portanto as pessoas dentro das organizações são muito mais que uma construção de números e não estão ali só para servir parcialmente as necessidades das organizações. As pessoas quando bem gerenciadas fazem grandes mudanças nas organizações, elevando os resultados através da melhoria na performance onde está ligado diretamente com os serviços executados.

Chiavenato (2008) ainda afirma que esta área vem crescendo cada vez mais e com isso se tornando mais complexa e desafiadora.

Conceito de Recursos Humanos e sua utilização nas Empresas

Na visão de Chiavenato (2010), a área de Recursos Humanos tem uma grande importância dentro de qualquer empresa sendo de pequeno ou grande porte; esse setor é o que gera a sensibilidade dentro das organizações e, dentro dele, são interligadas diversas áreas da empresa. No setor há um conjunto de política e práticas para dar segmento em tudo aquilo que é realizado e trabalhado com todos os funcionários, em quaisquer instâncias dentro do organograma da empresa.

De acordo com Dias (2015) o investimento nesse setor encontra-se em crescimento, pois, cada vez mais, as empresas buscam esse departamento com o intuito de crescer e a partir dele gerar o reconhecimento de seus funcionários. As grandes empresas já têm esse pensamento, é por este e vários outros motivos que são consideradas visionárias. As empresas menores têm receio de investir em seus funcionários, temendo que eles possam se qualificar e depois optar por sair ou ir para concorrência.

Silva (2002) por sua vez, relata que as empresas que investem em Recursos Humanos geram maior motivação aos seus funcionários a alcançar seus objetivos de um modo positivo para empresa. O papel do gestor de RH é de extrema importância para auxiliar a empresa alcançar suas metas, sobretudo àqueles que se propõem a trabalhar em conjunto com sua equipe e motivar seus funcionários.

No olhar de Pontes (2010), identificar e manter talentos é um grande desafio na gestão de pessoas. O grande elemento é elencar a pessoa certa para o lugar certo da empresa.

Conceito de Banco de Horas e sua utilização nas Empresas

Segundo Pantaleão (2017) o Banco de Horas surgiu em meados dos anos 90

através da Lei 9.601/98, com alteração do art. 59 da CLT. Houve a necessidade da criação por ser um momento em que o país passava por uma crise econômica, com demissão de vários trabalhadores e o fechamento de empresas em diversos setores econômicos. Contudo, o governo procurou flexibilizar alguns direitos trabalhistas previstos na CLT de forma a encontrar uma solução para as empresas e trabalhadores, invés de dispensá-los concederiam folga nos momentos de precisão.

Esta lei continua mais do que nunca sendo necessária primeiro por conta de novas crises que desencadeiam um processo de instabilidade econômica e financeira a cada ano, refletindo diretamente na capacidade das empresas em se utilizar de ferramentas para a manutenção do emprego e segundo, por se tornar uma prática bastante útil na administração e controle de horas dos empregados. (PANTALEÃO, 2017, p. 1)

Para Silvestrin (2017), o Banco de Horas tem como significado a junção de horas a mais trabalhadas em dias normais da jornada de trabalho, sem a realização do pagamento de horas extras, esse tal excesso, pode ser, substituído ou compensado pela diminuição em outros dias de trabalhos.

Á luz da Constituição Federal, a jornada de trabalho terá duração de oito horas diárias, com limite de quarenta e quatro horas semanais. Não obstante, o legislador permitiu a flexibilização de tal jornada, visto que admitiu sua compensação. Entende Arnaldo Sussekind que a flexibilização admitida, em matéria de jornada de trabalho, só ocorrerá sob tutela sindical. Ou seja, somente seria possível a jornada compensada através de acordo ou convecção coletiva. (CUNHA, 2009, p. 143)

A Consolidações das Leis do Trabalho - CLT estipulou que o colaborador deve cumprir a carga horária diária de 08 horas, sendo de segunda à sexta-feira e 04 horas aos sábados e poderá ser modificada para 08h48min de segunda à sexta-feira totalizando 44 horas semanais firmadas em acordo, desde que seja com coerência, porém, não se pode trabalhar 12 horas por dia a fim de completar uma carga horária semanal.

Assim, ao tratar da compensação de jornada o legislador previu a possibilidade de as empresas constituírem, mediante acordo ou convecção coletiva, o denominado "Banco de Horas". Dessa forma, é possível pactuar jornada, de sorte que o excesso deste em um dia seja compensado com a correspondente diminuição em outro dia desde que a jornada diária não ultrapasse dez horas e que a compensação seja feita no prazo de um ano. (CUNHA, 2009, p. 145)

O Banco de Horas vem com o intuito de flexibilizar a jornada diária de trabalho proporcionando aos trabalhadores a comodidade e possibilidade de se

adequar às atividades particulares da empresa e suprir com a demanda de produção, onde ambos estarão amparados em futuras necessidades. Nada mais é do que uma forma de compensar as horas extras do empregado, dessa forma, empregador não precisará remunerá-lo sobre essas horas extras realizadas, possibilitando programar as horas para o descanso posteriormente. No ato contratual, tudo deve ser negociado com antecedência. É firmado o acordo, contendo as informações sobre o horário que o empregado deve cumprir e alertando que, mesmo estando sobre o regime de Banco de Horas, uma das obrigações do empregado é a pontualidade.

Para Cunha (2009) existem vários fatores, tais como, econômicos, biológicos e sociais que explicam a limitação da jornada de trabalho. Olhando o aspecto biológico, a jornada é limitada para que se evitem efeitos no organismo/saúde do trabalhador decorrentes de excessivo estresse e racionalizações envolvidas no trabalho. Do ponto de vista social, o que se deseja é que o trabalhador tenha horas disponíveis para o lazer e para interação familiar e social. Sob o ponto de vista econômico o descanso da jornada vai contribuir para aumentar a produtividade, satisfazer o trabalhador, valendo, também, como uma garantia contra o desemprego, sendo certo que convergem tais fundamentos no sentido de que se configure um interesse público, com relação a aplicabilidade das normas respectivas.

O Banco de Horas se enquadra no acordo coletivo e na negociação reúne-se a empresa com os empregados e o sindicato com o objetivo de chegar a um consenso e por fim formalizar a decisão. Com a implementação do Banco de Horas evita-se o pagamento de horas extras de no mínimo 50% sobre o valor da hora do empregado salvo se houver previsões mais benéficas para o empregado, podendo chegar até 100%.

O Acordo Coletivo de Trabalho é ato jurídico celebrado entre uma entidade sindical laboral de certa categoria profissional e uma ou mais empresas da correspondente categoria econômica, no qual se estabelecem regras próprias na relação trabalhista existente entre a empresa e seus empregados. E para que o Acordo Coletivo de Trabalho tenha validade, é necessária uma negociação coletiva entre empresa, empregados e sindicato, com o intuito de aprovar as regras que serão nele contidas de interesse das partes, em uma Assembleia Geral de Trabalhadores realizada especialmente para este fim. Caso as partes (empregador, empregados e sindicato) aceitem a proposta do Acordo Coletivo de Trabalho, uma minuta deve ser elaborada e uma cópia deve ser depositada na Delegacia Regional do Trabalho para que seja submetida à devida fiscalização. (SERRA, 2012, p. 1)

Para Serra (2012) a Convenção Coletiva de Trabalho se distingue do Acordo Coletivo de Trabalho porque abrange toda a categoria sindical representada, limitando os efeitos do Acordo Coletivo às empresas acordantes e seus respectivos empregados.

Na hora das negociações o empregador costuma mostrar ao empregado os problemas que ele encontrará se a empresa não adquirir e/ou permanecer com essa ferramenta. Um exemplo de grande impacto é os valores de DSR a serem descontados na folha de pagamento no caso de faltas e atrasos.

Cunha (2009) afirma que as empresas possuem controle sobre as horas excedentes, o Banco de Horas e, no período de um ano, o trabalhador deverá ter as horas reduzidas, seja pela forma da redução diária da jornada de trabalho ou na concessão de dias de folgas, considerando-se o número total trabalhado em excesso.

No caso de irregularidade do Banco de Horas por parte da empresa, o empregado pode ganhar na justiça o pagamento das horas extras acumuladas no sistema perante consulta. As principais causas que levam à anulação do Banco de Horas são a falta de transparência, ou seja, falta de informação sobre a quantidade de horas acumuladas pelo trabalhador, Banco de horas sem previsão em acordo ou convenção coletiva, horas extras habituais e jornadas superiores a 10 horas.

Breve História da Empresa

O presente artigo realizou um Estudo de Caso em uma indústria de alimentos de grande porte localizada no interior do estado de São Paulo com aproximadamente 300 funcionários a qual não terá o nome divulgado por sigilo, porém todas as informações aqui apresentadas são verídicas.

A empresa preza pela ideia de que a melhoria da vida se dá por meio dos alimentos, é uma empresa sustentável, preocupa-se com a qualidade e segurança dos seus produtos e a integridade dos seus colaboradores. Possui na unidade o setor de Recursos Humanos onde são realizadas diversas atividades voltadas aos colaboradores. O setor não está na unidade somente para identificar talentos como em outras empresas e sim com intuito de fazer um bom funcionamento integrado da companhia.

O Recursos Humanos nas empresas

O setor de Recursos Humanos é responsável por ouvir as críticas, elogios e sugestões vindas de outros setores, desse modo ele absorve as informações e monta estratégias a fim de minimizar problemas e dar continuidade nas causas positivas. Acompanha o desempenho profissional de cada colaborador e verifica a eficiência para o atingimento das metas estabelecidas pela empresa. Observou-se que os colaboradores estão totalmente preparados para as suas atribuições, acompanhando as atualizações de tarefas conforme o andamento da empresa e dispostos a novos aprendizados baseados na aquisição de novas tecnologias.

Outra tarefa do setor de Recursos Humanos na unidade e junto aos gestores é o controle da jornada dos colaboradores. A jornada de trabalho é conceituada como o tempo a disposição do empregador, então, os responsáveis acompanham diariamente a jornada de todos os colaboradores.

A empresa reforça a importância de todos garantirem os seus deveres trabalhistas e prezar pela precisão no controle, por exemplo, de ausências da mão de obra de cada colaborador, uma vez que, nos dias de ausência, todos são impactados, inclusive a produção. O setor de Recursos Humanos frisa a confiança que todos os colaboradores devem ter sobre todos os assuntos; e menciona que as áreas devem ser procuradas em caso da eventual ausência de um colaborador, para negociação junto ao setor afim de não impactar ambas as partes e permitindo o gestor substituir o funcionário, evitando assim barreiras na execução do que foi programado e o prejuízo financeiro para o colaborador.

Banco de Horas aplicado na empresa do Estudo de Caso

Foi realizado o Estudo de Caso em uma empresa que não teve o seu nome divulgado por sigilo, e tem implementado o Banco de Horas, controlando assim as horas excedentes de trabalho para futuras compensações. A ferramenta só foi implementada perante aceitação dos colaboradores junto à proposta estabelecida e apresentada pelo sindicato da categoria e a empresa. Em regra, o colaborador só pode trabalhar 10 horas diárias, ou seja, uma jornada de dia normal é de 8 horas e as 2 horas a mais serão armazenadas em seu banco para folgar outro dia. Contudo, se por uma necessidade, o colaborador trabalhou doze horas, poderá compensar apenas duas horas excedentes no banco e as demais horas extras a empresa pagará na folha de pagamento.

O Banco de Horas foi implementado na empresa em uma das assembleias realizadas a cada dois anos com presença de seus colaboradores e aprovação de 50% +1. Após a apuração da votação e aceitação dos colaboradores, os mesmos assinaram uma lista de presença concordando com a aquisição e/ou continuidade.

Na empresa que o Estudo de Caso foi realizado, olhando para os últimos cinco anos em todas as assembleias, o Banco de Horas foi aprovado com sucesso e conseguiu atingir mais de 80% dos colaboradores que visam os benefícios oferecidos, tais como, a extensão de folgas nas férias, liberação para saídas durante o horário de trabalho, programação de descansos com antecedência, feriados prolongados entre outros.

Os colaboradores possuem uma visão positiva sobre o Banco de Horas entendendo que sua criação foi com o intuito de combater o desemprego, e atender a demanda da empresa, possibilitando usufruírem dos saldos de horas, quando precisarem.

Todos possuem postos de trabalho e atribuições rotineiras, sabem a responsabilidade existente para cada cargo da empresa e sabem os resultados que devem entregar e quando entregar. Atualmente são visionários e entendem que podem acontecer emergências cujo o empregador precisará da sua mão de obra que posteriormente está atrelada a sua recompensa, o descanso do Banco de Horas.

As vantagens que a empresa adquiriu por ter implementado o Banco de Horas estão relacionadas à jornada de trabalho que começou a ser flexibilizada, ou seja, em épocas de alta produção a empresa pode contar com a equipe com possibilidade de extensão de jornada para entregar o que foi planejado e, nos períodos de baixa produção, quando a demanda fica menor, pode optar por conceder alguns dias descanso para empregado a fim de reduzir saldos.

Para o empregado proporcionou descansos daqueles dias de necessidades por diversas questões garantindo o seu salário intacto. Sobre as vantagens da empresa em adotar esse modelo, destaca-se a flexibilização da jornada e possibilita a realização de ajustes na mão de obra. Também favorece o empregado naqueles casos em que a empresa não concede o gozo do Banco de horas e acaba realizando o pagamento no fim do período vigente.

Analisou-se o bom desenvolvimento e gestão na aplicabilidade do Banco de Horas o qual é conduzido de maneira sábia e eficaz. Verificou-se que a ferramenta

possui grande aceitação por parte dos colaboradores por diversos fatores, entre eles a disponibilização dos saldos de Banco de Horas em tempo real para o empregado fazer o acompanhamento e possível programação de folgas.

Observou-se que, quando o controle dos saldos das horas é executado de forma rígida, a empresa consegue prevenir os pagamentos de horas extras, ou seja, nas temporadas em que há a necessidade da realização de horas excedentes e o controle dessas horas é frequente, pode-se planejar o descanso do colaborador e, quando chegar aos períodos de quitação, não haja saldos positivos em que a empresa precise realizar o pagamento e o colaborador estará descansado porque compensou todos os saldos do seu banco.

Os colaboradores dão credibilidade ao sistema de controle dos saldos do Banco de Horas porque conseguem acompanhar em tempo real juntamente com a sua frequência, isto traz a liberdade para o colaborador se relacionar melhor com o seu gestor e com o setor de Recursos Humanos.

Na perspectiva dos colaboradores, quebra-se o mito de que o regime de Banco de Horas acaba sendo benéfico somente para o empregador porque verificou-se que eles encontram-se bastante satisfeitos com a utilização da ferramenta na empresa pois é realizado o pagamento de horas extras mensais naqueles casos estritamente peculiares de colaboradores que ultrapassam a décima hora diária, mas, em se tratando do cenário atual e com todas as necessidades particulares e empresariais não compensaria o cancelamento da flexibilidade de jornada.

Conclusão

Conclui-se que para o bom desenvolvimento do recurso Banco de Horas, ora aprovado por legislação federal e, de importância para classe laboral e empresarial, é preciso que os colaboradores sejam impactados positivamente para começarem a ter um desempenho mais positivo, visto que a segurança de estar empregados é uma das prerrogativas.

A partir das análises feitas o objetivo geral foi alcançado onde foi possível identificar que, para o contínuo processo de flexibilização nas jornadas de trabalho, controle e diminuição de horas excedentes visto em avaliações referente aos resultados e comparativos anteriores, toda operacionalização precisa ser coordenada pelo setor de Recursos Humanos junto aos gestores de cada área.

O desenvolvimento da pesquisa atingiu os objetivos específicos e facilitou o entendimento de cada etapa do planejamento, análise e implantação da ferramenta Banco de Horas, proporcionando novos conhecimentos e ampla visão da importância da ferramenta. Com base na implantação do Banco de Horas, constatou que se executado de maneira correta, traz grandes benefícios tanto para o empregador quanto para o empregado e, conseqüentemente afirma uma parceria de interesses comuns.

Observou-se, ainda, sobre o processo de operacionalização da ferramenta Banco de Horas, uma contínua aceitação dos resultados e o contexto de implantação, baseada no respaldo de aprovação, principalmente dos profissionais que atuam no quadro de colaboradores da empresa e que, aparentemente, não encontram dificuldade de aceitação da ferramenta, pois demonstram grande interesse. Se a empresa aproveitar oportunidades e souber manter os alinhamentos sobre a flexibilidade da jornada e o engajamento de todos, não encontrará nenhum tipo de problema quanto à aprovação e satisfação na utilização do Banco de Horas.

O presente trabalho foi relevante, pois através do conhecimento repassado permitiu entender a necessidade de enfatizar a criação da ferramenta e todo o seu desenvolvimento até o cenário atual da empresa. Confirmou-se o pressuposto teórico de que o Banco de Horas pode ser utilizado como meio de prevenção do desemprego e pode ser aplicado estrategicamente para solucionar problemas e situações que vão surgindo no dia a dia da empresa.

Referências Bibliográficas

CHIAVENATO, Idalberto, *Gestão de Pessoas*. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010

_____, *O capital humano das organizações*. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

CUNHA, *Maria*, *Direito do Trabalho*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DIAS, Adriana, *A importância do departamento de Recursos Humanos*.

Disponível em: <<http://www.rhportal.com.br/artigos-rh/qual-a-importancia-do-departamento-de-recursos-humanos-no-contexto-das-empresas/>> Acesso em: 08. jul. 2017.

MARQUES, Vagner, *Administração de recursos humanos*. Disponível em: <<http://admrhfio.blogspot.com.br/2014/11/administracao-de-recursos-humanos.html>> Acesso em: 27.Nov.2017.

PANTALEÃO, Sergio, **Banco de horas**. Disponível em:
<<http://www.guiatrabalhista.com.br/tematicas/banco-horas.html>> Acesso em: 08.
ago. 2017.

PONTES, Benedito. **Planejamento, Recrutamento e Seleção de Pessoal**. 8. ed. São
Paulo: LTR, 2015.

SERRA, Daniel, **A importância do acordo coletivo de trabalho na relação entre
empregador e empregados** disponível em:
<[http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI156260,81042-
A+importancia+do+acordo+coletivo+de+trabalho+na+relacao+entre](http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI156260,81042-A+importancia+do+acordo+coletivo+de+trabalho+na+relacao+entre) .>Acesso em:
17. ago. 2017.

SILVESTRIN, Ricardo, **Banco de horas**. Disponível em:
<[http://www.silvestrin.com.br/silvestrin/trabalhista-e-previdenciario/banco-de-
horas/](http://www.silvestrin.com.br/silvestrin/trabalhista-e-previdenciario/banco-de-horas/).> Acesso em: 27. nov.2017.

A relevância da Administração de Cargos e Salários para as organizações

The relevance of the Administration of Salaries and Wages to the organizations

Gessé Robson do Bonfim¹
Celso Roberto Dias²
Cleide Henrique Avelino³

RESUMO

O presente artigo visa demonstrar a importância das atribuições de cargos, da remuneração funcional, o princípio da irreduzibilidade salarial e as limitações inerentes a Administração Salarial. A Administração de Cargos e Salários tornou-se uma prática de grande relevância, visto que manter os colaboradores motivados, um clima organizacional positivo e um salário justo e equilibrado. Isso garante o sucesso empresarial e uma marca mais atrativa no momento de captar bons colaboradores. Pois elaborar um plano de cargos e salários garante que os objetivos e metas sejam atendidos com precisão e satisfação no que tange sobre os recursos humanos. Utilizou-se a metodologia de Revisão Bibliográfica com base em estudos e informações publicados cientificamente e um Estudo de Caso realizado na Empresa Don Sebastian, Brasília-DF.

Palavras-chave: Atribuições, Plano de Cargos, Salários, Remuneração, Irreduzibilidade.

ABSTRACT

This article aims to demonstrate the importance of assignments of positions, of functional remuneration, the principle of wage irreducibility and the limitations inherent to Wage Administration. The administration of jobs and salaries has become a very important practice, since it keeps employees motivated and enables a positive organizational climate, as well as fair and balanced wage. This ensures business success and a more attractive brand at the time of capturing good collaborators. Elaborating a plan of jobs and wages assures that goals are met with precision and satisfaction regarding human resources. The Bibliographical Review methodology was used on the basis of scientifically published studies and information, as well as a case study conducted at Don Sebastian Company in Brasília, DF.

Keywords: Assignments, Plan of Positions, Wages, Remuneration, Irreducibility.

Introdução

Tendo em vista que uma boa gestão deve ser sustentável, conhecer as reais necessidades e oportunidades de melhorias no que tange sobre os recursos humanos é a característica principal da Administração de Cargos e Salários. Pois esta prática oportuniza

¹ Acadêmico do 8º termo do curso de Administração no Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

² Administrador e Contador; Especialização em Gerência Contábil; Docente do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

³ Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

uma política salarial equilibrada para que os recursos empresariais sejam geridos de forma eficiente e eficaz.

O presente estudo abrangeu a Administração de Cargos e Salários, e sua delimitação tratou de sua importância nas organizações. Por outro lado buscou-se, como objetivo geral, pesquisar as atribuições de cargos como base para a remuneração. Assim, os objetivos específicos foram: verificar a importância da remuneração funcional para as organizações; entender as limitações inerentes à Administração salarial e conhecer o princípio da irredutibilidade salarial.

Nesse sentido, o presente estudo teve como pergunta-problema: A Administração de Cargos e Salários é importante para as organizações? E com este questionamento o pressuposto teórico foi apresentado: A administração de cargos e salários visa a importância das políticas de valorização do capital humano em equilíbrio com a capacidade financeira da empresa.

Para complementar a reflexão de que Administração de Cargos e Salários essencial para a valorização do capital humano em equilíbrio com a capacidade financeira da empresa realizou-se um Estudo de Caso com base em uma pesquisa elaborada para o Trabalho de Conclusão de Curso por Alexandre Ferreira da Silva, em 2007, sendo o tema Análise de Cargos e Salários: um estudo de caso da Don Sebastian, em Brasília/DF.

Administração de Cargos e Salários

A globalização trouxe avanços e mudanças no mundo. Com isso as organizações passam se atualizar a fim de que consigam se manter no mercado, aumentar a carteira de clientes fiéis e estar sempre à frente da concorrência, tanto com o fornecimento de bens quanto com a prestação de serviços.

Para Rocha (2014), quando uma empresa oportuniza que um indivíduo faça parte de seu quadro funcional, há necessidade de organização e planejamento. Importante salientar que, para se atingir os objetivos e metas, alcançar bons resultados, principalmente quando se visa lucratividade, crescimento empresarial e retornos para seus sócios e/ou proprietários, deve se considerar que a Administração de Cargos e Salários é uma prática fundamental para isso.

Administração Salarial e seus benefícios

As exigências globais são inúmeras e a prática da administração salarial é uma das metodologias necessárias para que a organização possa crescer e se manter no mercado. Visto que são os colaboradores o bem mais precioso da organização, mantê-los motivados é essencial a excelência na produção, na prestação de serviços e no atendimento para que isso também se reflita como satisfação de clientes e consumidores. Assim, utilizar de boas práticas administrativas é uma maneira de garantir maior sucesso para a organização.

Fernandes (2010) diz que,

O Salário tem sido o principal elemento de ligação entre organizações e trabalhadores. Outros fatores importantes existem, sem dúvida, nessa relação, porém o que "fala mais alto" tem sido o salário. Esta é a constatação concreta que temos feito ao longo dos anos, apesar de todas as transformações que vêm ocorrendo nesse campo. O trabalho em si, em primeiro plano, e as circunstâncias que o cercam, num segundo plano, proporcionam satisfações e insatisfações, motivações e desmotivações.

As organizações devem assegurar um ambiente de trabalho favorável a seus colaboradores, uma vez que o trabalho é importante. Contudo, manter remunerações em dia é uma forma de conservar a motivação de seus recursos humanos.

É fato que todos trabalham com vistas a ter um retorno e esse retorno nem sempre é salarial; podendo, também, ser de reconhecimento profissional. Por isso é destacada a importância do planejamento salarial e do plano de cargos. Justamente para promover satisfações e motivações no ambiente de trabalho.

Klein (2011), estabelece que,

[...] compreende os processos de construção das faixas salariais e gerenciamento das movimentações salariais. A maioria das empresas estabelece um calendário anual para realização dessas atividades que estão sob a coordenação da área de Remuneração.

O objetivo da Administração de Cargos e Salários é garantir uma política salarial baseada em competências e funcionalidades dos colaboradores, fortalecendo o equilíbrio da saúde financeira e econômica da empresa. Uma vez que a prática deve garantir benefícios mútuos, levando em consideração a capacidade de solvência da organização.

A importância da Administração de Cargos e Salários em uma organização

A administração de cargos e salários visa estruturar, em termos de valores, os salários e remunerações com base na descrição dos cargos e, assim, estabelecer os salários de cada um. Desse modo, busca-se por uma maior definição da remuneração e, conseqüentemente, proporcionar que esta seja adequada para os cargos existentes no quadro funcional de uma empresa ou instituição.

Martins (2007, *apud* FAVARIM, 2011, p. 211), cita que,

Remuneração compreende tudo aquilo que o trabalhador recebe em função da prestação de serviços subordinados decorrentes de um contrato de trabalho, diretamente do empregador ou também de terceiros, inclusive na forma de gratificação, diferente do salário, que é a soma de tudo que se recebe somente do empregador.

Busca-se, por meio da remuneração, dar o retorno e recompensas financeiras pelo esforço e contribuição que o colaborador confere a organização a fim de que haja maior satisfação e motivação junto a seu ambiente de trabalho.

Chiavenato (2014, p. 237), argumenta que,

Os processos de recompensar as pessoas constituem os elementos fundamentais para o incentivo e a motivação dos funcionários, tendo em vista, de um lado, os objetivos organizacionais a serem alcançados e, de outro, os objetivos individuais a serem satisfeitos. Por essa razão, os processos de oferecer recompensas ocupam lugar de destaque [...] nas organizações.

Observa-se que a recompensa é uma forma dos gestores empresariais, oportunizar uma prática de motivação frente a um colaborador.

O salário em si muitas vezes não significa a principal motivação pessoal de um colaborador por se tratar do retorno pela prestação de serviços. Em muitos casos os colaboradores buscam também o crescimento profissional, o que leva as organizações a conhecer seus perfis justamente para averiguar os níveis de crescimento pessoal e capacidades profissionais para estabelecer as recompensas.

Percebe-se, assim, que a Administração de Cargos e Salários é uma ferramenta de valorização, um instrumento de sustentabilidade na organização e oportuniza uma padronização na estrutura salarial.

Carvalho (2012), explica que,

A valorização do trabalhador depende dos objetivos e visões da organização, além de aspectos referentes à escolaridade, experiência, iniciativa pessoal, pro atividade, responsabilidade, horários, condições e riscos de trabalho.

Portanto é importante a elaboração de uma política de remuneratória para a Administração de Cargos e Salários.

Plano de Cargos e Salários

O Plano de Cargos e Salários é um instrumento de planejamento dos cargos existentes no quadro funcional de uma empresa e/ou organização e por meio dele se pode determinar as características de cada cargo.

Para Zimpeck (1992, p. 114, *apud* CARVALHO, 2012),

O Plano de Cargos e Salários deve atender a objetivos pré-estabelecidos: Estabelecer uma estrutura de valores relativos para os cargos; Disciplinar as relações entre esses valores, compensando-os financeiramente de maneira equitativa; Minimizar o efeito de decisões arbitrárias para a determinação de salários; Proporcionar um quadro da estrutura, dos qualificativos requeridos e das oportunidades que podem ser oferecidas; Descobrir e eliminar distorções; Propiciar controle eficiente.

Conforme Rocha (2014), a finalidade do Plano de Cargos e Salários é que o colaborador seja sempre valorizado e produtivo a fim de que sejam atingidos os objetivos e metas da organização.

Silva (2002, *apud* CARVALHO, 2012), salienta que,

O Plano de Cargos e Salários é uma ferramenta utilizada para determinar e sustentar as estruturas de cargos e salários de uma organização com objetivo de alcançar o equilíbrio interno e externo por meio da definição das atribuições, deveres e responsabilidades de cada cargo e, conseqüentemente, os seus respectivos níveis salariais.

Entende-se que com a implantação do plano é possível promover maior confiabilidade dos colaboradores perante a empresa para que haja condições de trabalho adequadas, visando à qualidade e ao bem-estar geral.

Com a elaboração do Plano de Cargos e Salários busca-se averiguar o real cenário de uma empresa de forma transparente para que se possa captar novos talentos e candidatos capacitados.

Remuneração funcional nas organizações

Atualmente, o trabalho é remunerado, mas no início da evolução histórica, a remuneração era realizada por meio da troca por algum serviço ou mercadoria.

Ribeiro (2006, *apud* FAVARIM, 2011, p. 210), explica que,

O trabalho nem sempre foi remunerado, inicialmente havia a troca da prestação de serviço por sal, pois este ajudava na conservação dos alimentos, posteriormente essa troca passou a ser por mercadorias diversas e finalmente chegou-se a troca do trabalho pela moeda.

Percebe-se que o trabalho sempre existiu, justamente por ser uma forma de sustento pessoal e/ou familiar. Contudo é uma condição de garantia por algo, podendo ter o retorno em moeda ou por outra mercadoria ou serviço.

A respeito das formas de pagamento, Martins (2008, *apud* FAVARIM, 2011, p. 220), descreve que,

As formas de pagamento do salário podem ser: - por unidade de tempo, que considera o tempo gasto para sua consecução do serviço, ou seja, em horas, dias, semanas, quinzenas ou meses, é o tempo que o empregado fica à disposição da empresa; - por unidade de obra, que não considera o tempo gasto na consecução do serviço, mas sim o próprio serviço realizado, seja ele breve ou demorado; -por tarefa, que é a forma mista de remuneração entre a unidade de tempo e a de obra, este caso, o trabalhador realiza durante a jornada de trabalho determinado serviço estipulado pelo empregador.

Cortez (1999, p. 251 *apud* BATISTA, 2003, p. 26), esclarece que, *Remuneração é tudo que o empregado ganha do empregador ou não, resultante do contrato de trabalho.*

Chiavenato (2014, p. 239), diz que, *Ninguém trabalha de graça. E ninguém investe esforço, dedicação, vibração e competências sem esperar por um retorno adequado desse investimento.*

Minamide (2008), conceitua que,

Remuneração Funcional: conhecido popularmente como PCS (Plano de Cargos e Salários), é um dos sistemas de remuneração mais tradicionais existentes e também o mais usual nas empresas em geral. O PCS é interessante para aquelas empresas que sofreram uma rápida expansão ou grandes transformações em um curto espaço de tempo, pois é frequente que essas organizações fiquem consideravelmente "bagunçadas". A remuneração funcional é implantada em conjunto com um sistema de cargos e salários para a adoção de conceitos que ajudarão a promover o equilíbrio interno.

Com base nisso, as organizações podem estimar a tipologia de remuneração a ser seguida, pois há vários tipos. Identifica-se que é uma forma de abranger as reais necessidades da empresa, visando o equilíbrio interno e externo.

Princípio da Irredutibilidade Salarial

O Princípio da Irredutibilidade é uma disposição legal que visa garantir aos colaboradores o direito de que seus salários não sejam reduzidos, senão por força maior que estabeleça a redução.

Pimenta (2013), diz que a redução salarial só é permitida nas seguintes hipóteses:

- *Redução de jornada e salário mediante comprovação da empresa das dificuldades financeiras alegadas;*
- *A redução convencionalizada deverá ser no máximo de 25% sobre o salário contratual, mediante proporcional diminuição da jornada de trabalho;*
- *As condições pactuadas deverão ser estipuladas por prazo determinado;*
- *A redução deverá ser prevista em instrumentos coletivos de trabalho - Acordo ou Convenção Coletiva - assinado pelo respectivo sindicato representativo da categoria profissional, bem como ser registrado no Ministério do Trabalho.*

Assim, Batista (2003, p. 41), afirma que,

O princípio de Irredutibilidade do Salário é uma das principais peças do sistema de proteção ao trabalhador. Impede que seja usada a maior força econômica do empregador contra o empregado, a fim de levá-lo a concordar com reduções salariais.

A Constituição Federal de 1988 em seu Art. 7º, incisos I, IV, V, VI e VII, dispõe sobre a questão salarial,

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

- I - relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;*
- IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;*
- V - piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;*
- VI - irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;*
- VII - garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável. (BRASIL, 1988)*

De fato, o colaborador não poderá ser prejudicado, somente em caso de força maior seu salário poderá ser reduzido. Ademais quaisquer acordos, devem ser sempre, na forma da lei, mais vantajoso para o colaborador que para o empregador.

Estudo de Caso da Empresa Don Sebastian

Foi realizado um Estudo de Caso, envolvendo 40 (quarenta) funcionários da empresa Don Sebastian com base em uma pesquisa elaborada para o Trabalho de Conclusão de Curso por Alexandre Ferreira da Silva, em 2007, tendo por tema Análise de Cargos e Salários.

No fator escolaridade, percebeu-se que 37,5% dos pesquisados concluiu o Ensino Superior, 20% possui Ensino Superior Incompleto, 17,5% o Ensino Médio Completo, 15% cursou Pós-graduação e 10% possui Mestrado.

O índice de funcionários que concluíram o Ensino Superior é o maior e pode aumentar por conta do índice de pessoas que estão cursando a graduação.

Em relação ao tempo de trabalho de cada funcionário, observou-se que 55% trabalha há menos de 01 ano na organização, 22,5% trabalha entre 02 a 04 anos, 7,5% trabalha entre 15 a 20 anos, 5% entre 01 e 02 anos, 5% entre 06 a 08 anos, e 5% entre 08 a 15 anos. Os índices demonstram que há alta rotatividade de funcionários.

Sobre o tempo no cargo, percebeu-se que 57,5% está há menos de 01 ano, 20% de 02 a 04 anos, 10% de 01 a 02 anos, e 12,5% entre 08 a 20 anos. Percebe-se que a maioria ocupa o mesmo cargo há menos de 01 ano, o que comprava a rotatividade de pessoal na empresa e o baixo índice de progressão e promoção funcional.

Em se tratando de acesso ao cargo atual, verificou-se que 65% dos pesquisados foi admitido diretamente no cargo, 17,5% por seleção, 15% por reenquadramento funcional e 2,5% por processo de seleção interna. Verificou-se que a organização admite diretamente seus colaboradores e necessita de melhorias na prática de seleção de pessoal para diminuir a rotatividade de pessoal.

No aspecto da remuneração de acordo com o cargo ocupado, 50% discorda totalmente, 30% concorda parcialmente, 17,5% discorda parcialmente e 2,5% concorda totalmente. É percebido que a maioria discorda da forma de remuneração e que isso não garante a permanência do funcionário na empresa, dessa forma, necessita-se de uma avaliação nessa prática para melhorar o índice de satisfação nesse aspecto.

Já sobre a forma diferenciada de remuneração de acordo com o desempenho ou resultados, 40% concorda parcialmente, 32,5% discorda totalmente, 22,5% discorda

parcialmente e 5% concorda totalmente. Percebe-se que a maioria discorda da forma diferenciada de remuneração e há necessidade de avaliação nesse sentido.

Tratando-se de oportunidades para mudança de cargo, verificou-se que 45% dos pesquisados discorda totalmente, 20% discorda parcialmente, 17,5% concorda totalmente e outros 17,5% parcialmente. Isso demonstra que poucos tiveram oportunidades de ascensão, possivelmente este fator acarreta uma alta rotatividade de pessoal.

A respeito das promoções/progressões, percebeu-se que 62,5% dos colaboradores não participou de nenhuma, 32,5% participou de 01 a 02 promoções/progressões, e 5% respondeu que de 03 a 04. Averiguou-se que o elevado índice não participação em promoção/progressão se dá, possivelmente, por conta da alta rotatividade e ausência de incentivos na organização, o que acarreta a desmotivação do quadro funcional.

Referindo-se ao fator satisfação salarial, foi percebido que 37,5% concorda parcialmente, 32,5% discorda totalmente, 20% concorda totalmente e 10% discorda parcialmente. Observou-se que a maioria está satisfeita com o salário, porém a organização precisa avaliar as razões de insatisfação de 42,5% dos pesquisados, já que o índice pode influenciar diretamente na obtenção de bons resultados.

Quanto aos critérios de promoção utilizados pela empresa, 42,5% discorda totalmente, 30% concorda parcialmente, 20% discorda parcialmente, 7,5% concorda totalmente. Notou-se que a maioria discorda do critério de promoção e isso demonstra a importância da elaboração e aplicabilidade de uma avaliação de desempenho a fim de se identificar os gargalos de insatisfação.

Em relação aos benefícios oferecidos pela empresa, averiguou-se 80% dos pesquisados considera como excelente, 12,5% como ótimo, 5% avalia de forma ruim e 2,5% considera muito bom. Percebeu-se que a maioria considera favoráveis os benefícios que a empresa oferece, demonstrando que não é um fator de influência negativa nos objetivos e metas da organização.

Quanto a participação nos lucros, 37,5% disse que concorda totalmente, 28,13% concorda parcialmente, 21,88% discorda totalmente, 21,88% discorda parcialmente e 6,23% não opinou. Avalia-se que a maioria concorda com a política utilizada, porém é necessário avaliar quais motivos levaram alguns dos pesquisados a não concordarem.

Sobre os critérios ou fatores que a empresa deveria utilizar nas avaliações, 25 colaboradores responderam que o espírito de equipe deveria ser considerado, 9 dos colaboradores optaram pelo fator dedicação, 5 colaboradores acreditam que o

cumprimento de metas, e para apenas 1 colaborador a escolaridade. Tais fatores são relevantes no ambiente empresarial na obtenção de um clima organizacional satisfatório e favorável.

Ao se analisar sobre a política de ascensão de cargos, percebeu-se que 57,5% discorda totalmente, 32,5% discorda parcialmente, 7,5% concorda parcialmente e 2,5% concorda totalmente. O índice demonstra que a maioria não concorda com a essa política. Assim, reforça-se a necessidade da aplicabilidade da avaliação de desempenho para oportunizar que esse índice seja melhorado.

Por fim, sobre a adoção do Plano de Cargos e Salários, percebeu-se que 85% concorda totalmente e 15% concorda parcialmente. Percebe-se que a maioria gostaria que a empresa adotasse um Plano de Cargos e Salários e fica clara a importância desse instrumento na gestão de pessoal.

Análise da aplicabilidade da Administração de Cargos e Salários para as organizações

A Administração de Cargos e Salários é uma ferramenta vital para a sobrevivência das organizações. Entende-se então que a Administração de Cargos e Salários, além de auxiliar positivamente no que diz respeito à Gestão de Pessoas, traz uma gama de benefícios para ambas as partes, visto que agrega valores aos recursos humanos, os quais são indispensáveis às atividades empresariais.

Portanto é evidente e fundamental para a empresa avaliada a Administração de Cargos e Salários a fim de que haja remunerações justas junto à organização.

Conclusão

Visto que a Administração de Cargos e Salários contribui de forma positiva para as organizações, concluiu-se que os objetivos gerais e específicos foram alcançados. Foi possível perceber que o uso dessa ferramenta é importante e tem influência sobre os objetivos organizacionais.

O pressuposto teórico foi confirmado, pois verificou-se que o planejamento é uma prática fundamental na organização, na direção e no controle, levando em conta que a valorização dos recursos humanos deve estar em equilíbrio com a capacidade financeira da empresa. Visto que em decorrência dos avanços no mercado, exige-se das organizações e de seus profissionais um esforço cada vez maior para que seja promissora a saúde financeira e

econômica a fim de que se perpetuem. Desse modo, um dos princípios básicos de todo o sucesso empresarial e profissional é o esforço concentrado em conhecimentos e inovações.

Foi possível perceber a importância da elaboração de um Plano de Cargos e Salários em uma organização, tendo em vista que as atribuições de cargos servem como base para remuneração funcional, pois é uma forma de descrever as responsabilidades e particularidades de cada cargo e função. É importante manter um colaborador motivado porque todos trabalham com vistas a obter retorno, ou seja, crescimento pessoal e profissional e também uma remuneração justa de acordo com o cargo exercido; este fator é imprescindível ao desenvolvimento tanto da empresa quanto dos colaboradores a fim de que os objetivos e metas sejam atendidos de fato.

Conclui-se também que o princípio da irredutibilidade salarial tem como mediatrix o direito à proteção salarial do trabalhador, garantindo a este maior proteção e motivação para o trabalho laboral. Assim, uma organização para ser competitiva precisa atentar-se às necessidades de seus recursos humanos e, por meio da Administração de Cargos e Salários, será possível atingir os objetivos e metas de forma eficiente e eficaz, além garantir a saúde financeira e econômica equilibrada a empresa.

Referências Bibliográficas

BATISTA, Francisco J. **Administração de Cargos e Salários: Teoria e Prática**. – Anápolis, GO: Associação Educativa Evangélica, 2003.

CARVALHO, Anderson T. **A importância do plano de cargos e salários dentro das organizações**. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/carreira/a-importancia-do-plano-de-cargos-e-salarios-dentro-das-organizacoes/65062/>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. - 4. ed. - Barueri, SP: Manole, 2014.

FAVARIM, Flávia N. **Remuneração e Salário: Uma abordagem jurídico-administrativa**. *Revista de Ciências Gerenciais*. Vol. 15, Nº 21, Ano 2011. Disponível em: <http://pgsskroton.com.br/seer/index.php/rcger/article/viewFile/2246/2146>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

FERNANDES, Glaudson L. **Administração de Cargos e Salários**. Artigo publicado em: 11 de fevereiro de 2010. Disponível em:<<http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/administracao-de-cargos-e-salarios/38673/>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

KLEIN, Claudia. **Administração Salarial**. Disponível em: <<http://www.saladacorporativa.com.br/2011/02/administracao-salarial/>>. Acesso em: 08 ago. 2017.

MARTINS, Tainara L. **A importância da Administração de Cargos e Salários**. Disponível em: <<http://www.rhportal.com.br/artigos-rh/a-importancia-da-administracao-de-cargos-e-salarios/>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

MINAMIDE, Camila H. **Sistemas de Remuneração Tradicionais e a Remuneração Estratégica**. Disponível em: <<https://carreiras.empregos.com.br/seu-emprego/sistemas-de-remuneracao-tradicionais-e-a-remuneracao-estrategica/>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

PIMENTA, Maurício L. M. **Irredutibilidade Salarial**. Disponível em: <https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=11912>. Acesso em: 03 ago. 2017.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 09 ago. 2017.

ROCHA, Alcides. **A importância do Plano de Cargos e Salários**. Disponível em: <<https://www.salariobr.com/Artigos/A-importancia-do-Plano-de-Cargos-e-Salarios/4688/>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

SILVA, Alexandre F. **Análise de Cargos e Salários: um estudo de caso da Don Sebastian**. Maio de 2007. Brasília/DF. Disponível em: <<http://repositorio.uniceub.br/bitstream/235/8914/1/9620579.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

Marketing digital como ferramenta de alavancagem comercial e desempenho de prospecção aumentando os limites da venda direta

Digital marketing as a tool for commercial leverage and prospecting performance by increasing the limits of direct selling

Luis Eduardo Zaide dos Santos¹
Silvio Mandarano Scarsiotta²
Cleide Henrique Avelino³

RESUMO

O marketing digital é uma ferramenta que potencializa as vendas diretas para as empresas identificando clientes que fazem suas compras através de sites de e-commerce e sites próprios das empresas que utilizam desse canal versátil para atrair e fidelizar os clientes. Com a realização da pesquisa bibliográfica foi possível analisar o conceito do marketing digital que facilita e orienta os clientes com informações que agilizam o processo de vendas e favorecem as empresas com esse novo canal de comunicação que é muito importante para manter as vendas e sempre buscar o aumento das vendas diretas. O e-commerce difundiu essa nova etapa do marketing digital que proporcionou negócios digitais satisfatórios e consolidou marcas desenvolvendo empresas nesse esquema de vendas.

Palavras-chave: Clientes, Marketing Digital, Vendas.

ABSTRACT

Digital marketing is a tool that leverages direct sales to companies by identifying customers who make their purchases through e-commerce sites and companies' own websites that use this versatile channel to attract and retain customers. With the accomplishment of the bibliographical research, it was possible to analyze the digital marketing concept that facilitates and guides the clients with information that streamlines the sales process and favors the companies with this new channel of communication that is very important to maintain sales and always seek the increase in direct sales. E-commerce has spread this new stage of digital marketing that has provided satisfactory digital business and consolidated brands developing companies in this sales scheme.

Keywords: Customers, Digital Marketing, Sales.

Introdução

¹ Acadêmico do 8º termo do curso de Administração no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium- Unisalesiano Campus Araçatuba.

² Administrador; Mestre em Administração Estratégica; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium- Unisalesiano Campus Araçatuba.

³ Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium- Unisalesiano Campus Araçatuba.

Por meio da Pesquisa Bibliográfica relacionada à temática do marketing digital e suas ferramentas favoráveis ao aumento do faturamento através das vendas diretas e levando em consideração a inovação das empresas e a dificuldade de se manter no mercado competitivo, foi elaborado o artigo com o objetivo de investigar a importância do marketing digital como ferramenta de alavancagem comercial e desempenho de prospecção, aumentando assim os limites das vendas diretas.

O marketing digital possui uma característica de visibilidade instantânea de acesso a produtos e um papel fundamental e importante nas vendas diretas das empresas físicas, bem como as empresas que utilizam o *e-commerce* para fazer suas vendas. As empresas reconheceram a necessidade de se adaptar a essa nova forma de comunicação e a utilizar de maneira estratégica para potencializar suas vendas, isso significa que o número de pessoas conectadas está crescendo e a, *internet* se tornou mais presente no cotidiano dos consumidores, tornando-se obrigatória para as empresas dinâmicas que utilizam o marketing digital para alavancar as vendas diretas criando essa alternativa que ajuda e orienta os clientes na hora de fazer suas compras.

As ferramentas que o marketing digital utiliza com eficiência para atrair e identificar clientes, mostra como é importante se atualizar e conhecer cada vez mais o público alvo, pois, o marketing digital bem elaborado e direcionado para seu objetivo que é o de aumentar as vendas diretas, tem grande capacidade de concretizar a venda num formato mais inovador. Portanto o marketing digital tem por objetivo ajudar as empresas a aumentar seu faturamento e desempenho de prospecção de novos clientes para alavancar as vendas diretas.

O pressuposto teórico dessa pesquisa refere-se ao marketing digital que se caracteriza por ser uma ferramenta de gestão de vendas, inserindo confiabilidade e segurança na efetivação dos negócios, portanto proporciona alavancagem das vendas diretas de uma empresa.

Marketing digital

O Marketing Digital está sendo cada vez mais utilizado por empreendedores. Traz como objetivo principal o aumento da lucratividade e a popularidade da empresa. Todavia, quando nos referimos à *web*, logo existe um amplo território a ser explorado e também aproveitado por quem deseja.

Entre as opções, a Internet é o terceiro meio de comunicação mais utilizado no Brasil. De acordo com a Pesquisa Brasileira de Mídia - PBM (2015), a internet só perde para a Televisão e o Rádio, mas isso não significa que os brasileiros não exerçam outras atividades enquanto estes aparelhos estejam ligados, como por exemplo, estar conectado em um *smartphone*, *tablet* ou qualquer outro dispositivo móvel que esteja ligado à rede.

O ponto positivo em utilizar a ferramenta Marketing Digital, é o de priorizar pelo grande número de pessoas que podem ser alcançadas, se trabalhado de maneira correta tanto em *sites*, como em redes sociais. No Brasil, o número de *smartphones*, em uso, já passou dos 76,1 milhões desde o terceiro trimestre de 2015 (NIELSEN, 2015). Esses dados facilitam a percepção de que há uma grande possibilidade de se ter um serviço eficaz.

Por outro lado, aparece a desvantagem de um custo benefício um pouco alto, que talvez pese no orçamento de empresas que estejam iniciando no mercado. Há uma grande necessidade de contratação de um profissional que fique responsável por esse serviço de divulgação virtual. Como na maioria dos casos, toda novidade requer dedicação e em algumas vezes até insistência, para que um público seja atingido e os resultados possam começar a surgir. Mas, tudo isso leva um certo tempo, que podem variar de uma situação para outra. (DINO, 2015)

Tipos de comércio eletrônico

O comércio pela internet não se dá apenas pelas transações entre consumidores e empresas. O chamado *e-business* ou negócios eletrônicos faz menção à utilização de tecnologia da informação e telecomunicações aplicadas às transações empresariais, oferecendo produtos e serviços em uma estrutura virtual, diferente de uma estrutura física. (TEIXEIRA, 2001)

Outro conceito referente a *e-business* é que este abrange procedimentos desde a produção até a administração de recursos humanos, sendo assim, envolve toda a cadeia dos procedimentos de negócio da empresa, e o comércio eletrônico trata apenas das operações de compra e venda (LIMEIRA, 2003).

Há inúmeras possibilidades para operações realizadas eletronicamente, basta apenas conhecer as partes envolvidas nestas transações que podem ser entre empresas, entre áreas dentro de uma mesma organização e entre as empresas e seus consumidores finais.

O *Business-to-Business* - B2B são transações realizadas entre empresas. *Business-to-consumer/consumer-to-Business* - B2C/C2B são transações entre empresas e os consumidores finais. *Consumer-to-Consumer* - C2C são transações entre os consumidores finais. *Government-to-Consumer/Consumer-to-Government* - G2C/C2G são operações que se dão através do governo com os consumidores finais. B2G/G2B são as transações realizadas entre o governo e as empresas como as licitações e produtos necessários socialmente. E as transações de compra e venda que ocorrem através do *Government-to-Government* - G2G são transações realizadas somente entre os departamentos do governo (CROCCO *et al*, 2010).

Dentre os tipos de *e-commerce*, o maior destaque é para o *Business-to-Consumer* - B2C o qual possui o maior número de transações.

No Brasil o modelo de *e-commerce* B2B tem, em sua maioria, o comércio de empresas industriais e comerciais; estas empresas são as que proporcionam aos consumidores a oportunidade de compra e entrega de produtos em local definido pelo cliente, e são também empresas que mais necessitam de investimento para sua concepção, desenvolvimento e manutenção.

O B2B tem por característica desde uma ampla oferta de *sites* até uma enorme variação e diferenciações de preços, concorrência e ofertas oferecidas, o que permite aos consumidores adquirir o máximo de informações em relação à compra a ser efetuada, desde a compra até a entrega dos produtos aos consumidores. (KALAKOTA *apud* UEMA; LAZZARI, 2008).

Com o elevado crescimento do *e-commerce* na internet, cresce também a necessidade das organizações e construir uma estrutura adequada que comporte todo esse sistema.

Para Luciano *et al* (2003), as organizações necessitam de uma infraestrutura não só tecnológica para realizar transações pela internet, mas também uma nova estrutura em seus processos, tendo soluções que envolvam pessoal interno e externo da organização. Por isso é importante analisar as vantagens e desvantagens dessa ferramenta antes de utilizá-la, sabendo exatamente seus prós e contras.

Marketing digital e suas definições

A velocidade como os fenômenos do cotidiano estão acontecendo, faz com que as organizações se adaptem as mudanças, dessa forma, preciso traçar o futuro das empresas,

e o maior desafio está em encontrar um caminho lógico, assim define Kotler (2003) que as mudanças ocorridas estão em um ritmo cada vez mais acelerado.

Segundo Peçanha (2013), o Marketing digital é considerado como sendo o conjunto de atividades que uma empresa ou pessoa executa *online* com o objetivo de atrair novos negócios, criar relacionamentos e desenvolver uma identidade de marca. É possível identificar o marketing digital, como uma ferramenta que faz parte da vida de qualquer pessoa, empresa ou canal de vendas que tem por objetivo, expor com maior facilidade e divulgar sua marca ou mercadoria com maior visibilidade e com isso alcançar um maior número de pessoas em diversos lugares do país e ultrapassando fronteiras através de plataformas digitais eficazes e eficientes.

Aplicabilidade do Marketing digital

O marketing digital vem sendo utilizado por empresas que querem promover seus produtos em canais de vendas que possam possibilitar a introdução de grande demanda de oportunidade de negócios com o intuito de aumentar seu faturamento, otimizar seus processos gerando grandes negociações e traz uma nova forma de vendas direcionadas ao novo público que atua nas compras em feitas por mídias digitais. (PEÇANHA, 2013)

O marketing digital pode ser considerado como sendo um dos benefícios dos negócios *online*, podendo personalizar a abordagem aos consumidores virtuais, observando seu tipo de comportamento na internet. Kotler (2003) contextualiza que as empresas que terão oportunidade de alcançar o sucesso serão as que escolherem seu mercado-alvo e preparam programas de marketing customizados. Com essa afirmação é possível notar que é imprescindível conhecer o perfil do consumidor, o qual compra *online*.

É necessário entender todo contexto do marketing digital, para depois planejar ações eficientes que estejam ligadas entre si; essa ação é importante para que a empresa obtenha projeção e cresça. A internet se tornou um ambiente que afeta o marketing da empresa de diversas formas, seja na comunicação corporativa seja na publicidade, e continuará afetando o marketing mesmo sem investir um centavo nele. Ao contrário da mídia tradicional, em que o controle é dos grupos empresariais, na internet o controle é do consumidor.

Quando se fala de marketing digital no ambiente da internet, o objetivo é determinado pelas pessoas, suas histórias e seus desejos. O assunto convencionou-se sobre relacionamentos e necessidades a serem atendidas (TORRES, 2009). Portanto, percebe-se

que o comportamento do consumidor não muda, pois as necessidades e desejos continuam os mesmos, as possíveis mudanças vêm da evolução do comportamento da sociedade, a única variável que sofre mudanças de comportamento é o fato que a internet, de fato, fez abrir as portas para opiniões.

Como o marketing digital vem crescendo cada vez mais, é possível, segundo Peçanha (2013), ultrapassar limites que nunca foram conquistados pelas as empresas somente com seus produtos em pontos de vendas estratégicos, mais sim com a visibilidade que o marketing digital traz para as empresas com esse tipo de canal.

O autor Torres (2009), relata as estratégias como sendo interdependentes e subdividem-se em:

- a) Marketing de conteúdo: é o conteúdo dentro de um *site*, e a primeira e mais importante forma de comunicação com o consumidor conectado.
- b) Marketing nas mídias sociais: são *sites* construídos para interação social e compartilhamento de informações, ou seja, opiniões de pessoas falando de diversas coisas, inclusive dos serviços prestados.
- c) Marketing viral: que é a comunicação individual entre um internauta e outro, o chamado boca a boca.
- d) E-mail marketing: uma forma de comunicação pessoal e empresarial, onde são enviadas mensagens em massa, para destinatários específicos, de maneira estratégica.
- e) Publicidade *online*: geralmente são banners com anúncios publicitários, que com o tempo ganharam animação, interação, som, vídeo e muitos outros recursos.
- f) Pesquisa *online*: é uma forma de conhecer o público – alvo, seu comportamento e suas opiniões, para planejar suas estratégias e ações de marketing.
- g) Monitoramento: é uma ação estratégica que integra os resultados de todas as outras ações estratégicas, táticas e operacionais, permitindo verificar os resultados e agir para correção de rumos ou melhoria das ações. Dessa forma, nota-se que o marketing digital deve ser encarado como um conjunto de sete ações estratégicas, cada uma criando ações táticas e operacionais, que de forma coordenada e interdependente, gera sinergia e resultados, de acordo com a dinâmica utilizada pelas empresas.

A Importância do Marketing Digital

O marketing digital tem como objetivo usar a força da Internet para realizar um novo tipo de comunicação e de relacionamento com os consumidores, no qual o relacionamento é bidirecional, isto é, o consumidor não é passivo e sim ativo ao longo do processo. O marketing digital oferece algumas vantagens em relação ao marketing tradicional, com base em (DIONISIO *et al.*, 2009), tais vantagens são:

- a) Mais agilidade: o marketing e a propaganda tradicionais exigem grande investimento de tempo antes da veiculação.
- b) Baixo custo: o espaço de propaganda na Internet é relativamente mais barato e o custo de atualização de um
- c) Anúncio numa página Web também é relativamente baixo, permitindo que os anúncios estejam sempre atuais.

Formas múltiplas de mensuração:

- a) Análise de click-through, com a mensuração da receita de vendas e do custo «por clique».
- b) Marketing um a um: maior grau de personalização. Os clientes podem receber tratamento diferenciado com base nas suas características e preferências individuais.
- c) Informação sobre clientes: é fácil obter informações sobre clientes à medida que estes utilizam a Internet.
- d) Distribuição ilimitada da informação: não há limites temporais ou geográficos de acesso à Internet.
- e) Aumento do número de utilizadores: a utilização da Internet está a aumentar rapidamente, verificando-se migração de pessoas que antes só assistiam à televisão.

Com base em cada afirmação acima, foi possível identificar a importância de mensurar as informações e caracterizar possíveis resultados a ser apurado.

Mídias digitais que favorecem o desempenho das vendas diretas

Sem dúvida que esta evolução do marketing apenas é possível devido à própria evolução da Internet. Na sua fase inicial, conhecida como Web 1.0, a Internet resumia-se a uma plataforma para colocar informação, não existindo qualquer interação com o utilizador. Nesta fase o consumidor é passivo, consome a informação que lhe é apresentada naquele momento.

Nesta era da Web 1.0 a comunicação de marketing, isto é, o meio pelo qual as empresas procuram informar, persuadir e lembrar os consumidores, direta ou

indiretamente, sobre os produtos e serviços que comercializam, está assente nas ferramentas de marketing tradicional preconizadas no modelo dos 4 «P». Segundo Kotler; Keller (2006), essas ferramentas mix de comunicação podem ser consubstanciadas em seis formas essenciais de comunicação (KOTLER; KELLER, 2006; KOTLER, 2006):

a) Propaganda, qualquer forma paga de apresentação e promoção não pessoais de ideias, mercadorias ou serviços por um anunciante identificado, como anúncios impressos e teles, embalagem, filmes, livros e brochuras, fotografias, catálogos, anúncios, cartazes.

b) Promoção de vendas, uma variedade de incentivos de curto prazo para estimular a experimentação ou a compra de um produto ou serviço, como concursos, prémios e ofertas, amostras, feiras e mercados, demonstrações, cupões, descontos, financiamento.

c) Relações públicas e assessoria de imprensa, uma variedade de programas elaborados para promover ou proteger a imagem de uma empresa ou dos seus produtos como, por exemplo, notícias de imprensa, conferências, seminários, relatórios anuais, doações de caridade, patrocínios, eventos.

d) Vendas pessoais, interação pessoal (cara a cara) com um ou mais compradores potenciais com o objetivo de apresentar produtos ou serviços, responder a perguntas e recolher pedidos de compra. Por exemplo, apresentações de vendas, reuniões de vendas, programas de incentivo, amostras, feiras e mercados.

e) Marketing direto, utilização de correio, telefone, fax, correio eletrónico (e-mail) ou Internet para comunicar diretamente com clientes específicos e potenciais ou solicitar-lhes uma resposta direta. Salientam-se os catálogos, ofertas pelo correio, tele vendas, vendas pela televisão, entre outros canais.

O uso do comércio eletrónico pelas empresas tornou-se não só uma inovação como também uma ferramenta que gera vantagem competitiva, tornando-se uma tendência mundial, onde clientes buscam cada vez mais praticidades e conforto ao realizar suas compras pela internet. Com o aumento significativo de compras nessa modalidade, surgem os desafios para que as empresas consigam suprir toda essa demanda existente.

O Marketing Digital pode aumentar a lucratividade do negócio, estabelecer relacionamentos com o cliente e de uma forma pública mostrar aos demais toda essa interação através das Redes Sociais. Todavia, não é uma atividade extremamente simples e requer dedicação e tempo do profissional de Marketing para a uma boa criação de conteúdo,

publicações que prendam a atenção do usuário e também estratégias de promoções, descontos ou sorteios.

Forma de utilização do marketing digital nas vendas diretas

O marketing digital por sua função e desempenho traz resultados expressivos nas vendas diretas, sendo utilizado com eficiência e, em se tratando de comunicação, expõe o produto adequado e de maneira que possa atrair o cliente com sua plataforma digital, conseguindo alavancar os negócios e atraindo mais clientes que possam se interessar pela marca ou produto através desse canal digital. Segundo Peçanha (2013), o principal retorno que as empresa podem ter são clientes engajados, interessados na marca, nos seus produtos e serviços, além de mais receita. Para isso, as melhores ferramentas são a criação conteúdos digitais interessantes, bom uso das redes sociais, atenção ao *móBILE* e o bom atendimento aos clientes. Principalmente as lojas virtuais devem sempre se preocupar em deixar claro que há atendimento e formas de contato com a empresa para sugestões, reclamações ou informações.

Comércio eletrônico/ou *e-commerce* na atualmente

Os negócios eletrônicos, de acordo Limeira (2003), abrem um gigantesco mercado mundial descentralizado, com baixos custos operacionais e poucos obstáculos à entrada. Isso transforma as estruturas de mercados tradicionais e traz impacto enorme nos produtores, nos canais de distribuição e no mercado de mão-de-obra. Pela primeira vez na história, um mercado genuinamente global está tornando-se realidade, independente das exaustivas discussões a respeito da abertura de mercados nacionais ou dos esforços meticulosos para a liberação, os negócios eletrônicos já nascem globais. A desigualdade entre classes sociais tende a crescer ainda mais com essa abertura que o *e-commerce* traz à população nesta forma de empreendimento entre os países em desenvolvimento e os países desenvolvidos.

A influência do marketing digital para ajudar na alavancagem das vendas

O modelo Loja Virtual é o da empresa que realiza vendas pela internet para um segmento e clientes, oferecendo produtos, serviços e informações tanto no mercado *business-to-business-B2B* mercado organizacional quanto no *business-to-consumer-B2C* mercado ao consumidor. Esse tipo de empresa deve, entre outras estratégias, atrair o

público para a loja, criar oferta atraente e exclusiva para convencer o cliente a comprar, atender expectativas do cliente quanto a prazo de entrega, preço justo e qualidade de produto e/ou serviço. (VIDIGAL, 2003).

Essa ferramenta de mídia digital tem o poder de persuadir o cliente direto ou indiretamente; buscando todo o tipo de informação, tendência e inovação, este modelo de vendas cada vez consegue atrair e fidelizar mais clientes.

O marketing digital assume-se como uma ferramenta essencial para promover produtos e serviços, permite aos consumidores interagir e partilhar as suas opiniões e análises de produtos. Através destes canais, a opinião dos consumidores, em tempo real, pode ter um forte impacto sobre a venda e posicionamento dos produtos (SMITH, 2011).

Conclusão

O marketing teve que se adaptar ao processo evolutivo das tecnologias de informação e comunicação publicitária e aos novos canais de comunicação, em sua maioria no meio virtual, para acompanhar o novo comportamento do consumidor inserido no meio digital.

Confirmando os objetivos, foi possível identificar a importância de operacionalizar a ferramenta de marketing digital no processo de aumento gradativo das vendas diretas, visto que a cada dia a movimentação de comprar e venda pela internet vem sendo um dos principais catalizadores do desempenho no cenário empresarial, além das rotinas obrigatórias para identificação de novas oportunidades abertas nos procedimentos de comunicação virtual baseados em mídias *on-line* e redes sociais, antes ignoradas, porém, na atualidade, figuram como potencializadoras do aumento das vendas.

Com base na pesquisa realizada, no formato bibliográfico, foi possível observar a eficácia da utilização do marketing digital para o aumento das vendas em escalas cada vez maiores. Ao analisar o pressuposto teórico, observou-se, através de relacionamentos entre mídias digitais, a postura de confiabilidade e segurança no contexto de compra através da internet. Por mais que as lojas físicas sejam interpretadas como sendo locais de controle e segurança, muitas transformações começam a ser mais visíveis e importantes para o cenário empresarial no que diz respeito a tomada de decisão para aceleração das vendas, o perfil dos consumidores apresenta relativa mudança nas operações de pesquisa e compra de produtos, envolvendo agilidade, confiança e segurança.

O marketing digital possui uma característica de visibilidade, a qual pode se tornar instantânea para o acesso a produtos, além de possuir um papel fundamental nas vendas diretas das empresas, físicas e virtuais. Levando em consideração as mídias sociais no processo de englobar esse modelo de vendas, através do uso da comunicação publicitária digital, auxiliando cada vez mais no aumento das vendas diretas.

O pressuposto teórico compete ao marketing digital caracterizado por ser uma ferramenta de gestão de vendas, inserindo confiabilidade e segurança na efetivação dos negócios, portanto proporciona alavancagem das vendas diretas de uma empresa. Assim, o Marketing Digital é uma ferramenta essencial para a alavancagem das vendas diretas, dessa forma, confirma-se o pressuposto teórico deste estudo.

Referências Bibliográficas

CROCCO, Luciano. *et al.* **Marketing: perspectivas e tendências.** São Paulo, Saraiva, 2010. ISBN 978-85-02-09827-8.

DINO, Raphael. Vantagens e Desvantagens da utilização de Redes Sociais por Empresas. Tudo sobre Marketing. abril, 2015. Disponível em: <<http://tudosobremarketing.com.br/5vantagens-e-desvantagens-da-utilizacao-das-redes-sociais-por-empresas/>>. Acesso em: 07 mar. 2017.

DIONÍSIO, Pedro. *et al.* **B-Mercator - Blended Marketing.** Alfragide: Publicações Dom Quixote. 2009

KOTLER, Philip. **Marketing de A a Z: 80 conceitos que todo profissional precisa saber.** 3. reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin. L. **Administração de Marketing.** Traduzindo por Mônica Rosenberg, Cláudia Freire, Brasil Ramos Fernandes. 12. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2006. Tradução de: Marketing management.

_____. **Administração de marketing: A Bíblia do Marketing.** 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

LIMEIRA, Tania M. V. **E-marketing: o marketing na internet com casos brasileiros.** São Paulo: Saraiva, 2003.

LUCIANO, Edimara. M; TESTA. Mauricio. G e FREITAS, Henrique. As tendências em comércio eletrônico com base em recentes congressos. 2003. Disponível em:<http://www.ea.ufrgs.br/professores/hfreitas/files/artigos/2003/2003_127_CLADEA.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2017.

NIELSEN, Ibope. 68 Milhões usam a internet pelo smartphone no Brasil. Nielsen. Junho, 2015. Disponível em: <<http://www.nielsen.com/br/pt/press-room/2015/68-milhoes-usam-ainternet-pelo-smartphone-no-Brasil.html>>. Acesso em: 12 set. 2017.

PEÇANHA, Vitor. Marketing Digital: O que é isso, afinal? Marketing de Conteúdo. Dezembro, 2014. Disponível em: <<http://marketingdeconteudo.com/marketing-digital/>>. Acesso em: 10 out. 2017.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Pesquisa Brasileira de Mídia 2015. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativasde-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>>. Acesso em: 06 set. 2017.

SMITH, Kelly. **Marketing Digital, estratégias de desenvolvimento de vendas.** Journal Strategic Marketing, pp. 489- 495, 2011.

TEIXEIRA, Jayme F. **Comercio Eletrônico.** Senac nacional. 2001. ISBN 85-8786-408-4.

TORRES, Claudio. **A Bíblia do marketing digital: tudo o que você queria saber sobre marketing e publicidade na internet e não tinha a quem perguntar.** São Paulo: Novatec, 2009.

UEMA, Evelin; LAZZARI, Claudio. P. O crescimento do e-commerce no Brasil: Estudo de caso do “Submarino”. Revista Científica da Faculdade das Américas, São Paulo, n 2, 2008. Disponível em: <<http://www.fam2011.com.br/site/revista/pdf/ed3/art2.pdf>>. Acesso em 12 set. 2017.

VIDIGAL, Tania M. **E-Marketing: o marketing na internet, com casos brasileiros.** São Paulo: Saraiva, 2003.

O Planejamento Financeiro como ferramenta de controle para o Administrador

The Financial Planning as a control tool for the Administrator

Carlos Henrique Vieira¹
Priscila Himuro Primo²
Fabiane Cristina Spironelli³
Cleide Henrique Avelino⁴

RESUMO

O Planejamento Financeiro é um conjunto de ações e procedimentos que requer uma análise do controle das atividades financeiras da empresa, com o intuito na melhoria dos resultados e conseqüentemente aumentando o valor do patrimônio por meio de geração de lucro líquido. Os relatórios mais comuns e eficazes na gestão financeira são o Balanço Patrimonial, o Demonstrativo de Resultado do Exercício e o Demonstrativo de Fluxo de Caixa. Uma boa administração financeira possibilita a visualização da situação atual da empresa, e assegura à organização em uma estrutura financeira estável evitando assim os riscos em curto e longo prazo.

Palavras – chave: Administração, Controle, Planejamento Financeiro.

ABSTRACT

The Financial Planning is a combo of actions and procedures that requires a control analysis of the financial activities of the company, with the purpose of improving the company's results, with increasing the value of equity through the generation of net income. The most common and effective reports in financial management are the Balance Sheet, the Income Statement for the Year and the Statement of Cash Flow. Good financial management makes it possible to visualize the current situation of the company, and make sure the organization is in a stable financial structure so avoiding the risks in the short and long term.

Keywords: Management, Control, Financial Planning.

Introdução

O presente artigo teve como tema o Planejamento Financeiro, pois o mesmo é o responsável por determinar os objetivos de lucratividade das empresas para que se mantenham competitivas no mercado e se evidenciem diante da concorrência.

O objetivo geral abordou a gestão financeira como um conjunto de ações e

¹ Acadêmico do 8º termo do curso de administração no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – Unisalesiano Campus Araçatuba.

² Acadêmica do 8º termo do curso de administração no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – Unisalesiano Campus Araçatuba.

³ Contadora; Especialização em Contabilidade; Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – Unisalesiano Campus Araçatuba.

⁴ Contadora; Especialização em Contabilidade; Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – Unisalesiano Campus Araçatuba.

procedimentos que requer um planejamento e análise do controle das atividades financeiras da empresa, com o intuito e foco na melhoria dos resultados da empresa, conseqüentemente aumentando o valor do patrimônio por meio de geração de lucro líquido. Os relatórios mais comuns e eficazes na gestão financeira são o Balanço Patrimonial - BP, o Demonstrativo de Resultado do Exercício - DRE e o Demonstrativo de Fluxo de Caixa - DFC.

Para manter uma empresa ativa no mercado são necessários recursos financeiros; o Planejamento Financeiro dá ao empreendedor a visão de como conseguir deixar a empresa em funcionamento, tendo também a ciência do quanto precisa lucrar para que as despesas e custos sejam pagos e ainda ter capital de giro para reinvestir no negócio.

Os objetivos específicos deste artigo tratam sobre como a ausência de um Planejamento Financeiro pode gerar problemas nas tomadas de decisões gerenciais, pois quando não se tem registros adequados, possíveis ações e erros não podem ser identificados antecipadamente, podendo assim causar prejuízos à organização.

As empresas necessitam ter um bom Planejamento Financeiro, e para que isso ocorra, é preciso ter organização e um acompanhamento contínuo sobre as entradas e saídas do empreendimento, com isso o responsável será capaz de prever com antecedência as oportunidades e ameaças no mercado atual, planejando e conseguindo alcançar o sucesso.

A pergunta problema deste artigo questiona se o planejamento financeiro traz benefícios para a gestão do Administrador; tendo como pressuposto teórico como o planejamento financeiro traz benefícios para a gestão do Administrador pois o mesmo serve como ferramenta para as tomadas de decisões gerenciais.

Um dos objetivos do Planejamento Financeiro é mostrar o quanto a empresa tem a receber e a pagar nos próximos meses, traçar metas de venda, identificar como será gasto o dinheiro para melhorar os resultados financeiros, identificar os gastos desnecessários e orientar onde é preciso investir.

Juntamente com a pesquisa bibliográfica, foi realizado um Estudo de Caso para apurar o quadro econômico-financeiro de uma sociedade anônima de capital aberto, que atua no segmento Industrial Têxtil tendo por principal objetivo a fabricação de tecido acabados em ponto de malha e confecção para o vestuário. A empresa foi analisada por meio de um levantamento de dados financeiros sobre o

Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, juntamente com o Balanço Patrimonial – BP e mais os Índices de Rentabilidade e Liquidez, viabilizando assim dados do retorno do capital investido juntamente com a capacidade do ativo ser transformado em dinheiro diante da atual situação financeira.

Administração Financeira

Como descrito por Gitman (2002) a Administração Financeira está diretamente ligada com a Contabilidade, mas difere-se bastante desta área uma vez que, a maioria das decisões empresariais são medidas em termos financeiros, ou seja, o administrador financeiro deve levar em conta as informações obtidas da contabilidade tem necessidade de se relacionar com todas as áreas da empresa.

O Administrador Financeiro usa como base de dados o Balanço Patrimonial e o Fluxo de Caixa da empresa para identificar qual valor disponível para investimentos imediatos, financiamentos, ou seja, para aplicar novas atividades econômicas, buscando as mais rentáveis alternativas de investimentos, com total ciência dos riscos e retornos deste investimento.

As principais atribuições de um Administrado financeiro são: análise e planejamento financeiro, administração da estrutura de ativo da empresa, decisão de investimentos, administração da estrutura financeira e decisão de financiamento.

Gitman (1997) afirma que o processo de planejamento financeiro tem seu início com a projeção de planos financeiros a longo prazo ou estratégicos, que por sua vez dão a direção na formulação de planos e orçamentos operacionais a curto prazo

A Administração Financeira de uma empresa pode ser formada por pessoas com diferentes denominações. Hoje para uma empresa permanecer atuando diante do mercado concorrente, ganhar maior espaço e permanecer estável, a administração financeira precisa ser uma ferramenta fundamental. É preciso se ter uma visão geral da empresa para facilitar enxergar as oportunidades e ameaças internas e externas, pois a sobrevivência de uma empresa é diretamente ligada às decisões tomadas por seus administradores.

Hoji (2004) afirma que para a Administração Financeira, o principal objetivo econômico das empresas é a maximização de seu valor de mercado, pois dessa forma estará aumentando a riqueza de seus proprietários. Os proprietários de

empresas privadas esperam que seu investimento produza um retorno aceitável e compatível com o risco assumido no início do empreendimento.

A importância do Planejamento Financeiro

A Gestão financeira está ligada diretamente ao planejamento, pois é um conjunto de ações e procedimentos administrativos, onde seu objetivo é a melhoria dos resultados apresentados pela empresa, tendo um aumento do seu patrimônio por meio da geração de lucro líquido referente às atividades operacionais.

Gitman (1997) discorre que o Planejamento Financeiro é um dos pontos mais importantes para funcionamento de uma empresa, pois fornece informações para dirigir, coordenar e controlar as diversas ações para se tornar possível o sucesso da organização.

Dois pontos essenciais do planejamento financeiro são o planejamento de caixa e o de lucros. O primeiro diz sobre o planejamento do orçamento de caixa da empresa, por sua vez, o planejamento de lucros é realizado por meio de demonstrativos financeiros, os quais são úteis para fins do Planejamento Financeiro.

O gestor financeiro (ou Administrador Financeiro) tem papel fundamental em uma organização, seja ela empresa ou família, pois é a pessoa que vai planejar e controlar os recursos financeiros e orientar quanto à melhor forma de conduzir as atividades operacionais de curto e longo prazo, com base em conhecimentos técnicos e visão global do negócio. (HOJI, 2011, p. 17).

Um elaborado Planejamento Financeiro possibilita a visualização da situação atual da empresa, e assegura à organização uma estrutura financeira estável evitando assim os riscos em curto e longo prazo, podendo este equilíbrio ser medido pelas aplicações de capital e suas fontes realizando assim uma comparação desses mesmos recursos.

A Gestão Financeira gerencia todas as questões relacionadas ao dinheiro da empresa, onde envolve o planejamento financeiro, captação e investimento de recurso, manutenção de estoque, fluxo de caixa e faturamento, análise de crédito e demonstrativos contábeis, onde requer total comprometimento.

O planejamento consiste em estabelecer com antecedência as ações a serem executadas dentro de cenários e condições preestabelecidos, estimando

recursos a serem utilizados e atribuindo a responsabilidades para atingir os objetivos fixados (HOJI, 2012, p.405).

Para uma boa gestão financeira é necessário um conjunto de ações (HOJI, 2012), como:

- a) Implantar um sistema de informações gerenciais: Para se obter um bom resultado na gestão é necessário conhecer a realidade da empresa, e este sistema reunirá documentos por setores, são estes: as fontes de recurso financeiro, despesas, lucros, entre outros pontos que envolvem o dinheiro da empresa.
- b) Identificar quais seus custos fixos e variáveis: É imprescindível conhecer quais são todos os custos fixos e variáveis que a empresa possui. Muitas empresas optam em contratar escritórios de contabilidade para auxiliar nos cálculos.
- c) Encontrar a margem de contribuição de cada produto ou serviço da empresa: Um dos pontos mais importantes é saber o que cada produto ou serviço contribui para empresa, dessa forma, será possível descartar caso ocorra a necessidade.
- d) Análise se o lucro está de acordo com o ramo de atividade: Isso é necessário para verificar se a empresa está bem-sucedida, ou seja, analisar os lucros gerados mensalmente ou anualmente para poder identificar se o negócio está tendo um rendimento compatível nomercado.
- e) Gerenciar as contas a pagar e receber: É algo essencial para uma boa Gestão Financeira, pois evita que a empresa passe por apertos financeiros ligados ao pagamento de juros ou até mesmo a empréstimos, fatores estes que costumam levar à empresa a falência por ter altos encargos.

Os benefícios do Planejamento Financeiro

A partir do momento que um gestor tem um Planejamento Financeiro, é possível organizar melhor sua empresa e, conseqüentemente, fazê-la crescer de forma sustentável, tirando as possibilidades de dificuldades financeiras e de falir.

Segundo Groppelli; Nikbakht (2001) o planejamento financeiro, é uma parte crucial da administração financeira, inclui a tomada diária de decisões para auxiliar a empresa nas suas necessidades de caixa.

O planejamento financeiro facilita a administração da empresa de modo mais eficaz, tendo uma visão mais ampla dos gastos entre outras despesas mensais, assim possibilita o Administrador Financeiro de prever os gastos e despesas que podem ser cortados.

Planejamento financeiro é o processo de estimar a quantia necessária de financiamento para continuar as operações de uma companhia e de decidir quando e como a necessidade normal de fundo seria financiada. [...], portanto a falta de um planejamento financeiro sólido pode causar falta de liquidez e então a falência (GROPPELLI, 2001, p.364).

O Planejamento Financeiro trará uma facilidade para que o gestor entenda seus resultados e controle suas entradas e saídas de recursos, ou seja, ter um bom planejamento financeiro é de suma importância para a manutenção do negócio e também para seu desenvolvimento.

O Planejamento Financeiro é um conjunto de ações que acompanha contas até o preparo de orçamentos, tudo para facilitar o monitoramento e o melhor desempenho das finanças. Permite desenvolver um roteiro de metas e objetivos a serem conquistados, além de abrir a visão do gestor para quais ações devem ser tomadas para a execução desses objetivos a conquistar.

O Papel do Administrador Financeiro para o Sucesso dos Empreendimentos

O Administrador Financeiro atua diretamente no planejamento, na direção, organização e na conquista de recursos de uma organização, independentemente de seu porte de atuação, o mesmo tem sobre sua responsabilidade analisar os documentos contábeis, avaliando a manutenção de estoques, acompanhando rigorosamente o fluxo de caixa, podendo ainda atuar na área de auditoria.

As funções de um Administrador Financeiro são baseadas principalmente em estudos e análises dos relatórios financeiros, por exemplo, o Balanço Patrimonial – BP, a Demonstração dos Resultados do Exercício – DRE, análise de contas e particularmente no fluxo de caixa onde representa a realidade de seu Ativo Circulante.

Segundo Assaf Neto (2006) as principais funções para o cargo do Administrador Financeiro são, análises, planejamentos e controles financeiro, tomadas de decisões de investimentos e tomadas de decisões de financiamento.

Suas funções se baseiam basicamente em dirigir as atividades e avaliar a situação financeira da organização, por meio de relatórios financeiros elaborados a partir dos dados do resultado, tomando assim decisões estratégicas relativas ao principal objetivo da organização alavancando assim as operações da mesma para se obter um retorno financeiro satisfatório.

A administração financeira de uma empresa é exercida por pessoas de grupos de pessoas que podem ter diferentes denominações, como: vice-presidente de finanças, diretor financeiro, controller e gerente financeiro. (HOJI, 2009, p.07)

Para que os objetivos inicialmente estabelecidos pelos investidores não sejam comprometidos no decorrer do empreendimento, é de suma importância às atividades executadas pelo Administrador Financeiro adequando assim às tomadas de decisões.

O Impacto das Tomadas de Decisões Gerenciais

De acordo com Kazmier (1975), a habilidade nas tomadas de decisões é a chave para um planejamento bem sucedido em todos os aspectos da gestão. Isto envolve mais que simplesmente uma seleção dos planos de ações, mas, assume pelo menos três fases: análise, descoberta de alternativas e elaboração de diagnósticos.

A informação é um recurso efetivo e inexorável para as empresas, especialmente quando planejada é disseminada de forma personalizada, com qualidade inquestionável e preferencialmente antecipada para facilitar as decisões (REZENDE, 2005, p. 247).

Todas as decisões gerenciais envolvem um grande processo de identificação, avaliação e seleção de alternativas nas aplicações de recursos, a parte mais essencial é assegurar, mediante essas decisões um retorno suficiente nos quesitos de quantidade e de tempo, que sejam remunerados todos os esforços realizados.

O empresário/gestor, independentemente da atividade da empresa decide em torno de dois grandes grupos de decisões: estratégicas e operacionais (NEVES, 1996, p. 250).

As decisões estratégicas são realizadas de médio a longo prazo e tratam sobre as decisões de investimento, enquanto as decisões operacionais tem seu foco

voltado ao curto prazo e fazem parte da gestão rotineira da empresa.

A Utilização dos Índices de Rentabilidade e Liquidez

Os indicadores financeiros servem para demonstrar as informações que são importantes para a desenvoltura das atividades da empresa, as quais muitas vezes podem não ser óbvias se simplesmente ser analisadas as demonstrações de uma empresa. Os indicadores mais relevantes para a análise da empresa podem ser calculados mediante o Balanço Patrimonial – PB, Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE e também pelo Fluxo de Caixa.

Como discutido por Catelli (1999), os indicadores de liquidez tem como finalidade exemplificar se o empreendimento possui recursos financeiros que sejam suficientes para a quitação de suas obrigações. Suas informações e elaboração são retiradas somente do Balanço Patrimonial.

Visando examinar a eficácia das operações da organização, os índices de rentabilidade se mostram efetivos quando combinados com os índices de liquidez, ambos tratam da gestão de ativos juntamente com a gestão das dívidas sobre os resultados operacionais.

A rentabilidade de uma empresa reflete diretamente a sua capacidade de gerar receitas, tornando-se assim um dos indicadores mais importantes para os acionistas, pois demonstra o retorno obtido pela empresa sobre o capital investido.

Apresentação do Estudo de Caso

Para analisar os demonstrativos contábeis da empresa Pettenati, foi realizado um Estudo de Caso, aplicando sobre eles os índices de rentabilidade e liquidez.

A empresa Pettenati está no mercado há 50 anos atuando no segmento industrial têxtil, sendo uma sociedade anônima de capital aberto com sede em Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul. Seu principal negócio é a fabricação de tecidos acabados em ponto de malha e confecções para o vestuário.

Desde começo das suas atividades em 1964, a Pettenati conquistou o mercado nacional e internacional, assemelhando seus produtos aos dos fabricantes mais qualificados do mundo. Ao todo são mais de 3 mil funcionários na produção e distribuição, instalados em três unidades industriais.

Sua matriz concentra-se em Caxias do Sul – RS, com filiais em Londrina – PR, São Paulo – SP e Santa Ana – El Salvador.

A mesma é reconhecida pela sua confiabilidade de seus produtos, tendo seriedade e dedicação a todos os detalhes dos procedimentos de desenvolvimento e fabricação, resultando em produtos ícones em vendas e líderes demercado.

Análise dos Índices Financeiros

Quadro 1: Índice de Liquidez Geral

<i>Ativo Circulante +Realizável Longo Prazo/ Passivo Circulante +Passivo Não Circulante</i>
--

2014	2015
$\frac{152.491.777,00+2.853.916,00}{110.242.069,00 + 89.430.591,00} = 0,77$	$\frac{189.174.252,00 + 2.917.804,00}{142.809.637,00 + 104.927.974,00} = 0,77$

Fonte: Estudo de Caso (2017)

Mediante os dados analisados, pode-se observar que em 2014 para cada R\$1,00 de dívidas a curto e longo prazo, há no ativo circulante e no ativo não circulante R\$0,77 de valores a curto e longo prazo, esses direcionados ao pagamento das dívidas. Em 2015 o índice permanece o mesmo.

Quadro 2: Índice de Liquidez Corrente

<i>Ativo Circulante / Passivo Circulante</i>

2014	2015
$\frac{152.491.777,00}{110.242.069,00} = 1,38$	$\frac{189.174.252,00}{142.809.637,00} = 1,32$

Fonte: Estudo de Caso (2017)

No exercício de 2014 para cada R\$ 1,00 de dívidas a curto prazo, há R\$1,38 de valores circulantes para o pagamento dessas. Quando analisado o ano de 2015 é possível ver que este índice teve um pequeno declive passando a ser R\$1,32 para cobertura das dívidas a curto prazo, para cada R\$1,00 de valores a curto prazo.

Quadro 3: Índice de Liquidez Seca

Ativo Circulante – Estoques / Passivo Circulante

2014	2015
$\frac{152.491.777,00 - 56.155.293,00}{110.242.069,00} = 0,87$	$\frac{189.174.252,00 - 65.811.523,00}{142.809.637,00} = 0,86$

Fonte: Estudo de Caso (2017)

Analisando este índice apresentado no Quadro 3 é possível visualizar as disponibilidades da empresa para o pagamento de suas dívidas a curto prazo sem considerar seus estoques, apontando assim uma incapacidade de pagamento nos dados analisados.

Quadro 4: Índice de Liquidez Imediata

Disponível / Passivo Circulante

2014	2015
$\frac{26.092.251,00}{110.242.069,00} = 0,23$	$\frac{41.897.462,00}{142.809.637,00} = 0,29$

Fonte: Estudo de Caso (2017)

É possível observar diante dos dados analisados no Quadro 4 que no exercício de 2014 para cada R\$ 1,00 de obrigações de curto prazo havia R\$ 0,23 de disponibilidade para os pagamentos, havendo assim para o ano de 2015 um aumento desse valor para R\$ 0,29.

Quadro 5: Índice de Rentabilidade do Ativo

Lucro Líquido X 100 / Total do Ativo

2014	2015
$\frac{9.219.801,00 \times 100}{329.675.271,00} = 2,79$	$\frac{14.859.442,00 \times 100}{408.847.751,00} = 3,63$

Fonte: Estudo de Caso (2017)

Conforme indica a análise do índice de rentabilidade do ativo, é possível observar no Quadro 5 que, para cada R\$ 1,00 de investimento do ativo no ano de 2014, a empresa obteve o retorno de R\$2,79 de valores, o qual houve um aumento significativo indo para R\$ 3,63 no ano de 2015 mostrando assim a obtenção do lucro.

Quadro 6: Índice de Rentabilidade do Capital

<i>Lucro Líquido / Patrimônio Líquido</i>	
2014	2015
$\frac{9.219.801,00}{161.110.140,00} = 0,05$	$\frac{14.859.442,00}{130.002.611,00} = 0,11$

Fonte: Estudo de Caso (2017)

Analisando os índices de Rentabilidade do Capital, é possível observar que para o ano de 2014, a cada R\$ 1,00 investido do Capital Próprio houve-se um retorno de R\$ 0,05 tendo um aumento registrado no ano de 2015 de R\$ 0,11.

Análise dos Resultados Obtidos

O resultado obtido com o Índice de Liquidez Geral ressalta a incapacidade de pagamento da empresa a curto e longo prazo, uma vez que este tem como finalidade demonstrar a real liquidez da empresa diante dos compromissos correntes.

Analisando o Índice de Liquidez Corrente, embora tenha apontado uma queda nos anos pesquisados na capacidade de pagamento a curto prazo da empresa, a mesma não é de valor altamente considerável e é válido ressaltar que a empresa tem condições de saldar seus compromissos a curto prazo. É de suma importância esclarecer que uma queda no Índice de Liquidez Corrente pode significar uma Administração Financeira mais rigorosa diante de alguns cenários econômicos preocupantes, enfrentados periodicamente por diversos empreendimentos.

O Índice de Liquidez Seca é usado como um dos índices mais rigorosos para a avaliação da liquidez de uma empresa, uma vez que indica o quanto a empresa tem a dispor de recursos circulantes. Sem considerar os seus estoques, o resultado obtido neste índice é consideravelmente baixo, entretanto, este resultado pode não significar que a empresa esteja com uma situação financeira ruim, porém, o Administrador Financeiro deve estruturar um planejamento para tomada de providências com relação aos resultados desse índice.

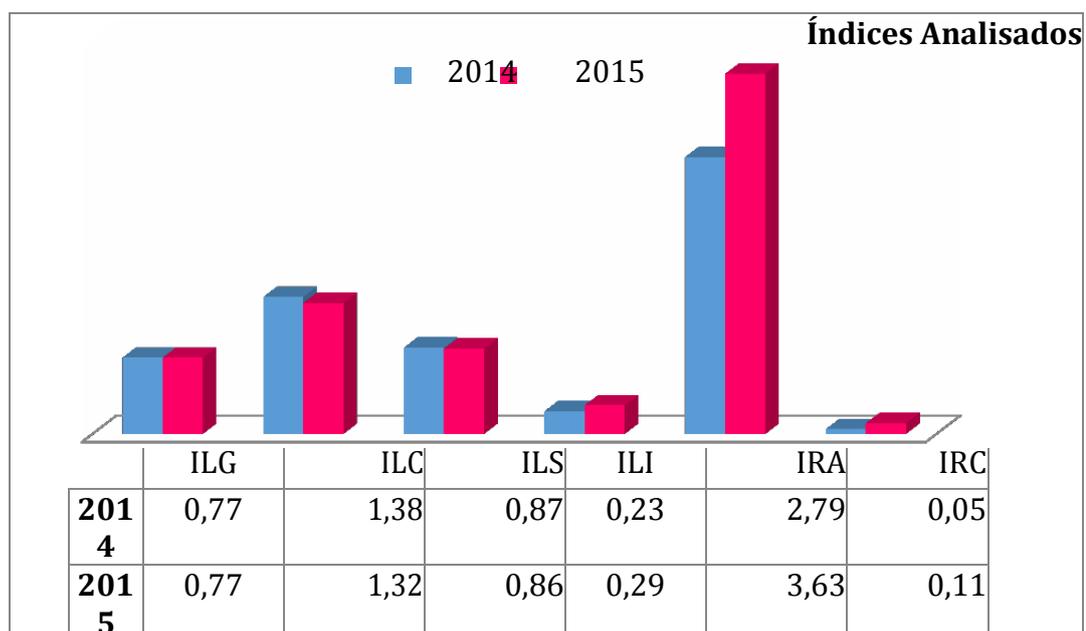
Quando analisado o Índice de Liquidez Imediata é possível observar que a empresa não tem recursos a dispor imediatamente aos pagamentos de suas obrigações, neste sentido, pode-se observar que este índice também é semelhante

com os anteriores, entretanto, chega a ser o mais rigoroso de todos, pois considera apenas os valores disponíveis em caixa, saldos bancários e aplicações financeiras em seu cálculo, ou seja, apenas as contas que possuem liquidez imediata para quitar as obrigações, desconsiderando assim todo seu estoque, direitos e valores a receber da empresa.

O Índice de Rentabilidade do Ativo é o retorno sobre o investimento, o mesmo indica um crescimento satisfatório nos anos analisados diante do quanto a empresa obtém de lucro comparado com o seu investimento total, ou seja, o total de seu Ativo.

A Rentabilidade do Capital é um dos indicadores mais utilizados em análises econômicas, por ter a capacidade de medir o Capital Próprio da empresa em gerar retornos financeiros como demonstrado. Por mais que os índices sofrem um acúmulo de valores, a empresa ainda obtém um retorno extremamente baixo diante do capital.

Gráfico 1: Resultados Índices analisados



Fonte: Estudo de Caso (2017)

Analisando todos os índices de Liquidez e Rentabilidade da empresa, os quais estabelecem a real Capacidade de Pagamento da Empresa em curto e longo prazo, pôde-se observar que a empresa enfrenta problemas financeiros nos anos analisados, levando em consideração que nenhum dos índices deve ser analisado isoladamente, pois diante do ramo da empresa, investimentos e melhorias são

necessárias para a boa desenvoltura das atividades, portanto, pode-se definir que quanto maior a liquidez e rentabilidade melhor será a situação da empresa.

Conclusão

Conclui-se que o Planejamento Financeiro, tema abordado neste artigo, pode ser considerado como a principal ação estratégica para que os Administradores possam traçar as metas do empreendimento reconhecendo assim o cenário financeiro em que está inserido.

As tomadas de decisões gerenciais advêm dos resultados e análises obtidas através dos indicadores financeiros, dessa forma, uma deficiência nestas análises pode gerar problemas nas futuras tomadas de decisões.

Os objetivos gerais e específicos traçados neste artigo foram alcançados, ficando evidente que o Planejamento Financeiro consiste em uma ferramenta da Administração Financeira capaz de implementar a estrutura de metas e objetivos, os quais serão implantados na empresa.

Analisando de forma abrangente todos os índices demonstrados neste artigo, observou-se que a capacidade de pagamento da empresa, a curto e longo prazo, é insatisfatória uma vez que a mesma enfrenta problemas para saldar suas dívidas conforme aponta os índices.

O pressuposto teórico apontado foi confirmado, pois as tomadas das decisões gerenciais somente poderão ser elaboradas a partir de um Planejamento Financeiro bem estruturado, atentando-se à organização e ao acompanhamento contínuo sobre as finanças e os demonstrativos financeiros do empreendimento.

Diante das análises realizadas sobre os demonstrativos financeiros e os índices calculados, a proposta mais viável para o empreendimento seria uma estruturação de ações vindas do Administrador Financeiro para que os níveis referentes ao estoque, considerados baixos neste estudo, sejam analisados, sem que se tenha uma dependência do estoque para o pagamento das dívidas a curto prazo.

Referências Bibliográficas

ASSAF NETO, Alexandre. **Finanças Corporativas e Valor**. São Paulo. Atlas, 2006.

_____. **Planejamento Financeiro: o que é e por que é importante**.

Disponível em:

<<https://www.btgpactualdigital.com/blog/investimentos/o-que-e-liquidez>>
Acesso em: 08 jul. 2017.

CATELLI, Armando (coordenador). **Controladoria: uma abordagem da gestão econômica** – GECON. São Paulo: Atlas, 1999.

FREITAS, Cristiano. **Entenda a importância do planejamento financeiro para sua empresa**. Disponível em: <<http://syhus.com.br/2015/04/14/entenda-a-importancia-do-planejamento-financeiro-para-sua-empresa/>> Acesso em: 14 jul. 2017.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 12. ed. São Paulo: Editora Pearson Education-Br, 2010

_____. **Princípios de administração financeira**. São Paulo: Harbra, 1997

_____. **Princípios de Administração financeira**, Lawrence Gitman 7. ed. São Paulo: Editora Harbra, 2002

GROPELLI, A. A.; NIKBAKHT, Ehsan. **Administração Financeira**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

GuiaBolsa. **Qual a diferença entre rentabilidade e liquidez?**. Disponível em: <<https://blog.guiabolso.com.br/2013/01/07/qual-a-diferenca-entre-rentabilidade-e-liquidez/>> Acesso em: 12 ago. 2017.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira: uma abordagem prática: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, análise, planejamento e controle financeiro**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

_____. **Administração Financeira e Orçamentária**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Administração Financeira na Prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas 2011.

_____. **Administração Financeira e Orçamentária**. 10. ed. São Paulo: Atlas

KAZMIER, Leonard J. **Princípios de Gerência**. 2. ed. São Paulo: Pallas, 1975.

NEVES, J. C. **Análise Financeira -Vol. I - Técnicas Fundamentais**, 12. ed. Texto, 1996.

REZENDE, Denis A. **Sistemas de Informações Organizacionais: guia prático para projetos em cursos de administração, contabilidade e informática**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

CIENCIAS CONTABEIS

A importância do Planejamento Tributário para o comparativo das modalidades de tributação na apuração de imposto e contribuições

The importance of tributary planning for the comparative of taxation modalities in the calculation of taxes and contributions

Aline Bernardes Pereira¹
Meire de Oliveira Lemos²
Celso Roberto Dias³
Cleide Henrique Avelino do Valle⁴
Fabiane Cristina Spironelli⁵

RESUMO

Este artigo analisa a redução da carga tributária de uma empresa do ramo de atividade de comércio de carvão, que tem como objetivo identificar a melhor forma de tributação para esta, buscando uma possível economia tributária sem cometer atos ilícitos, utilizando a legislação vigente e as ferramentas do planejamento tributário. O planejamento tributário tem como objetivo a redução da carga tributária, proporcionando para a empresa melhores condições para se manter no mercado, utilizando os benefícios de cada modalidade em conformidade com as leis tributárias. Para o desenvolvimento deste artigo foram utilizados métodos de pesquisa bibliográfica para fundamentação teórica, e um estudo de caso demonstrando através de uma análise os resultados obtidos pelo planejamento tributário.

Palavras-chaves: Planejamento Tributário; Regimes de Tributação; Economia Tributária.

ABSTRACT

This article analyzes the tax burden reduction of a coal trade branch of activity, that has like objective identify the best form of taxing to this, searching a possible tax saving without commit unlawful acts, utilizing the current legislation and the tax planning tools. The tax planning has like objective the tax burden reduction, providing to the company better conditions to keep itself on the market, using the benefits of each modality in conformity with the tax laws. To the development of this article were used bibliographic search methods to theoretical substantiation, and a case study demonstrating through an analysis the got results by the tax planning.

1 Acadêmica do 8º termo do curso de Ciências Contábeis no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

2 Acadêmica do 8º termo do curso de Ciências Contábeis no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

3 Contador, Professor Universitário, Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba.

4 Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium Campus Araçatuba.

5 Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium Campus Araçatuba.

Key words: Tax Planning; Tax Regimes; Tax Economy.

Introdução

Usado como forma de minimizar custos fiscais, um dos benefícios do Planejamento Tributário é a economia financeira, uma vez que, para manter-se no mercado, são necessárias estratégias legais que facilitem essa permanência e auxiliem no manuseio da legislação e suas exigências, as quais o planejamento pode proporcionar.

Neste sentido, tendo em vista que a carga tributária tem atingido patamares que comprometem as atividades empresariais, o presente trabalho tem como objetivo geral buscar conhecimento relativo ao planejamento tributário e aos regimes de tributação. Atendendo às expectativas dos objetivos específicos através de cálculos comparativos dos regimes tributário Simples Nacional e Lucro Presumido com base nas informações da empresa no ano de 2016, e apresentando a forma menos onerosa e viável entre os dois regimes e os benefícios proporcionados para a empresa.

Diante da importância da tributação para as empresas, questiona-se: O planejamento tributário é fundamental na escolha do regime de tributação de uma empresa?

O Planejamento Tributário é fundamental na escolha do regime de tributação; através dele, encontram-se informações necessárias que irão comparar, dentre os regimes tributários, qual o mais vantajoso, encaixando-se na atividade e faturamento da empresa, visando diminuir pagamentos de tributos, procurando também a diminuição de custos para sua empresa.

Fundamentação Teórica

O planejamento Tributário é uma ferramenta indispensável que toda empresa obtém como medida de maximizar lucros, buscando formas legais que analisam a situação tributária atual da empresa e simulam opções que permitam à empresa uma economia na carga tributária, sempre baseada em procedimentos legais.

Segundo Carvalho (2014), a elevada carga tributária brasileira é um dos grandes desafios enfrentados pelas empresas. O contribuinte, por sua vez, tem que

estar ciente ao estruturar seu negócio da maneira que lhe pareça viável, procurando a diminuição dos custos do seu empreendimento, inclusive os impostos. Se a forma encontrada é lícita, os órgãos fiscais devem respeitá-la, e uma das ferramentas usadas para essa finalidade tem sido o planejamento tributário.

De acordo com Chaves (2014), o planejamento tributário exige certos conhecimentos, sendo estes o contábil e o jurídico; o conhecimento contábil, além da intimidade com a legislação fiscal, proporciona ao profissional maior facilidade em identificar, no processo operacional da empresa, os fatos geradores de tributo; e o conhecimento jurídico auxilia a identificar na legislação as oportunidades de redução da carga tributária.

Chaves (2014. p. 11),

Um bom planejamento é baseado nas normas e leis tributárias, nas informações fiscais e contábeis fornecidas pela empresa, e deve ser realizado por um profissional com conhecimento do assunto, tomando medidas cabíveis escolhendo uma ou mais opções lícitas visando à economia da empresa e principalmente, evitando que o contribuinte opte por métodos ilegais para redução da sua carga tributária.

Conforme Chaves (2014), a particularidade do planejamento é a constante alteração da legislação, o que implica na necessidade de o profissional estar sempre muito atento para não levar o contribuinte a cometer um crime contra a ordem tributária.

É de extrema importância que, ao fazer um planejamento tributário, seja efetuada uma distinção clara de elisão, elusão e evasão fiscal. Todos são sinônimos de não pagamento dos tributos, porém os métodos utilizados para esse fim, em cada um, são muito diferentes, exigindo assim um conhecimento explícito de todos.

Elisão, Evasão e Elusão Fiscal

Seguindo a linha de pensamento de Carvalho (2014) a elisão fiscal busca a possibilidade de economizar no pagamento de tributos através de um caminho utilizado de forma lícita, possibilitando ao contribuinte reduzir a carga tributária antes da ocorrência do fato gerador.

Não se deve confundir essa prática com a sonegação fiscal. Sonegar é o uso de meios ilegais para deixar de recolher o tributo devido.

Segundo Cassone (1997), evadir é evitar, reduzindo o pagamento do tributo devido, reduzindo-lhe o montante ou postergar o momento em que se torne exigível, por atos ou omissões do sujeito passivo, posteriores à ocorrência do fato gerador. Deixa-se evidente que evasão pode ser caracterizada como fraude, que é arquitetada antes do fato gerador, com artifícios e simulações no sentido de afastar a incidência do tributo, ou por sonegação, que ocorre depois do fato gerador, com a ocultação do fato perante o fisco e o não pagamento do tributo.

A elusão fiscal em certos casos não é considerada como uma forma ilícita de isenção de tributos por ocorrer quando o contribuinte utiliza meios artificiosos para não pagar os mesmos. Essas ações podem ser denominadas como elisão ineficaz, uma vez que não há intenção de esconder a prática por parte do contribuinte, possibilitando que o fisco descubra a ação e atribua o tributo correspondente ao mesmo antes sonegado. Alexandre (2010).

Espécies de tributos

A doutrina é rica em definições de tributo, porém não há melhor conceito que a própria Lei, definido pelo art. 3º do Código Tributário Nacional – CTN, o tributo é uma prestação compulsória paga ao Estado instituída em leis.

São os tributos que geram as cargas tributárias das empresas, pois uma vez realizado o fato descrito como gerador de incidência o fato gerador estará o contribuinte obrigado a recolher aos cofres públicos o respectivo montante apurado.

Segundo Amaro (2014, p. 38) [...] *a palavra tributo originou-se do latim tribuo, tributum, tribuere, que significa dividir por tribos, atribuir, e atualmente é entendido como repartir com os cidadãos a despesa pública.*

O tributo é dividido em espécies, ou seja, as modalidades a que ele pertence, sendo os cinco principais: impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e as contribuições sociais.

Impostos

Seguindo a linha de raciocínio de Alexandre (2015) o imposto corresponde à quantia de dinheiro legalmente cobrada pelo Poder Público, devendo ser paga pelos

contribuintes com a finalidade de atender as despesas de interesse comum e não as vantagens de ordem pública.

Alexandre (2015),

Os impostos são, por definição, tributos não vinculados que incidem sobre manifestações de riqueza do sujeito passivo (devedor). Justamente por isso, o imposto se sustenta sobre a ideia da solidariedade social. As pessoas que manifestam riqueza ficam obrigadas a contribuir com o Estado, fornecendo-lhe os recursos de que este precisa para buscar a consecução do bem comum. Assim, aqueles que obtêm rendimentos, vendem mercadorias, são proprietários de imóveis em área urbana, devem contribuir respectivamente com a União (IR), com os Estados (ICMS) e com os Municípios. (IPTU).

O Código Tributário Nacional, em seu art. 16º, define imposto como o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

Carvalho (2014) diz que o Estado ou setor público não tem por obrigação oferecer ao contribuinte algum tipo de benefício em contrapartida com o recolhimento do imposto, ou seja, o contribuinte, seja pessoa física ou jurídica, sabe que não irá receber algo em troca por pagá-los corretamente.

Taxas

Uma forma de tributo, imposta pelo governo ou por alguma instituição privada, que visa cobrar, através de recursos financeiros, certos serviços fundamentais.

A taxa diferencia-se do imposto por ser um pagamento que como contrapartida gera um direito de um serviço a ser prestado pelo setor público, ou seja, sua origem e pagamento estão diretamente vinculados a uma prestação de serviço, tendo em si um benefício ou vantagem gerada ao contribuinte que efetuar seu recolhimento. (SABBAG, 2013)

Contribuição de melhoria

Art 1º. A Contribuição de Melhoria, prevista na Constituição Federal, tem, como fato gerador, o acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas, direta ou indiretamente, por obras públicas. Melhor dizendo, esse tributo só será cobrado se antes ocorrer uma obra pública que ajude a valorizar o imóvel do cidadão, tais como: pavimentação, iluminação, entre várias outras existentes.

Alexandre (2015, p. 75)

O mesmo não pode ser cobrado antes que a obra seja concluída, uma vez que também não pode ser recolhido com a intenção de obras futuras, somente é devido e seu fato gerador formado se a obra incidir e for terminada naquela região, deixando claro que não pode ser cobrada de projetos não concluídos.

Empréstimo compulsório

O empréstimo compulsório é definido no art. 148 da Constituição Federal de 1988, onde explica que:

A União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência; no caso de investimento público, de guerra externa e de relevante interesse nacional.

A aplicação dos recursos provenientes de empréstimo compulsório, arrecadado conforme a lei determina que será vinculada à despesa que fundamentou sua instituição, ou seja, todo empréstimo tem sua destinação definida previamente, para então ser instituído e cobrado.

Contribuição social

São tributos arrecadados e destinados a áreas específicas do setor público, como a previdência e a seguridade social, que tem destinação e finalidade certa, como: saúde, educação, cultura, assistência social, entre outros departamentos públicos.

A contribuição social consiste em um tributo destinado ao custeio das atividades de instituições fiscalizadoras e representativas de categorias econômicas ou profissionais, que exercem funções legalmente reputadas como de interesse público. (SABBAG 2013, p. 493)

Elementos do tributo: fato gerador, contribuinte, base de cálculo e alíquota

O tributo, de forma geral, consiste em uma receita arrecadada pelos cofres públicos, instituído por lei, mas para que haja sua ocorrência e para que o mesmo seja recolhido é necessário que ocorram certos elementos básicos.

A norma tributária elenca determinados fatos capazes de gerar a obrigação tributária. Estes fatos podem ser chamados de hipótese de incidência, fato tributável,

etc. No Brasil tem predominado a expressão fato gerador. (MARIANO; WERNECK; BEZERRA, 2009, p.73)

Outro elemento do tributo é o contribuinte, ou seja, a pessoa física ou jurídica, que ocasiona o fato gerador de um tributo, adquirindo para si a obrigação de recolhimento do mesmo. O contribuinte é o sujeito passivo que tem relação pessoal e direta com o fato gerador do tributo; é aquele que o realiza. (MARIANO; WERNECK; BEZERRA, 2009).

A base de cálculo é o valor sobre o qual se aplica o percentual definido por lei complementar com a finalidade de se apurar o montante a ser recolhido em determinado tributo. (PEREIRA; SILVA, 2014, p. 36). Por exemplo, na venda de um bem imóvel, a base de cálculo do Imposto de Renda é a diferença entre o valor da venda e o valor declarado do imóvel na declaração anual de renda e patrimônio.

Por fim, existe a alíquota. Conforme Marfrim (2012), a alíquota será um percentual quando a base de cálculo for um valor econômico, como no cálculo de Programa Integração Social – PIS, Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS, Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF sendo a mais utilizada; e será um valor quando a base de cálculo for uma unidade não monetária, como as contribuições de melhoria, taxas e outros.

Regimes Tributários

A escolha do regime tributário e seu enquadramento é o que irá definir a incidência e a base de cálculo dos impostos federais, estaduais e municipais.

De acordo com Crepaldi; Crepaldi (2015), no Brasil existem três regimes tributários mais utilizados nas empresas, nos quais estas podem se enquadrar de acordo com as atividades desenvolvidas; estes regimes são o Simples Nacional, o Lucro Presumido e o Lucro Real.

Convém ressaltar que cada regime tributário possui uma legislação própria que define todos os procedimentos a serem seguidos pela empresa a fim de definir um enquadramento mais adequado visando à redução da carga tributária.

Simples Nacional

O simples nada mais é que um regime diferenciado, voltado para empresas de pequeno porte, com receita bruta anual de até R\$ 3,6 milhões - limite que será de

R\$ 4,8 milhões em 2018. O mesmo foi implantado com o objetivo de simplificar a vida dos microempresários.

Antes da aplicação desse regime, essas empresas pagavam seus tributos em várias guias e com valores que poderiam ser aplicados somente às empresas de grande porte.

De acordo com Crepaldi; Crepaldi (2015), o Simples Nacional implica o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação dos seguintes tributos: Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ; Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI; Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL; Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS; Programa Integração Social - PIS; Contribuição Patronal Previdenciária – CPP; Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS; Imposto sobre Serviços de qualquer natureza – ISS.

O Cálculo do Simples Nacional é realizado no aplicativo específico, o PGDAS, para o cálculo do valor devido e geração do Documento de Arrecadação do Simples Nacional - DAS. Esse aplicativo está situado no *site* da Receita Federal do Brasil.

O valor devido mensalmente pelas microempresas - ME e empresas de pequeno porte – EPP optantes pelo Simples Nacional é determinado mediante aplicação das tabelas dos anexos da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, que foi posteriormente alterada pela Lei Complementar no. 127, de 14 de agosto de 2007, com o objetivo de aperfeiçoamento do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições.

Para efeitos de apuração e pagamento do imposto simples, o contribuinte deverá considerar como receita bruta o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos; desta forma, as receitas devem ser tributadas de acordo com os anexos da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006.

Conforme Crepaldi; Crepaldi (2015), o regime tributário Simples Nacional é vantajoso para a maioria das empresas; porém, em certos casos, é viável optar pelo Lucro Presumido ou Lucro Real.

A escolha pelo Simples é opcional, e tornou-se uma das melhores opções dentre outras tributações, graças a sua forma diferenciada de contribuição, possibilitando menor tributação do que em relação a outros regimes. Por outro lado, os impostos do simples têm como base de cálculo o faturamento anual e não o lucro. É preciso então estudar o caso da empresa, para que ela não pague impostos altos, mesmo estando em prejuízo. Se esse é o caso, os outros regimes são mais interessantes; por isso é tão importante realizar o planejamento tributário e identificar a melhor opção para sua empresa

Lucro Presumido

O Lucro Presumido é um regime muito utilizado por médios contribuintes. Conforme Crepaldi; Crepaldi (2015), a base de cálculo é obtida por meio de aplicação dos percentuais definido em lei sobre a receita bruta auferida no período, à qual são adicionados, integralmente, os resultados dos demais rendimentos e ganho de capital, o que resulta na base de cálculo de quatro tipos de impostos federais, o PIS e a COFINS que devem ser apurados mensalmente, e o IRPJ e a CSLL cuja apuração deverá ser feita trimestralmente.

Essa modalidade de apuração é direcionada às pequenas e médias empresas, sendo que sua contabilidade é mais simples do que no lucro real. A fiscalização também é mais fácil, pois necessita apenas conhecer a receita bruta total para obter o valor do tributo devido.

Se a pessoa jurídica iniciar atividades no correr do ano, poderá manifestar a sua opção pelo pagamento da primeira quota ou quota única do imposto apurado no trimestre em que as iniciar. A partir daí, a opção pelo Lucro Presumido é definitiva em relação ao ano-calendário em que for efetuada.

Podem optar pelo Lucro Presumido as pessoas jurídicas de cuja receita total no ano-calendário anterior tenha sido igual ou inferior a R\$ 78.000.000,00 ou a R\$ 6.500.000,00 por mês segundo a Lei n. 8.981/1995, art. 44.

Essa opção apresenta vantajosas tendências para empresas altamente lucrativas, pelo fato do Imposto de Renda ser pago com base na receita bruta e não sobre o lucro efetivo; assim, a empresa paga mais quando ocorre prejuízo.

As bases de cálculos para quem opta por pagar o IRPJ pelo regime de Lucro Presumido são de 8% para vendas de mercadorias e produtos; 1,60% para revenda,

para consumo de combustíveis derivados de petróleo, álcool etílico carburante e gás natural; 16% para prestação de serviços e transportes, exceto de cargas; 8% para prestação de serviços e transportes de cargas; 32% para demais serviços, exceto hospitalares; 16% também para serviços em geral das pessoas jurídicas com receita bruta anual até R\$120.000,00, exceto serviços hospitalares de profissões regulamentadas no art. 40 da Lei 9.250/1995; e 8% para empresas que tenham como atividade a contratação e venda de imóveis.

De acordo com Crepaldi; Crepaldi (2015), os percentuais devem ser aplicados sobre a receita bruta; a empresa então levanta a base de cálculo. Quem estiver no Lucro Presumido deve acrescentar a base de cálculo do IR, se for o caso o, ganho de capital na venda de bens do ativo permanente, receitas financeiras, juros recebidos de clientes, após definir a base, devem-se aplicar as alíquotas do imposto, usando o percentual correspondente à sua atividade, de acordo com a Lei n. 9.249/1995, art. 15.

O PIS e a COFINS são apurados mensalmente, tendo como fato gerador a receita bruta, ou seja, o total das receitas auferidas no mês, menos as vendas canceladas e menos os descontos concedidos. Obtendo a base de cálculo, aplica-se a alíquota de 0,65% para o PIS e para a COFINS; a alíquota é de 3%.

De modo geral, o Lucro Presumido costuma ser a melhor opção para casos em que o lucro for igual ou superior aos percentuais preestabelecidos pela Receita Federal do Brasil - RFB, que são 8%, 12% ou 32%. Caso a margem seja menor, é favorável para o Lucro Real, pois assim se evita pagamentos de impostos sobre o lucro que não existiu efetivamente.

Estudo de Caso

Para efetuar o estudo de caso, serão usados os dados contábeis e fiscais de uma empresa de Comércio de Carvão, atuante neste mercado há dezessete anos; empresa esta que vem crescendo significativamente, através de uma administração responsável e estratégica. Seu regime de tributação durante esse período tem sido o Simples Nacional, e nota-se que a empresa tem obedecido a todas as exigências.

Com base em todas as informações mencionadas do planejamento e dos regimes de tributação, serão realizadas as análises entre o regime Simples Nacional

e Lucro Presumido para saber qual será o mais viável e que atinja o objetivo esperado, sendo esse a redução da sua carga tributária.

Simples Nacional

Tabela 1 – Apuração de impostos do Simples Nacional

COMPETÊNCIA	RECEITA BRUTA	Alíquotas %	DAS
JANEIRO/2016	R\$ 57.675,56	8,28	R\$ 4.775,54
FEVEREIRO/2016	R\$ 52.006,41	8,28	R\$ 4.306,13
MARÇO/2016	R\$ 59.182,89	8,28	R\$ 4.900,23
ABRIL/2016	R\$ 51.195,40	7,60	R\$ 3.890,85
MAIO/2016	R\$ 46.652,86	7,60	R\$ 3.545,62
JUNHO/2016	R\$ 47.736,05	7,60	R\$ 3.627,94
JULHO/2016	R\$ 39.484,19	7,60	R\$ 3.000,80
AGOSTO/2016	R\$ 67.795,29	7,60	R\$ 5.152,44
SETEMBRO/2016	R\$ 63.177,44	7,60	R\$ 4.796,93
OUTUBRO/2016	R\$ 63.047,18	7,60	R\$ 4.791,59
NOVEMBRO/2016	R\$ 48.329,28	7,60	R\$ 3.673,03
DEZEMBRO/2016	R\$ 91.853,24	7,60	R\$ 6.980,85
TOTAL	R\$ 688.075,79	-	R\$ 53.442,06

Fonte: Estudo de Caso, (2016).

Verificar a atividade da empresa - Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) para saber em qual dos 6 anexos ela se encaixa e identificar o montante da receita bruta dos últimos 12 meses da empresa para saber qual faixa da alíquota ela se encaixa; no caso desta empresa, ela se enquadra no anexo I.

Através da apuração do Simples Nacional encontrou-se um montante de R\$ 53.442,06; na guia DAS, pagam-se os seguintes tributos, sendo estes do IRPJ, CSLL, COFINS, PIS, INSS e ICMS, em virtude de ser uma empresa de comércio.

Lucro Presumido

Tabela 2 – Apuração PIS e COFINS

COMPETÊNCIA	RECEITA TRIBUTÁVEL	PIS (0,65%)	COFINS (3%)
JANEIRO	R\$ 57.675,56	R\$ 374,89	R\$ 1.730,27
FEVEREIRO	R\$ 52.006,41	R\$ 338,04	R\$ 1.560,19
MARÇO	R\$ 59.182,89	R\$ 384,69	R\$ 1.775,47
ABRIL	R\$ 51.195,40	R\$ 332,77	R\$ 1.535,86
MAIO	R\$ 46.652,86	R\$ 303,24	R\$ 1.399,59
JUNHO	R\$ 47.736,05	R\$ 310,28	R\$ 1.432,08
JULHO	R\$ 39.484,19	R\$ 256,65	R\$ 1.184,53
AGOSTO	R\$ 67.795,29	R\$ 440,67	R\$ 2.033,86
SETEMBRO	R\$ 63.117,44	R\$ 410,26	R\$ 1.893,52
OUTUBRO	R\$ 63.047,18	R\$ 409,80	R\$ 1.891,42
NOVEMBRO	R\$ 48.329,28	R\$ 314,14	R\$ 1.449,88
DEZEMBRO	R\$ 91.853,24	R\$ 597,05	R\$ 2.755,59
TOTAL	R\$ 688.075,79	R\$ 4.472,48	R\$ 20.642,26

Fonte: Estudo de Caso, (2016).

Na modalidade do Lucro Presumido, apuraram-se os seguintes tributos PIS e COFINS mensal, IRPJ e CSLL trimestral.

A alíquota do PIS é de 0,65% e da COFINS de 3%, as quais são aplicados sobre o montante da receita bruta tributável.

Tabela 3 – Apuração IRPJ

COMPETÊNCIA	RECEITA TRIBUTÁVEL	PERC. PRESUNÇÃO (8%)	IRPJ (15%)
1º TRIMESTRE	R\$ 168.864,86	R\$ 13.509,19	R\$ 2.027,38
2º TRIMESTRE	R\$ 145.584,31	R\$ 11.646,74	R\$ 1.747,01
3º TRIMESTRE	R\$ 170.396,92	R\$ 13.631,75	R\$ 2.044,76
4º TRIMESTRE	R\$ 203.229,70	R\$ 16.258,38	R\$ 2.438,76
TOTAL	R\$ 688.075,79	R\$ 55.046,06	R\$ 8.257,91

Fonte: Estudo de Caso, (2016).

Para apuração do IRPJ, considerou-se a receita bruta de cada trimestre e aplicou-se o percentual de presunção de 8%; adicionaram-se as receitas financeiras de onde se obteve a base de cálculo. Sobre essa, aplicou-se a alíquota de 15% e sobre a base de cálculo adicional, que é o valor superior a R\$60.000,00 da base, aplicou-se a alíquota de 10%, somando os valores para a apuração do IRPJ a recolher.

Tabela 4 – Apuração CSLL

COMPETÊNCIA	RECEITA TRIBUTÁVEL	PERC. PRESUNÇÃO (12%)	CSLL (9%)
1º TRIMESTRE	R\$ 168.864,86	R\$ 20.263,78	R\$ 1.823,74
2º TRIMESTRE	R\$ 145.584,31	R\$ 17.470,12	R\$ 1.572,31
3º TRIMESTRE	R\$ 170.396,92	R\$ 20.447,63	R\$ 1.840,29
4º TRIMESTRE	R\$ 203.229,70	R\$ 24.387,56	R\$ 2.194,88
TOTAL	R\$ 688.075,79	R\$ 82.569,09	R\$ 7.431,22

Fonte: Estudo de Caso, (2016).

Para apuração da CSLL, considerou-se a receita bruta e aplicou-se o percentual de presunção de 12%; adicionaram-se as receitas financeiras e sobre esta base de cálculo, aplicou-se a alíquota de 9% para a apuração da CSLL a recolher.

Após realizar os cálculos dos impostos PIS, COFINS, IRPJ e CSLL na modalidade do Lucro Presumido, encontrou-se um montante de R\$40.803,87.

Análise dos resultados do Estudo de Caso

Conforme a análise dos resultados apurados, o Simples Nacional, na atual modalidade em que a empresa encontra-se, apurou-se o valor total de R\$53.442,06.

Pelo Lucro Presumido, a arrecadação de impostos gerada foi menor, apurando o valor total de R\$40.803,87, gerando uma diferença de 30,95% entre ambos os regimes de tributação. Porém, devido ao número de funcionários existentes na empresa utilizada no estudo de caso a tributação do simples acaba prevalecendo como melhor opção, devido ao INSS sobre a folha de pagamento (INSS Patronal) já estar incluído no recolhimento do Simples Nacional, diferente do Lucro Presumido que paga o INSS Patronal aproximadamente 26,8% sobre a folha de pagamento e 20% sobre o Pró-Labore dos sócios.

Tabela 5 – Comparativo de Impostos do Simples Nacional e Lucro Presumido

IMPOSTOS	SIMPLES NACIONAL	LUCRO PRESUMIDO
PIS	-	R\$ 4.472,48
COFINS	-	R\$ 20.642,26
IRPJ	-	R\$ 8.257,91
CSLL	-	R\$ 7.431,22
TOTAL	R\$ 53.442,06	R\$ 40.803,87

Fonte: Estudo de Caso, (2016).

Conclusão

O Planejamento Tributário é um fator de suma importância, pois constitui uma forma preventiva e legítima de economia na carga tributária, proporcionando alternativas legais para redução de impostos e mudanças de regime tributário que reflete, positivamente, nos resultados da empresa.

Com relação aos regimes de tributação, cada empresa deve ser avaliada individualmente, cabendo ao profissional responsável realizar uma detalhada análise para optar pela melhor modalidade tributária, pois esta pode determinar o sucesso ou fracasso dos negócios, independente do porte da empresa.

O presente estudo alcançou o objetivo de analisar as modalidades de tributação com base nas informações do ano de 2016 da empresa do ramo de comércio de carvão. Portanto, uma vez que aplicado o Planejamento Tributário no cotidiano das empresas uma constante verificação do regime de tributação deve ser realizada, gerando benefícios financeiros favoráveis para as empresas.

Após a realização dos cálculos, o regime que apresentou melhor viabilidade foi o Lucro Presumido, demonstrando menor onerosidade. Entretanto, a análise foi efetuada sobre uma empresa que não detém de receitas financeiras. Também não foi verificado o INSS Patronal. Em regra, a contribuição previdenciária patronal é de 20% referente à contribuição, 5,8 (salário educação) e de 1% a 3% sobre o total das remunerações pagas a título de salário.

Analisando estes pontos fundamentais, aconselhamos a empresa a fazer um levantamento da folha de pagamento para fazer uma melhor análise do enquadramento da mesma nos regimes tributários. Fechando esta linha de raciocínio, a melhor opção, mesmo apresentando valores exorbitantes, é o Simples

Nacional, Pois além de realizar o recolhimento em uma só guia, os valores a serem calculados para comércio apresentam alíquotas de 2,75% a 4,60%, percentuais estes já embutidos no imposto mensal da empresa.

Referências Bibliográficas

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 03 jul. 2017.

_____. Lei nº 9.249, de 26 de Dezembro de 1995. Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9249.htm> Acesso em: 09 jul. 2017.

_____. Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006. *Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213*, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm> Acesso em: 15 jul. 2017.

ALEXANDRE, Ricardo. **Direito Tributário Esquematizado** – 9ª ed. rev. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2015.

AMARO, Luciano da S. **Direito Tributário Brasileiro**. 20ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

CARVALHO, Paulo de Barros. **Curso de Direito Tributário**. 26ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

CASSONE, Vittorio. **Direito tributário**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

CHAVES, Francisco C. **Planejamento Tributário na Prática**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.

CREPALDI, Silvio A.; CREPALDI, Guilherme S. **Contabilidade Fiscal e Tributária**. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

MARFRIM, Ricardo. Conceitos Tributários – Princípios da Tributação. Disponível em: <<https://ricardomanfrim.wordpress.com/2009/12/15/conceitos-tributarios-principios-da-tributao/>> Acesso em: 20 jun. 2017.

MARIANO, Paulo A. WERNECK, Raphael; BEZERRA, Sandra Regina Alencar. Substituição Tributária no ICMS: **Aspectos Jurídicos e Práticos**. 3ª ed. São Paulo: IOB 2009.

SABBAG, Eduardo. **Manual de Direito Tributário**. 5ª ed. – São Paulo: Saraiva, 2013.

A Importância da Contabilidade de Custo em uma empresa Prestadora de Serviços

The Importance of Cost Accounting in a Service Provider

Beatriz Felipe Pereira¹
Sérgio Vieira da Costa²
José Carlos Lorenzetti³
Cleide Henrique Avelino⁴
Fabiane Cristina Spironelli⁵

RESUMO

Este trabalho foi formulado com o objetivo de analisar qual seria o sistema de custeio mais indicado para disponibilizar informações que contribuam para o processo de gestão de uma empresa prestadora de serviços. Para a realização do trabalho, foi feita pesquisa bibliográfica para fundamentação teórica com o intuito de demonstrar conceitos e técnicas da contabilidade de custo, bem como um estudo de caso para verificar qual sistema de custeio que melhor se enquadra a uma empresa que presta serviços no ramo de confecções.

Palavras-chave: Contabilidade de Custos, Empresas de Serviços, Sistemas de Custeio.

ABSTRACT

The goal of this paper was formulated to analyze what would the cost system more indicated to provide information that helps for the manager process of the company that provide services. A search was done to demonstrate the cost accounting techniques as the study to verify what cost system better fist in a company that provides services in confections.

Keywords: Cost Accounting, Service Companies, Cost System.

Introdução

A gestão de custos não está ligada apenas ao controle dos valores gastos, muito embora seja uma etapa inicial e fundamental para uma boa administração da empresa. Quem domina os custos de uma empresa garante que seus gastos estarão sempre adequados ao tipo de negócio, mantém a produtividade em níveis aceitáveis

¹ Acadêmica do 8º termo do curso de Ciências Contábeis no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba.

² Acadêmico do 8º termo do curso de Ciências Contábeis no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba.

³ Contador; Mestrado em Administração; Bacharel em Direito; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Especialização em Docência no Ensino Superior; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba.

⁴ Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba.

⁵ Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSalesiano Campus Araçatuba.

e reage adequadamente aos riscos e oportunidades que surgirem.

O Tema custos é de fundamental importância no atual contexto da realidade brasileira, pois a gestão correta desse item pode ser um grande diferencial de mercado. O objetivo deste trabalho foi realizar uma pesquisa bibliográfica para demonstrar a importância da contabilidade de custo como ferramenta de gestão em uma empresa prestadora de serviços, demonstrando conceitos e técnicas da contabilidade de custos.

Com a escolha deste assunto e através de um estudo de caso, procurou-se identificar qual sistema de custeio é mais indicado para atividade de prestação de serviços. Para tanto, foram analisados dois métodos de custeio, buscando demonstrar qual deles mais contribui para a tomada de decisão.

Para direcionar o presente estudo, fez-se a seguinte indagação: A Contabilidade de Custos pode auxiliar uma empresa prestadora de serviços nas tomadas de decisões?

O Pressuposto Teórico afirmou que a Contabilidade de Custos tem papel importante junto à gerência, gerando informações que servirão de auxílio nas tomadas de decisões de planejamento, determinando custos de produção, custos de vendas, entre outros.

Contabilidade de Custos

Na busca por vantagens competitivas, a redução de custos é considerada fundamental; e conhecer e acompanhar a evolução do custo é aumentar a competitividade, a rentabilidade e a viabilidade econômica da empresa, buscando, com isso, o seu crescimento sustentado.

A Contabilidade de Custos é um ramo da contabilidade que se destina a gerar informações relevantes de suporte à gestão para diversos níveis de uma entidade, auxiliando nas funções de determinação de desempenho, de planejamento, de controle das operações e de tomada de decisões, bem como tornar possível alocação criteriosa dos custos de produção aos produtos e serviços.

Segundo Padovese (2003), a Contabilidade de Custos é um dos segmentos da ciência contábil que mais tem apresentado evoluções teóricas nos últimos anos. É um dos instrumentos mais utilizados para gestão empresarial.

Esse ramo da contabilidade diz ao empresário e a todos os seus

administradores o que é preciso investir para se produzir determinado produto, por quanto ele poderá ser vendido para se obter algum lucro e, qual será este lucro alcançado ao final do processo. Ela diz se está compensando produzir, e o que é preciso fazer no caso de não estar obtendo lucro suficientemente aceitável pelos investidores.

Leone (2008, p. 21) afirma que:

A Contabilidade de Custos é uma atividade que se assemelha a um centro processador de informações, que recebe (ou obtém) dados, acumula-os de forma organizada, analisa-os e interpreta-os, produzindo informações de custos para os diversos níveis gerenciais.

A contabilidade de custos requer a existência de métodos de custeio para que seja possível obter o valor dos custos a ser atribuído ao produto. Os principais métodos de custeio são: Custeio por Absorção; Custeio Direto/Variável e Custeio Baseado em Atividade - ABC (*ActivityBasedCosting*).

Sobre métodos de custeio, Padovese (2003, p. 147) diz:

A existência de mais de um método de custeio decorre das visões que as pessoas têm sobre o que é custos dos produtos. Alguns entendem que só devem ser atribuídos aos produtos custos perfeitamente identificáveis e mensuráveis unitariamente, não devendo existir rateios de custos gerais ou comuns, enquanto outros entendem que a distribuição de custos comuns é justificável e deve ser feita.

Os métodos de custeio surgiram a partir da necessidade de redução nos custos indiretos das empresas em que a mão de obra direta e os materiais eram os principais componentes dos custos do produto. Para a escolha de um método adequado, deve-se observar como os custos comportam-se dentro dela e quais atividades são empregadas a fim de verificar qual o método mais adequado para atender às necessidades da empresa.

O Custeio por absorção apropria todos os custos, tanto fixos como variáveis. Desse modo, os produtos fabricados absorvem todos os custos incorridos de um período. Tem grande influência no custo unitário do produto, pois como engloba todos os custos, quando o montante de produção diminui, o custo unitário aumenta, visto que os custos indiretos são rateados a menos unidades. Por outro lado, quando o montante de produção aumenta, o custo unitário diminui, uma vez que os custos indiretos são alocados a mais unidades (DUTRA, 2003).

O custeio variável é conhecido também por alguns autores como custeio direto, e é assim chamado pelo fato de atribuir aos produtos somente os custos e despesas variáveis do período.

Santos (1990, p. 39) defende que:

Somente os custos claramente identificados com os produtos ou serviços vendidos, chamados de direto ou variáveis, devem ser apropriados. Os demais custos relacionados e necessários para manter a capacidade instalada, denominados de fixos, devem ser tratados parte como do período, indo diretamente para o resultado.

Custeio Baseado em Atividades - ABC é um sistema de custeio que se caracteriza pela atribuição dos custos indiretos aos produtos por meio de atividades. Atividade é um conjunto de tarefas decorrentes de combinação de recursos humanos, financeiros, materiais e tecnológicos que visa à produção de bens ou à prestação de serviços.

Esse é um sistema de custeio no qual o objeto de custeio não é o produto, e sim as atividades envolvidas na produção do produto ou na prestação de algum serviço. Para que os custos sejam alocados às suas respectivas atividades usa-se uma metodologia denominada direcionadores de custos. Os direcionadores devem explicar e fundamentar o comportamento dos custos que serão agregados às atividades.

Segundo Martins (2001, p. 112),

Para se utilizar o ABC, é necessária a definição das atividades relevantes dentro dos departamentos, bem como dos direcionadores de recursos que irão alocar os diversos custos incorridos às atividades. Custeadas as atividades, a relação entre estas e os produtos são definidas pelos direcionadores de atividades, que levam o custo de cada atividade aos produtos (unidades, linhas ou famílias).

Como exemplo tem-se, para materiais diretos, o direcionador é a quantidade de material utilizado; já para mão de obra direta, o direcionador é quantidade de horas trabalhadas.

Conceito de Custos

A Contabilidade de custos deve atender principalmente a três funções dentro de uma organização, as quais são: determinar o lucro; controlar as operações; ajudar na tomada de decisões e, para isso, apoia-se nos princípios da contabilidade geral de

onde coleta todas as informações para estabelecer os custos unitários e totais dos produtos e serviços, bem como ajustar as operações, objetivando alcançar uma atividade eficiente e lucrativa.

A palavra custo possui significado muito abrangente. Em uma empresa comercial, pode ser utilizada para representar o custo das compras de mercadorias vendidas; em uma empresa de prestação de serviços, pode ser utilizada para representar o custo dos materiais adquiridos para aplicação na prestação de serviços, o custo dos serviços prestados; em uma empresa industrial, pode ser utilizada para representar o custo das compras de matérias-primas, o custo das matérias-primas disponíveis, das aplicadas no processo de fabricação, o custo direto e indireto da fabricação, o custo dos produtos vendidos.

Martins (2001) descreve que custo é o esforço financeiro despendido para a aquisição de um bem ou serviço utilizado na produção de outro bem ou serviço.

Classificação dos custos

Quanto à classificação, os custos podem ser relacionados quanto à variação do volume como fixos, variáveis ou mistos, e quanto à facilidade de identificação, como diretos e indiretos.

Custos Diretos

Os custos diretos compreendem os gastos com materiais diretos, mão de obra direta ou qualquer custo que possa ser aplicado diretamente ao produto ou serviço.

Conforme Leone (1997, p. 49),

Os custos diretos são aqueles custos (ou despesas) que podem ser facilmente identificados com o objeto de custeio. São os custos diretamente identificados aos seus portadores. Para que seja feita identificação, não há necessidade de rateio.

São assim denominados porque, além de integrarem os produtos, suas quantidades e seus valores podem ser facilmente identificados em relação a cada produto fabricado.

Custos Indiretos

Compreende os gastos com materiais, mão de obra e gastos gerais de

fabricação aplicados indiretamente na fabricação dos produtos.

Para Leone (2000, p. 49), tem-se que [...] *Os custos indiretos são aqueles custos que não são facilmente identificados com o objeto do custeio. Às vezes, por causa da sua não-relevância, alguns custos são alocados aos objetos de custeio através de rateios [...].*

São assim denominados porque, além de não integrarem os produtos, é impossível uma segura identificação de suas quantidades e de seus valores em relação a cada produto fabricado.

Custos Fixos

São aqueles que permanecem estáveis independentemente de alterações no volume da produção. São custos necessários ao desenvolvimento do processo industrial em geral, motivo pelo qual se repetem em todos os meses do ano.

No conceito de Leone (1997, p. 55), os custos fixos [...] *São custos (ou despesas) que não variam com a variabilidade da atividade escolhida. Isto é, o valor total dos custos permanece praticamente igual mesmo que a base de volume selecionada como referencial varie [...].* Por exemplo: aluguel de fábrica, água, energia elétrica, seguro do imóvel, salários e encargos.

Porém, é importante salientar que os custos fixos podem sofrer alguma variação de um período para outro. No entanto, mesmo estando sujeitos a variações, esses custos continuam sendo classificados como fixos, porque a classificação dos custos em fixos e variáveis é feita exclusivamente em relação ao volume da produção.

Custos Variáveis

São aqueles que variam em decorrência do volume da produção. Portanto, quanto mais produtos forem fabricados em um período, maiores serão os custos variáveis.

Conceituado por Leone (1997, p. 53), os custos variáveis [...] *São os Custos (ou Despesas) que variam de acordo com os volumes das atividades. Os volumes das atividades devem estar representados por bases de volume, que são geralmente medições físicas [...].*

Os custos variáveis, portanto, apresentam uma relação diretamente

proporcional com a produção; ou seja, quanto maior for o volume produzido, maiores serão os custos variáveis.

Os custos variáveis, por estarem vinculados ao volume produzido, são também denominados custos diretos.

Estudo de Caso em uma empresa de prestação de serviços

Na maioria dos países, as atividades de serviços representam a maior parcela do Produto Interno Bruto - PIB. Serviço é alguma atividade ou benefício que se pode oferecer de forma essencialmente intangível, sendo que sua produção pode ou não estar ligada a um produto físico. As características dos serviços, de forma genérica, são: intangibilidade, necessidade da presença do cliente e produção e consumo simultâneo dos serviços.

Para o estudo de caso deste artigo foi feita uma análise de qual sistema de custeio apresenta melhores informações para os gestores de uma empresa prestadora de serviços. Sabe-se que, para apurar custos, independente do tipo de atividade, os gestores contam com vários métodos de custeio, como Custeio por Absorção, Custeio Direto/Variável, Custeio Baseado em Atividade - ABC, Custo Padrão e Custeio Reichskuratorium für Wirtschaftlichkeit - RKW.

Neste estudo de caso, serão usados como parâmetro de análise apenas dois desses sistemas de custeio: o Custeio por Absorção e o Custeio Direto/Variável.

O Custeio por Absorção foi escolhido por ser o método de custeio legal, aceito tanto pelo Fisco como para fins societários. Já o Custeio Direto/Variável é um método de custeio muito usado como ferramenta de gestão, pois possibilita que os gestores apurem a Margem de Contribuição unitária de cada serviço.

Para a aplicação do estudo de caso, foi escolhida uma pequena empresa que executa serviços no ramo de confecções, localizada na cidade de Araçatuba, estado de São Paulo, que, a pedido da proprietária, não terá seu nome citado, ficando denominada ficticiamente, neste artigo, apenas como Oficina de Costura. Essa empresa foi escolhida por ser um empreendimento de cunho familiar que carece de gestão mais precisa para que possa se manter competitiva frente ao mercado.

A Oficina de Costura iniciou suas atividades em 2004, tendo como clientes várias lojas de confecções da cidade onde está instalada, atendendo também clientes particulares da cidade e da região. No início das atividades, a demanda pelos

serviços era baixa e as instalações bem humildes, estando a empresa operando em uma construção antiga de quatro cômodos onde eram executados todos os serviços, sendo a equipe formada pela proprietária, uma recepcionista e duas costureiras.

Passados treze anos, pelo padrão de qualidade, a empresa onsolidou-se no seu segmento de mercado devido à boa aceitação por parte dos consumidores, crescendo e superando as expectativas.

Hoje a empresa é administrada pela proprietária e por seu filho e está instalada na parte central da cidade, contando com sete costureiras, duas recepcionistas e uma auxiliar de serviços gerais. As novas instalações contam com um imóvel de oito cômodos onde todos os serviços são realizados.

A empresa é optante do Simples Nacional e está enquadrada no Anexo III da Tabela do Simples, sendo que, pela média de receita bruta dos últimos doze meses, a alíquota do imposto será de 8,21%, sendo 1,42% para COFINS, 4,00% de Contribuição Previdenciária Patronal e 2,79% de Imposto Sobre Serviços.

No primeiro semestre de 2017, a empresa obteve receita bruta com serviços no montante de R\$ 176.471,18.

A Oficina de Costura executa três tipos de serviços: barra sobreposta, ajuste e redução de medidas. Segundo o que foi apurado com a proprietária, o serviço de barra sobreposta representa 40% do volume dos serviços prestados no período; já o serviço de ajuste representa 35% enquanto que a redução de medidas seria responsável por 25% dos serviços da empresa. Em valores, seria R\$ 70.588,47 de receita bruta com o serviço de barra sobreposta, R\$ 61.764,91 com o serviço de ajuste e R\$ 44.117,80 com o serviço de redução de medidas.

No quadro a seguir são demonstrados os valores unitários de cada serviço, bem como o tempo gasto na execução e a quantidade de serviços prestados no primeiro semestre de 2017. Para chegar às quantidades de serviços do período, dividiu-se o valor que cada serviço representa no faturamento pelo preço unitário do serviço.

Quadro 1 – Tipos de serviços, preços e quantidades

Tipo de serviço	Preço unitário	Tempo gasto na execução por peça	Quantidade de serviços
Barra sobreposta	15,00	10 minutos	4.705,898
Ajuste	30,00	20 minutos	2.058,830
Redução de medidas	45,00	30 minutos	980,395

Fonte: Estudo de Caso (2017)

A quantidade de serviços prestados obteve-se da seguinte maneira:

Quadro 2 – Quantidade de serviços prestados

Montante de receita no período		R\$ 176.471,18		
Tipo de serviço	Preço unitário	%receita	% receita R\$ valores	Quantidade aproximada (valor receita / preço)
Barra sobreposta	15,00	40 %	70.588,47	4.705,898
Ajuste	30,00	35 %	61.764,91	2.058,830
Redução de medidas	45,00	25 %	44.117,80	980,395

Fonte: Estudo de Caso (2017)

No quadro a seguir são demonstrados os gastos incorridos no período de janeiro a junho de 2017:

Quadro 3 - Demonstrativo dos gastos com prestação de serviços

Gastos incorridos no 1º semestre de 2017	
Descrição	ValorR\$
Mão de obra	77.700,00
Pró-labore	30.000,00
Material de consumo	5.399,95
Aluguel	12.000,00
Energia elétrica	4.648,24
Telefone	1.213,41
Salários da administração	18.000,00
Tarifas de água e esgoto	495,00
Honorários com escritório contábil	2.500,00
Taxas de associação comercial	185,00
Manutenção de maquinas e equipamentos	335,00
Manutenção predial	850,00
Impostos – DAS 8,21% do faturamento	14.488,28
Despesas diversas	2.169,47
Despesas financeiras	1.298,90
Total de gastos	171.283,25

Fonte: Estudo de Caso (2017)

A Oficina de Costura trabalha com um quadro de funcionários reduzido; porém, devido à atividade-fim da empresa requerer pessoal com qualificação na área de corte e costura, esse quadro de funcionários absorve 61,03% do montante da receita bruta. O valor do pró-labore da proprietária será considerado como mão de obra, pois as atividades executadas por ela são todas ligadas à área de produção dos serviços.

Para a apuração dos custos dos serviços prestados pela empresa, com base nos dois métodos citados anteriormente, será necessário fazer a classificação dos gastos incorridos no período, tais como: separar custos e despesas e dentro do que for considerado custos, separar custos diretos e indiretos, fixos e variáveis, fazer o

rateio dos custos indiretos e lançar as despesas diretamente na apuração do resultado do período. Tal classificação está demonstrada no quadro 4.

Quadro 4 - Classificação dos gastos incorridos no período

Classificação dos gastos incorridos				
Custos				
Descrição	Diretos		Indiretos	
	Variáveis R\$	Fixos R\$	Variáveis	Fixos R\$
Mão de obra		77.700,00		
Pró-labore		30.000,00		
Material de consumo	5.399,95			
Manutenção maq./equip.	335,00			
Impostos	14.488,28			
Aluguel				12.000,00
Energia elétrica			4.648,24	
Total	20.223,23	107.700,00	4.648,24	12.000,00
Despesas				
Descrição	Variáveis R\$		Fixas R\$	
Telefone	1.213,41			
Escritório contábil			2.500,00	
Associação comercial			185,00	
Manutenção predial	850,00			
Despesas diversas	2.169,47			
Despesas financeiras	1.298,90			
Salários administração			18.000,00	
Tarifa de água e esgoto	495,00			
Total	6.026,78		20.685,00	

Fonte: Estudo de Caso (2017)

Com base nos dados extraídos dos controles internos da Oficina de Costura, conforme os quadros 3 e 4, será feita a apuração do custo unitário de cada um dos três serviços citados, usando os Sistemas de Custeio por Absorção e depois o Sistema de Custeio Direto/Variável. No Sistema de Custeio Direto/Variável será feita ainda a análise da Margem de Contribuição Unitária.

Depois de apurar os custos pelos dois sistemas, será feita uma análise de como cada sistema pode ajudar os gestores da Oficina de Costura na tomada de decisão.

Apuração dos custos pelo Sistema de Custeio por Absorção

Quadro 5 – Alocação dos custos aos serviços pelo Custeio por Absorção

Mapa de Rateio dos Custos				
Descrição dos gastos	Total Geral	Barra	Ajuste	Redução
Mão de obra	77.700,00	12.952,59	25.897,41	38.850,00

Pró-Labore	30.000,00	5.001,00	9.999,00	15.000,00
Material de consumo	5.399,95	2.159,98	1.889,98	1.349,99
Manutenção maq./equip.	335,00	134,00	117,25	83,75
Impostos - DAS	14.488,28	5.795,31	5.070,90	3.622,07
Aluguel	12.000,00	4.800,00	4.200,00	3.000,00
Energia elétrica	4.648,24	1.859,30	1.626,88	1.162,06
Total dos custos	144.571,47	37.702,18	48.801,42	63.067,87
Cálculos do custo unitário				
Quantidade serviços	-----	4.705,898	2.058,830	980,395
Custo Unitário do Serviço	-----	6,95	24,58	64,33

Fonte: Estudo de Caso (2017)

Na aplicação do Custeio por Absorção, o montante da mão de obra alocado em cada serviço foi obtido da seguinte forma:

Quadro 6 – Alocação da mão de obra

Tipo de serviço	Tempo gasto	% a ser aplicada (tempo / hora x 100)	Montante - R\$ (77.700,00x %)
Barra sobreposta	10	$10/60 \times 100 = 16,67\%$	12.952,59
Ajuste	20	$20/60 \times 100 = 33,33\%$	25.897,41
Redução de medidas	30	$30/60 \times 100 = 50\%$	38.850,00

Fonte: Estudo de Caso (2017)

Como o pró-labore está sendo considerado custo direto, para sua alocação foi aplicado o mesmo critério da mão de obra. Os demais custos foram alocados tendo como critério de rateio o percentual que cada serviço representa no montante da receita do período, ou seja, 40% para barra sobreposta, 35% para ajuste e 25% para redução de medidas.

Após a transferência do total dos custos aos serviços, para saber o custo unitário bastou dividir o total do custo pela quantidade de serviços prestados no período.

As despesas, como não foram usadas para a composição do custo dos serviços, são lançadas na Demonstração do Resultado do Exercício – DRE.

Como o foco do estudo de caso é o melhor método de custeio para fins gerenciais, a DRE não será analisada aqui.

Apuração dos custos pelo Sistema de Custeio Direto/Variável

Nesse método de custeio, somente os gastos variáveis são usados para a composição dos custos de cada serviço prestado, sendo que os gastos fixos deverão ser lançados diretamente no resultado do período através da DRE.

Quadro 7 – Alocação dos custos aos serviços pelo Custeio Direto/Variável

Mapa de Rateio dos Custos				
Descrição dos gastos	Total Geral	Barra	Ajuste	Redução
Material de consumo	5.399,95	2.159,98	1.889,98	1.349,99
Manutenção maq./equip.	335,00	134,00	117,25	83,75
Impostos - DAS	14.488,28	5.795,31	5.070,90	3.622,07
Energia elétrica	4.648,24	1.859,30	1.626,88	1.162,06
Despesas variáveis	6.026,78	2.410,71	2.109,37	1.506,70
Total dos gastos variáveis	30.898,25	12.359,3	10.814,39	7.724,56
Cálculos do custo unitário	-----	-----	-----	-----
Quantidade serviços prestados	-----	4.705,898	2.058,830	980,395
Custo Unitário do Serviço Prestado	-----	2,62	5,25	7,88

Fonte: Estudo de Caso (2017)

Margem de Contribuição Unitária

Margem de Contribuição unitária é a quantia de receita capaz de cobrir os gastos fixos e ter como resultado o lucro. Em outras palavras, é o valor que cada unidade traz à empresa de sobra entre sua receita e custo que de fato provocou e pode-lhe ser imputado sem erro. É uma ferramenta importante para o gestor saber quais produtos ou serviços contribuem, de forma mais efetiva, para a empresa cobrir seus gastos fixos.

Quadro 8 - Cálculo da Margem de Contribuição

Tipo de serviço	Barra	Ajuste	Redução
Receita de Serviços	70.588,47	61.764,91	44.117,80
(-) Custo do Serviço Prestado	(12.359,3)	(10.814,39)	(7.724,56)
=Margem de Contribuição	58.229,17	50.950,52	36.393,24
Margem de Contribuição Unitária	12,38	24,76	37,14

Fonte: Estudo de Caso (2017)

O Sistema de Custeio Direto/Variável utiliza, em seu cálculo, somente gastos variáveis, deixando os gastos fixos para a apuração do resultado do período.

O critério para alocação dos gastos variáveis aos serviços foi o mesmo usado no custeio por absorção, ou seja, porcentagem que cada serviço representa no faturamento; portanto, houve rateio no custeio direto, porém em valores menores se comparados aos valores rateados no custeio por absorção. Isso implica dizer que a arbitrariedade e subjetividade no rateio agem de forma menos intensa no custeio direto.

Cabe ressaltar que houve uma grande diferença do valor unitário dos custos de cada serviço em comparação com o apurado no custeio por absorção. Isso se deve ao fato da mão de obra e do pró-labore, que representam a maior parte dos gastos

da empresa, não entrar no cálculo do custo no método de custeio direto, sendo eles lançados diretamente na apuração do resultado.

Com o cálculo da margem de contribuição pode-se enxergar como cada serviço contribui para cobrir os gastos fixos. Dentre esses gastos fixos estão a mão de obra e o pró-labore que, como dito antes, formam a maior parcela dos gastos da empresa.

Análise dos Resultados

Pelo método de custeio por absorção, devido ao fato da utilização de todos os custos incorridos, o custo de cada serviço mostrou-se muito próximo do preço praticado ao consumidor final. O serviço de redução de medidas, inclusive, apresentou prejuízo para a empresa, sendo que esse serviço tem o maior preço cobrado.

Esse fato deve-se ao critério de rateio que, na maioria dos casos, é arbitrário e subjetivo, podendo provocar distorções como a que se vê no serviço citado. Com isso, o gestor poderia interpretar que os preços finais estão errados e decidir pelo aumento desses preços, podendo perder mercado para seus concorrentes.

No Sistema de Custeio Direto/Variável, o gestor depara-se com um total de custo unitário bastante baixo, pois só são levados em consideração os custos variáveis. Como a maior parcela dos custos da Oficina de Costura é de custos fixos, o custo de cada serviço ficou muito baixo em comparação com o Sistema de Custeio por Absorção.

O método direto não trabalha com os custos totais, pois a idéia desse sistema é que sejam alocados aos produtos/serviços apenas os gastos que são completamente identificáveis a esses produtos/serviços, ou seja, gastos variáveis.

Se, no Sistema de Custeio por Absorção, o serviço de redução de medidas mostrou-se desvantajoso, no custeio direto ele teve um resultado positivo como os demais, sendo que sua margem de contribuição unitária foi muito superior aos demais serviços. Em um caso como esse é que se pode notar o problema que o rateio traz para a apuração dos custos, pois a substituição de um critério de rateio em uso por outro poderá gerar custos unitários completamente diferentes daqueles que vinham sendo apurados, agindo de forma direta nas tomadas de decisões, quer em relação à formação de preços, quer na incrementação ou descontinuidade da

prestação de algum serviço.

Uma das vantagens do uso do Sistema de Custeio Direto é a possibilidade de apuração da margem de contribuição, sendo considerada informação importante para conhecer a rentabilidade de cada serviço. A finalidade da margem de contribuição é proporcionar à empresa o conhecimento da capacidade que cada serviço tem para contribuir com a cobertura dos custos e despesas fixos, bem como a formação do lucro.

Por fim, analisando os dois sistemas de custeio propostos para a Oficina de Costura, pode-se perceber que o mais indicado para a gestão do empreendimento é o Sistema de Custeio Direto/Variável. Tal afirmação deve-se ao fato de que o ideal é que o gestor conheça a margem de contribuição que cada serviço pode oferecer para cobrir os gastos variáveis, e não o lucro unitário que é conhecido mediante o sistema de custeio por absorção.

Assim, quando se considera como custos para fins decisórios o apurado fora do sistema de custeio direto, pode-se incorrer em erros indesejáveis, resultantes da sistemática de atribuição de custos indiretos, derivada do sistema de custeio por absorção.

Conclusão

Este artigo teve por objetivo analisar qual o sistema de custeio mais indicado para auxílio na gestão de uma empresa que presta serviços de costura. Nesse contexto, através da comparação da apuração do custo de cada serviço prestado pela Oficina de Costura, usando dois métodos de custeio, pode-se constatar que o Sistema de Custeio Direto/Variável é o mais indicado para o gestor da empresa quando da tomada de decisões.

Após os estudos realizados para a elaboração deste trabalho, e diante dos fatos observados, conclui-se que a adoção do sistema de custeio direto, ainda que extra contabilmente, oferece mais segurança para as tomadas de decisão. Menor risco se corre quando é analisada a rentabilidade em função da capacidade que cada serviço tem para gerar recursos que sejam suficientes para cobrir os gastos fixos.

Portanto, pode-se dizer que os objetivos iniciais foram atingidos, assim como a pergunta problema que direcionou essa pesquisa foi respondida, onde, através da análise de dois sistemas de custeio, chegou-se à conclusão de que o mais indicado

para fins gerenciais em uma empresa prestadora de serviços é o custeio direto/variável, confirmando o pressuposto teórico.

Referências Bibliográficas

DUTRA, René G. **Custos: uma abordagem prática**. 5 ed. São Paulo: Atlas. 2003.

LEONE, George S. G. **Curso de Contabilidade de Custos**. São Paulo: Atlas, 1997.

_____. **Custos, Planejamento, Importação e Controle**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

PADOVESE, Clóvis L. **Curso Básico Gerencial de Custos**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

RIBEIRO, Osni M. **Contabilidade de custo**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

SANTOS, Joel J. **Análise de Custos: Um enfoque gerencial com ênfase para custeamento marginal**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

A importância da Gestão Financeira na questão familiar

The Importance of Financial Management in the Family Issue

Cássia Fernanda Rezende¹

Isabela Cristina Pacheco²

Wanderley Lacintra Junior³

Antônio Moreira⁴

Cleide Henrique Avelino do Valle⁵

Fabiane Cristina Spironelli⁶

RESUMO

A pesquisa deste artigo tem como delimitação, identificar a importância da gestão financeira na questão familiar, como a família administra e investe sua renda, para assim implantar um sistema de controle rápido e eficiente, tendo em vista o planejamento financeiro. Objetivou identificar os gastos mais frequentes das famílias, identificando suas receitas e despesas, fatores socioeconômicos e endividamento das famílias e qual a melhor maneira de organizar-se financeiramente, apresentando assim um sistema de maior aceitação de gastos e investimentos realizados pela gestão financeira familiar de maneira que esse controle se torne constante na vida financeira das famílias.

Palavras-chave: Gestão Financeira, Planejamento Financeiro, Orçamento Familiar.

ABSTRACT

The research of this article has as delimitation to identify the importance of the financial management in the family issue, how the families manage and invest its income, to implement a faster and efficient control system, in view of the financial planning. Aimed to identify their incomes and expenses, socioeconomic factors and household indebtedness, and how is the best way to organize themselves financially, presenting a system of greater acceptance of expenses and investments made by the family financial management so that this control becomes constant in the financial life of the families.

Keywords: Financial Management, Financial Planning, Family Budget.

Introdução

Gestão familiar é um tema pouco conhecido; baseia-se na organização financeira das famílias. O tema procura mostrar onde estão concentrados os gastos

¹ Acadêmico do 8º termo do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – Unisalesiano Campus Araçatuba.

² Acadêmico do 8º termo do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – Unisalesiano Campus Araçatuba.

³ Acadêmico do 8º termo do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – Unisalesiano Campus Araçatuba.

⁴ Contador; Mestre em Ciências Sociais da Área de Contabilidade; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium Campus Araçatuba.

⁵ Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças, Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium Campus Araçatuba.

⁶ Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças, Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium Campus Araçatuba.

e despesas, para que a família possa planejar da melhor maneira, direcionando assim o controle de sua renda.

A educação financeira tem como objetivo educar as pessoas para consumir de forma consciente. Muitas famílias não possuem a consciência do quanto gastar, com o que gastar, ou atentarem-se em obter uma reserva de fundo de investimentos, seja para curto, médio ou longo prazo.

Esse artigo buscou analisar como a organização financeira familiar auxilia na tomada de decisão nos cumprimentos das obrigações e aplicação de investimentos.

Averiguou-se que a organização financeira familiar auxilia no planejamento de metas e objetivos que serão utilizados na tomada de decisão, garantindo assim que todas as obrigações e aplicações de investimento sejam cumpridas conforme planejado.

Foi apresentado, neste estudo, como objetivo, a importância da gestão financeira na questão familiar, identificando como a família administra e investe suas finanças; explorando a rotina familiar, identificando suas receitas e despesas, e como isso está ligado ao cenário econômico habitual; descrever-se quais os investimentos adquiridos e rentáveis na gestão familiar; e foi apresentado um sistema de maior aceitação de gastos e investimentos realizados pela gestão financeira familiar de maneira que esse controle se torne constante na vida financeira da família.

O estudo foi realizado através da pergunta problema: A organização financeira familiar auxilia na tomada de decisão nos cumprimentos das obrigações e aplicação de investimentos? para verificar se foi atingido o pressuposto teórico: A organização financeira familiar auxilia no planejamento de metas e objetivos que serão utilizados pela família na tomada de decisão, garantindo assim que todas as obrigações e aplicações de investimentos sejam cumpridas conforme planejado pela família.

A pesquisa foi baseada em livros, artigos científicos e dados coletados em *sites*, e também é uma adaptação do estudo de caso Educação Financeira para uma melhor qualidade de vida.

Levando em consideração esses aspectos, foi possível averiguar, com cautela, como as famílias administram suas rendas e como isso influencia nas dívidas que são contraídas todos os dias. Este estudo analisou todas essas questões, e assim foi

possível identificar um sistema de controle que a família poderá usufruir de maneira fácil e rápida, para que possa ter mais consciência de suas rendas e gastos.

A Importância da gestão financeira na questão familiar

Segundo SANDRA, Blanco (planejamento financeiro: por onde começar e como fazer),

O primeiro passo de quem deseja fazer um planejamento financeiro deve ser reunir o maior número de informações possíveis sobre sua vida financeira. Extratos de conta corrente e de investimentos, comprovantes de compras, comprovantes de renda, entre outros, ajudam o indivíduo na análise da sua situação financeira. (BLANCO, 2014)

As famílias que têm organização financeira eficaz conseguem planejar melhor e, com isso, alcançar as metas que foram traçadas, como viagem, bens, entre outros.

Um das formas de procurar sempre zelar pelas finanças e buscar sempre preços mais em conta, procurando orçar valores antes de efetuar qualquer tipo de compra, sempre planejando o quanto pode ser gasto.

Para o controle financeiro ter sucesso, não há a necessidade de ter um ganho muito alto; basta apenas saber administrá-lo.

Independentemente do tipo de imprevisto que surgir, estará melhor a família que tiver reservas financeiras. O problema pode exigir a utilização dessas reservas. Em alguns casos, isso fará com que o sonho de independência financeira seja adiado por muitos anos. Mas será uma tranquilidade em meio à tempestade, pois a preocupação da família ficará centrada no problema, e não na falta de dinheiro para custeá-lo. (CERBASI, 2014, p.106).

O controle de todos os gastos e ganhos deve ser muito bem elaborado para que possam ser pagas todas as contas e ainda se consiga efetuar uma reserva para investimentos e para os imprevistos que possivelmente irão aparecer.

Para que a tão sonhada independência financeira chegue, é necessário fazer projetos e cumpri-los.

A Sociedade Consumista x Fator Socioeconômico e Endividamento das Famílias

Segundo dados DIEESE, 2010 (apud ALVES),

Quanto mais elevada for a renda familiar, tanto maior será o gasto das famílias em termos absolutos e haverá também maior diversidade no leque de produtos e serviços consumidos entre os membros da família. Justamente por isso, as famílias com renda mais baixa acabam por concentrar seus gastos, em termos relativos, nas necessidades básicas de sobrevivência com um leque menos diversificado e mais homogêneo de consumo. (...) "Tais associações são importantes não somente por verificar o impacto das políticas sociais e econômicas sobre as famílias, mas também para analisá-las ao longo do tempo, observando a estrutura do orçamento doméstico entre regiões ou países, por exemplo.

A sociedade consumista está diretamente ligada ao capitalismo que, a partir do século XX, ganhou muita força nos Estados Unidos e em outros países pelo mundo a fora.

O capitalismo veio com o objetivo de industrializar as cidades e assim gerar mais empregos e renda à população.

Dessa maneira, surge o consumo de bens e materiais, elevando os níveis de distribuição pelo mundo à procura de sempre fornecer a sociedade o que ela procura para seu próprio consumo.

O consumismo teve início na era capitalista; assim muitas pessoas trabalham, ganham dinheiro e gastam boa parte de sua renda ou total, consumindo produtos que lhes satisfaçam e que estão à disposição no mercado industrial.

São influenciados pelas mídias digitais e televisivas que mostram que se pode ter algo, que é fácil obter seus sonhos, mas sem mostrar realmente quanto se vai pagar por eles.

Com isso, vêm as dívidas e dor de cabeça. A sociedade não sabe administrar sua renda líquida, sempre entrando em dívidas e estourando os limites dos cartões de crédito e cheques especiais.

Quando os gastos não são planejados e as vontades do consumo são colocadas à frente das necessidades, tudo sairá do controle. É necessário pensar quais são as necessidades que a família possui.

Segundo a pesquisa realizada pela Confederação Nacional do Comércio - CNC, em janeiro do ano de 2017,

O percentual de famílias que relataram ter dívidas entre cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, empréstimo pessoal, prestação de carro e seguro alcançou 55,6% em janeiro de 2017, o que representa uma queda em relação aos 56,6% observados em dezembro de 2016, como também em relação aos 61,6% de janeiro de 2016. Foi a quarta

queda mensal consecutiva, e o indicador alcançou o menor patamar desde junho de 2010.

Os dados revelam que, por mais que tenha ocorrido uma queda nos números de endividamento, as famílias continuam tendo dificuldades em gastar menos, principalmente em cartões de créditos, já que ele é o mais fácil de utilizar, estando em mãos o tempo todo.

É necessário estar ciente dos riscos de utilizar cartões de créditos, cheques pré-datados, entre outros, pois podem levar a dívidas catastróficas, onde a família não encontrará saída.

Tabela 1- Percentual das famílias com dívidas em janeiro 2017

Síntese dos resultados (% em relação ao total das famílias)			
	Total dos endividados	Dívidas ou contas em atraso	Não terão condições de pagar
Janeiro de 2016	61,6%	23,7%	9,0%
Dezembro de 2016	56,6%	23,0%	8,7%
Janeiro de 2017	55,6%	22,7%	9,3%

Fonte: Endividamento e inadimplência do consumidor-CNC (2017).

Analisando a tabela 1, realmente houve uma pequena queda das famílias endividadas (1%), ou seja, percebem-se que, com o passar destes anos de crise, elas estão buscando meios de economizar e não gastar toda sua renda desenfreadamente.

Segundo ainda a pesquisa realizada pela Confederação Nacional do Comércio, quanto aos tipos de dívidas mais comuns entre as famílias com até dez salários mínimos e acima de dez salários mínimos, vê-se que a principal foi apontada como o cartão de crédito com 77% , cheque especial 7,2%, cheque pré-datado com 1,8%, crédito consignado 5,7%, crédito pessoal com 9,7%, carnês 14,1%, financiamento de carro 10.1%, financiamento de casa 8,0%, outras dívidas 2,1%, não sabe 0,1% e não responderam a pesquisa 0,1%.

Com base na pesquisa realizada, as principais dívidas entre as famílias continuam sendo cartão de crédito, financiamentos de carros e casas, cheque especial e carnês de lojas.

Tabela 2- Tipo de dívidas das famílias

Tipo de dívida (% de famílias)			
Janeiro de 2017			
Tipo	Total	Renda familiar mensal	
		Até 10 SM	MAIS de 10 SM
Cartão de Crédito	77,30%	78,50%	72,20%
Cheque especial	7,20%	6,10%	11,60%
Cheque pré-datado	1,80%	1,40%	3,00%
Crédito Consignado	5,70%	5,00%	8,70%
Crédito Pessoal	9,70%	9,40%	10,40%
Carnês	14,10%	15,30%	8,10%
Financiamento de carro	10,10%	7,80%	20,80%
Financiamento de casa	8,00%	6,10%	16,50%
Outras Dívidas	2,10%	2,40%	0,90%
Não sabe	0,10%	0,00%	0,20%
Não respondeu	0,10%	0,10%	0,50%

Fonte: Endividamento e Inadimplência do consumidor-CNC (2017).

Tabela 3- Problema, consequências e possíveis soluções.

Item	Problema	Consequência	Possível solução
Financiamento de carro/casa	Dificuldade em pagar prestações	Aumento da dívida e cobrança de juros e multas	Renegociar o financiamento com prazos mais longos e parcelas menores. Se preciso, desfazer-se do bem
Cartão de crédito	Pagamento somente do valor mínimo da fatura	Juros altos e não quitação da dívida real	Parcelamento da dívida total, solicitar redução do limite e efetuar o cancelamento do cartão se possível
Cheque especial	Utilização constante	Juros altos e rolagem da dívida	Renegociar o saldo devedor do limite com prestações factíveis.
Cartão de crédito	Gastos desnecessários	Dívida constante sem necessidade	Cortar gastos, economizar e conscientizar a família
Carnês de lojas	Compras por impulsos, gastos desnecessários.	Atraso no pagamento e inclusão de CPF nos cadastros restritivos	Procurar a loja, renegociar dívida com prazos maiores
Empréstimos	Dificuldade em pagar prestações	Contratação de empréstimo para pagamento de outras dívidas, rolagem de dívida.	Na mesma instituição financeira, agrupar todos os empréstimos e fazer uma só renegociação, com taxas de juros menores e maior prazo para pagamento. Buscar portabilidade da dívida, caso necessário.

Fonte: Estudo de Caso (2015).

Gastos desnecessários e gastos planejados

Dados do Portal Conselho Federal de Contabilidade - CFC (2011),

Um gasto desnecessário (consumismo) é aquele feito por impulso, muitas vezes influenciado pelo marketing, que usualmente tenta atingir a fragilidade íntima das pessoas, fazendo-os buscar nos objetos a solução para tal situação. Por esta razão, o sexo feminino é quase sempre mais propenso à compulsão por compras do que o masculino.

Os gastos desnecessários ou até mesmo os necessários, é algo difícil de controlar. Se a família parar para analisar toda sua renda líquida mensal, verá quanto dinheiro foi gasto de maneira errônea.

Para que a família possa comprar sem medo, precisar pesquisar e fazer cotações, ir a várias lojas ou buscar preços em vários *sites*, sempre tentar negociar com o fornecedor. Assim, mesmo que efetue a compra, terá a certeza de que fez o melhor planejamento antes de consumá-la.

Em virtude dos fatos mencionados acima, pode-se verificar que os gastos devem ser sempre bem planejados e analisados antes de serem executados para que não haja gastos desnecessários prejudicando o rendimento da família, mantendo um controle progressivo de suas rendas.

Aplicação do planejamento pessoal

A primeira ação a encarregar-se antes de começar o planejamento financeiro será identificar os gastos, despesas e receitas, ou seja, elaborar um planejamento pessoal.

Nesta etapa, a família deve desenvolver duas listas, uma lista: uma referente a seu ganho semanal, mensal ou anual; a segunda, referente a seus gastos, não podendo esquecer-se de nada.

Como organizar-se:

- a) Primeiro a família precisa reunir todos os documentos e comprovantes do mês ou do ano; algo que comprove os gastos adquiridos e as receitas também;
- b) Em seguida, elaborará duas listas como dito acima: uma com as receitas e outra com as despesas;
- c) Depois irá dividir a lista dos gastos em fixos e variáveis;

d) E, por fim, será calculado o que entrou e o que saiu, por isso é importante ter todos os documentos.

Quadro 1: Receitas, despesas fixas e variáveis:

RECEITAS	DESPESAS FIXAS	DESPESAS VARIÁVEIS
SALÁRIO LÍQUIDO	ALUGUEL	CONTAS DE LUZ, GÁS E ÁGUA.
RENDIMENTO DE ALUGUEL	CONDOMÍNIO	ALIMENTAÇÃO (FORA DE CASA)
RENDIMENTO APLICAÇÕES	PLANO DE SAÚDE	MERCADO (COMPRA DO MÊS)
APOSENTADORIA	IMPOSTOS (IPVA E IPTU)	ENTRETERIMENTO (VIAGENS E LAZER)
OUTROS	SEGUROS	CARRO (GASOLINA, MANUTENÇÃO, ETC)
	TELEFONE FIXO/TV A CABO/ <i>INTERNET</i>	LIMPEZA (FAXINA)
	TELEFONE CELULAR	
	FINANCIAMENTOS	
	DÍVIDAS (EMPRÉSTIMOS E CARTÃO DE CRÉDITO).	
	EDUCAÇÃO	
	OUTROS	

Fonte: Tais Laporta (2014).

Fluxo de Caixa

A prioridade para a família que deseja controlar suas finanças é montar ou buscar um modelo de fluxo de caixa ou, até mesmo, planilhas orçamentárias. Isso ajudará a ter uma melhor percepção de onde ficam concentrados os gastos mais altos e o total da receita líquida da família.

O fluxo tem que ser monitorado em curtos espaços de tempo, pode ser atualizado diariamente, semanalmente, mensalmente ou anualmente. Como se trata de um fluxo de renda orçamentária familiar, o ideal é que seja diariamente ou semanalmente. Assim o controle será mais eficaz e duradouro. Além de tudo é preciso ser apresentado, nesse fluxo, todos os gastos e receitas.

Segundo, características do SEBRAE (2017),

O fluxo de caixa deve ser utilizado como controle e, principalmente, instrumento na tomada de decisões. O empresário deve inserir informações de entradas e saídas conforme as necessidades da empresa. Com as informações, é possível elaborar a estrutura gerencial de resultados e a

análise de sensibilidade, calcular a rentabilidade e a lucratividade, entre outros pontos.

Por ser um controle feito periodicamente, as chances de erros são menores, assim, a família pode confiar que os resultados apresentados no fluxo são de total segurança. Nele, a família conhece sua rotina financeira, já que terá conhecimento das entradas e saídas.

Não é difícil detectar o desequilíbrio orçamentário ao analisar o comportamento familiar de consumo. Se você tem o hábito de gastar enquanto o saldo no banco permite, a constatação é imediata: o uso do dinheiro na sua família é irresponsável, pois negligencia a necessidade de reservas para o futuro. (Cerbasi, 2015, p.26).

Para que assim possa tomar decisões a respeito e possa traçar metas e objetivos, sempre pensando no futuro, em poupar dinheiro e fazer investimentos a curto, longo e médio prazo.

A forma mais simples de conseguir isso é lançar seus gastos em uma planilha de Orçamento Doméstico, comparar esses gastos com o de outros meses e refletir sobre suas prioridades de consumo. Gastos menos prioritários devem ser equacionados para serem reduzidos. (Cerbasi, 2015, p.26).

No fluxo, a família irá conhecer quais gastos são desnecessários e assim cortá-los de sua rotina ou caso não consiga cortá-los, diminuí-los para que consiga finalmente ter um retorno de suas rendas e possa ver os resultados, que só aparecem quando existe uma forma de controle eficaz.

Concepção do processo de planejamento familiar financeiro

Nessa última etapa, a família irá desenvolver seu planejamento financeiro, definir as metas, os objetivos e projetos, estabelecendo prazos a serem cumpridos.

Primeiro passo para a elaboração desse planejamento foi discutido anteriormente em Aplicação do planejamento pessoal. A família precisa conhecer suas receitas e gastos.

Passo a passo para que a família tenha sucesso em sua caminhada:

1º Quais são seus sonhos a curto, médio e longo prazo?

2º Definir quais são suas prioridades e da família.

3º Estabelecer os prazos a serem cumpridos (1, 2, 5 ou 10 anos).

4º Colocar isso no papel, o que deseja alcançar em determinado período (suponhamos que queira fazer uma viagem no fim do ano, então quando chegar janeiro, precisa colocar isso no papel e quais os sacrifícios necessários para fazer isso acontecer).

5º Ter uma planilha em mãos ou uma ferramenta de controle que se adapta à família; tudo fica mais fácil de controlar quando é visto.

6º Buscar ampliar sua renda, estudar o mercado de trabalho e o mercado de investimentos também.

7º Pensar no futuro, nas viagens que deseja fazer, na casa que queira comprar, no carro que quer trocar e na aposentadoria.

Tabela 4- Planilha de Gastos

Fluxo de caixa realizado - exercício de 2017 - primeiro semestre:							
Descrição / referências:	M E S E S						TOTAL A:
	JAN.	FEVE.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	
1.0 Ganhos previstos:							
Salário							
Aplicações							
TOTAL:	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Fluxo de caixa realizado e prospectivo - exercício de 2017 - primeiro semestre:							
1.0 Obrigações do mês:	JAN.	FEVE.	MAR.	ABR.	MAI.	JUN.	TOTAL A:
1.1 Permanentes / variáveis:							
Apartamento: Investimento							R\$ -
CPFL - Energia Elétrica - Casa							R\$ -
CPFL - Energia Elétrica - Rancho							R\$ -
Água / Casa.							R\$ -
Celular							R\$ -
CRC - Anuidade Profissional							R\$ -
Impostos e Taxas Veículos							R\$ -
Licenciamentos de Veículos							
IPTU / Casa							R\$ -
IPTU / Rancho							
Compras - Alimentação							R\$ -
Sub-total:	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
1.2 Permanentes / fixas:							
Seguro Residencial							R\$ -

	Seguro de Veículos							R\$ -
	Seguro de Vida - Banco do Brasil							R\$ -
	Jornal							R\$ -
	Tarifas e Serviços Bancários							R\$ -
	Sub-total:	R\$ -						
1.3	Temporárias / variáveis:							
	Encargos Financeiros Bancários							R\$ -
	Diarista / Limpeza Casa							R\$ -
	Compras Casa / Boletão							R\$ -
	Gastos Serviços Profissionais							R\$ -
	Reforma - Manutenção / Casa							R\$ -
	Veículos - Manutenção e Conservação.							R\$ -
	Festas / Restaurantes / Outros							R\$ -
	Viagens e Estadias							R\$ -
	Pedágio Sem Parar							
	Presentes Diversos							R\$ -
	Rancho - Manutenção e Conservação.							R\$ -
	Rancho - Outros gastos.							R\$ -
	Médicos / Dentistas / Outros							
	Sub-total:	R\$ -						
1.4	Temporárias / fixas:							
	Empréstimos Banco do Brasil S/A - Saldo Devedor							R\$ -
	Mesada							R\$ -
	Retiradas.							R\$ -
	Sub-total:	R\$ -						
1.5	Cartões de créditos:							
	Cartão Estilo - Master							R\$ -
	Cartão Estilo - Visa							R\$ -
	Sub-total:	R\$ -						
1.6	Outros eventos:							R\$ -
	Empréstimos diversos:							R\$ -
	Sub-total:	R\$ -						
2.0	Total geral das obrigações:	R\$ -						
3.0	Saldo do período:							
4.0	Saldo financeiro anterior:							
5.0	Saldo financeiro atual:							

6.0	Conta aplicação							
6.1	Saldo inicial							
6.2	Transferência poupança							
6.3	Depósito poupança							
6.4	Resgate poupança							
6.5	Rendimentos							
6.6	Saldo atual							

Fonte: Estudo de Caso (2017).

O mais importante é a ferramenta de controle aderida pela família; isso fará com que tenham estímulo para seguir com o controle financeiro e de suas vidas também.

O estudo acima visa primeiramente auxiliar a todas as famílias como se planejar melhor mostrando a situação atual do mercado econômico e como se preparar para novos investimentos, analisando qual o melhor momento para isso, além de frisar a realidade da população quanto às dívidas recorrentes.

E o mais essencial, além de identificar onde, como e quais são os gastos e receitas da família, é aconselhar e direcionar a fazer algo para mudar a situação financeira, com informações e aconselhamentos proveitosos e bem-sucedidos que serão bem aproveitados com o desempenho necessário para colocá-los em prática.

Conclusão

Através deste artigo foi possível identificar êxito nos objetivos traçados para a elaboração deste conteúdo. Podemos identificar como a família administra e investe suas finanças, explorando a rotina familiar além de especificar suas receitas e despesas. Foi apresentado um sistema financeiro de gastos e controle para auxiliar nos investimentos que serão realizados pela família.

Durante a pesquisa averiguamos como a família mantinha certa dificuldade em controlar as receitas e como isso prejudica a relação entre os familiares além de grande parte das receitas estarem comprometidas com dívidas que muitas vezes não podem ser pagas por falta de planejamento financeiro.

O estudo buscou mostrar quais as maiores dificuldades da família na hora de controlar suas despesas e quais as formas mais frequentes de contrair dívidas. Foram apresentados dados do portal CFC no ano de 2017, realizados com algumas famílias.

Contudo, a importância da gestão financeira na questão familiar demonstrou fatores que a família pode conhecer sobre suas receitas e despesas e planejar um

sistema que auxiliasse nas tomadas de decisões através do planejamento.

Confirmando o Pressuposto Teórico: A organização financeira familiar auxilia no planejamento de metas e objetivos que serão utilizados pela família na tomada de decisão, garantindo que todas as obrigações e aplicações de investimentos sejam cumpridas conforme planejado pela família.

Com base no estudo apresentado, propõe-se como intervenção, que a família aplique o orçamento familiar como forma de melhorar seu controle econômico, organize suas receitas e despesas e conseguir guardar dinheiro para planos e projetos futuros. Isso faz com que tenhamos uma melhora em nossas finanças e uma projeção tranquila de aposentadoria.

Referências Bibliográficas

ALVES, Alessandra B. de M. N. Estudo de caso. **Planejamento financeiro familiar e orçamento doméstico: prática e importância em um grupo no município de Cataguases – MG**. Acesso em: 08 jul. 2017.

BLANCO, Sandra. **Planejamento financeiro por onde começar**. Disponível em: <<http://dinheirama.com/blog/2014/10/30/planejamento-financeiro-por-onde-comecar-como-fazer/>>. Acesso em: 05 ago. 2017.

LAPORTA, Taís. **Calculadora: aprenda a planejar o orçamento doméstico**. Disponível em: <<http://economia.ig.com.br/financas/meubolso/2014-01-12/calculadora-aprenda-a-planejar-o-orcamento-domestico-de-2014.html>>. Acesso em: 08 set. 2017.

CERBASI, Gustavo. **Casais inteligentes enriquecem juntos**. Rio de Janeiro. Sextante, 2014.

_____. **Como organizar sua vida financeira**. Rio de Janeiro. Sextante, 2015.

PESQUISA CNC. **Percentual de famílias com dívidas recua em janeiro de 2017 para o menor patamar desde 2010**. Disponível em: <http://cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/analise_peic_janeiro_2017.pdf>. Acesso em: 07 set. 2017.

PORTAL CFC. **Orçamento familiar e o Controle Social Instrumentos de Organização da Sociedade**. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/orcamento_familiar.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2017.

SOUZA MENDES, JULIANA. **Educação Financeira para uma melhor qualidade de vida**. Disponível em: <www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/tcc-JULIANA-DE-SOUZA-MENDES.pdf>. Acesso em: 07 set. 2017.

Contabilidade aplicada à prestação de contas das campanhas eleitorais

Accounting applied to the accountability of electoral campaigns

Gabriela Santos Araújo ¹
Juliani da Silva Samuel ²
João Marcos Scaramelli ³
Cleide Henrique Avelino ⁴
Fabiane Cristina Spironelli ⁵

RESUMO

A contabilidade surge com a necessidade de controle da administração de bens de qualquer setor, aplicando-se também no setor público e até mesmo nas prestações de contas das campanhas eleitorais. Para isso, o conhecimento da legislação vigente bem como de todos os procedimentos que mostram todo o conhecimento acerca dos deveres a serem realizados, dentre eles a conciliação bancária, apresentação de receitas e despesas, notas fiscais eletrônicas. O roteiro apresentado contempla todo o conjunto de leis, bem como a aplicabilidade das ferramentas contábeis. A aplicação de tais procedimentos potencializa a aceitação perante o Tribunal Superior Eleitoral, auxiliando assim na demonstração da veracidade das informações.

Palavras – chave: Campanhas Eleitorais, Conciliação Bancária, Legislação, Prestação de Contas.

ABSTRACT

The accounting arises from need of control and assets management from any sector, also applying in the public sector, and even in the accountability for election campaigns. For this, the knowledge of the current legislation as well as all procedure that should be done it's a must of responsible accounting professional that show all knowlegde about duties to be performed among them the bank reconciliation, revenue presentation, expenses and eletronic invoices. The script presented contemplates all the set of laws, as well as the aplicability of accounting tools. The application of such procedures potentiates acceptance towards Superior Tribunal Eleitoral, helping in demonstration of truthfulness of information.

Keywords: Election Campaigns, Bank Reconciliation, Legislation, Revenue Presentation.

Introdução

A necessidade de uma organização patrimonial dá-se em todos os setores seja ele privado, terceiro setor ou até mesmo público, dando assim um maior

¹ Acadêmica do 8º termo do curso de Ciências contábeis no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

² Acadêmica do 8º termo do curso de Ciências contábeis no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

³ Contador, Especialização em Administração Pública; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

⁴ Contadora, Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças ; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

⁵ Contadora, Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças ; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

controle a cerca do registro de bens e deveres a serem realizados. E com as campanhas eleitorais e candidatos não é diferente, a partir de 21 de fevereiro de 2002, com a expedição na resolução nº 20.897 do Tribunal Superior Eleitoral – TSE torna-se obrigatória a prestação de contas do que é gasto e arrecadado dentro dos partidos. A partir das eleições de 2010, surgiu a obrigatoriedade do profissional habilitado de contabilidade, o qual assinará pela prestação e também se responsabilizará pela mesma, na qual é apresentada no final da campanha.

O trabalho vem tratar sobre a contabilidade no âmbito público, mostrando, na teoria, todas as exigências legais sobre o ato de prestar contas das campanhas eleitorais municipais. Foi feita, então, a análise das prestações de contas das campanhas eleitorais do ano de 2016 dos candidatos a prefeito da cidade de Penápolis, interior do Estado de São Paulo.

O trabalho tem com objetivo geral a pesquisa dos procedimentos da contabilidade pública exigidos no processo eleitoral. E são três objetivos específicos; demonstrar os procedimentos contábeis relacionados ao processo de prestação de contas das campanhas eleitorais; analisar os procedimentos contábeis a serem aplicados ao processo de prestação de contas eleitorais; e o de analisar os requisitos exigidos pela legislação eleitoral para a prestação de contas dos candidatos a prefeito municipal.

Para a base de pesquisa bibliográfica, levantou-se, como pergunta problema, o seguinte: Os procedimentos contábeis utilizados no processo de prestação de contas das campanhas eleitorais municipais auxiliam nas demonstrações das veracidades das informações? Respondendo a pergunta, foi utilizado o pressuposto teórico de que os procedimentos contábeis utilizados no processo de prestação de contas das campanhas eleitorais municipais auxiliam nas demonstrações para a veracidade das informações, realizadas através de recibos de quaisquer doações feitas para a campanha; extrato e conciliação bancária, valor das doações estimáveis em dinheiro e despesas de pequeno valor auxiliam nas demonstrações das veracidades de informações, fazendo com que, durante a fiscalização do Tribunal Superior Eleitoral, as informações contidas nas demonstrações lançadas coincidam com as documentações fiscais – comprovantes e recibos.

Foram utilizadas, para método de pesquisa bibliográfica e estudo de caso, as leis vigentes para que houvesse a realização de tal prestação, bem como o *site* de

divulgação de candidaturas e contas eleitorais, onde são lançadas todas as entradas e saídas de receitas e despesas da campanha, as conciliações bancárias e notas fiscais dispostas ao sistema e que serão averiguadas pelo Tribunal Superior Eleitoral para ver se houve algum tipo de sonegação de receita recebida e não lançada ou lançada de forma errônea.

Alguns princípios da contabilidade pública são também aplicados no processo eleitoral. São eles: o princípio de entidade, de oportunidade e o princípio de competência.

Os atos e fatos especificamente em análise no trabalho foram os apresentados nas prestações de contas de três candidatos a prefeito da cidade de Penápolis – SP, do ano de 2016. Os mesmos realizaram todos os requisitos exigidos desde o início da candidatura, como por exemplo, o registro da candidatura, o CNPJ gerado automaticamente pela justiça eleitoral através das informações exigidas passadas, sendo divulgado o número de seu cadastro em sua página da *internet*.

Os requisitos exigidos pela legislação eleitoral para a prestação de contas são as leis número 23.463/2015 do TSE, 9504 de 30 de setembro de 1997, a Instrução Normativa Conjunta número 1019/2010 e o comunicado do Bacen número 29108/2016.

Contabilidade Eleitoral

Sabe-se da necessidade de uma organização patrimonial em todos os setores, seja ele o privado, ou o terceiro setor, assim também como o setor público e, sendo os partidos políticos, entidades sem fins lucrativos. Por sua constituição, são considerados entidades contábeis que devem ter sobre si a aplicabilidade das normas brasileiras de contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Desde a expedição da Resolução nº 20.987 do TSE, de 21 de fevereiro de 2002, surgiu a obrigatoriedade de prestar contas do que se gasta e do que se arrecada dentro dos partidos. Nas eleições de 2016, surgiu a obrigatoriedade de ter um profissional habilitado da contabilidade assinando e assim se responsabilizando pela prestação de contas que deve ser apresentada ao fim do período de campanha.

Afirmando essa prerrogativa a Resolução do TSE n.º 23.463/2015, Art. 41 § 4º determina que:

[...] A arrecadação de recursos e a realização de gastos eleitorais devem ser acompanhadas por profissional habilitado em contabilidade desde o início da campanha, o qual realiza os registros contábeis pertinentes e auxilia o candidato e o partido na elaboração da prestação de contas, observando as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e as regras estabelecidas nesta resolução.

De tal forma, o contador deverá acompanhar o partido com o candidato desde o início da campanha, e assim identificar, calcular e projetar os gastos futuros; claro que tudo isso respeitando os limites impostos no Art. 38 da Resolução TSE n.º 23.463/2015 *[...] limites com relação ao Total dos Gastos de Campanha contratados para vários itens, como alimentação de pessoal (10%), aluguel de veículos (20%), fundo de caixa ou caixa de pequena monta, (2%).*

A contabilidade eleitoral exercida por um bom profissional vem para concretizar todas essas novas adequações, pois não havia transparência e a verdadeira demonstração das novas informações exigidas sem a participação da ciência contábil.

Legislação Eleitoral

A lei número 23.463/2015 TSE na qual será a mais utilizada para a elaboração deste trabalho devido a mesma ter sido realizada para as campanhas eleitorais do ano de 2016, em seu artigo 41, parágrafo segundo, inciso quarto, relata que a arrecadação de recurso bem como a realização dos gastos eleitorais deve ser acompanhada por um profissional de contabilidade que esteja habilitado para tal. O mesmo deve ter conhecimento desde o início da campanha de todos os gastos e recursos para que assim o mesmo realize os registros contábeis pertinentes e assim também possa auxiliar o candidato e o partido na elaboração da prestação de contas.

Na mesma lei 23.463/2015 TSE artigo 16, parágrafo primeiro, relata a cerca da aplicação dos recursos, a qual deve conter *[...] identificação da sua origem e escrituração individualizada das doações e contribuições recebidas, na prestação de contas anual, assim como seu registro financeiro na prestação de contas de campanha eleitoral do partido.* Isso mostra a importância relevante do profissional de contabilidade a par de todos os acontecimentos de gastos e recursos, pois o mesmo realiza o registro de tal acontecimento corretamente; o partido apenas mostrará para o Tribunal Superior Eleitoral os lançamentos.

A legislação que o profissional de contabilidade deve ter conhecimento para informações de medidas legais para tal prestação é a lei número 9504 de 30 de setembro de 1997, qual estabelece as normas para as eleições. Além desta, a Instrução Normativa Conjunta - RFB/TSE número 1019/2010 relata a cerca do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, dos comitês financeiros de partidos políticos e de candidatos a cargos eletivos, incluindo vices e suplentes; a Instrução Normativa – RFB número 1634 de 9 de maio de 2016, a qual apenas altera a regulamentação da inscrição e manutenção do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ; e o comunicado do Bacen número 29108/2016 que relata a obrigatoriedade da abertura de conta bancária para candidatos, além das já citadas acima.

Origem dos Recursos

Segundo o TSE, na resolução de n.º 23.463/2015, Art. 41 § 4º, determina que tanto candidatos quanto partidos ou até mesmo o comitê financeiro poderão arrecadar recursos para custear suas despesas nas Eleições de 2014. Porém, para que haja a arrecadação do mesmo vindo de qualquer natureza, para que haja então a realização de gastos para a campanha política. Devem-se seguir os requisitos exigidos pelo Tribunal de Justiça Eleitoral, pois deve-se haver um requerimento do registro de candidatura ou um requerimento do registro do comitê financeiro. O mesmo deve obter uma inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ; deverá também realizar a abertura de uma conta bancária específica, destinada assim a registrar toda a movimentação financeira da campanha; deve também emitir todos os recibos eleitorais.

Segundo Cardin *et al* 2016, apud CFC 2016.

A Resolução CFC n.º 987/2003 com alterações introduzidas pela Resolução, CFC n.º 1493/2015, que dispõe sobre a obrigatoriedade do contrato de prestação de serviços contábeis com o objetivo de formalizar a relação do profissional da contabilidade com os seus clientes, para definição dos serviços contratados e das obrigações assumidas.

Dentro da origem dos recursos, existem arrecadações de origens diferentes. A origem dos recursos dos próprios candidatos, é baseada no próprio rendimento

do candidato durante o período eleitoral, sendo ele vindo de empréstimos realizados em instituições financeiras pelo Banco Central do Brasil.

Existe também a possibilidade do candidato fazer doação da sua pessoa física para a sua conta de pessoa jurídica. E, quanto ao valor limite desse tipo de recurso, a Resolução n.º 23.459/2015 do TSE determina o limite permitido para o recurso próprio, o qual corresponde a 80% do maior gasto do cargo pretendido da eleição anterior.

Já na arrecadação por meio de doações financeiras ou estimáveis em dinheiro de pessoa física, ela se dá no ato de pessoas físicas doarem seus bens ou serviços estimados em dinheiro.

Nas doações de outros partidos e de outros candidatos, deve-se acontecer a emissão de recibos eleitorais, obedecendo ao Art. 6º, Superior Tribunal Federal - STF, ADI n.º 5.394, apud CFC, 2016.

[...] estão sujeitas à emissão de recibo eleitoral. Não estão sujeitas ao limite aplicável às pessoas físicas, exceto quando se tratar de doação realizada por candidato, com recursos próprios, para outro candidato ou partido. Devem ser identificadas pelo CPF ou CNPJ do doador originário das doações financeiras, devendo ser emitido o respectivo recibo eleitoral para cada doação.

Ainda sobre arrecadação de recursos, existem vários outros tipos de arrecadação, cada uma com a sua especificação determinada por lei, recursos próprios dos partidos políticos; receitas decorrentes da comercialização de bens ou serviços; receitas decorrentes da aplicação financeira; recursos financeiros arrecadados pela *internet*; pessoas jurídicas; da concessão; da permissão; recursos de origem não identificados. Todos estes citados aqui têm suas características, permissões e negativas.

Segundo Cardin *et al* 2016, apud CFC 2016 [...] *O registro dos gastos eleitorais deve atender às formalidades quanto à idoneidade dos documentos comprobatórios dos gastos e demais formalidades para o registro, especialmente quanto à data de emissão do documento.*

Gastos Eleitorais

O contador pode aparecer operante desde o início da campanha, se assim quiser, podendo ajudar desde a administração dos recursos adquiridos e controlar

o limite de gastos. O Art. 38 da Resolução TSE n.º 23.463/2015 diz: [...] *limites com relação ao Total dos Gastos de Campanha contratados [...] existem vários itens, que têm limites de gastos, como alimentação de pessoal (10%), aluguel de veículos (20%), fundo de caixa ou caixa de pequena monta, (2%)*⁰¹.

A Resolução TSE n.º 23.459/2015 das eleições municipais de 2016 diz o seguinte a cerca da lei n.º 13.165/2015 em seu artigo 6º:

Art. 1º O limite de gastos nas campanhas eleitorais dos candidatos às eleições para prefeito e vereador em 2016 será definido com base nos valores previstos no Anexo, que representam os maiores gastos declarados, na respectiva circunscrição, na eleição de 2012, observado o seguinte: I - Nas eleições para prefeito, para o primeiro turno, o limite será de: a) setenta por cento do maior gasto declarado para o cargo em 2012, na circunscrição eleitoral em que houve apenas um turno; b) cinquenta por cento do maior gasto declarado para o cargo em 2012, na circunscrição eleitoral em que houve dois turnos; II - Para o segundo turno das eleições para prefeito, onde houver, o limite de gastos será de trinta por cento do valor previsto no inciso I III - O limite de gastos nas campanhas eleitorais dos candidatos às eleições para vereador será de setenta por cento do maior gasto contratado na circunscrição para o respectivo cargo na eleição de 2012.

Existem ainda alguns gastos que estão sujeitos a registro e a limites fixados na resolução da lei n.º 9.504/1997, Art. 26 alguns deles são:

São considerados gastos eleitorais, sujeitos a registro e aos limites fixados nesta Lei: I - confecção de material impresso de qualquer natureza e tamanho, observado o disposto no § 3º do art. 38 desta Lei; II - propaganda e publicidade direta ou indireta, por qualquer meio de divulgação, destinada a conquistar votos; III - aluguel de locais para a promoção de atos de campanha eleitoral; IV - despesas com transporte ou deslocamento de candidato e de pessoal a serviço das candidaturas; V - correspondência e despesas postais; VI - despesas de instalação, organização e funcionamento de comitês e serviços necessários às eleições; VII - remuneração ou gratificação de qualquer espécie a pessoal que preste serviços às candidaturas ou aos comitês eleitorais; [...]

Citados como gastos com materiais impressos, propaganda e publicidade, sendo ela por meio de qualquer divulgação; aluguel de ambientes para atos de campanha; despesas com transporte do pessoal do partido; despesas com correspondências e organização dos comitês; pagamentos a qualquer tipo de serviços prestados ao partido ou candidatos; despesas com carros de som; comícios; programa de rádio, televisão e afins; pesquisa ou testes; despesas de *internet*; multas aplicadas por infração do disposto na legislação eleitoral; doações para outros candidatos ou partidos; produção de vinhetas, *slogans*, músicas para as campanhas.

Os contadores ou advogados contratados e utilizados nas campanhas deverão ser pagos com recursos da conta de campanha e devem ser declarados como os valores que realmente foram pagos. Esses serviços não são considerados como gastos de campanha se estiverem ligados ao processo de prestação de contas. Agora, se forem serviços de consultoria, são considerados como gastos de campanha sim e devem ser dispostos como seus respectivos valores de mercado.

Segundo Cardin *et al*, 2016, apud CFC 2016,

[...] As contratações de serviços de consultoria jurídica e de contabilidade, prestados em favor das campanhas eleitorais, deverão ser pagas com recursos provenientes da conta de campanha e constituem gastos eleitorais que devem ser declarados de acordo com os valores efetivamente pagos. Serviços prestados por advogados e profissionais da contabilidade não são considerados gastos de campanha se estiverem relacionados com o processo judicial da prestação de contas.

É determinado também que as despesas só podem ser adquiridas até a data da eleição, pois os gastos efetivam-se na data da sua contratação, independente se o pagamento já foi efetuado ou não. Esta determinação aplica-se por conta do princípio contábil de competência, o qual determina que as despesas devem estar presentes na apuração do resultado do período em que ocorreram.

Segundo Toffoli *et al* 2016, apud CFC 2016 [...] *Os gastos são comprovados por meio de documentos fiscais ou recibos, no caso destes últimos, apenas nas hipóteses permitidas pela legislação fiscal.* Todos os documentos que comprovem os gastos, inclusive os contraídos e não pagos devem ser apresentados junto à prestação de contas que será entregue a Justiça Eleitoral.

Procedimentos Contábeis

Para realização de tal trabalho, o contador ou o escritório de contabilidade deverão manter um contrato por escrito para a prestação de serviços, fazendo assim com que, através do mesmo, sejam comprovados os limites e a extensão da responsabilidade técnica, garantindo assim a segurança de ambas as partes por meio de regulamentação do desempenho das obrigações assumidas.

Antes de iniciar a campanha eleitoral, são necessários alguns requisitos, mesmo após o registro de candidatura, como o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, onde através das informações passadas da Justiça Eleitoral para a Secretaria

da Receita Federal do Brasil – RFB, a qual gera, automaticamente, o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ e assim divulga o número de tal cadastro em sua página da *internet*.

Segundo Cardin *et al*, 2016, apud CFC 2017 [...] *Se o pedido de candidatura não for liberado no prazo de 48h (quarenta e oito horas), deve ser identificado o motivo no site da Justiça Eleitoral e providenciada a regularização das pendências, se for o caso.*

Outra informação necessária e importante é a conciliação bancária. A conciliação bancária deve ser apresentada se houver diferença entre os saldos; aquele apresentado na demonstração de receitas e despesas e aquele apresentado nos extratos bancários. A conciliação bancária deve conter os créditos e os débitos que não foram lançados ainda pelo banco. Dessa forma pode-se fazer o comparativo a fim de justificar possíveis diferenças.

Para fins de controle contábil está a origem das receitas, todas em ordem cronológica; a fonte de tal também em ordem cronológica; o disponível para o gasto eleitoral; o gasto estimável como, por exemplo, as doações efetuadas em dinheiro; o limite total do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, onde o gasto efetuado pelo candidato ou partido não pode exceder o valor estipulado pelo mesmo.

Segundo Branco *et al*, 2016, apud CFC 2016

[...] A personalidade jurídica dos órgãos partidários, seu código e a clara condição de que eles continuarão existindo no futuro, que advirá após o pleito eleitoral, nos converge à obrigatoriedade dos atos e fatos correspondentes a um pleito eleitoral, consequentes da prestação de contas, em respeito às Normas Brasileiras de Contabilidade e aos Princípios Fundamentais da Contabilidade, principalmente, aos Princípios da Entidade, da Continuidade, da Oportunidade; do Registro pelo Valor original; o da Atualização Monetária; da Competência; e da 132 Prudência.

As prestações de contas devem ser encaminhadas ao Juízo Eleitoral, ou seja, todas as prestações de contas dos candidatos devem ser encaminhadas ao Executivo, e a de seus respectivos vices, ao Poder Legislativo.

Mostrando claramente que a finalidade da contabilidade na prestação de contas é fornecer, através do recolhimento de dados à Justiça Eleitoral, uma posição gráfica de tudo quanto foi recolhido para que assim os mesmos possam efetuar a fiscalização, de uma forma boa, através de tais dados.

Prestação de Contas

No artigo 33 da resolução número 23.406/2014 TSE, parágrafo segundo, inciso quarto diz que [...] *O candidato e o profissional de contabilidade responsável deverão assinar a prestação de contas, sendo obrigatória a constituição de advogado.* Mostra-se, assim, a tamanha importância do profissional de contabilidade para a prestação de contas.

O contador deve ter conhecimento de todo o histórico financeiro do candidato ou partido político de acordo com a conta bancária aberta para tal, ou através de doações de pessoas físicas da qual está sendo realizada a prestação de contas. O não conhecimento de todo o passo a passo, segundo o que é prescrito nas legislações a cerca do mesmo, pode vir a acarretar a negativa do Tribunal Superior Eleitoral quando realizada a entrega dos documentos do cartório eleitoral para o Tribunal Superior Eleitoral - TSE, fazendo assim com que a prestação de contas não seja aceita, criando complicações principalmente se o candidato vir a ganhar tal eleição.

Para que haja tal prestação, são necessárias algumas documentações, bem como alguns comprovantes. São estes, de início, a solicitação de registro de candidatura, o CNPJ, uma abertura de conta bancária na qual é específica a campanha eleitoral e a emissão dos recibos eleitorais, os quais devem ser emitidos a todas as arrecadações obtidas na campanha eleitoral, incluindo, neste montante, todo tipo de arrecadação financeira, até mesmo as via internet. Devem ser apresentados também todos os comprovantes e recibos dos gastos que ocorreram durante todo o período eleitoral.

Os partidos políticos, bem como as coligações e os candidatos devem informar à Justiça Eleitoral todos os recursos para financiamento de sua campanha. O prazo para informar a Justiça Eleitoral é de até 72 horas a partir da data do crédito da doação; assim o Tribunal Superior Eleitoral – TSE via *internet*, disponibilizará, em até 48 horas, o relatório financeiro contendo os créditos que lhe foram informados, bem como os gastos realizados.

Para as eleições de 2016, o prazo para as prestações de contas parciais por meio do *site* foi de 09 a 13 de setembro; no mesmo, deve constar toda a movimentação financeira realizada desde o início da campanha até o dia 08 de setembro do ano de 2016.

Segundo Toffoli *et al*, 2016, apud CFC, 2016

Ainda que não tenha havido movimentação de recursos de campanha, é obrigatório prestar contas. A comprovação de ausência de movimentação financeira é feita mediante a apresentação dos extratos bancários zerados ou da declaração devidamente assinada pelo gerente da instituição financeira.

Toda a prestação só é válida mediante comprovação de todos os dados apresentados à Justiça Eleitoral. Diante de dúvidas ou falta de informações comprobatórias, a recepção da prestação pode ser impossibilitada; mediante o aviso, é necessário reapresentação.

História de Penápolis

Situada na região noroeste do Estado de São Paulo, na margem esquerda do Rio Tietê, Penápolis está a 480 km da capital, tendo uma população estimada, em 2016, de até 62.409 habitantes. (Prefeitura Municipal de Penápolis, 2016/2017)

Sua data de fundação com o nome de Santa Cruz do Avandava é a de 25 de outubro de 1908; porém segundo a 42ª sessão de 22 de setembro de 1909 do Congresso Paulista, em seu artigo terceiro, na página 170, é mudado o nome para Penápolis em homenagem ao Dr. Afonso Augusto Moreira Penna.

A história eleitoral de Penápolis surge no ano de 1914, quando James Mellor tornou-se o primeiro prefeito da cidade; instalou-se em Penápolis acompanhando o surgimento e a criação do município. Foi eleito vereador e, com isso, assim que a Câmara Municipal foi instalada, elegeram-no como primeiro prefeito da cidade. Atualmente o prefeito de Penápolis, interior de São Paulo, é o Senhor Célio José de Oliveira, atuando em seu segundo mandato.

Candidatos a Prefeito em análise

Será feita a análise de gastos e verificação da aplicabilidade dos procedimentos contábeis e das leis exigidas nas prestações de contas eleitorais municipais.

Um dos candidatos a prefeito em questão é Senhor Carlos Henrique Rossi Catalani, nascido em 03/04/1985, comerciante, com ensino superior completo; sua coligação é composta por PSC/ PEN/ PHS/ PSD/ PTN.

Outro candidato em análise é Senhor Carlos Alberto Pizani, nascido em 17/02/1967. É empresário e tem ensino fundamental completo; sua coligação é composta por PSB/ PTB/ PP.

E, por fim o candidato analisado é Senhor Célio José de Oliveira, nascido em 16/06/1965. Tem ensino superior completo e atua como prefeito desde as eleições de 2014; sua coligação é composta por PMDB/ DEM/ PDT/ PPS/ PR/ SD/ PRB/ PSDB. Celio foi o candidato eleito a prefeito nas eleições de 2016.

Análise e Comparação da Prestação de Contas

Foram apresentados, nas prestações em análise, todos os documentos exigidos: comprovantes, a solicitação de registro de candidatura, o CNPJ criado no início das campanhas, comprovante de abertura da conta bancária utilizada na campanha eleitoral, os recibos eleitorais, inclusive recibos de todas as arrecadações financeiras e, até mesmo, as vias que estão na *internet*; comprovaram-se os gastos eleitorais também com todos os recibos necessários. Foram também apresentados para a justiça todos os recursos para financiamento da campanha de cada candidato.

Dados das Prestações de Contas

A tabela abaixo descreve as receitas e despesas apresentadas na prestação de contas de cada candidato a prefeito. Os candidatos estão descritos de maneira decrescente da menor receita e despesa para a maior.

Destaca-se, com maior receita e despesa, o Candidato Célio José de Oliveira (eleito), apresentando receita no valor de R\$ 177.516,30 e despesa de R\$ 167.067,49. O limite de gastos para cada candidato era de R\$ 296.683,19, estabelecido pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE, o qual corresponde a 80% do gasto total do mesmo cargo pretendido na eleição anterior; valor igual a R\$ 370.853,99. Todos os candidatos ficaram dentro dos limites.

Tabela 1 – Resumo Geral da Prestação de Contas

CANDIDATOS	RECEITAS	DESPESAS	LIMITE DE GASTOS
Carlos Alberto Pizani	84.035,00	84.035,00	296.683,19
Carlos Henrique Rossi Catalani	111.000,00	104.999,99	296.683,19

Célio José de Oliveira (eleito)	177.516,30	167.067,49	296.683,19
------------------------------------	------------	------------	------------

Fonte: Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais, (2016).

A tabela abaixo descreve o resumo das receitas apresentadas na prestação de contas de cada candidato a prefeito. Nela está apresentada a origem dos recursos e os valores. Os candidatos estão descritos de maneira decrescente da menor receita para a maior.

O candidato Célio José de Oliveira (eleito) apresenta a maior receita no valor total de R\$ 177.516,30, dispostos entre recursos próprios com valor de R\$ 28.000,00 e doações de terceiros no valor de R\$ 149.516,30.

Tabela 2 – Resumo das Receitas (Recebimentos)

CANDIDATOS	Receita Total	Recursos Próprios	Doações de 3ºs	Outras
Carlos Alberto Pizani	84.035,00	84.035,00	0,00	0,00
Carlos Henrique Rossi Catalani	111.000,00	0,00	11.000,00	100.000,00
Célio José de Oliveira (eleito)	177.516,30	28.000,00	149.516,30	0,00

Fonte: Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais, (2016).

A tabela abaixo descreve as despesas um pouco mais detalhadas apresentadas na prestação de contas de cada candidato a prefeito. Os candidatos estão descritos de maneira decrescente da menor despesa para a maior.

Apresenta-se o candidato Célio José de Oliveira (eleito) que teve a maior receita e, conseqüentemente, apresenta-se a maior despesa com o valor total de R\$ 167.067,49, dividida entre despesas com pessoal em geral no valor de R\$ 36.239,00, despesas com publicidade em geral no valor de R\$ 52.262,50, e outras como combustíveis e lubrificantes, comícios, transportes, alimentação, impostos e taxas, encargos financeiros, despesas no valor de R\$ 78.565,99. O limite de gastos para cada candidato era de R\$ 296.683,19. Todos os candidatos respeitaram os limites.

Tabela 3 – Resumo das Despesas (Gastos)

CANDIDATOS	Despesa Total	Pessoal	Publicidade	Serviços	Outras
Carlos Alberto Pizani	84,03	43,10	10.915,00	8,99	20,94
Carlos Henrique e Rossi Catalani	104,99	15,60	29.875,00	21,10	38,39
Célio José de Oliveira (eleito)	167,06	36,20	52.262,50	0,00	78,59

Fonte: Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais, (2016).

Conciliação Bancária

No caso do estudo realizado de todos os candidatos, não foi informada nenhuma conciliação bancária ao *site* de divulgação de contas, onde todos os relatórios foram devidamente lançados, não havendo, assim, a realização da mesma.

Notas fiscais

Quanto à apresentação das notas fiscais, elas foram dispostas corretamente. Todos os candidatos analisados efetuaram o lançamento das notas fiscais para serviços prestados ou venda de algum produto utilizado durante a campanha. Essas notas vêm dispostas de forma individual, contendo as informações básicas onde o eleitor pode ver a nota fiscal completa, com todas as suas informações.

Conclusão

Tendo em vista os aspectos observados, conclui-se que o profissional de contabilidade é imprescindível para a realização da prestação de contas das campanhas eleitorais, sempre tendo conhecimento dos princípios públicos contábeis, que são de entidade, oportunidade, e competência, e os requisitos exigidos pela legislação eleitoral para a prestação de contas. Os candidatos analisados possuem uma prestação completa e correta, com todos os dados

necessários e solicitados. Todos os candidatos estão com a situação deferida, pois não possuem nenhuma fraude ou irregularidades.

Com a conclusão do trabalho, alcançou-se o objetivo geral de pesquisar os procedimentos da contabilidade pública exigidos no processo eleitoral. Foram cumpridos também os objetivos específicos de demonstrar os procedimentos contábeis relacionados ao processo de prestação de contas das campanhas eleitorais, de analisar os procedimentos contábeis a serem aplicados ao processo de prestação de contas eleitorais, e o de analisar os requisitos exigidos pela legislação eleitoral para a prestação de contas dos candidatos a prefeito municipal.

Comprovou-se o pressuposto teórico, anteriormente definido, de que os procedimentos contábeis utilizados no processo de prestação de contas das campanhas eleitorais municipais auxiliam nas demonstrações para veracidade das informações.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Resolução nº 23.463, de 15 de Dezembro de 2015**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/legislacao-tse/res/2015/RES234632015.html>>. Acesso em 03 abr. 2017.

CFC, 2016. **Contabilidade Eleitoral**. 1º Ed. Brasília, 29/07/2016. Disponível em: <http://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/01/Contabilidade_Eleitoral_web.pdf>. Acesso em 19 de agosto de 2017.

Divulgação de Candidaturas e Contas Eleitorais. **Eleições Municipais 2016** Disponível em: <divulgacandcontas.tse.jus.br>. Acesso em 20 ago. 2017.

PENÁPOLIS, Prefeitura Municipal. **Nossa Cidade- Localização**. Disponível em: <<https://www.penapolis.sp.gov.br/portal/cidade/2/Localiza%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em 23 ago. 2017.

A influência dos impostos nos custos de produtos comercializados por uma empresa do Regime Simples Nacional no seu resultado

The influence of taxes on the costs of products marketed by a company of the National Simple Regime in its result.

Lucas Roberto Fiumari¹
Newadson Guilherme de Souza²
José Carlos Lorenzetti³
Cleide Henrique Avelino⁴
Fabiane Cristina Spironelli⁵

RESUMO

O objetivo proposto neste artigo é de apresentar a importância de conhecer as ferramentas da Contabilidade de Custos para o conhecimento do proprietário de uma empresa do regime do Simples Nacional, implantando alguns cálculos e teorias para mantê-lo informado sobre os custos embutidos nas mercadorias de suas compras. Para a realização do artigo, foi utilizado um estudo de caso da empresa Kanazawa Presentes LTDA – ME, demonstrando através de gráficos e tabelas os custos e vantagens de compras de mercadorias interestaduais para maior benefício ao proprietário.

Palavras - chave: Benefício, Contabilidade de Custos, Mercadorias Interestaduais, Simples Nacional.

ABSTRAT

The objective of this article is to present the importance of knowing the tools of the accounting costs for the knowledge of the owner of a company of the Simple Nacional regime, implementing some calculations and theories to keep him informed about the costs embedded in the merchandise bought. For the accomplishment of the article, a case study of Kanazawa Presentes LTDA - ME was used, demonstrating through graphs and tables the costs and advantages of interstate merchandise purchases for greater benefit to the owner.

Keywords: Benefit, Accounting Costs, Interstate Merchandise, Simple Nacional.

Introdução

Neste trabalho será abordado o conhecimento da contabilidade de custos que é o estudo racional dos gastos realizados para que a empresa obtenha um produto de venda ou de consumo.

O artigo tem como objetivo geral conhecer as ferramentas da contabilidade de custos para serem obtidas as informações de desempenho, planejamento e, controle

¹ Acadêmico do 8o termo do curso de Ciências Contábeis no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSaleniano Campus Araçatuba.

² Acadêmico do 8o termo do curso de Ciências Contábeis no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSaleniano Campus Araçatuba.

³ Contador; Mestrado em Administração; Bacharel em Direito; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Especialização em Docência no Ensino Superior; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

⁴ Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

⁵ Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

das tomadas de decisões, além de determinar, busca-se com mais precisão, os custos das mercadorias. E, como objetivos específicos, demonstrar os custos das mercadorias para comercialização; conhecer a tributação do regime Simples Nacional e verificar se compensa para a empresa comprar mercadoria de outros estados.

Com a contabilidade de custos, serão demonstrados os custos de uma mercadoria adquirida por uma empresa do simples nacional. A mercadoria será adquirida por fornecedores do mesmo estado em que a empresa encontra-se e de outros estados. A compra destas mercadorias contém os custos; porém, na aquisição de fornecedores de outros estados, existe outro custo em relação ao estado da própria empresa. A pergunta problema delimitada no trabalho foi: Traz vantagens para a empresa Kanazawa Presentes LTDA – ME comprar mercadoria de fora do estado para comercialização?.

O trabalho irá demonstrar a tributação do Simples Nacional, que é um regime tributário simplificado instituído para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, com intuito de identificar todo o processo para as empresas optarem pelo Simples Nacional, abordando os tributos que são recolhidos pelo regime de forma simplificada, através de uma única guia de recolhimento, além de informar como realizar a inscrição no Simples Nacional e realizar o cálculo do imposto a ser recolhido pela empresa e suas formas de exclusão.

Será abordado o diferencial de alíquotas que todos os contribuintes do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços são obrigados a recolher relativo à diferença existente entre alíquota interna e a alíquota interestadual. Com isso, o trabalho irá demonstrar de qual fornecedor será mais viável a compra desta mercadoria.

O pressuposto teórico da pesquisa afirmou que a compra de mercadorias de outro estado para a comercialização traz vantagens, mesmo com todos os custos embutidos.

Contabilidade de Custos

Na ciência contábil, a contabilidade de custos empenha-se no estudo racional dos gastos realizados para que se obtenha um produto de venda ou de consumo. Contabilidade de custos tem a função financeira que analisa, organiza, acumula e

interpreta todos os custos da mercadoria, dos serviços prestados, dos planos operacionais das atividades de distribuição para definir o lucro final auxiliando o proprietário para o processo de tomada de decisão. A contabilidade de custos tem o objetivo de considerar qualquer sistema de contas que mostra os elementos de custo que incidem na produção.

A contabilidade de custos fornece os dados detalhados sobre custos que a gestão precisa para controlar as operações atuais e planejar para o futuro. (DERBECK; NAGY, 2001, p. 13).

Com a contabilidade de custos é possível identificar todos os gastos das mercadorias na produção, industrialização e compra mercadorias para revenda, auxiliando para formação do preço de venda das mercadorias.

A contabilidade de custos encontra-se interinamente relacionada com a medição do ciclo operacional interno das organizações, onde procura inferir as variações patrimoniais do mesmo, como a contabilidade é a ciência que estuda o patrimônio individual da empresa, fica latente a influencia do segmento na mensuração das riquezas da célula da social. (SILVA, 2008, p. 39)

Métodos De Custeios

Conceitua-se como método de custeio a maneira que as empresas conciliam os seus custos de produção ao preço de suas vendas. Os gastos que são apurados para o custo unitário do produto são definidos através da metodologia de custeios.

O método é o grande fundamento teórico mais importante na gestão de custos uma vez que todos os demais fundamentos e processos decisórios deverão ser modelados à luz do método adotado. (PADOVEZE, 2005, p. 76)

O objetivo principal dos métodos de custeios é esclarecer qual é o valor dos custos fixos e variáveis no preço de venda do produto, além da separação entre eles.

Absorção

É uma metodologia em que todos os custos envolvidos sejam eles diretos e indiretos, fixos e variáveis são adaptados aos produtos fabricados, em que cada produto absorve o que é de sua própria fabricação.

O custeio por absorção é o método derivado da aplicação dos princípios de contabilidade geralmente aceitos, consistindo na apropriação de todos os custos de produção aos bens elaborados, e só os de produção são distribuídos para todos os produtos elaborados, as despesas administrativas, comerciais e financeiras não integram o custo do produto.

Como ponto positivo, esse é o único método aceito para fins fiscais e legais. (MARTINS, 2003, p. 37)

Direto ou Variável

É um dos métodos de custeios que tem mais sido utilizado por ser simples e objetivo.

Esse método é utilizado de acordo com a receita da empresa. No custeio variável são retirados os custos fixos referentes ao produto; são contabilizados apenas os custos variáveis a alguma relação. Esse método se estabelece na separação dos gastos variáveis e fixos.

Nas demonstrações à base do custeio variável obtém-se um lucro que acompanha sempre a direção das vendas, o que não ocorre com a absorção. Mas, por contrariar a competência e a confrontação, o custeio variável não é válido para balanços de uso externo, deixando de ser aceito tanto pela auditoria independente quanto pelo fisco. É fácil, entretanto, trabalhar-se com ele durante o ano e fazer-se uma adaptação de fim de exercício para se voltar à absorção. (MARTINS, 2003, p. 204)

Custeio ABC – Activity Based Costing

O método de custeio ABC está ligado às atividades que a empresa efetua no decorrer da fabricação dos produtos. Visa identificar, analisar e alocar os custos no processo de uma empresa, obtendo uma melhor eficiência e lucratividade.

Com essa metodologia, os recursos são atribuídos a cada atividade e elas são atribuídas a seus objetos de custos de acordo com o seu uso. Além disso, diminui as diferenças provocadas pelo rateio usado na absorção dos custos.

Um enfoque para se aprimorar um sistema de custeio. Ele se concentra nas atividades como se fossem os principais objetos de custo. Uma atividade é um evento, tarefa ou unidade de trabalho com um determinado propósito. O ABC utiliza o custo dessas atividades como base para distribuir custos para outros objetos de custo tais como produtos, serviços ou clientes. (HORNGREN; FOSTER; DATAR, 1997, p. 76)

Custeio Rkw – ReinhsuratoriumFuerWinrtschaftlichkeit

Nesse método, são apropriados aos produtos não somente os custos de produção, como também todas as despesas da empresa, inclusive as financeiras. (MARTINS, 2003, p. 236)

Custos Diretos

São aqueles custos diretamente destinados para a mercadoria vendida, por

um valor pré-estabelecido pela empresa. Custos diretos são considerados os gastos que podem ter seu custo por produto verificado de uma forma bastante simples e precisa.

Essa categoria abrange todos os custos relacionados com a fabricação do produto ou serviço como matéria-prima, mão de obra direta, tributos e comissões sobre vendas etc., porém os demais gastos são transferidos para apuração de resultado como despesas, sem serem apropriados aos produtos fabricados. (WERNKE, 2001, p. 129)

Custos Indiretos

Os custos indiretos são considerados de difícil destinação por não serem diretamente relacionados à mercadoria, precisando de um critério de rateio para adequá-los à mesma.

Os custos indiretos são gastos mostrados para a empresa executar suas atividades, para não ter ligação direta com o produto específico, nas empresas que são de fabricação de apenas um único produto. Um modelo de custo indireto é o aluguel da empresa, o supervisor da empresa, ou seja, o mesmo está indiretamente ligado ao produto. (WERNKE, 2005, p. 19)

Mark Up

O Mark Up é uma técnica usada para indicar se o preço do produto está acima do seu próprio custo de produção. É a diferença entre o custo do produto e seu preço de venda.

Pode ser expresso como um valor fixo ou como percentual, esse valor representa a quantia cobrada em cima do produto para obter o preço de venda final.

O Mark Up também é usado para obter o preço unitário do produto, ou seja, é uma técnica que trabalha com a base de custo.

Com a utilização do Mark Up garante-se que o preço de venda final do produto possa ressarcir todos os custos fixos e variáveis, ou seja, uma margem de lucro ideal para cada produto.

Para um melhor gerenciamento e obter lucro por unidade, é bastante utilizado o método do Mark Up, pelo fato de ser uma técnica bem precisa e prática.

O markup tem por objetivo cobrir a tributação sobre vendas – como, por exemplo: Imposto sobre o Comércio de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) ou o Simples, que é o tratamento tributário simplificado, – percentuais, incidentes sobre o preço de venda, despesas administrativas,

fixas, custos indiretos de produção fixos e margem de lucro. (WERNKE, 2001, p. 130)

Ponto de Equilíbrio

O ponto de equilíbrio é conhecido como a zona de segurança da empresa. É onde mostra o quanto precisa ser vendido para que a receita fique igual aos custos, ou seja, pode ser visto a partir de qual momento a empresa passa a ter lucros, deixando nula a possibilidade de prejuízos.

Denominamos ponto de equilíbrio o ponto em que o total de margem de contribuição da quantidade vendida/produzida se iguala aos custos e despesas fixas. Assim ponto de equilíbrio calcula os parâmetros que mostram a capacidade mínima em que a empresa deve operar para não ter prejuízos, mesmo que ao custo de um lucro zero. O ponto de equilíbrio é também denominado de ponto de ruptura (break-even point). (PADOVEZE, 2000, p. 281)

Simple Nacional

O Simple Nacional é um regime tributário simplificado instituído pela LC nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para as Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP.

O Simple Nacional consiste apenas em uma única guia de recolhimento mensal que abrange todos os entes federados (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), denominada Documento de Arrecadação Simple – DAS.

Os tributos abrangidos pelo Simple Nacional conforme o art. 13 da Lei Geral implica o recolhimento mensal, mediante documento único de arrecadação (DAS), dos seguintes impostos e contribuições:

- a. Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ);*
- b. Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);*
- c. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);*
- d. Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS);*
- e. Contribuição para o PIS/Pasep;*
- f. Contribuição Patronal Previdenciária (CPP);*
- g. Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS);*
- h. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).* (FABRETTI, FABRETTI, FABRETTI, 2013, p. 92)

A opção pelo regime do Simple Nacional é realizada somente pela internet no Portal do Simple Nacional no *site* da Receita Federal. Empresas que optarem pelo Simple Nacional e tiverem uma receita bruta de até R\$ 360.000,00 são denominadas Microempresas; as que tiverem uma receita bruta de até 3.600.000,00,

Empresa de Pequeno Porte.

O artigo 16 da Lei Complementar nº 123/2006 dispõe que a opção pelo Simples Nacional deve ser efetuada por meio do Portal do Simples Nacional na *internet*, sendo irrevogável para todo o ano-calendário. (BRASIL, 2006)

O Simples Nacional é composto por 6 (seis) tabelas de anexos. Cada anexo possui uma faixa de alíquotas diferentes para a aplicação do imposto DAS. As empresas que optarem pelo Simples Nacional deverão consultar o seu CNAE predominante e verificar em qual tabela encontra-se.

A empresa que inicia suas atividades, depois de realizar suas inscrições nos órgãos, a ME ou a EPP terá o prazo de 30 dias corridos para solicitar a opção pelo regime. As MEs e EPPs que se encontram em atividades e pretendem optar pelo regime tributário simplificado terão até o trigésimo primeiro dia do mês de janeiro para solicitar a opção.

Definição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte

As Microempresas são empresas que possuem receita bruta anual de até R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e as Empresas de pequeno porte, até R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

- a) no caso da microempresa aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e*
- b) no caso da empresa de pequeno porte aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais). (FABRETTI, FABRETTI, FABRETTI, 2013, p. 72)*

Definição de Receita Bruta

Receita Bruta, para fins de aplicação no Simples Nacional, é o montante das vendas de bens e serviços prestados pela empresa não incluídas as vendas canceladas e os descontos.

§ 1º Considera-se receita bruta o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas

operações em conta alheia, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos. (FABRETTI, FABRETTI, FABRETTI, 2013, p. 73)

Cálculo do Simples Nacional

Para cálculo do valor devido, as empresas optantes pelo Simples Nacional utilizarão uma das tabelas dos Anexos I a VI e a alíquota a ser aplicada e definida através da receita bruta acumulada dos últimos 12 (doze) meses.

O valor devido mensalmente pela microempresa ou empresa de pequeno porte, optante pelo Simples Nacional, será determinado mediante aplicação das alíquotas constantes das tabelas dos Anexos I a VI desta Lei Complementar sobre a base de cálculo de que trata o § 3º deste artigo, observado o disposto no § 15 do art. 3º. (BRASIL, 2006)

Definindo a alíquota a ser aplicada de acordo com a tabela do anexo em que a empresa enquadra-se, irá aplicar, sobre a receita bruta do mês de competência, o percentual para apurar o valor do imposto. O pagamento será efetuado através do Documento de Arrecadação Simples – DAS até o vigésimo dia do mês subsequente à competência apurada.

Exclusão do Simples Nacional

A pessoa jurídica que for optante pelo simples nacional deverá ter ciência das situações que possam excluí-la do regime tributário simplificado.

De acordo com a Receita Federal, as Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte serão excluídas do Simples Nacional através de sua própria comunicação ou por ofício.

A exclusão feita através da comunicação espontânea pela empresa será quando a mesma desejar deixar de ser optante pelo Simples Nacional. A empresa deverá fazer a comunicação obrigatória quando tiver ultrapassado o limite de receita bruta anual ou o limite proporcional no ano de início de atividade ou, ainda, tiver incorrido em alguma outra situação de vedação prevista na Lei Complementar do Simples Nacional.

A exclusão por ofício será efetuada quando verificada a falta de comunicação obrigatória ou quando verificada a ocorrência de alguma ação ou omissão que constitua motivo específico para exclusão de ofício. (BRASIL, 2006)

ICMS – Diferencial de alíquota no Simples Nacional

O diferencial de alíquota é o percentual correspondente à diferença entre alíquota interna e a interestadual, quando a alíquota interestadual for inferior à interna.

O diferencial de alíquota existe na compra de fornecedor estabelecido em outro estado, destinado à entrada de ativo imobilizado, material de uso e consumo, e mercadoria para revenda não sujeita ao ICMS-ST (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços-Substituição Tributária). Somente as mercadorias que não são substituição tributária que estarão sujeitas ao pagamento do diferencial entre a alíquota interna e a interestadual.

O contribuinte optante pelo Simples Nacional, este fica obrigado ao pagamento do imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual na entrada de mercadoria destinado a industrialização ou comercialização, material de uso e consumo ou bem do ativo permanente, oriundas de outro Estado ou do Distrito Federal, conforme previsto no artigo 2, inciso XVI e § 6, do artigo 115 do RICMS/00. (SÃO PAULO, 2009)

As empresas do Simples Nacional que comprem seus produtos em outros estados, os quais existe a divergência de percentuais de cobrança de ICMS estarão sujeitas ao recolhimento dessa diferença nas alíquotas vigentes em seus estados. O cálculo do Diferencial de Alíquota de ICMS é feito de modo que seja encontrada a diferença entre alíquota interna do estado de destino e interestadual.

O Decreto 58.923/2013 do Estado de São Paulo regulamentou a Resolução do Senado Federal nº 13/2012 no que trata do diferencial de alíquotas para as empresas paulistas sujeitas às normas do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional. A regra do diferencial de alíquota para empresas enquadradas no Simples Nacional está estabelecida no § 8º do artigo 115 do RICMS/00. O diferencial de alíquota é calculado como Alíquota Interna - Alíquota Interestadual.

A Alíquota Interestadual será de:

- a) 4%, nas operações com mercadorias abrangidas pela Resolução do Senado Federal nº 13;*
- b) 12%, nas demais operações interestaduais destinadas ao Estado de São Paulo. (SÃO PAULO, 2009)*

Na compra de mercadorias importadas de outros estados, à alíquota interestadual relativa às mercadorias será destacada em 4%.

O recolhimento do diferencial de alíquotas é pago através de uma guia de recolhimento especial, englobando todas as operações realizadas no período

mensal, mediante uso da GARE ICMS, código 063-2 conforme artigo 115 do RICMS/SP.

O vencimento é até o último dia do segundo mês subsequente à entrada da mercadoria.

Conforme o artigo 115, inciso XV-A, do RICMS/SP, o recolhimento do ICMS devido a título de diferencial de alíquotas, pelas empresas optantes pelo Simples Nacional, relativo às entradas de mercadorias adquiridas de contribuinte localizado em outro Estado ou no Distrito Federal, qualquer que seja a sua destinação industrialização, comercialização, uso e consumo ou ativo, o recolhimento é até o último dia do segundo mês subsequente. (SÃO PAULO, 2000)

Estudo de Caso

A empresa abordada para a realização do estudo de caso é a Kanazawa Presentes LTDA – ME, localizada em Araçatuba-SP; empresa de Sociedade Limitada com ramo de atividade de comércio varejista de presentes, armarinhos, brinquedos, aviamentos, bijuterias, ferramentas, utilidades domésticas, artigos de livraria, papelaria, informática, CDs, artigos para festas e produtos descartáveis.

A Empresa acima citada é optante pelo Regime de Tributação Simples Nacional e adquire mercadorias para revenda de fornecedores do estado de São Paulo-SP e também nos estados do Paraná-PR e Rio Grande do Sul-RS, ocorrendo operações interestaduais.

Este estudo de caso irá demonstrar em qual dos estados entre São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná a compra de um garrafão térmico de 5 litros será mais compensatório, para a empresa Kanazawa Presentes LTDA – ME.

A mercadoria foi adquirida de três fornecedores localizados em estados diferentes; sendo assim, a mercadoria adquirida de outro estado será devida pela empresa segundo o diferencial de alíquota, conforme o artigo 115 do RICMS/SP. O objetivo do estudo é demonstrar o valor final do produto de compra em cada estado.

A mercadoria adquirida pela empresa é um Garrafão Térmico 5 Litros, código NCM 3923.30.00, produto de compra para comercialização, estado de origem RS e PR com a alíquota interestadual do produto de 12%, sendo que a alíquota interna do produto dentro do estado de SP é 18% e será devido pela empresa o diferencial de alíquota de 6%.

Quadro 1 – Alíquotas do ICMS – Operações Interestaduais.

	DESTINO																										
	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MT	MS	MG	PA	PB	PR	PE	PI	RN	RS	RJ	RO	RR	SC	SP	SE	TO
AC		12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
AL	12		12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
AM	12	12		12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
AP	12	12	12		12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
BA	12	12	12	12		12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
CE	12	12	12	12	12		12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
DF	12	12	12	12	12	12		12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
ES	12	12	12	12	12	12	12		12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
GO	12	12	12	12	12	12	12	12		12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
MA	12	12	12	12	12	12	12	12	12		12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
MT	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12		12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
MS	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12		12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
MG	07	07	07	07	07	07	07	07	07	07	07	07		07	07	12	07	07	07	12	12	07	07	12	12	07	07
PA	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12		12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
PB	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12		12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
PR	07	07	07	07	07	07	07	07	07	07	07	07	12	07	07		07	07	07	12	12	07	07	12	12	07	07
PE	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12		12	12	12	12	12	12	12	12	12	12
PI	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12		12	12	12	12	12	12	12	12	12
RN	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12		12	12	12	12	12	12	12	12
RS	07	07	07	07	07	07	07	07	07	07	07	07	12	07	07	12	07	07	07		12	07	07	12	12	07	07
RJ	07	07	07	07	07	07	07	07	07	07	07	07	12	07	07	12	07	07	07	12		07	07	12	12	07	07
RO	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12		12	12	12	12	12
RR	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12		12	12	12
SC	07	07	07	07	07	07	07	07	07	07	07	07	12	07	07	12	07	07	07	12	12	07	07		12	07	07
SP	07	07	07	07	07	07	07	07	07	07	07	07	12	07	07	12	07	07	07	12	12	07	07	12		07	07
SE	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12		12
TO	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12

Fonte: Editora Econet (2017)

De acordo com o quadro, a alíquota resultante a ser utilizada na operação interestadual é obtida através da junção da linha correspondente ao estado de origem com a coluna correspondente ao estado de destino.

Tabela 1 – Cálculo dos valores de aquisição da mercadoria.

Produto adquirido para comercialização: Garrafão Térmico NCM 3923.30.00					
Estado	Valor Compra	IPI	Frete	ICMS-Diferencial de Alíquota (6%)	Valor Final
PR	R\$ 19,23	R\$ 2,88	-	R\$ 1,15	R\$ 23,26
RS	R\$ 15,25	R\$ 2,29	-	R\$ 0,92	R\$ 18,46
SP	R\$ 25,88	-	-	-	R\$ 25,88

Fonte: Estudo de caso, (2017)

Analisando o gráfico, a mercadoria adquirida do estado de RS é mais viável para a empresa, mesmo com os impostos embutidos na compra da mercadoria.

O produto adquirido para comercialização foi um garrafão térmico 5 litros. O produto adquirido do estado do RS obteve um valor final de compra de R\$ 18,46, já incluindo todos os impostos; já no estado do PR, obteve-se um valor final de compra de R\$ 23,26. Estes resultados são baseados no valor da compra da mercadoria, além disto, a empresa inclui o percentual de custo e sua margem de lucro.

O mesmo produto adquirido no estado SP obteve um valor final de compra

de R\$ 25,88.

Para a empresa, a compra desta mercadoria é mais viável ser adquirida através do fornecedor do estado de Rio Grande do Sul e do estado do Paraná, pois tem um valor mais rentável do que os fornecedores localizados no estado de São Paulo; sendo assim, a empresa poderá melhorar sua margem de lucro ou vender as mercadorias com valor mais acessível que seus concorrentes.

Conclusão

Através deste trabalho de pesquisa foi apresentada a importância do conhecimento da contabilidade de custos e os seus métodos de custeios, os custos diretos e indiretos, os quais empresas aplicam para verificação dos preços das mercadorias para suas vendas.

Com a contabilidade de custos,, foi possível identificar quais os custos que uma empresa a qual se enquadrada no regime Simples Nacional tem ao adquirir mercadorias do seu próprio estado ou de outros estados.

Neste trabalho, foi demonstrado todo o conhecimento do regime simples nacional, seus tributos abrangidos em apenas uma única guia de recolhimento, como uma empresa pode optar pelo simples nacional, cálculo e sua exclusão.

Assim, este trabalho foi realizado através da pergunta problema: Traz vantagens para a empresa Kanazawa Presentes LTDA – ME comprar mercadoria de fora do estado para comercialização? Mostrou-se que a compra de mercadoria de outro estado para comercialização traz vantagens para a empresa, mesmo com todos os custos embutidos.

Com intuito de alcançar o objetivo geral da pesquisa e conhecer as ferramentas da contabilidade de custos, alguns objetivos foram delimitados para proporcionar a resposta esperada da pergunta problema. Assim, evidenciam-se os resultados encontrados ao longo do presente estudo, quanto aos objetivos específicos, conforme consta em dois dos objetivos específicos: conhecer a tributação do regime Simples Nacional e verificar se compensa para a empresa comprar mercadoria de outros estados.

O estudo demonstrou para a empresa a importância do conhecimento dos custos e os impostos na aquisição de mercadorias para revenda, para uma melhor condução de seu negócio, fazendo com que a empresa tenha uma melhoria de seus

lucros e crescimento no mercado, possibilitando que a empresa venda suas mercadorias com preço mais acessível.

Referências Bibliográficas

BRASIL, **Lei Complementar nº 123/06** de 14 de dezembro de 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp123.htm>. Acesso em: 15 de jul. de 2017.

DERBECK, Edward V.; NAGY, Charles F.. **Contabilidade de Custos**. 11. ed. São Paulo: Thomson, 2001.

ECONET EDITORA, **Tabela de alíquotas do ICMS – Operações interestaduais**. Disponível em:<http://www.econeteditora.com.br/index.asp?url=/agenda/tab_icms-interestadual.asp?1=1>. Acesso em: 12 de ago. de 2017.

FABRETTI, Denise; FABRETTI, Dilene R.; FABRETTI, Lúdio C.. **Simples Nacional**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

HORNGREN, Charles T.; FOSTER, George; DATAR, Srikant. **Contabilidade de custos**. São Paulo: Ltc, 1997.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PADOVEZE, Clovis L.. **Contabilidade gerencial: enfoque em sistemas de informação contábil**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SÃO PAULO, Secretária da Fazenda, **Decisão Normativa – Simples Nacional**. Disponível em: <http://www.pfe.fazenda.sp.gov.br/st_legislacao_21.shtm>. Acesso em: 05 de ago. de 2017.

SÃO PAULO, Secretária da Fazenda, **Perguntas Frequentes**. Disponível em: <<https://portal.fazenda.sp.gov.br/servicos/fci/Paginas/perguntas-frequentes.aspx>>. Acesso em: 29 de jul. de 2017.

SÃO PAULO, Secretária da Fazenda, **RICMS 2000**. Disponível em: <info.fazenda.sp.gov.br/NXT/gateway.dll/legislacao_tributaria/Regulamento_icms/art115.htm?f=templates&fn=default.htm&vid=sefaz_tributaria:vtribut>. Acesso em: 06 de ago. de 2017.

SILVA, José P.. **Análise Financeira das Empresas**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

WERNKE, Rodney. **Análise de custos e preços de venda: ênfase em aplicações e casos nacionais.** São Paulo: Saraiva, 2005.

_____. **Gestão de Custos: uma abordagem prática.** São Paulo: Atlas, 2001.

DIREITO

EUTANÁSIA: UMA AFRONTA À VIDA OU UM DIREITO DO PACIENTE?

Euthanasia an affront to life or a patient's right?

Giovana da Silva Santana¹
João Georgeton Barbosa da Silva²
Fabiola Aparecida Delben Costa³

RESUMO

Este estudo aborda a Eutanásia, colocando sobre análise desde o conceito da palavra, suas variações, espécies e períodos. Trataremos também sobre a dignidade na hora da morte e como é abordado o tema na legislação pátria, falaremos sobre a Bioética e sobre o Biodireito e como cada um tratam a eutanásia, veremos também os princípios que norteiam o campo do biodireito e a bioética, tendo como intuito deste estudo fazer com que possamos conhecer mais aprofundadamente e refletir sobre o assunto aqui tratado. Ponto importante a ser abordado é a visão sobre o tema em comento nos países de todo o mundo, passando brevemente por alguns países onde é aceita a prática da eutanásia, e países que já legalizaram.

Palavras-chave: Eutanásia, morte digna, bioética, biodireito.

ABSTRACT

This study approaches Euthanasia, placing on analysis from the concept of the word, its variations, species and periods. We will also address dignity at the time of death and how the theme is addressed in the country's legislation, we will talk about Bioethics and the Bio-Law and how each treats euthanasia, we will also see the principles that guide the field of bio-ethics and bioethics. as the purpose of this study, so that we can know more deeply and reflect on the subject matter here. An important point to be addressed is the view on the issue in the countries around the world, passing briefly by some countries where euthanasia is accepted, and countries that have already legalized.

Key words: Euthanasia, dignified death, bioethics, biodireito.

Introdução

Este trabalho abordará o tema Eutanásia, na perspectiva de se considerar uma forma de dar ao paciente uma morte indolor, ou seja, é basicamente abreviar a vida de um paciente em estado terminal ou que esteja acometido por uma

¹Acadêmica do 10º termo do curso de Direito no Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

² Advogado, Mestre em Direito, Docente do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

³Advogada; Especialização em Educação à distância; Docente do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

enfermidade que lhe cause dores físicas que não possa suportar e/ou sofrimento psíquico intolerável.

Para a realização da eutanásia se faz necessário o consentimento do doente, além de considerar que não basta apenas que este queira morrer, é mister ficar provado a dor, o sofrimento e a incurabilidade da moléstia grave, assim, o homicídio piedoso somente será caracterizado através da demonstração de vontade.

O parágrafo 1º, do artigo 121, do Código Penal Brasileiro prevê a figura do homicídio privilegiado, quando o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, o valor moral a que se refere o dispositivo trata de interesses particulares do agente como a piedade e compaixão.

É sempre observado nestes casos o princípio da dignidade da pessoa humana, que refere-se aos valores que são inerentes a todos os seres humanos, e o direito à vida, previsto na Constituição Federal, em meio a seus direitos e garantias fundamentais, expressos pelo artigo 5º da Magna Carta, e este se encontra diretamente ligado ao primeiro princípio citado.

Tais princípios não podem ser interpretados de forma isolada, merecendo sempre tratamento hermenêutico como uma forma de tentar fundi-los.

Assim, este trabalho teve o intuito de mostrar o real objetivo da prática em comento e, qualquer que seja a sua modalidade, a eutanásia é realizada por compaixão e/ou piedade, dando à pessoa que deixa seu consentimento expresso, o direito a uma morte digna e sem qualquer sofrimento.

Eutanásia

A eutanásia consiste basicamente em abreviar a vida de um paciente em estado terminal ou que esteja acometido por uma enfermidade que lhe cause dores físicas que o mesmo não possa suportar e/ou sofrimento psíquico intolerável.

A palavra eutanásia foi criada no século XVII pelo filósofo inglês Francis Bacon, e vem do grego, a partir da junção dos termos eu + thanatos que significa boa morte ou então uma morte sem dor.

Num todo, a eutanásia pode ser definida como uma forma de dar ao paciente uma morte indolor, evitando que todo o sofrimento trazido por sua moléstia se prolongue pelo tempo.

O grande doutrinador espanhol Luis Jiménez de Asúa (2003, p.48) em sua obra “liberdade de amar e direito de morrer” afirma que a verdadeira finalidade da eutanásia se encontra na seguinte definição dada por ele *Morte que alguém proporciona a uma pessoa que padece de uma enfermidade incurável ou muito penoso, e a que tende a extinguir a agonia demasiado cruel ou prolongada.*

A doutrina classifica a eutanásia em forma passiva e ativa e que ambas visam tão somente amenizar o sofrimento do doente.

Na eutanásia ativa os meios que cessam a vida são executados por um terceiro que pratica o ato lesivo, atendendo ao desejo do paciente, ou seja, é uma forma de levar à morte quem sofre demasiadamente por uma moléstia grave e incurável a pedido, levando em conta determinadas condições e circunstâncias.

Já a passiva é caracterizada pela suspensão do tratamento, de medicamentos ou qualquer outro meio que visa prolongar a vida do paciente que já não possui chances de se curar.

Em meio a essas classificações encontramos também os termos ortotanásia, distanásia, morte assistida, como maneiras de lidar com as dificuldades das doenças terminais.

A ortotanásia também é conhecida por eutanásia passiva, pois nela são retirados todos os meios de tratamento que não curam o paciente, somente prolongam a vida causando grande dor e desconforto.

Já na distanásia ocorre o oposto da ortotanásia, pois nela, a vida é mantida artificialmente, mesmo sabendo-se que não há chances de cura ou melhora no estado clínico do doente.

Na morte assistida é o paciente quem pratica o ato que levará à própria morte, recebendo apenas um auxílio de um terceiro. A morte assistida difere da eutanásia pelo fato de que a única pessoa responsável pelo ato gerador da morte do doente é ele mesmo.

O Código de Ética Médica e as leis brasileiras proíbem a eutanásia, mas possibilitam a ortotanásia, que somente pode ser praticada legalmente por um médico, com o objetivo de contribuir para que o processo natural da morte se desenvolva naturalmente.

Para a realização da eutanásia, saliente-se novamente, se faz necessário o consentimento do doente, além do mais não basta apenas que este queira morrer, é mister ficar provado a dor, o sofrimento e a incurabilidade da moléstia grave.

No Código Penal brasileiro promulgado em 1.940, não há de forma explícita uma tipificação para ser aplicada para quem pratica a eutanásia, apenas trás em seu artigo 121, que trata do homicídio, uma extensão de aplicabilidade da norma, sendo considerado crime de homicídio, com diminuição de pena, a eutanásia em quaisquer de suas formas.

Art. 121. Matar alguém:

Pena – reclusão, de seis a vinte anos.

Caso de diminuição de pena

§ 1º Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço. (BRASIL, 1940)

O parágrafo 1º, do artigo 121, do Código Penal prevê a figura do homicídio privilegiado, quando o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, o valor moral a que se refere o dispositivo trata de interesses particulares do agente como a piedade e compaixão.

Sobre o parágrafo primeiro do artigo 121 o nobre jurista Mirabete (2010, p. 34) trás:

O segundo caso é o homicídio praticado por relevante valor moral, que diz respeito aos interesses individuais, particulares, do agente, entre eles os sentimentos de piedade e compaixão. Assim, o autor do homicídio praticado com o intuito de livrar um doente, irremediavelmente perdido, dos sofrimentos que o atormentam (eutanásia) goza do privilégio da atenuação da pena. O Código Penal Brasileiro não reconhece a impunibilidade do homicídio eutanásico, haja ou não o consentimento do ofendido, mas, em consideração ao motivo, de relevante valor moral, permite a minoração da pena. É punível a eutanásia propriamente dita (ação ou omissão do sujeito ativo que, por sua natureza ou intenção, causa a morte, por ação ou omissão, com a finalidade de evitar a dor) e mesmo a ortotanásia (emprego de remédios paliativos, acompanhamento médico sem procedimento de cura etc.), mas discute-se a possibilidade de não se falar em homicídio quando se interrompe uma vida mantida artificialmente por meio de aparelhos. Já no anteprojeto da parte especial do Código, de 1984, no §3º do art. 121, pela primeira vez no país se previa a isenção de pena à conduta eutanásica do 'médico que, com o consentimento da vítima, ou, na impossibilidade, de ascendente, descendente, cônjuge ou irmão, para eliminar-lhe o sofrimento, antecipa morte iminente e inevitável, atestada por outro médico'. O projeto foi abandonado e, em comissões posteriores, formadas para reformar a Parte Especial, não se chegou a um consenso a respeito do assunto. Em

muito países, aliás, discute-se a legalização da eutanásia, tendo ela sido aprovada na Holanda.

É de suma importância saber que, como não é disciplinada pelo Código Penal vigente no Brasil, havendo apenas uma extensão da norma do artigo 121 deste mesmo código, não é explícita a situação em que se deve encontrar o paciente para que haja a eutanásia de forma legítima, também não especifica quem é o sujeito ativo do crime, sendo este crime comum, e podendo responder pela prática o médico, um familiar ou qualquer pessoa que realize o ato.

Para a forma privilegiada do homicídio eutanásico trazida pelo parágrafo 1º, é necessário que fique claro o consentimento do paciente, pois somente assim o sujeito ativo responderá pelo crime de homicídio piedoso.

Direito à morte digna

É essencial abordar os aspectos constitucionais que envolvem a eutanásia e entre eles o art. 1º, inciso III da CF/88 que estabelece a Dignidade da pessoa humana como um de seus princípios fundamentais, e refere-se a valores que são inerentes a todos os seres humanos.

O jurista brasileiro Ingo Sarlet (2004, p.57) conceitua em uma de suas obras a respeito da dignidade da pessoa humana:

[...] por dignidade da pessoa humana a qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos.

Há atualmente grande necessidade de se dar maior amplitude à aplicação do princípio da dignidade da pessoa humana, no sentido de que mais importante do que a própria vida é vive-la dignamente.

Portanto a demasiada preocupação com a prolongação da vida acaba desviando a atenção da questão central, a qualidade dessa vida, a luta a todo custo contra a morte faz com que a medicina se torne desumana, por isso o princípio da

dignidade da pessoa humana trás o valor que dá um verdadeiro sentido ao conjunto de direitos fundamentais.

O direito à vida está previsto na Constituição Federal, em meio a seus direitos e garantias fundamentais, expressos pelo artigo 5º da Magna Carta, e este se encontra diretamente ligado ao princípio da dignidade da pessoa humana. Uma falha que está presente na ligação destes dois direitos constitucionais encontra-se na necessidade de se manter a vida, independente da dignidade estar presente, e como esta dignidade se apresenta.

Ao consagrar a relevância do direito à vida, a Constituição acabou extinguindo a possibilidade jurídica da morte provocada, deixando de lado o verdadeiro sentido de uma vida digna, que não se limita apenas em viver, mas sim em viver tendo qualidade de vida.

A própria lei prevê hipóteses em que o direito à vida não é absoluto, como por exemplo, quando o sujeito encontra-se em estado de necessidade, legítima defesa, ou então a possibilidade da pena de morte, dada no artigo 5º da Constituição Federal, na qual dispõe: *XLVII - Não haverá pena de morte, salvo em caso de guerra declarada.* (BRASIL, 2005)

Assim, a Constituição Federal assegura o direito à vida e não o dever e, da mesma forma que não se pode obrigar o doente a se submeter ao tratamento, não pode se estar obstinado a sempre manter alguém vivo, mesmo que este já se encontre em estado deplorável sem poder ao menos decidir ter um fim mais digno à sua vida, sendo uma afronta ao princípio da dignidade da pessoa humana.

Há valores muito maiores do que o simples fato de encontrar a moral numa conduta médica. A diversidade cultural é um dos principais obstáculos, uma vez que, desde os tempos remotos, traz preconceitos que muitas vezes são verdadeiros empecilhos ao avanço e progresso que tende a proporcionar o bem estar e melhores condições à saúde num futuro que vem se aproximando de nós. Já a bioética vem em contraponto dos valores culturais e crenças infundadas, porque nos mostra que a ciência e a moral podem trilhar a mesma estrada desde que despidas de preconceitos históricos.

Tais valores como econômico-sociais, ético-religioso e histórico-cultural tendem a ditar as regras que nos guiam num suposto melhor caminho a se seguir;

de forma rigorosa trazem o cerceamento de ideias e pesquisas científicas que impulsionam as boas descobertas.

Bioética e Biodireito

A Bioética não compõe as ciências biológicas, mas sim um estudo que coloca a ética como uma responsabilidade dos seres humanos uns para com os outros, este estudo propõe aos familiares, amigos e todos os que estão envolvidos numa decisão que envolva a saúde e a vida do outro.

O principal princípio dentro da Bioética é o da autonomia que prevê que todos nós temos o direito de decidir sobre nossa condição de saúde e vida, assim, segundo as normas do COREN, os profissionais da área da saúde têm o dever de prestar informações sobre o tratamento e real condição do paciente.

Conforme os autores Marcelo Dias Varella, Eliana Fontes e Fernando Galvão da Rocha (1998), o princípio da autonomia:

[...] refere-se à capacidade de autogoverno do homem, de tomar suas próprias decisões, de o cientista saber ponderar, avaliar e decidir sobre qual método ou qual rumo deve dar a suas pesquisas para atingir os fins desejados, sobre o delineamento dos valores morais aceitos e de o paciente se sujeitar àquelas experiências, ser objeto de estudo, utilizar uma nova droga em fase de testes, por exemplo. O centro das decisões deve deixar de ser apenas o médico, e passar a ser o médico em conjunto com o paciente, relativizando as relações existentes entre os sujeitos participantes [...].

Neste contexto, surge o Biodireito, que seria a tentativa de criar as normas a respeito da bioética, autorizações acerca do comportamento médico-científico, e também das sanções geradas pelo descumprimento de tais normas.

As evoluções que surgem no campo da biologia e medicina ocorrem numa velocidade exacerbada, trazendo a todo o momento questões que são suscitadas a respeito dos valores e do que é a ética segundo a visão da grande maioria das pessoas.

O Biodireito vem para unir todas as ciências, criando um acordo entre a ciência e os valores ético-moral, elaborando normas dentro do ordenamento jurídico, que tragam em seu conteúdo tais valores.

Biodireito se preocupa em penalizar condutas que digam respeito à atividade médico-científico e sofre uma forte influência da biologia, pois é esta que fornece

elementos para a descoberta de fenômenos como o início e fim da vida, além do que, é do avanço desta que surgem os maiores e mais atuais problemas para o Biodireito.

Eutanásia no direito comparado

A eutanásia é uma prática proibida em grande parte dos países do mundo. São enormes as divergências no âmbito religioso, moral e médico, daí parte a necessidade de se analisar os países que permitem a prática, os que autorizam e até aqueles que já legalizaram a eutanásia em seu ordenamento jurídico.

O Código Penal do Uruguai possibilita desde 1934 a isenção de pena para quem comete o homicídio piedoso, talvez tenha sido um dos primeiros países a despenalizar judicialmente a prática, apesar de não legalizar plenamente, pois segundo o artigo 315 do Código Penal, o suicídio ou a morte assistida não é objeto do mesmo tratamento, tendo como pena de 06 meses a 06 anos de prisão aquele que o comete.

A despenalização da eutanásia no Uruguai influenciou outros países, como a Colômbia, que adotou, jurisprudencialmente, a mesma ideia, embora sejam encontradas diferenças.

A Holanda foi o primeiro país a legalizar a prática da eutanásia e do suicídio assistido por uma lei conhecida por, Termination of Life Request and Assisted Suicide (Review Procedures) Act.

Por intermédio desta lei há uma ligação entre os artigos nº 293 (que trata do homicídio a pedido da vítima) e nº 294 (dispõe sobre o suicídio assistido) do Código Penal holandês.

Os pressupostos para a realização devem obedecer ao desejo do paciente acometido pela enfermidade, que terá que ter consciência de seus atos e encontrar-se em sofrimento insuportável, sem esperança de convalescença.

Tal pedido jamais poderá ser feito por um amigo ou familiar, a vontade deve partir do doente, reiterada e convicta, porém nem sempre há o direito e/ou obrigação dessa prática pelos médicos ou pelo paciente.

Se os pressupostos estabelecidos pela lei não forem cumpridos com rigor, o médico pode ser acusado por crime, com pena de até 12 anos de prisão, no caso da prática da eutanásia, e até 03 anos de prisão, no suicídio assistido.

Os doentes terminais, que se encontram em sofrimento demasiado, e que já tenham eutanásia agendada, ficam em estado de semi-inconsciência ou inconsciência total; neste caso, o médico pode praticar o ato, após consulta a uma espécie de conselho que analisará o caso.

Os pacientes, em certas situações de moléstias, podem se manifestar por escrito, sobre a pretensão da prática da eutanásia ou do suicídio assistido. Nestes casos, a manifestação de vontade deve ser objetiva, ficando evidente a vontade do doente. Mesmo o paciente estando inconsciente, caso não haja um documento escrito em relação às doenças, não é permitida a eutanásia, mas o médico pode praticar o ato, se verificar que a pessoa se encontra em sofrimento extremo.

Discute-se muito sobre o sofrimento psicológico, à qual as autoridades holandesas ainda não possuem uma resposta decisiva.

A respeito dos menores de idade, estes podem solicitar a eutanásia após os 12 anos, desde que com o consentimento dos pais ou representantes legais. Já os maiores de 16 anos, podem tomar a decisão sozinhos, porém, os pais deverão acompanhar o processo. A partir dos 18 anos completos, a solicitação pode ser feita sem autorização parental.

A Bélgica legalizou expressamente a eutanásia no ano de 2002, após manifestação favorável do Comitê Consultivo Nacional de Bioética.

No início a lei holandesa, tratava a prática com grande rigidez, por não admiti-la em menores de 18 anos, porém era autorizada a eutanásia em quem não se encontrava em estado terminal. Já em 2014, ocorreram alterações na legislação, sendo possível a prática da eutanásia em pessoas de qualquer idade, desde que, estejam em estado terminal, entretanto, sempre foi necessária a autorização do paciente, com a revisão dos procedimentos por comitê especial, conforme previsão legal, em casos que envolvam crianças, a realização é por meio de um processo detalhado, em conjunto com os pais e acompanhamento psicológico.

Nenhum médico é obrigado a praticar a eutanásia, podendo invocar a cláusula de consciência, deste modo, ninguém está obrigado a participar nesse ato, de acordo com a lei citada, o que há é o direito do paciente terminal de solicitar a prática por escrito, cabendo aos profissionais de saúde a decisão final.

Não há a possibilidade de realização do suicídio assistido quando o auxílio ao suicida vem de um profissional da saúde, a legislação de 2002 não incluiu o suicídio

assistido na noção de eutanásia prevista no artigo 2º, para o retirar do seu âmbito de aplicação, assim, a Comissão Federal de Controle e Avaliação fiscaliza também, mas pela negativa, os casos de suicídio assistido, casuisticamente e a posteriori.

Na Suíça não há lei que discipline especificamente sobre a prática da eutanásia ativa, porém o artigo 114º do Código Penal pune com uma prisão até 03 anos ou multa quem por compaixão pela vítima, cause a morte de outrem, a seu pedido certo e reiterado.

No entanto, é admitida a eutanásia passiva, através da cessação dos tratamentos, quer da eutanásia indireta, em que a morte não é diretamente visada, mas aceite como consequência indireta da administração de morfina.

Com o título de “incitamento e assistência ao suicídio”, incorre na pena de 05 anos ou multa, aquele que, sem pensar no bem estar da vítima, incitar ou ajudá-la a cometer ou tentar cometer suicídio, encontrando impunível nos casos em que o suicida seja paciente terminal, a menos que, o autor seja determinado por um motivo egoísta, como a herança de quem se ajudou a suicidar-se.

A morte assistida tem dado ensejo ao “turismo de morte”, que consiste em associações locais que colocam a disposição dos pacientes a morte, são elas a Dignitas e a Exit.

A Dignitas promove as mortes em um apartamento em Zurique e possui cerca de 2.000 (dois mil) associados, sendo eles estrangeiros, nacionais ou domiciliados no país, já a Exit tem critérios mais rígidos, realizando o procedimento de eutanásia apenas em cidadãos suíços ou estrangeiros residentes no país.

A associação Dignitas faz uso de sacos de hélio e ministra doses letais de “pentobarbital de sódio”, preparadas por seus enfermeiros, os responsáveis pela clínica garantem que só aceitam fazer o procedimento após um estudo minucioso da documentação entregue e analisam a existência de cinco requisitos, assegurando que a morte, mediante a ingestão das substâncias letais misturadas com uma bebida, leva à morte indolor.

Conclusão

Embora, possamos encontrar inúmeros e incontáveis avanços no meio da ciência e medicina, só o contato com ser humano, a empatia, sentir suas dores físicas e mentais, e ter uma análise criteriosa de cada caso, é que pode permitir tomar uma

decisão difícil como a que se refere ao tema deste trabalho, pois a eutanásia é um assunto antigo, e que ainda deverá ser muito debatido, porém o primeiro passo seria tanto a doutrina como a jurisprudência ter um posicionamento, além de estar presente o tema “eutanásia” em nossa legislação.

Referências Bibliográficas

ALMADA, Diego B.; TEIXEIRA, João A. B. **Eutanásia no anteprojeto do Código Penal de 1999**. Disponível em:
<<http://www.almadateixeira.com.br/eutanasia.pdf>> Acesso em: 29 Ago. 2017.

ALMEIDA, Aline M. **Bioética e biodireito**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2000.

A LEGALIZAÇÃO da eutanásia no Brasil. Disponível em:
<<https://jus.com.br/artigos/4217/a-legalizacao-da-eutanasia-no-brasil/2>>. Acesso em: 17 nov. 2016.

AS VOZES DO MUNDO. **Conheça as legislações sobre a eutanásia na Europa**. Disponível em: <<http://br.rfi.fr/europa/20141212-conheca-legislacoes-sobre-eutanasia-na-europa>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

BACON, F. **Historia vitae et mortis**. Rio de Janeiro: Vozes, 1963.

BARROSO, Luís R.; MARTEL, Letícia C. V. **A morte como ela é: Dignidade e autonomia individual no final da vida**. Disponível em;
<<http://www.osconstitucionalistas.com.br/a-morte-como-ela-e-dignidade-e-autonomia-individual-no-final-da-vida>>. Acesso em: 29 Ago. 2017.

BATISTA, Américo. A eutanásia, o direito à vida e sua tutela penal. **Revista Consultor Jurídico**, 21 dez. 2009. Disponível em;
<<https://www.conjur.com.br/2009-dez-21/eutanasia-direito-vida-tutela-penal-luz-constituicao>>. Acesso em: 29 Ago. 2017.

BITTENCOURT, Lameira. Eutanásia (Dissertação para Concurso). Belém: 1939. Vida, n. 13. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, n. 797, mar. 2002.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campos, 1992.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Luiz Flávio Gomes. 7 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

FRÓES, Geyza R. **A legalização frente ao princípio constitucional da dignidade da pessoa humana**. Salvador: Saraiva, 2010.

HUNGRIA, Nélon. Ortotanásia ou eutanásia por omissão. Rio de Janeiro. **Revista dos Tribunais**, ano 87, junho de 1998, v. 752, p. 749/752.

MIRABETE, Julio F. **Manual de Direito Penal**. São Paulo: Atlas, 2010.

NOÇÕES introdutórias sobre bioética. Disponível em:
<http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=4141>. Acesso em: 10 dez. 2016.

SARLET, Ingo W. **Dignidade da pessoa humana e os direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

As margens de atuação da Igreja no mundo político frente ao princípio da laicidade estatal

The margins of action of the Church in the political world facing the principle of state secularism

Lucas Bombarda Andraus¹
Magaly Bruno Lopes²
Fabíola Aparecida Delben Costa³

RESUMO

O presente trabalho, através de uma abordagem qualitativa, com objetivo explicativo e procedimento bibliográfico, analisa a peculiar relação entre Igreja e Estado, no intuito de, ao final, estipular as efetivas margens de atuação eclesial no mundo político. O presente trabalho encontra relevância, tendo em vista a concepção secularista moderna de que o argumento religioso estaria estritamente dotado de elementos fideístas, ou seja, de elementos exclusivamente perceptíveis por meio da fé, fato este que, em tese, tornaria tal argumento inválido, haja vista a laicidade estabelecida em nossa atual Carta Magna. Todavia, o presente trabalho almeja justamente quebrar tal paradigma, buscando, à luz dos ensinamentos de São Tomás de Aquino no tocante à lei natural, estipular a razão como o exato parâmetro de atuação da Igreja perante o debate público laico.

Palavras-chave: Igreja e Estado, Fé e razão, Estado laico.

ABSTRACT

This paper, by a qualitative approach, with an explanatory purpose and a bibliographic procedure, analyzes the peculiar relationship between Church and State, in order to, at the end, to stipulate as effective margins of ecclesial activity in the political world. This paper finds relevance, considering the modern secularist conception that the religious argument would be strictly endowed with fideist elements, that is, of elements exclusively perceptible by means of the faith, fact that, in thesis, would render such argument invalid, to the laity established in our current Magna Carta. However, this paper aims precisely to break such paradigm, seeking, in the light of the teachings of St. Thomas Aquinas regarding the natural law, stipulate reason as the exact parameter of action of the Church before the public lay debate.

Keywords: Church and State, Faith and reason, Secular State.

Introdução

Atualmente, muito se discute a respeito de quais seriam os exatos limites de atuação da Igreja em matérias estatais, mormente em razão da laicidade estabelecida em nossa atual Carta Magna.

Aparentemente, o fato de um Estado ser laico impossibilitaria, por

¹ Acadêmico do 10º termo do curso de Direito no Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

² Advogada, Mestre em Direito Constitucional, Docente do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

³ Advogada; Especialização em Educação à distância; Docente do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

consequência, qualquer tipo de influência eclesiástica perante o democrático debate público, vez que esta mesma influência estaria, em tese, sobrecarregada de ideais estritamente religiosos, ideais estes não comuns à totalidade populacional. Deste modo, sendo o Brasil um país laico, ou seja, um país que não adota uma religião oficial, não poderia a Igreja atuar, portanto, perante seu respectivo universo político.

Todavia, devemos nos perguntar se tal influência religiosa está estritamente dotada de elementos que excedem por completo a racionalidade humana ou se dotada de elementos que podem ser percebidos à luz da razão. Sendo tais elementos perceptíveis pelo próprio intelecto, poderia então a Igreja adentrar ao debate público laico, vez que a razão se apresenta de maneira comum e universal a todos os seres humanos? Poderia esta mesma razão ser o exato ponto de ligação entre crentes e não crentes?

Através de uma abordagem qualitativa, com objetivo explicativo e procedimento bibliográfico, o presente trabalho examinou, ao longo de seus tópicos, o princípio da laicidade estatal previsto em nossa atual Constituição Federal, passando por uma breve análise dos alicerces laicos presentes no próprio cristianismo, culminado, finalmente, na estipulação da efetiva margem de atuação eclesiástica no mundo político, buscando, pois, solucionar os questionamentos acima emanados.

O princípio da laicidade estatal em nossa Constituição Federal

Inicialmente, vale salientar que o preceito de laicidade consiste na não adoção, por parte do Estado, de um credo oficial, ou seja, na neutralidade estatal perante os assuntos religiosos.

Como se sabe, o Brasil é um país laico, circunstância que se depreende da análise do artigo 19, inciso I, de nossa Constituição Federal. Vejamos:

Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público; (BRASIL, 1988)

Percebe-se, portanto, que nossa Magna Carta adotou um caráter de separação entre Estado e religião, permitindo, todavia, eventuais processos de cooperação

entre ambas as esferas a fim de se satisfazer o interesse comum.

Nota-se, ainda, que, além de se vedar a criação de seitas e igrejas por parte do poder público, bem como o respectivo subsídio destas, veda-se, também, qualquer tipo de limitação e controle perante os aspectos organizacionais de cada religião. Justamente por isso, a fim de se evitar possíveis restrições devido a questões tributárias, estabelece-se, no artigo 150, inciso VI, alínea “b”, do mesmo diploma legal, a impedição da instituição de impostos sobre templos de qualquer culto, como a seguir se observa:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

[...]

VI - instituir impostos sobre:

[...]

b) templos de qualquer culto; (BRASIL, 1988)

Cumpre salientar, por sua vez, que a laicidade não se confunde com o laicismo. Enquanto a laicidade, como abordado, consiste na não adoção, por parte do Estado, de uma religião oficial, o laicismo, a seu turno, consiste na exata aversão do Estado ao discurso religioso, isto é, na tentativa, no que tange ao poder secular, de extirpar qualquer indício religioso do cenário público, concentrando-o unicamente à esfera privada.

A laicidade nas raízes do cristianismo

Quando se pensa em Estado laico, imediatamente se remonta às revoluções burguesas do século XVIII, suposto período onde as liberdades e garantias individuais teriam encontrado seu real esplendor, período onde a razão teria, em tese, triunfado sobre as trevas do velho mundo teocêntrico. Todavia, nunca é demais lembrar, por sua vez, que a laicidade encontra supedâneo nas raízes do próprio cristianismo:

Reuniram-se então os fariseus para deliberar entre si sobre a maneira de surpreender Jesus nas suas próprias palavras. Enviaram seus discípulos com os herodianos, que lhe disseram: Mestre, sabemos que és verdadeiro e ensinas o caminho de Deus em toda a verdade, sem te preocupares com ninguém, porque não olhas para a aparência dos homens. Dize-nos, pois, o que te parece: É permitido ou não pagar o imposto a César? Jesus, percebendo a sua malícia, respondeu: Por que me tentais, hipócritas? Mostrai-me a moeda com que se paga o imposto! Apresentaram-lhe um

denário. Perguntou Jesus: De quem é esta imagem e esta inscrição? De César, responderam-lhe. Disse-lhes então Jesus: Dai, pois, a César o que é de César e a Deus o que é de Deus. Esta resposta encheu-os de admiração e, deixando-o, retiraram-se (CLARET, 2017).

Cumpramos ressaltar, inicialmente, o contexto histórico em que tal passagem se dera. Em um cenário onde o império romano estendia seus domínios pela região palestina, fariseus e herodianos representavam duas facções da sociedade judaica com interesses verdadeiramente opostos. Enquanto os fariseus consideravam os romanos como invasores, os herodianos, por sua vez, portavam-se como colaboradores do império.

Cristo, portanto, encontrava-se em uma situação delicada. Se respondesse que era lícito pagar o imposto, certamente contrariaria os fariseus, que o considerariam como um cúmplice da opressão romana; se respondesse que não era lícito pagar o imposto, iria de encontro aos herodianos, que o acusariam de estar em oposição a César.

Assim sendo, percebendo sua malícia, Jesus entoou a acertada frase: Dai, pois, a César o que é de César e a Deus o que é de Deus, palavras estas que traduzem o exato sentido de laicidade, demonstrando perfeitamente a exigida e prudente separação entre o mundano e o divino, entre César e Deus.

A propósito, Joseph Ratzinger (2007, p. 29):

[...] o imperador e Jesus personificam duas diferentes ordens de realidade, as quais não devem excluir-se totalmente, mas que, na sua oposição, trazem em si o rastilho de um conflito ligado às questões fundamentais da humanidade e da existência humana.

Devemos nos perguntar, por sua vez, se tal laicidade, a qual fora almejada pelo próprio Cristo, significaria ou não uma total abstenção da Igreja perante o mundo político. Poderia a Igreja, apesar dos princípios laicos presentes em nossa moderna sociedade, adentrar ao debate público?

Antes de dissertarmos sobre os efetivos limites da influência eclesial dentro do mundo político, cumpre destacarmos se a existência de uma separação entre Igreja e Estado implicaria automaticamente em uma separação entre fé e razão.

Fé e Razão

Atualmente, muito se discute a respeito das eventuais divergências

existentes entre os elementos fé e razão. Todavia, antes de tecermos comentários sobre tal dicotomia, cumpre esclarecermos os conceitos de ambas as esferas.

Do ponto de vista religioso- cristão, o catecismo da Igreja católica (VATICANO, 2017), em seu § 1814, entende a fé como *a virtude teologal pela qual cremos em Deus e em tudo o que nos disse e revelou e que a Santa Igreja nos propõe para crer, porque Ele é a própria verdade.*

No tocante à razão, em uma conceituação básica, podemos classificá-la como a capacidade humana de compreender, raciocinar e deduzir os aspectos sensíveis e insensíveis da realidade.

A partir de tais definições, podemos claramente observar que, para se compreender a fé, ou seja, para se assimilar as verdades reveladas por Deus, devemos nos utilizar dos elementos da própria racionalidade. Ora, de nada adiantaria qualquer manifestação revelacional divina se não houvesse a capacidade humana de absorver tal manifestação.

Logo, a convicção fideísta, ou seja, a ideia de que a fé deve andar desacompanhada da razão, mostra-se, pois, equivocada, haja vista que a própria noção de fé resta intrinsecamente ligada à capacidade cognitiva humana.

O contrário também é verdadeiro, vez que o comportamento estritamente racionalista se mostra igualmente equivocado, pois a razão não apresenta um fim em si mesma, mormente em virtude da finita e falível natureza humana.

Ademais, a razão, como bem salientado por G. K. Chesterton, apresenta-se também como uma questão de fé. Para o autor (2013, p. 57), *É um ato de fé afirmar que nossos pensamentos tem qualquer relação com a realidade.*

Como se vê, tanto a fé se mostra como um ato de razão, pois deve-se haver o próprio uso da racionalidade a fim de se compreender e de se absorver a verdade revelada, quanto a razão como um ato de fé, pois envolve a credulidade de que nossas concepções mentais correspondem à devida realidade das coisas.

Nessa mesma toada, o catecismo da Igreja católica, referenciando a Constituição Pastoral *Gaudim et spes*, nos ensina, em seu § 159, a respeito da harmoniosa colaboração entre a fé e a razão:

Muito embora a fé esteja acima da razão, nunca pode haver verdadeiro desacordo entre ambas: o mesmo Deus, que revela os mistérios e comunica a fé, também acendeu no espírito humano a luz da razão. E Deus não pode

negar-Se a Si próprio, nem a verdade pode jamais contradizer a verdade (VATICANO, 2017).

Existem, por óbvio, como destacado por São Tomás de Aquino (1993, p. 22), em sua Suma contra os Gentios, certas verdades referentes a Deus *que excedem totalmente a capacidade da razão humana*.

Para São Tomás, tais concepções inalcançáveis, como a trindade, por exemplo, mostram-se necessárias para que o homem tenha um verdadeiro conhecimento divino. Segundo o filósofo, *só conhecemos verdadeiramente Deus quando cremos que ele está acima de tudo aquilo que é possível ser pensado a respeito de Deus pelo homem* (1993, p. 26).

Para o autor, todavia, existem verdades as quais pode a razão admitir e compreender, verdades estas que, apesar de racionais, não contrariam a verdade da fé. Segundo ele, as noções e os preceitos naturalmente perceptíveis são empregados em nós por Deus, pois o próprio Deus caracteriza-se como autor da natureza. Deste modo, estando tais noções presentes na sabedoria divina, tudo o que é oposto a elas também estaria em oposição ao próprio saber de Deus (AQUINO, 1993). Em virtude disso, São Tomás (1993, p. 28-29) conclui que *as verdades recebidas pela revelação divina não podem ser contrárias ao conhecimento natural*.

Depreende-se da análise dos ensinamentos de Aquino, pois, que a verdade — com exceção daquela que excede à capacidade humana — pode tanto ser obtida pela revelação quanto pela própria racionalidade. Com efeito, o homem, através de suas faculdades mentais, torna-se capaz de conhecer as verdades morais intrínsecas na natureza. Tais verdades, por sua vez, não contrariam a fé, vez que o próprio Deus se mostra como criador desta mesma natureza. Assim sendo, não poderia Deus negar-Se a Si mesmo; não poderia a razão negar a própria fé.

Visto, pois, a possibilidade de uma harmoniosa relação entre os elementos fé e razão, cumpre demonstrar, agora, os impactos de tal aliança dentro do cenário jurídico.

O Jusnaturalismo

Segundo Norberto Bobbio (1998, p. 655), podemos conceituar o jusnaturalismo como a *doutrina segundo a qual existe e pode ser conhecido um direito natural (ius naturale), ou seja, um sistema de normas de conduta intersubjetiva*

diverso do sistema constituído pelas normas fixadas pelo Estado.

No tocante ao direito natural estritamente, Paulo Nader (2014) disserta:

O Direito Natural não é escrito, não é criado pela sociedade, nem é formulado pelo Estado. Como o adjetivo natural indica, é um Direito espontâneo, que se origina da própria natureza social do homem e que é revelado pela conjugação da experiência e razão. É constituído por um conjunto de princípios, e não de regras, de carácter universal, eterno e imutável.

A ideia de uma lei natural, ou de um direito natural eterno, universal e imutável, acompanhou o pensamento jurídico-político ao longo de toda a História, apresentando, por sua vez, diferentes matizes. Na Antiguidade, predominou-se a noção de um jusnaturalismo cosmológico, ou seja, aquele intrinsecamente ligado às leis do próprio universo. No período medieval, no entanto, observou-se a concepção de um jusnaturalismo teológico, isto é, aquele fundado sobre a vontade divina. No que concerne ao período moderno, notamos a idealização de um jusnaturalismo racionalista, ou seja, aquele alicerçado sobre a própria razão humana (BOBBIO, 1998).

Todavia, quando analisamos as lições de São Tomás de Aquino sobre os elementos e características da lei natural, notamos que esta, em uma perspectiva católica, não apenas consiste em um estrito ato da vontade divina.

Em sua Suma Teológica, São Tomás entende que a lei — a qual conceitua como *uma ordenação da razão para o bem comum, promulgada pelo chefe da comunidade* (2017) — se subdivide em lei eterna, lei natural, lei humana e lei divina. Neste trabalho, nos restringiremos aos dois seguimentos primeiramente citados.

Segundo o Aquinate (2017), a lei eterna se caracteriza como o governo da razão divina sobre a totalidade da comunidade universal; a lei natural, por sua vez, como a participação dessa mesma razão divina — ou seja, a lei eterna — pelas criaturas racionais.

Como se vê, São Tomás transita tanto pelo jusnaturalismo de cunho teológico quanto pelos de cunho cosmológico e racionalista, pois considera a existência de um conjunto de normas intrínsecas ao universo, que foram incutidas pela sabedoria divina, as quais podem ser percebidas pela própria racionalidade humana.

Neste mesmo sentido, o catecismo da Igreja católica, em seu § 1954, estabelece:

O homem participa na sabedoria e na bondade do Criador, que lhe confere o domínio dos seus atos e a capacidade de se governar em ordem à verdade e ao bem. A lei natural exprime o sentido moral original que permite ao homem discernir, pela razão, o bem e o mal, a verdade e a mentira (VATICANO, 2017).

Nota-se, pois, que a ideia da percepção de uma lei natural vai diretamente ao encontro dos ensinamentos de São Tomás sobre a possibilidade de se absorver as verdades morais pela razão.

Com efeito, o homem, através de sua própria racionalidade, torna-se capaz de entender o caráter positivo ou negativo dos elementos presentes na natureza. Tal entendimento, como dito anteriormente, não contraria as leis divinas, pois Deus se mostra como autor dessa mesma natureza.

São João Paulo II (2017), em discurso realizado aos participantes da sessão plenária da Congregação para a Doutrina da Fé, dispôs em idêntica maneira, demonstrando a importância da lei natural no diálogo secular:

A lei natural, por si só acessível a toda a criatura racional, indica as normas principais e essenciais que regulam a vida moral. Com base nesta lei, pode-se construir uma plataforma de valores compartilhados, em redor dos quais desenvolver um diálogo construtivo com todos os homens de boa vontade e, de modo mais genérico, com a sociedade secular.

A partir de tudo o que foi debatido até então, veremos agora as efetivas margens de atuação da Igreja no mundo político, buscando delimitar, de fato, o que é de César e o que é de Deus.

As margens de atuação da Igreja no mundo político

Como debatido, a devida separação entre Igreja e Estado não significa necessariamente uma separação entre fé e razão, pois, como pudemos notar, tanto a fé caracteriza-se como um ato de razão, vez que demanda uma capacidade cognitiva humana a fim de se absorver a verdade revelada, quanto a razão como um ato de fé, vez que exige a credulidade de que nossas concepções correspondem à realidade.

Ademais, como dito, as verdades, com exceção daquelas que excedem à própria racionalidade humana, podem ser concebidas seja pela fé, seja pela razão.

Como já ressaltado, por sua vez, tais verdades percebidas na natureza pelo intelecto não contrariam a sabedoria divina, vez que Deus se mostra como autor desta mesma natureza.

Com efeito, através da razão, nos tornamos capazes de perceber a lei natural que resta intrínseca na realidade, lei esta que, independentemente da origem a que a se atribua, caracteriza-se como inteligível a todos os homens.

Deste modo, mesmo que os seres humanos não compartilhem necessariamente da mesma fé, há de se notar que todos compartilham da mesma razão, razão esta capaz de perceber as leis eternas, universais e imutáveis presentes na própria realidade.

Sendo a lei natural, como dito, perceptível à luz da razão, logo a razão torna-se o exato parâmetro de atuação da Igreja perante o mundo político. Assim sendo, o discurso religioso-cristão só terá a devida validade dentro de um cenário público laico desde que reste acompanhado de um elemento comum a crentes e não crentes, ou seja, que reste acompanhado da própria razão.

São João Paulo II (2017), então papa, em sua encíclica “*Fides et ratio*”, em idêntica maneira comentou:

O pensamento filosófico é frequentemente o único terreno comum de entendimento e diálogo com quem não partilha a nossa fé. O movimento filosófico contemporâneo exige o empenhamento solícito e competente de filósofos crentes que sejam capazes de individualizar as expectativas, possibilidades e problemáticas deste momento histórico. Discorrendo à luz da razão e segundo as suas regras, o filósofo cristão, sempre guiado naturalmente pela leitura superior que lhe vem da palavra de Deus, pode criar uma reflexão que seja compreensível e sensata mesmo para quem ainda não possui a verdade plena que a revelação divina manifesta.

A fim de se melhor ilustrar tal entendimento, nos utilizaremos de uma questão prática.

Ultimamente em nosso país, muito se discute a respeito de uma eventual legalização do procedimento abortivo além das causas já guarnecidas em nosso Código Penal. Para os defensores de tal medida, o aborto estaria tanto relacionado a uma problemática de saúde pública quanto a uma suposta situação de autonomia da mulher, não devendo haver, pois, qualquer intromissão religiosa em torno do assunto, haja vista a laicidade estatal.

Em caráter exemplificativo, transcreveremos abaixo trechos do artigo *Por*

que legalizar o aborto?, publicado no sitio virtual da revista Carta Capital, os quais, além de retratarem alguns dos argumentos comumente utilizados pelos militantes de tal prática, acabam por refletir notadamente a mentalidade secularista moderna:

A sociedade brasileira deve encarar a legalização do aborto por diversas razões. Trata-se de um reconhecido problema de saúde pública cujas evidências, ainda que subdimensionadas, têm sido amplamente demonstradas e discutidas. A ilegalidade do aborto compromete os direitos inerentes à democracia e, por isso, é premente o seu aperfeiçoamento articulado à laicidade do Estado, garantindo às mulheres mais direitos e mais cidadania.

[...]

Se estes atores que atuam no governo e no Congresso Nacional tivessem a sensibilidade, humanizada e solidária, de perceber, sentir e compreender a situação de abandono, o desespero e a dor das mulheres quando se encontram diante de uma gravidez indesejada, teriam a chance de colocar seus valores religiosos na estrita esfera do pessoal e do privado.

[...] (COSTA, 2013)

Longe de querermos adentrar ao mérito da questão, vez que não se trata da temática de nosso trabalho, restringiremo-nos somente a analisar uma eventual validade do argumento eclesiástico frente à laicidade vigorada em nosso Estado.

Quando a Igreja se posicionar de maneira contrária ao aborto, por exemplo, devemos nos perguntar se tal posicionamento é fruto simplesmente de uma verdade obtida pela revelação, ou se tal verdade é também adquirida por meio da própria racionalidade humana?

Por mais que a Igreja consiga, através da revelação divina, chegar à conclusão sobre o caráter nocivo de uma interrupção forçada da gravidez — Não matarás —, é necessário que ela consiga também chegar a esta mesma conclusão por meio da devida razão, razão esta comum a todos os seres humanos.

Vejamos como o catecismo da Igreja busca solucionar tal impasse, pautando-se exclusivamente nos valores intrínsecos à pessoa humana presentes desde a concepção:

A vida humana deve ser respeitada e protegida, de modo absoluto, a partir do momento da concepção. Desde o primeiro momento da sua existência, devem ser reconhecidos a todo o ser humano os direitos da pessoa, entre os quais o direito inviolável de todo o ser inocente à vida (VATICANO, 2017).

Independentemente do mérito da argumentação em si, percebemos que o pensamento eclesiástico em nada contraria o princípio da laicidade estatal, vez que

resta desacompanhado de qualquer verdade obtida estritamente por meio da fé.

É evidente, pois, que a Igreja não poderá tratar, em um cenário público laico, sobre a trindade divina, por exemplo, pois, como já disposto por São Tomás de Aquino, trata-se de uma verdade que excede por completo a razão humana.

Todavia, o mesmo não acontece em relação ao aborto, vez que se trata de um tema cujo caráter pode ser notado estritamente através da percepção da lei natural intrínseca na realidade, lei esta inteligível a crentes e não crentes.

Assim sendo, até onde a razão humana puder chegar, poderá a Igreja também atuar dentro do mundo político.

Considerações Finais

Como pudemos concluir neste trabalho, os ideais de laicidade presentes em nossa atual Carta Magna encontram supedâneo nas raízes do próprio cristianismo. Tal laicidade, por sua vez, não implica automaticamente em um distanciamento entre fé e razão. Ademais, através desta mesma razão, o ser humano torna-se capaz de perceber o caráter positivo ou negativo intrínseco na própria realidade. Deste modo, a razão se mostra como o exato ponto de ligação entre aqueles que não professam a mesma fé, ou seja, como a exata margem de atuação da Igreja perante o debate público laico.

Referências Bibliográficas

AQUINO, São T. **Suma contra os gentios**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1993. v. 1.

_____. **Suma Teológica**. Disponível em: <<http://permanencia.org.br/drupal/node/8>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. 1. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 25 maio 2017.

CHESTERTON, Gilbert K. **Ortodoxia**. 1. ed. Campinas: Ecclesiae, 2013.

CLARET. **Editora Ave Maria**. Disponível em: <<http://www.claret.org.br/biblia>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

COSTA, Ana M. Por que legalizar o aborto? **Carta Capital**, 28 set. 2013. Disponível

em: <<https://www.cartacapital.com.br/saude/por-que-legalizar-o-aborto-4482.html>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

NADER, Paulo. **Introdução ao estudo do direito**. 36. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

PAULO II, São J. **Carta Encíclica Fides et Ratio do sumo pontífice João Paulo II aos bispos da Igreja católica sobre as relações entre fé e razão**. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_14091998_fides-et-ratio.html>. Acesso em: 20 ago. 2017.

PAULO II, São J. **Discurso do papa João Paulo II aos participantes na sessão plenária da Congregação para a Doutrina da Fé**. Disponível em: <https://w2.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/speeches/2004/february/documents/hf_jp-ii_spe_20040206_congr-faith.html>. Acesso em: 20 ago. 2017.

RATZINGER, Joseph A. **Jesus de Nazaré**. 1. ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007.

VATICANO. **Catecismo da Igreja católica**. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/cathechism_po/index_new/prima-pagina-cic_po.html>. Acesso em: 15 ago. 2017.

A separação dos casais homoafetivos e seus reflexos na guarda dos filhos

The gay couples breaking up and their effects in the custody of the children

Alexandre Lima Rodrigues¹
Cibele Rodrigues²
Fabiola Aparecida Delben Costa³

RESUMO

A Constituição Federal de 1988, no artigo 226, traz uma mudança radical na tutela constitucional apresentando uma nova tônica, que é a proteção da família, e dá um novo significado a ideia de família. O artigo em questão se torna uma cláusula de inclusão e admite qualquer entidade que esteja baseada na estabilidade, na ostensibilidade e na afetividade como pilares bases da constituição de uma família, admitindo assim outros tipos de família. Após o reconhecimento das uniões homoafetivas como entidades familiares houve também a necessidade de se regularizar juridicamente a separação desses casais, seus tramites e suas consequências na vida das pessoas que estão envolvidas, principalmente na relação com os filhos socioafetivos frente ao princípio do melhor interesse da criança.

Palavras-chave: Afeto, Carência afetiva, Filhos, Separação, União homoafetiva.

ABSTRAT

The Federal Constitution of 1988, in article 226, brings a radical change in the constitutional tutelage presenting a new tone, which is the protection of the family, and gives a new meaning to the idea of family. The article in question becomes a clause of inclusion and admits any entity that is based on stability, ostensibility and affectivity as the foundation pillars of the constitution of a family, thus admitting other types of family. After the recognition of gay couples unions as family entities, there was also a need to legally legalize the separation of these couples, their procedures and their consequences in the lives of the people who are involved, especially in the relationship with the socio-affective children against the principle of the best interest of the child.

Keywords: Affect, Lack of affection, Children, Separation, Gay couples.

Introdução

A obrigação do Direito é acompanhar a realidade da sociedade atual, no sentido de regular as relações dos cidadãos e primar pelos princípios constitucionais inscritos na Constituição Federal.

¹Acadêmico do 10º termo do curso de Direito no Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

² Advogada, Doutora em Direito, Docente do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

³ Advogada; Especialização em Educação à distância; Docente do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

Neste sentido, para que se possa viver em um Estado Democrático de Direito é necessário que seja garantido o direito à vida, à dignidade e a liberdade de escolha, sobretudo, para que o ser humano possa viver em paz e dignamente em sociedade.

A Constituição Federal de 1988 inovou em vários pontos, para propiciar liberdade e convivência justa ao cidadão brasileiro. Um dos pontos importantes está concentrado na formação da entidade familiar, a qual vinha passando por profundas transformações e não se encaixava mais no modelo tradicional de família, que muitas vezes já se mostrava ultrapassado.

Os vários tipos de agrupamentos familiares que vinham se formando nas últimas décadas estavam alicerçados no afeto, no respeito e na convivência duradoura de pessoas que só se importavam em se proteger, se amparar e viverem juntas, não importando os preceitos impostos pelo matrimônio patriarcal e pela sociedade tradicional.

Para tanto, entendendo o momento que vivia a sociedade, o legislado dispõe no artigo 226 da Constituição Federal que a família é à base da sociedade e essa tem especial proteção do Estado, transferindo a tutela jurídica do matrimônio para a família, valorizando e oficializando o elo entre as pessoas que queriam viver juntas como uma entidade familiar.

A partir deste momento, inicia-se uma luta pelo reconhecimento dos direitos a igualdade, a dignidade humana, a liberdade de escolha para que a sociedade compreenda de maneira lúcida a nova estrutura familiar que vinha se formando.

Dentro dessa nova estrutura familiar encontra-se a família homoafetiva, a qual vem lutando pelo seu reconhecimento e pela aquisição de direitos que, segundo a Constituição, são iguais a todos os outros cidadãos do país.

Dentro desses direitos encontra-se o direito de se casarem e constituírem uma família, poder ter filhos e, caso haja a necessidade, ter o direito a dissolução dessa união de forma pacífica e igualitária para todos os membros dessa entidade familiar.

Com o intuito de estudar a família homoafetiva, analisando os aspectos jurídicos para a sua formação e extinção, bem como a relação socioafetiva com os filhos que esta família possui e os reflexos de uma separação na guarda desses filhos, o presente trabalho se concentrou em um estudo aprofundado na literatura existente sobre o tema, na legislação pertinente ao caso e na jurisprudência que

proporciona direção aos casos inovadores que surgem diariamente nas varas de família de todo o país.

As uniões homoafetivas como entidades familiares

A Constituição Federal (CF) em seu art. 226 prevê:

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.

§ 1º O casamento é civil e gratuita a celebração.

§ 2º O casamento religioso tem efeito civil, nos termos da lei.

§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.

§ 4º Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.

§ 5º Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher.

§ 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio.

§ 7º Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

§ 8º O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações. (BRASIL, 1988)

Cabe observar que a CF brasileira não se estendeu em seu rol de família, tanto que o legislador se limitou a mencionar categoricamente as possibilidades mais usuais, como a família monoparental e a união estável entre homem e mulher. No entanto, a tônica da proteção se encontra na família e não mais no matrimônio.

Para Lobô (2002, p. 94):

[...] no caput do art. 226 operou-se a mais radical transformação, no tocante ao âmbito de vigência da tutela constitucional à família. Não há qualquer referência a determinado tipo de família, como ocorreu com as Constituições brasileiras anteriores. Ao suprimir a locução "constituída pelo casamento" (art. 175 da Constituição de 1967-1969), sem substituí-la por qualquer outra, pôs sob a tutela constitucional "a família", ou seja, qualquer família. A cláusula de exclusão desapareceu.

Neste contexto, a proteção jurídica acaba por abarcar o afeto, e este tem a função de extinguir todo o preconceito e trazer novos horizontes para o instituto familiar. Veloso (1999, p.1) pondera que: *num único dispositivo o constituinte espancou séculos de hipocrisia e preconceito.*

Vários autores consideram que o caput do art. 226 da CF deve ser

considerado como cláusula geral de inclusão, sendo inaceitável a exclusão de qualquer entidade que ateste os pressupostos de estabilidade, ostensibilidade, e afetividade e *a releitura do significado da idéia de família deve dialogar com a tradição, mas apenas no limite em que esse diálogo possa ajudar no conceito contemporâneo de família.* (MEDEIROS, 2008, p.65)

Lobô (2002, p. 98) complementa:

[...] as demais entidades familiares são tipos implícitos incluídos no âmbito de abrangência do conceito amplo e indeterminado de família indicado no caput. Como todo conceito indeterminado, depende da concretização dos tipos, na experiência da vida, conduzindo à tipicidade aberta, dotada de ductibilidade e adaptabilidade.

Cabe ressaltar que o Direito das Famílias possui o propósito essencial de proteger toda e qualquer família, e neste contexto se incluem as uniões homoafetivas que através de lei infraconstitucional estão consagradas dentro do conceito de entidade familiar e não são proibidas no ordenamento jurídico brasileiro.

Como base da sociedade, a família deve ser compreendida a partir de um novo cenário normativo, envolvido em valores mais éticos e conjugado com a realidade que deve regulamentar, ou seja, os valores existenciais do indivíduo só serão enobrecidos dentro de uma família cujo afeto seja o laço mais importante.

A Lei Maria da Penha, categoricamente, abriga as uniões entre pessoas do mesmo sexo no seu conceito de família. Em seu art. 2º prevê:

Art. 2o Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social. (BRASIL, 2006)

E em seu art. 5º paragrafo único dispõe:

Art. 5o Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

[...]

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual. (BRASIL, 2006)

A análise dos artigos acima referenciados indica que, como é garantida proteção legal a fatos que se dão dentro do ambiente doméstico, conclui-se que as uniões homoafetivas são entidades familiares. E como a própria terminologia diz a violência doméstica é violência que ocorre no seio de uma família. Assim sendo, a Lei Maria da Penha estendeu o conceito de família, atingindo as uniões homoafetivas. (DIAS, 2007)

Neste sentido, ao ser determinado o amparo da lei a mulher, sem distinção em relação à sua orientação sexual, encontra-se garantida a proteção tanto às *homossexuais do sexo feminino, como às travestis, às transexuais e aos transgêneros do sexo feminino que sejam partícipes de um relacionamento íntimo, baseado no afeto, em ambiente de convívio ou familiar.* (MEDEIROS, 2008, p. 69)

Conclui-se, portanto, que a Lei Maria da Penha, incluiu no ordenamento jurídico brasileiro um novo conceito de família, que abarca as uniões homoafetivas e através do princípio da igualdade, também abarca as relações entre dois homens devendo ser consideradas entidade familiar. Conforme assevera Dias (2007, p. 37-38):

[...] ainda que a Lei tenha por finalidade proteger a mulher, acabou por cunhar um novo conceito de família, independente do sexo dos parceiros. Assim, se família é a união entre duas mulheres, igualmente é família a união entre dois homens. Ainda que eles não se encontrem ao abrigo da Lei Maria da Penha, para todos os outros fins impõe-se este reconhecimento. Basta invocar o princípio da igualdade. [...] As uniões homoafetivas já galgaram o status de entidade familiar.

Como funciona a separação de casais homoafetivos

Como já observado até o momento, a lei é igual tanto para casais homossexuais como para casais heterossexuais. Contudo, a aplicação da lei para as uniões homoafetivas exige algumas particularidades que devem ser observadas.

Apesar de todas as inovações na lei e algumas na sociedade ainda persiste o preconceito e o receio por parte destes casais que não formaliza a união e quando se deparam com a separação enfrentam alguns problemas, que dificultam o bom andamento do processo.

Mesmo sendo um processo doloroso para ambas as partes, o ato da separação não pode ensejar que anos de convivência e até mesmo certa dependência

financeira, psicologia e social, sejam descartados ou deixados de lado devido à atual circunstância.

Primeiramente, nos casos de casais homoafetivos o melhor é que se formalize sua união, ou pela união estável ou pelo casamento, pois no caso de separação é preciso reconhecer primeiro a união para depois dissolvê-la.

Nos casos de separação consensual em que há um acordo entre as partes tudo fica mais simples, mas, quando existe um litígio, a maior dificuldade é provar os fatos, em especial para os casais que não formalizaram sua união.

A advogada e professora de mestrado da Faculdade Federal do Paraná, a Dr^a Ana Carla Harmatiuk Matos, explica:

Quem não tem certidão de casamento precisa de outras provas, como testemunhas, conta conjunta, evidências de coabitação, fatura de cartão de crédito compartilhado, ter o outro como dependente no imposto de renda ou no plano de saúde. O problema é que muitas vezes os parceiros do mesmo sexo, por conta da discriminação, não têm a mesma quantidade de provas de um casal heterossexual. (MAMBRINI, 2012, p. 1)

Quanto aos filhos de casais homoafetivos, a questão legal é: quem faz o papel de pai e quem faz o papel de mãe no momento da separação. O vínculo com a criança ou adolescente é o ponto crucial no momento da separação. Ou seja, não importa se os pais possuem sexos diferentes ou iguais, o que importa é o vínculo que se tinha com a criança, os laços afetivos que se formaram durante a convivência em família.

A partir da comprovação desses laços, ambos os participantes desta união terão os mesmos direitos e deveres sob a guarda dos filhos que tiveram, seja por reprodução assistida, seja por adoção, durante a união conjugal.

A Dr^a Ana observa que atualmente o Direito prega o 'poder familiar' como forma de garantir o melhor interesse da criança e do adolescente, e neste caso, a guarda deve ser dada a quem atender melhor a estes interesses e evidentemente quem tiver regularizado esse o vínculo com a criança, facilitando o processo no caso da separação. *Isso faz com que os dois pais ou as duas mães compartilhem o poder familiar e a guarda é decidida sempre tendo em vista o que é melhor para um a criança é manter o maior contato possível com os dois. (MAMBRINI, 2012, p. 2)*

Porém, quando existe uma separação litigiosa, o interessado na guarda deve comprovar o vínculo com a criança e mostrar que a mesma estará melhor em sua companhia do que na do ex-parceiro.

Nestes casos:

[...] se só uma das pessoas do casal está vinculada juridicamente, a outra tem que argumentar que, apesar de não ser mãe juridicamente, é mãe socioafetiva, ou seja, que ela desempenhou tanto social quanto afetivamente o papel de mãe ou pai daquela criança. Uma vez que o juiz aceite os argumentos, os direitos e deveres que ela pode pleitear são iguais ao da mãe e pai biológicos ou adotivos. (MAMBRINI, 2012, p. 1)

Outro detalhe que a Dr^a Ana pondera é o direito a pensão alimentícia para os filhos das uniões homoafetivas em que [...] *uma vez comprovada a filiação, mesmo que seja uma filiação socioafetiva, qualquer um dos parceiros pode entrar na Justiça para cobrar do ex responsabilidade sobre o filho. (MAMBRINI, 2012, p. 3)*

A filiação socioafetiva e o princípio do melhor interesse da criança

O Código Civil (CC) em seu art. Art. 1.593 prevê: *O parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consangüinidade ou outra origem. (BRASIL, 2002)*

Ao utilizar o termo 'outra origem' refere-se à origem afetiva que irá definir um relacionamento baseado no afeto, amor, carinho e cuidar no dia a dia de uma criança ou adolescente que não possui nenhum vínculo consanguíneo com quem exerce esse cuidado, assegurando o direito à filiação. (BIRMANN, 2006)

Dias (2016) pondera que com a consagração da afetividade como direito fundamental diminui a resistência em admitir a igualdade entre a filiação biológica e a socioafetiva, e complementa:

A constância da relação entre pais e filhos caracteriza uma paternidade que existe não pelo simples fato biológico ou por força de presunção legal, mas em decorrência de uma convivência afetiva. Constituído o vínculo da parentalidade, mesmo quando desligado da verdade biológica, prestigia-se a situação que preserva o elo da afetividade. Pai afetivo é aquele que ocupa, na vida do filho, o lugar do pai, desempenha a função de pai. É uma espécie de adoção de fato. É aquele que ao dar abrigo, carinho, educação, amor ao filho, expõe o foro mínimo da filiação, apresentando-se em todos os momentos, inclusive naqueles em que se toma a lição de casa e ou verifica o boletim escolar. Enfim, é o pai das emoções, dos sentimentos e é o filho do olhar embevecido que reflete aqueles sentimentos que sobre ele se projetam. (DIAS, 2016, p. 678-679)

O vínculo entre uma criança e seus pais, em que legitima o interesse da criança deve ser sempre reconhecido. E se este vínculo for através do afeto também deve gerar um parentesco socioafetivo para todos os fins de direito dentro dos

limites da lei civil sendo que:

[...] Se o filho é menor de idade, com fundamento no princípio do melhor interesse da criança e do adolescente; se maior, por força do princípio da dignidade da pessoa humana, que não admite um parentesco restrito ou de "segunda classe". O princípio da solidariedade se aplica a ambos os casos. (DIAS, 2016, p. 679)

Neste contexto, depois do ato do registro, mesmo que os pais resolvam se separar, o vínculo de parentalidade não será dissolvido por motivo nenhum.

Portanto, não importa qual é o tipo de família, se ela é formada por um casal heterossexual ou homoafetivo os interesses das crianças e dos adolescentes devem ser resguardados e mantidos mesmo após a separação do casal que a formou.

Como já anotado, o artigo 227 da CF destaca três entes que estão incumbidas de garantir as melhores condições para que as crianças, adolescentes e jovens, do país, se desenvolvam e possam se tornar cidadãos justos e conscientes da igualdade de todos, são eles: a Família, a Sociedade e o Estado.

A partir deste princípio, a primazia dos interesses da criança e do adolescente deve ser constante em todas as decisões proferidas pelos juízes, os quais devem interpretar as normas de maneira tal que melhor atenda a integridade e a dignidade do menor envolvido.

Segundo Amin (2015, p.70):

[...] na análise do caso concreto, acima de todas as circunstâncias fáticas e jurídicas, deve pairar o princípio do interesse superior, como garantidor do respeito aos direitos fundamentais titularizados por crianças e jovens. Ou seja, atenderá o referido princípio toda e qualquer decisão que primar pelo resguardo amplo dos direitos fundamentais, sem subjetivismos do intérprete.

Observa-se que no passado todas as decisões tomadas no interior dos lares era em benefício do pai, chefe da família. Atualmente os filhos são as figuras que têm prioridades nas relações parentais, deixando em segundo plano a vontade dos pais.

Com a finalidade de dar efetividade ao princípio em questão, elaborou-se o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o qual, de forma geral, fundamentou-se em três pilares básicos para assegurar ao menor o atendimento de todas as suas necessidades e a prioridade deste atendimento, sendo eles: A) criança e adolescentes são sujeitos de direito; B) afirmação de sua condição peculiar como

pessoa em desenvolvimento, devendo ser regulado por legislação especial e; C) prioridade absoluta na garantia de seus direitos fundamentais. (AMIN, 2015)

O fato de se considerar a criança e o adolescente “seres em desenvolvimento”, são essenciais a orientação e o amparo para se desenvolverem em todas as áreas, justifica a importância deste princípio.

Gama (2008, p. 80) pondera que:

O princípio do melhor interesse da criança e do adolescente representa importante mudança de eixo nas relações paterno-materno-filiais, em que o filho deixa de ser considerado objeto para ser alçado a sujeito de direito, ou seja, a pessoa humana merecedora de tutela do ordenamento jurídico, mas com absoluta prioridade comparativamente aos demais integrantes da família de que ele participa. Cuida-se, assim, de reparar um grave equívoco na história da civilização humana em que o menor era relegado a plano inferior, ao não titularizar ou exercer qualquer função na família e na sociedade, ao menos para o direito.

Por conseguinte, o melhor interesse para criança compreende não só o consentimento da guarda àquele que possuir melhores condições financeiras, mas àquele que detém também outros aspectos que envolvem o bem estar do menor e o seu bom desenvolvimento.

Para Monteiro (2011, p.401), *Os aspectos morais, educacionais e ambientais, dentre outros que tivessem em vista o melhor atendimento aos interesses do menor, sem que ficasse adstrita à situação econômica ou financeira dos seus genitores.*

Concordando, Leite (2005, p. 195) explica que:

O interesse dos filhos é o único critério legal que permite ao juiz confiar a guarda de um filho a um dos genitores. E este poder discricionário é tão intenso que o juiz pode mesmo contrariar o acordo estabelecido entre os pais, recusando-se a homologar qualquer proposta de consenso que lhe pareça não preservar suficientemente o interesse dos filhos.

O cumprimento deste princípio representa a direção para os institutos jurídicos, os quais quando aplicados servirão de base para o que é mais apropriado para o desenvolvimento do menor que se encontra no interior de uma situação de conflito. A partir deste momento todos os aspectos serão relevantes para o bem estar da criança ou do adolescente o qual deverá ter seus direitos sociais, econômicos, emocionais, afetivos entre outro, garantidos.

A guarda compartilhada e a família homoafetiva

Em consequência de toda a evolução vivenciada pela família homoafetiva, a separação ainda é um período traumático para todos os lados, e uma criança que é amada, amparada e muitas vezes retirada da fila de adoção ver todo o seu mundo ruir novamente é um trauma que deve ser amenizado da melhor maneira possível.

O ECA em seu art. 28 determina que: *A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos da Lei.* (BRASIL, 1990)

E o art. 33 complementa dispendo: *A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais.* (BRASIL, 1990)

Sendo assim, fica claro que não existe nenhuma lei que proíbe o exercício da guarda a ser aplicada quando ocorre a dissolução da união, e o seu deferimento não deve fazer distinção ao tipo de família, seja ela heterossexual ou homoafetiva. O que importa realmente é que aqueles que irão compartilhar a guarda tenham meios adequados para conferir ao menor o que ele mais necessita: alimentação, proteção, educação e principalmente afeto.

De acordo com todos os estudos já realizados até o momento por psicólogos e juristas, a guarda compartilhada é a mais adequada para todos os tipos de família, principalmente para as famílias homoafetivas. Essas por sua vez já demonstram um afeto supremo quando adotam uma criança ou um adolescente e se propõe a cuidar e protege-los exercendo papéis difíceis de pai e mãe e enfrentando os preconceitos e as diferenças.

Souza; Miranda (2009, p. 207) ponderam que:

Atualmente falar sobre a dissolução da conjugabilidade e guarda compartilhada está na própria realidade social e judiciária, que reforça a necessidade de garantir o melhor interesse da criança e a igualdade entre homens e mulheres na responsabilização dos filhos. (...) Na sociedade atual já não são mais defensáveis as pretensões dos ex-cônjuges de sozinhos exercerem as funções de pai e mãe, pois se tem consciência que há necessidade das funções parentais sejam preenchidas de forma igualitária por seus pais, para o desenvolvimento emocional saudável.

Neste cenário, e diante de tantas dúvidas quanto à aplicabilidade da guarda compartilhada, mesmo nos casos em que existe uma discórdia entre os ex-companheiros. A resposta está na igualdade dos direitos, na afetividade e e

principalmente no melhor interesse do menor envolvido.

Novamente os ensinamentos de Souza; Miranda (2009, p.217) se resumem em:

A guarda compartilhada ocorre na dissolução da conjugabilidade, é um estágio do ciclo da vida, podendo ocorrer um rompimento precedido por uma crise e com mudanças estruturais com a saída de um dos membros de sua residência. Com a ruptura do casal os filhos podem servir de objeto da disputa entre os ex-cônjuges, causando dificuldades emocionais e psicológicas nos menores, que, muitas vezes, são pegos de surpresa, sendo privados do convívio com um dos pais, e sabemos que tanto a maternidade quanto a paternidade são importantíssimas para a saúde dos filhos. Também é importante que os filhos sintam que há espaço para eles na vida de cada um de seus pais, pois sentirá que tem dois pais envolvidos na sua educação e criação, e que o vínculo será mantido com os dois genitores.

O posicionamento da jurisprudência é:

RIO DE JANEIRO - Agravo de instrumento nº 0049775-91.2014.8.19.0000. Ação de adoção com guarda compartilhada e regulamentação do direito à convivência familiar. Insurgência da parte agravante contra decisão que deixou de receber o recurso de apelação interposto. Certidão cartorária indicando a intempestividade do apelo, na forma do art. 198, II, do ECA. Jurisprudência do STJ no sentido de que aludido prazo aplica-se somente aos procedimentos especiais previstos nos arts. 152 a 197 do ECA. As partes mantiveram união homoafetiva pelo período aproximado de cinco anos e, após um ano de relacionamento, decidiram conjuntamente a concepção de um filho, sendo a agravada a mãe biológica. Em contestação, a requerida informa que concorda expressamente com o pleito apresentado por sua ex-companheira no sentido da adoção de K.G.M.C., especialmente por existir filiação socioafetiva. De fato, não se está diante de nenhum dos procedimentos especiais previsto nos arts. 152 a 197 do ECA. Ao contrário, cuida-se de demanda que tramita pelo rito ordinário, razão por que incide o prazo geral previsto no art. 508 do Código de Processo Civil. Provimento do recurso por decisão monocrática. (BRASIL, 2014).

RIO GRANDE DO SUL - Apelação cível nº70057350092. Ação de cumprimento de acordo. Obrigação de fazer. Mãe socioafetiva. Cumprimento das visitas. Menor. Manutenção. O direito de visitação não pode ser abrigado só em razão do acordo judicial, pois decorre, em verdade, não de vínculo parental biológico, mas do (inequívoco) vínculo parental socioafetivo entre a autora e a criança, já reconhecido, aliás, no agravo de instrumento que fixou as visitas, antes do pacto judicial. Ademais, não há, nos autos, comprovação de que o convívio entre o infante e a autora possa trazer prejuízo ao menor, pois, embora determinada avaliação psicológica, e nomeada profissional, a demandada deixou de efetuar o pagamento. Nesse contexto, não havendo, no feito, comprovação de resistência do menor quanto ao convívio com a autora, e nem mesmo que este convívio possa trazer prejuízo ao infante, e apenas resistência da mãe biológica, após a separação da companheira, em manter a visitação ao infante, não há como ser obstaculizada a visitação avençada. Recurso desprovido. (BRASIL, 2014).

Dias (2016, p. 883) elucida que:

Quando ocorre o rompimento do convívio dos pais, acaba havendo uma redefinição das funções parentais, com que resulta em uma divisão dos encargos. O dinamismo das relações familiares, com o maior comprometimento de ambos no cuidado com os filhos, fez vingar a guarda conjunta ou compartilhada, que assegura maior aproximação física e imediata dos filhos com ambos. É a modalidade de convivência que garante, de forma efetiva, a corresponsabilidade parental, a permanência da vinculação mais estrita e a ampla participação de ambos na formação e educação do filho, o que a simples visita não dá espaço. Conforme Maria Antonieta Pisano Motta, compartilhar da guarda dos filhos é o reflexo mais fiel do que se entende por poder familiar.

A preferência legal pelo compartilhamento se justifica pela garantia de que ambos os pais, independente da separação conjugal, participarão do crescimento e do desenvolvimento dos filhos. Eliminado a ideia de posse favorecendo a continuidade da relação dos filhos com os pais e preservando o interesse da prole.

Sendo assim, o magistrado deve sempre valorar os aspectos favoráveis ao bem estar e desenvolvimento pleno do menor, não importando se a família é homoafetiva ou heterossexual, o que importa é os filhos poderem conviver com ambos os pais e sentir que fazem parte da vida deles.

Considerações Finais

A família, como entidade jurídica, possui total proteção do Estado, como uma entidade social, ela é igualitária, democrática e plural, apresentando uma estrutura socioafetiva baseada em laços de solidariedade. Por tanto, a nova família não se baseia necessariamente no casamento e sim nos sentimento de amor, carinho, proteção com o intuito de dar sentido e dignidade à existência humana.

Vinculados pelo afeto, as famílias homoafetivas conseguiram grandes conquistas jurídicas, as quais possibilitaram a união estável e o casamento entre pessoas do mesmo sexo. A sociedade teve que se libertar de certos preconceitos religiosos e culturais, que somente mascaravam uma situação que já existia na realidade de muitas famílias e era evidentemente real.

Entretanto, assim como ocorre às uniões, ocorrem também à dissolução dessas uniões e o Direito teve que se inovar para atender os novos casos de dissolução das uniões homoafetivas.

Dentro do contexto familiar e refletindo a unicidade e a igualdade que a

Constituição Federal prega a lei é a mesma tanto para os casais homoafetivos como para os casais heterossexuais. Porém, o melhor é que os casais homoafetivos formalizem previamente sua união, seja através da união estável ou através do casamento, para que possam dissolvê-la, pois em caso de litígio na separação será necessário comprovar o vínculo.

Contudo, quando existem filhos toda separação mesmo que amigável se torna um problema, pois a criança ou adolescente se sente inseguro, desamparado e considera que vai perder o convívio com um de seus pais.

A questão legal nas relações homoafetivas se concentra em quem faz o papel de pai e quem faz o papel de mãe no instante da separação. O importante é o vínculo que foi criado com essa criança, não importando se os pais possuem o mesmo sexo ou não, os sentimentos da criança é que devem ser cuidados e preservados, porque quem se separa são os pais e não o filho de um dos pais.

A partir da comprovação dos laços afetivos que a criança tem com os pais é que se inicia a responsabilidade e os direitos de ambos sob a guarda dos filhos que tiveram, não importando se são naturais, adotados ou por reprodução assistida.

Referências Bibliográficas

AMIN, Andrea R. Princípios orientadores do direito da criança e do adolescente. IN: **Curso de Direito da Criança e dos Adolescentes _ Aspectos teóricos e práticos**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

BIRMANN, Sidnei H. **O direito a filiação frente à inconstitucionalidade do art. 10 do novo Código Civil**. Âmbito Jurídico, Rio Grande, 35, 01/12/2006 Disponível em <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1553>. Acesso em: 18 abr. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 25 abr. 2017.

_____. Lei nº 10.406. de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm >. Acesso em: 28 abr. 2017.

_____. Lei nº 11.340. de 7 de agosto de 2006. **Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana**

para Previr, Punir, e Erradicar a Violência contra a Mulher, altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 30 abr. 2017.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm >. Acesso em: 29 maio 2017.

_____. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. **Agravo de Instrumento nº 0049775-91.2014.8.19.0000.** 17ª Câmara Cível, Relator: Desembargador: Flávia Romano de Rezende, julgado em: 26/09/2014. Disponível em: <http://www.direitohomoafetivo.com.br/imprime-jurisprudencia.php?ordem=1439,1405,1270,1320,655,79,78,1214,781,77> > . Acesso em: 2 jul.2017.

_____. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. **Apelação Cível nº 70057350092.** 7ª Câmara Cível, Relator: Desembargadora: Liselena Schifino Robles Ribeiro, julgado em: 11/06/2014. Disponível em: <http://www.direitohomoafetivo.com.br/imprime-jurisprudencia.php?ordem=1439,1405,1270,1320,655,79,78,1214,781,77> > . Acesso em: 2 jul. 2017.

DIAS, Maria B. **Manual de Direito das famílias.** De acordo com o novo CPC. 11. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

_____. **Manual de Direito das Famílias.** 4 ed. ver., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

GAMA, Guilherme C.N. da. **Princípios Constitucionais de Direito de Família:** guarda compartilhada à luz da Lei 11.698/08, família, criança, adolescente e idoso. São Paulo: Atlas, 2008.

LEITE, Eduardo de O. **Direito Civil Aplicado: Direito de Família.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. V. 5.

LÔBO, Paulo L. N. **Entidades familiares constitucionalizadas: para além do numerus clausus, em Família e cidadania:** o novo CCB e a *vacatio legis* – Anais do III Congresso Brasileiro de Direito de Família. Rodrigo da Cunha Pereira (coord.). Belo Horizonte: Del Rey,2002, p. 89-107.

MAMBRINI, Verônica. **Como funciona a separação entre casais do mesmo sexo?** A lei é a mesma, mas a aplicação da lei, no caso das uniões homossexuais têm peculiaridades que você precisa entender. 2012. Disponível em: <<http://delas.ig.com.br/comportamento/separacaodivorcio/2012-05-22/como-funciona-a-separacao-entre-casais-do-mesmo-sexo.html> >. Acesso em: 9 jun. 2017.

MEDEIROS, Jorge L. R. de. **A constitucionalidade do casamento homossexual.**

São Paulo: LTr, 2008.

MONTEIRO, Washington B.; SILVA, Regina B.T. **Curso de Direito Civil**. São Paulo: Saraiva, 2011.

SOUZA, Jumara T. P.; MIRANDA, Vera R. M. **Dissolução da conjugabilidade e guarda compartilhada – Psicologia Jurídica**: Temas de aplicação. Curitiba: Juruá Editora, 2009.

VELOSO, Zeno. Homossexualidade e Direito. **Jornal O Liberal**. Belém: 22 maio 1999.

A tributação como instrumento de intervenção do Estado no sistema econômico: uma análise na perspectiva do Direito Econômico

Taxation as an instrument of State intervention in the economic system: an analysis from the perspective of Economic Law

Luan Felipe do Nascimento Vieira¹
Cláudio Aparecido Bonfim Trevizan²
Fabiola Aparecida Delben Costa³

RESUMO

Durante muito tempo, a tributação foi considerada somente como uma fonte de arrecadação de recursos para a manutenção do Estado. Porém, além da finalidade arrecadatória, a tributação é empregada instrumentalmente pelo Estado para incentivar ou desincentivar comportamentos dos agentes econômicos, de acordo com seus propósitos de política econômica. Dessa maneira, a proposta do presente trabalho é examinar a tributação sob a perspectiva do direito econômico, considerando sua capacidade de ser instrumento de intervenção estatal no sistema econômico. Pretende-se com o presente estudo estabelecer parâmetros adicionais a serem observados pelo Estado no implemento das suas políticas tributárias extrafiscais, evitando que possa aplicar políticas interventivas incompatíveis com os princípios constitucionais econômicos.

Palavras-chave: Tributação, Extrafiscalidade, Intervenção, Economia

ABSTRACT

For a long time, taxation was considered only as a source of fundraising for the maintenance of the state. However, in addition to the collection purpose, taxation is instrumentally employed by the State to encourage or discourage the behavior of economic agents, in accordance with their economic policy purposes. Thus, the purpose of this study is to examine taxation from the perspective of economic law, considering its capacity to be an instrument of state intervention in the economic system. The present study intends to establish additional parameters to be observed by the State in the implementation of its extra-fiscal tax policies, avoiding that it can apply intervention policies incompatible with the constitutional economic principles.

Keywords: Taxation, Extrafiscalidade, Intervention, Economy

Introdução

¹Acadêmico do 10º termo do curso de Direito no Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

² Agente Fiscal de Rendas da Secretaria da Fazenda/SP. Mestre em Direito do Estado pela PUC/SP. Docente do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

³ Advogada; Especialização em Educação à distância; Docente do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

Durante muito tempo, a tributação foi considerada somente como um vetor de receita do Estado. Sem depreciar o relevo desse objetivo, que é indiscutivelmente importante, uma vez que assegura os recursos para que o Estado financie suas ações, o fato é que se foi descobrindo outra funcionalidade para a tributação: executar política econômica.

Assim, embora o propósito precípua seja de fato o arrecadatório, os tributos passaram a ser utilizados instrumentalmente pelo Estado para incentivar ou desincentivar comportamentos dos agentes econômicos, de acordo com seus propósitos de política econômica à exemplo da intensa política de desoneração tributária levada a efeito pelo governo federal entre os anos de 2011 a 2014, direcionada para alguns setores da economia, com a finalidade de reduzir custos da produção e estimular o crescimento econômico.

Neste contexto, o presente estudo teve por escopo examinar a tributação sob a perspectiva do direito econômico, considerando sua capacidade de ser instrumento de intervenção estatal no sistema econômico, averiguando se as diretivas da Ordem Econômica da Constituição de 1988 devem funcionar como limites e fundamentos adicionais ao poder de tributar, quando direcionado a promoção de finalidades econômicas. Pretende-se aqui apontar parâmetros a serem observados pelo Estado no implemento de suas políticas tributárias extrafiscais, bem como fornecer aos estudiosos e aplicadores do direito subsídios capazes de orientá-los na construção e no controle dessas políticas tributárias extrafiscais, de modo a aperfeiçoar a utilização da tributação extrafiscal, evitando que o Estado possa aplicar políticas interventivas incompatíveis com os princípios constitucionais econômicos.

Às indagações que procuraremos investigar e responder neste estudo são: os tributos, enquanto instrumentos manejados pelo Estado para realização de sua política econômica, mediante sua vertente extrafiscal, estão sujeitos à regulação pelo direito econômico? Sob esta sujeição, as diretivas da Ordem Econômica Constitucional de 1988, por via de consequência, constituem os fundamentos e limites para o poder de tributar extrafiscalmente?

Para se alcançar tais objetivos, empregou-se o método dedutivo, de pesquisa qualitativa e exploratória, através da revisão bibliográfica, com a leitura de textos

legais, dissertações, teses e livros doutrinários da seara jurídica e econômica que versem acerca da temática.

O surgimento e a dogmática do Direito Econômico

O exercício abusivo das liberdades econômicas que levaram à derrocada do modelo liberal, tendo como demarcações históricas as Guerras Mundiais e a grande crise mundial de 1929, sobretudo o colapso da economia americana, incentivaram o Estado a aumentar sua participação na esfera econômica. A partir de então, a atividade econômica passou a sofrer algumas intervenções jurídicas tencionando direcioná-la a destinos almejados pela sociedade em que se inseria.

Decorre disto uma intensificação progressiva da presença do Estado no sistema econômico, com a reprodução de normas executoras de política econômica. Surge, então, uma nova ramificação na ciência jurídica denominado precisamente de Direito Econômico.

Assim, podemos definir, dogmáticamente, o Direito Econômico como sendo os arranjos normativos destinados a regular a política econômica realizada pelo Estado, com a finalidade de disciplinar a ordem econômica vigente.

Segundo Eros Grau (1981, p. 39),

O direito econômico é o sistema normativo voltado à ordenação do processo econômico, mediante a regulação, sob o ponto de vista macrojurídico, da atividade econômica, de sorte a definir uma disciplina destinada à efetivação da política econômica estatal.

O objeto do Direito Econômico pode indicar, em uma breve análise, ser todo e qualquer ato que detenha conteúdo econômico, mas não é bem assim. Para compreender a distinção, deve-se recordar que, por exemplo, a simples diminuição da alíquota de um específico tributo não produz necessariamente consequências para o Direito Econômico. Todavia, quando o Estado aplica uma política de redução de alíquota com a finalidade de induzir o comportamento dos agentes econômicos para consecução dos propósitos almejados pela política econômica, estamos diante de uma situação regulada pelo Direito Econômico e, por consequência, do seu objeto.

Observa-se, então, que o objeto do Direito Econômico pode estar no conteúdo da norma de natureza tributária, ou de outras tantas matérias, pois esses constituem os instrumentos pelos quais o Estado pode intervir no sistema econômico e veicular

determinada política econômica. Este é o objeto do Direito Econômico, que traduz-se na capacidade do Estado de intervir no sistema econômico para ordenar o mercado, nas demarcações previamente fixadas em sua própria Ordem Econômica.

A constitucionalização do direito econômico

O processo de constitucionalização do direito econômico demarca o início da superação dos princípios liberais que nortearam até então toda estrutura estatal, adotando-se nos textos constitucionais uma nova concepção de Estado atuante e interventor.

De tal sorte que a Constituição Federal, como Lei regente de toda uma nação, deve estatuir o regramento para a coordenação da atividade econômica e, para isso, deve prescrever quais serão as ferramentas disponíveis ao Estado para a regulação e intervenção no sistema econômico, predizendo, ademais, as demarcações dessa intervenção.

Para Eros Grau (2015, p. 79), *a ordem econômica pode ser entendida como conjunto de princípios e regras jurídicas que, garantindo os elementos conformadores de um determinado sistema econômico, instituem uma determinada forma de organização e funcionamento da economia.*

A Constituição de 1988 reservou um regramento pormenorizado sobre a ordem econômica, alocando-a, sem esgotar o tema, no seu Título VII, batizado pelo legislador constituinte como *Da Ordem Econômica e Financeira*.

O presente trabalho tratou de enfatizar essencialmente o recorte temático que prescreve os princípios gerais da atividade econômica, notadamente o art. 170 onde estão presentes os princípios estruturantes da Ordem Econômica vigente, sendo estes

os princípios da valorização do trabalho humano, livre iniciativa, existência digna, justiça social, soberania nacional, propriedade privada, função social da propriedade, livre concorrência, defesa do consumidor, princípio da proteção ao meio ambiente, redução das desigualdades sociais e regionais, princípio da busca do pleno emprego e tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte.

Intervenção do estado no sistema econômico

As formas de intervenção do Estado no sistema econômico previstas na Constituição brasileira de 1988 foram objeto de precisa classificação por Eros Grau.

Em relação à forma, ela pode ocorrer *no* sistema econômico ou *sobre* o sistema econômico. Ela se dá *no* sistema econômico quando o Estado realiza atividade econômica como agente econômico, ou seja, participe do próprio mercado (GRAU, 2015). Ela se dá *sobre* o sistema econômico quando o Estado desempenha atividades econômicas como regulador (GRAU, 2015).

No que se refere às modalidades, a intervenção *no* sistema econômico ocorre por *absorção* ou *participação*, respectivamente, quando o Estado se apropria de uma certa atividade econômica e passa a desempenhá-la monopolisticamente, ou quando o Estado assume parcela de uma dada atividade econômica e opera competindo no mercado com empresas privadas (GRAU, 2015).

Em relação à intervenção *sobre* o sistema econômico, esta ocorre por *direção* ou *indução*, respectivamente, quando o Estado prescreve normas de conduta imperativas aos agentes que desempenham uma certa atividade econômica, ou quando o Estado manipula os instrumentos de intervenção, de modo a conduzir os agentes econômicos que operem certa atividade econômica a escolherem uma determinada conduta ao invés de outra (GRAU, 2015).

Como regra geral, o Estado exerce intervenção direta em conformidade com o art. 173 da Constituição, que prescreve, ressaltando os casos previstos na própria Constituição. A exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos *imperativos da segurança nacional* ou a *relevante interesse coletivo*, conforme definidos em lei.

Embora a regra seja o Estado não atuar no campo privado, vemos, pela análise do preceito constitucional acima transcrito, que a intervenção direta do Estado no sistema econômico, absorvendo-o ou dele participando, poderá ocorrer se houver, em caráter excepcional, a necessidade de atender aos imperativos da segurança nacional ou à relevante interesse coletivo.

Segundo os ensinamentos de Eros Grau (2015), o papel do Estado seria intervir sobre o sistema econômico, abrangendo a regulação da atividade econômica em sentido amplo, utilizando-se para tanto de normas. A aplicação das normas deveria ser fiscalizada para garantir sua concretude e assim conseguiríamos atingir os fins planejados pelo Estado.

A ideia de Eros Grau está pautada no art. 174 da Constituição, que é o fundamento legal da intervenção indireta, estabelecendo que o Estado, enquanto

agente normativo e regulador da atividade econômica, exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

Em síntese, a intervenção no sistema econômico disciplinada pelo artigo 174 da Constituição Federal é indireta na medida em que o Estado não atua na exploração da atividade econômica, apenas fiscaliza com vistas ao equilíbrio do livre mercado e da livre concorrência, incentiva como forma de materialização da livre iniciativa e lança mão do planejamento para alcançar os fins desejados tendo sempre em mira e como base os princípios da ordem econômica.

A instrumentalização da tributação pelo direito econômico

Quando se discute acerca das funções da tributação, a doutrina especializada distingue os tributos que possuem função fiscal daqueles que possuem função extrafiscal. (SCHOUERI, 2005).

A função fiscal se refere propriamente à finalidade arrecadatória da tributação. É quando o Estado tributa objetivando obter recursos para sua manutenção e ações. Já a extrafiscalidade se reporta a outros objetivos que não simplesmente a arrecadação. É quando o Estado tributa perseguindo propósitos vinculados a interesses econômicos, políticos ou sociais. Assim, o Estado se utiliza de normas tributárias extrafiscais quando objetiva intervir sobre o sistema econômico.

Apesar dessa diferenciação entre fiscalidade e extrafiscalidade, todos os tributos portam tanto um viés arrecadatório quanto funções extrafiscais, distinguindo-se somente no objetivo principal que perseguem. Todo tributo com função arrecadatória produz alguma repercussão socioeconômica e todo tributo com finalidades extrafiscais possibilita auferir alguma receita (SCHOUERI, 2005).

A intervenção econômica é o componente caracterizante e propósito central da norma tributária indutora. Como já examinamos, a intervenção estatal no sistema econômico é realizada tanto de modo direto quanto indireto. Diretamente, o Estado intervém por absorção ou participação, e, indiretamente, por direção ou indução. Como o vocábulo indica, é no campo da intervenção por indução que se insere a intervenção econômica por meio da tributação extrafiscal.

A indução é a forma que caracteriza a utilização do instrumento tributário

para intervir sobre o espaço econômico, principalmente porque a tributação pressupõe a possibilidade de o sujeito passivo incorrer ou não no fato gerador do tributo. A ação ou a omissão gravada de maior ou menor ônus tributário não significa que a conduta desincentivada seja ilícita. Muito pelo contrário, é certo que ela seja lícita. Não há sanção ao agente por não se conduzir de acordo com a indução tributária, mas, sim, incidência de ônus tributário (SCHOUERI, 2005).

Nesse sentido, a intervenção indutora visa, através de incentivos, levar o próprio mercado a escolher o quanto e de que maneira adotará o comportamento almejado pela indução estatal. Dessa forma, atua em consonância com as próprias regras de funcionamento do mercado. Acerca disso, diz Eros Grau (2015, p. 150),

A sedução à adesão ao comportamento sugerido é, todavia, extremamente vigorosa, dado que os agentes econômicos por ela não tangidos passam a ocupar posição desprivilegiada nos mercados. Seus concorrentes gozam, porque aderiram a esse comportamento, de uma situação de donatário de um determinado bem (redução ou isenção de tributo, preferência à obtenção de crédito, subsídio, v.g.), o que lhes confere melhores condições de participação naqueles mercados.

Esse escopo da tributação possibilitou seu aparelhamento funcional pelo direito econômico, pois, enquanto que para o direito tributário a extrafiscalidade reporta à utilização atípica de expedientes tributários com funções não arrecadatórias, para o direito econômico, a função extrafiscal da tributação é um instrumental típico de intervenção estatal sobre sistema econômico que pode, ocasionalmente, destinar-se unicamente à exação de recursos.

Ademais, o estudo acerca da extrafiscalidade possibilita ao direito econômico, mediante um tratamento interdisciplinar, encarregar-se dessa funcionalidade da tributação que é menosprezada pelo direito tributário; propiciando, assim, que se possa capturar a política econômica veiculada pela norma, analisando as repercussões econômicas por ela geradas, dando-lhes tratamento jurídico adequado.

Tributação e ordem econômica constitucional

As normas que veiculam política econômica, ou seja, normas de direito econômico, têm seus objetivos determinados constitucionalmente, de tal sorte que

a norma tributária que detenha finalidade notadamente extrafiscal deve, imperativamente, se vincular às cláusulas da Ordem Econômica Constitucional.

A intervenção estatal no sistema econômico em um Estado de Direito ocorre em conformidade com uma Ordem Econômica Constitucional. De modo que, a função extrafiscal da tributação assume configuração de valores constitucionais. Não unicamente na qualidade de fundamentos da mesma, mas como finalidades constitucionalmente acolhidas ou não.

Os incentivos e desincentivos tributários são recursos para executar a política industrial, a política monetária, o controle de capitais, a distribuição de renda, o crescimento econômico, a promoção do pleno emprego, a concorrência e todos demais propósitos constitucionalmente perseguidos pela política econômica.

Destarte, é preciso verificar sua conformidade constitucional, de igual modo, tanto em consonância aos princípios estritamente tributários, quanto aos imperativos da Ordem Econômica Constitucional. A instituição de tributos que operem dada ação interventiva no sistema econômico, devem ser feitas na consecução dos objetivos de política econômica constitucionalizados. Trata-se, em última análise, de buscar fundamento constitucional ao sistema tributário na Ordem Econômica Constitucional, enquanto instrumento capaz de concretizar os objetivos socioeconômicos previstas no Texto Constitucional.

Considerações Finais

À guisa de conclusão convém lembrar que o objetivo central dessa pesquisa foi examinar a tributação sob a perspectiva do direito econômico, considerando sua capacidade de ser instrumento de intervenção estatal no sistema econômico, ou seja, estudar a utilização da tributação enquanto instrumento, não para arrecadação de recursos necessários ao financiamento do Estado, sua finalidade precípua, mas, sim, enquanto instrumento para promoção de outras finalidades, concernentes à extrafiscalidade, sobretudo, averiguar se as diretivas da Ordem Econômica da Constituição de 1988 devem ou não servir como limites adicionais ao poder de tributar, quando direcionado à promoção de finalidades econômicas.

Vimos que, enquanto que para o direito tributário a extrafiscalidade reporta à utilização atípica de expedientes tributários com funções não arrecadatórias, para

o direito econômico a função extrafiscal da tributação é um instrumental típico de intervenção estatal sobre o sistema econômico que pode, ocasionalmente, destinar-se unicamente à exação de recursos.

Ademais, o estudo acerca da extrafiscalidade possibilita ao direito econômico, mediante um tratamento interdisciplinar, encarregar-se dessa funcionalidade da tributação que é menosprezada pelo direito tributário; propiciando, assim, que se possa capturar a política econômica veiculada pela norma, analisando as repercussões econômicas por ela geradas, dando-lhes tratamento jurídico adequado.

Concluimos que é preciso verificar sua correspondência constitucional, de igual modo, tanto em harmonia aos princípios estritamente tributários, quanto aos imperativos da Ordem Econômica Constitucional. A instituição de tributos que operem dada ação interventiva no sistema econômico devem ser feitas na consecução dos objetivos de política econômica constitucionalizados. Trata-se, em última análise, de buscar fundamento constitucional ao sistema tributário na Ordem Econômica Constitucional, enquanto instrumento capaz de concretizar os objetivos socioeconômicos previstas no Texto Constitucional.

À medida que tais princípios, valores e objetivos fundam a intervenção estatal no sistema econômico, é imperioso que a norma tributária, canalizada para promover política econômica, seja confrontada com os objetivos de política econômica constitucionalizados; função essa atribuída controle de constitucionalidade das leis, qual seja, perquirir se a ação estatal interventiva veiculada pela norma jurídica ou ato normativo encontra-se em harmonia com os princípios da ordem econômica na Constituição Federal.

Referências Bibliográficas

AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro**. 12. Ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2006.

FIGUEIREDO, Leonardo V.. **Lições de Direito Econômico**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

FILHO, Aberto A.. **A Intervenção do Estado no Domínio Econômico: O direito público econômico no Brasil**. Ed. Fac-similar. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

GRAU, Eros R.. **A Ordem Econômica na Constituição de 1988**. 17. Ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

JUNIOR, Roberto G. de A. M. **Normas Tributárias Indutoras e Intervenção Econômica: conteúdo, aplicação, limites e exame da implementação à luz da Teoria dos Jogos.** Dissertação (Mestrado em Direito do Estado) – Faculdade de Direito do Recife da Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

NASCIMENTO, Carlos V. do N.. **Adequação do Sistema Tributário Nacional à Ordem Econômica e Social: Uma Proposta de Reforma Tributária.** Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito do Recife da Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

NUSDEO, Fábio. **Curso de Economia:** introdução ao direito econômico. 8. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

PEREIRA, Luiz A. da C.. **A Tributação, a Ordem Econômica e o artigo 146-A da Constituição Federal de 1988.** Dissertação (Mestrado em Direito Empresarial) – Faculdade de Direito Milton Campos, Nova Lima.

RIBEIRO, Ricardo L.. **Direito Econômico da Tributação:** uma análise da Extrafiscalidade no Sistema Tributário Brasileiro. Dissertação (Mestrado em Direito Econômico) - Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo.

SCHOUERI, Luís E.. **Normas Tributárias Indutoras e Intervenção Econômica.** Rio de Janeiro: Forense, 2005.

SUNDFELD, Carlos A.. Reforma do Estado e Empresas Estatais. In: SUNDFELD, Carlos Ari et al. **Direito Administrativo Econômico.** São Paulo: Malheiros, 2002.

TAVARES, André R.. **Direito Constitucional Econômico.** 3. Ed. São Paulo: Método, 2011.

Desaposentação frente à decisão do Supremo Tribunal Federal

Disappointment over the decision of the Federal Supreme Court

Deborah da Silva Moreira¹
Fernando Rosa Júnior²
Fabíola Aparecida Delben Costa³

RESUMO

A Desaposentação é um instituto previdenciário que foi julgado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em 26 de Outubro de 2016, em julgamento aos Recursos Extraordinários 381367, 661256 e 827833, pois o instituto citado não possuía previsão legal. A desaposentação dá ao aposentado que precisa continuar trabalhando e conseqüentemente continua contribuindo para o RGPS, a oportunidade de obter uma aposentadoria mais proveitosa e benéfica, pois abnegará a sua vigente aposentadoria e solicitará outra que terá inclusa em sua base de cálculo as contribuições feitas perante o RGPS, após a concessão de sua aposentadoria. Antes do julgamento feito pelo STF, suscitava-se que aquele que tivesse seu pedido de desaposentação concedido, teria que restituir os valores pagos a título de aposentadoria.

Palavras-chave: Previdência Social, Aposentadorias, Renúncia, Desaposentação, Seguridade Social.

ABSTRACT

Diseretirement is a pension institute that was judged unconstitutional by the Federal Supreme Court on October 26, 2016, in judgment to Extraordinary Remedies 381367, 661256 and 827833, because the institute cited had no legal provision. The disapproval gives the retiree who must continue working and consequently continues to contribute to the RGPS, the opportunity to obtain a more beneficial and beneficial retirement, as it will abnegate his current retirement and will request another one that will have included in his calculation base the contributions made before the RGPS, after the granting of his retirement. Prior to the judgment made by the STF, it was argued that anyone who had applied for disapproval granted would have to repay the amounts paid as retirement.

Keywords: Social Security, Retirement, Renounce, Diseretirement, Social Security.

Introdução

No Brasil há uma grande preocupação em proteger os cidadãos e garantir que todos tenham suas necessidades básicas supridas, para tal foi criada instituições de seguro social, de cunho particular e mutualista.

A CF de 1934 disciplinou a forma de custeio dos institutos, entre o ente

¹Acadêmica do 10º termo do curso de Direito no Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

²Advogado, Mestre em Direito, Docente do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

³Advogada; Especialização em Educação à distância; Docente do Centro Universitário Católica Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

público, empregado e empregador, dando ao poder legislativo competência para instituir normas de aposentadoria, proteção social ao trabalhador e gestante, assim como tratar da aposentadoria compulsória dos funcionários públicos e sua aposentadoria por invalidez.

Em 1960, foi criado o Ministério do Trabalho e da Previdência Social, que ficou caracterizado pela fase da uniformização da previdência social, dando novos benefícios aos trabalhadores, tais como: auxílio-funeral, auxílio-reclusão, auxílio-natalidade e assistência social, além da criação do estatuto do trabalhador rural e do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (FUNRURAL, 1971).

O seguro de acidente de trabalho passou a fazer parte do sistema previdenciário como advento da Lei nº 5.316, de 1967, criou-se adicionais obrigatórios de 0,4% a 0,8% incidentes sobre a folha de salários, com o intuito de custear as prestações de acidente de trabalho.

Em 1977, foi criado o SINPAS (Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social), com a finalidade de integrar as atividades da assistência social e da previdência social, bem como, de assistência médica, gestão administrativa, financeira e patrimonial das entidades que possuíam vínculo com o Ministério da Previdência e Assistência Social.

Seguridade Social

A primeira Reforma da Previdência foi feita através da EC nº 20, de 1998, que trouxe grandes alterações no sistema previdenciário, como por exemplo, a modificação dos critérios de aposentadoria para o servidor público e para o trabalhador da iniciativa privada; a previdência complementar; a vinculação da receita das contribuições previdenciárias ao pagamento dos benefícios, a mudança da aposentadoria por tempo de serviço para tempo de contribuição, entre outras.

Em nosso país foi a Constituição Federal de 1988, que instituiu que todos os cidadãos têm direito aos benefícios que a Seguridade Social distribui, além do dever da contribuição para que possa manter a solidariedade no futuro.

O instituto da Seguridade Social é organizado pelo Ministério da Previdência Social, sendo executado pelo Instituto Nacional do Seguro Social em conjunto com as Secretarias Estaduais de Assistência Social, Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério de Saúde, conforme fica demonstrado inteiramente no artigo 194, da CF.

Destaque-se que as inscrições perante o sistema da Seguridade Social devem ser providenciadas por qualquer espécie da qual se enquadre o trabalhador.

O contribuinte, após ter preenchido todos os requisitos previstos em lei, poderá requerer sua aposentadoria ou benefício, tendo em vista que após a concessão a contribuição previdenciária se torna facultativa.

Logo, quando se ouve falar no termo seguridade social vemos uma reunião de princípios, ordenamentos, regras e institutos específicos que juntos vêm para estabelecer este sistema que protege os cidadãos contra os imprevistos que podem surgir com o decorrer dos anos, vindo a dar apoio e prover as necessidades básicas dos indivíduos e de seus familiares.

A saúde é um dos direitos que compõe os chamados direitos sociais, que vem até nós para trazer a igualdade entre as pessoas. No Brasil é possível encontrar previsão legal somente na Constituição Federal vigente, pois anteriormente apenas os trabalhadores com carteira assinada e sua família tinham direito a um atendimento fornecido pelo Estado, os demais cidadãos que precisavam recorrer a estes serviços, não eram vistos como titulares deste direito, a mudança só ocorreu com o advento da CF de 1988 que trouxe ao Estado a responsabilidade de promover saúde a todos.

A Carta Magna de 1988 buscou estabelecer e consagrar uma série de direitos sociais, com o intuito de assegurar a permanência das liberdades democráticas conquistadas por nós.

A Assistência Social vem para ser uma das formas de proteção social, com o intuito de zelar por aqueles indivíduos que não se encontram amparados pela Previdência Social, que é propriamente de caráter contributivo, tais cidadãos não se encontram abarcados neste sistema, pois não estão inseridos no mercado de trabalho, o que os levam a ter uma renda inferior; diante de tal quadro, a assistência social vem para resgatá-los da miséria, dando melhores condições de sobrevivência, mantendo um padrão social mínimo para sua subsistência.

Atualmente, a assistência social está fortemente inserida no campo da seguridade social, em conjunto com a saúde e a previdência social, cumulada com as políticas sociais para diminuição da desigualdade, dando provimento de condições para a população mais necessitada.

Previdência Social

A Previdência Social é uma espécie que se encontra inserida no gênero Seguridade Social, ficando clara e límpida a preocupação do ente estatal em realizar o amparo dos segurados quando possivelmente forem atingidos por algum caso fortuito que lhes comprometa a condição social e traga dificuldades na subsistência. O artigo 1º da Lei 8.213/91 dispõe:

Art. 1º A Previdência Social, mediante contribuição, tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente. (BRASIL, 1991).

Em observação à organização previdenciária é possível constatar que o contribuinte deve requerer sua aposentadoria, pois a Previdência se mantém inerte neste quesito. E, somente após o requerimento do contribuinte é que cabe ao INSS verificar e conceder o benefício adequado ao segurado, desde que preenchidos os requisitos previstos na legislação.

O custeio da Previdência pode ser contributivo ou não contributivo. Na forma não contributiva, não existe a promoção da contribuição, pois o custeio se dá através da arrecadação de impostos, onde a Receita que é arrecadada é distribuída, já no sistema de contribuição, o segurado é quem promove as contribuições previdenciárias com a finalidade de manter o sistema e obter benefícios previdenciários.

Adotou-se no Brasil o regime de custeio contributivo de repartição, que ocorre quando os ativos, enquanto possuem esta condição, se subdividem em contribuições previdenciárias, assim, suportam o custeio dos salários de aposentadoria dos inativos, além daqueles que se encontram afastados das atividades remuneradas por algum incidente.

Os servidores públicos que pertencem aos quadros da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal seguem as normas de um Estatuto, e são regidos por um Regime Próprio de Previdência Social. Deste modo, não se aplica às regras e típicas ao RGPS, a não ser que no ente federativo ao qual o servidor público presta serviço, inexistam a regulamentação de Regime Próprio.

Além de oferecer aos assegurados os benefícios previdenciários, a

Previdência Social dá alguns serviços que estão elencados no artigo 18, inciso III, da Lei 8.213/91, tais como: reabilitação profissional e o serviço social.

A reabilitação profissional é um serviço que promove a reintegração de segurados que por motivo de incapacidade total ou parcial foram afastados do trabalho. Tal serviço é possível [...] *mediante o trabalho de equipe multiprofissional especializada em medicina, serviço social, psicologia, sociologia, fisioterapia, terapia ocupacional e outros afins* [...] (KERTZMAN, 2005, p. 369).

Já o serviço social é a união de orientações e medidas que visam mostrar ao indivíduo que necessita de ser assegurado pela Previdência quais são os seus direitos sociais e quais as formas para colocá-los em prática.

A partir do momento que o cidadão contribui com a Previdência Social, esta oferece muitos benefícios que são dados de acordo com o preenchimento de requisitos prefixados em lei, sendo certo que tais benefícios foram criados para assegurar uma sobrevivência digna nos momentos de infortúnio.

Existem benefícios previdenciários que são pagos aos segurados em razão da incapacidade para o trabalho, um exemplo é a aposentadoria por invalidez, que se destaca, pois, conforme disciplinado nos artigos 42 a 47 da Lei 8.213/91, e os artigos 43 a 50 do Decreto 3.0488/99, o segurado que apresentar inaptidão total e permanente para o trabalho, de modo que não seja possível a reabilitação profissional em atividade diversa da que desempenhava antes do fato gerador da inaptidão, terá direito à concessão deste benefício.

Porém, se faz necessário observar se o trabalhador preenche o requisito da carência mínima de doze meses de contribuição, além de estar na qualidade de segurado da Previdência Social, ou seja, deve constar no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS) que o requerente providenciou que suas contribuições fossem destinadas ao sistema da Previdência, evidenciando o caráter contributivo da Previdência Social, que está prescrito no texto magno.

O requisito da carência é dispensado em relação aos segurados especiais, desde que fique comprovado o exercício de atividade rural imediatamente anterior à elaboração do requerimento administrativo, ainda que de forma interrupta, pelo período equivalente a carência do respectivo benefício.

A lei mencionada prevê em seu artigo 26, inciso II, a dispensa da carência nos casos em que a incapacidade para o labor for em virtude de acidente de qualquer

natureza e de doença do trabalho, ou na hipótese de o segurado se filiar ao Regime Geral de Previdência Social e vier a ser acometido por algumas das doenças especificadas no rol elaborado pelo Ministério da Saúde e da Previdência Social.

Na prática, quando é oferecido ao trabalhador o benefício de auxílio doença ou aposentadoria por invalidez, há a substituição de renda do segurado que, encontra-se impossibilitado de desenvolver atividades laborais em troca de remuneração por parte do empregador.

Deste modo, quando comprovado que todos os requisitos estabelecidos pela lei foram preenchidos, o segurado recebe o benefício, com um valor mensal de 100% (cem por cento) sobre o salário do benefício, que será usado como base de cálculo da renda mensal inicial. Subsistindo a condição durante todo o tempo em que a situação de incapacidade persistir; serão realizadas pela própria autarquia perícias médicas para a verificação de tal condição, a fim de permitir a concessão e manutenção do benefício.

O auxílio-doença pressupõe a caracterização de incapacidade laborativa total e temporária, destinando-se àqueles que necessitam afastar-se temporariamente de suas atividades laborais, o fato é que a aptidão para o trabalho acarreta a cessação do mesmo e conseqüentemente, a inexistência de remuneração, já nos casos de inaptidão permanente o trabalhador pode se submeter ao processo de reabilitação profissional, com o objetivo de reinserir o indivíduo numa atividade laboral diversa, que possibilite, ante as limitações constatadas, o custeio das necessidades básicas relacionadas a seu sustento.

Caso fique constatado em perícia médica realizada pelo INSS, que a situação clínica do segurado se agravou, de modo que impossibilite a capacidade laboral que antes era temporária, vindo a tornar-se permanente, o indivíduo fará jus à conversão do benefício por uma aposentadoria por invalidez.

O auxílio-acidente é um tipo de benefício pago ao trabalhador que, em decorrência de um acidente de trabalho, teve sequelas que inviabilizam ou reduzem sua capacidade para a atividade laborativa.

Outro tipo de benefício previdenciário que pode ser oferecido é o auxílio-reclusão, que é devido aos dependentes do segurado que se encontra preso, durante o período em que estiver sob regime fechado ou semi-aberto.

Também consta no rol dos benefícios previdenciários o salário-família, valor pago

aos segurados empregados, salvo se domésticos (pois estes recebem o salário-família diretamente do empregador), e aos trabalhadores avulsos, com o objetivo de auxiliar no sustento dos filhos menores de 14 anos de idade ou inválidos independentemente da idade, para a concessão, não há exigência de tempo mínimo de contribuição, para ter direito à benesse o indivíduo deverá enquadrar-se no limite de renda estabelecido pelo Governo Federal.

Há a opção de benefício do salário-maternidade para as seguradas empregadas, domésticas, trabalhadoras avulsas, contribuintes individuais, facultativas e seguradas especiais, por ocasião de parto, inclusive o natimorto, aborto não criminoso, adoção, guarda judicial para fins de adoção, além da possibilidade de concessão do benefício para a segurada desempregada, caso esta tenha sido demitida antes da gravidez, ou caso a gravidez tenha ocorrido quando empregada estava cumprindo aviso prévio, independentemente se a dispensa tenha sido por justa causa ou a pedido da trabalhadora.

Para a concessão do benefício de prestação continuada de assistência social – LOAS, a pessoa idosa ou portadora de deficiência não pode receber nenhum outro tipo de benefício previdenciário e também não pode ter a renda familiar per capita superior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo nacional vigente a época. Devendo a pessoa idosa comprovar que possui 65 (sessenta e cinco) anos de idade ou mais.

Já aqueles que forem portadores de deficiência devem comprovar a renda mensal familiar per capita de $\frac{1}{4}$, e devendo nesse caso, passar por avaliação médica com um profissional do INSS, a fim de comprovar sua incapacidade para o labor e para a vivência do dia a dia.

Abordagem principiológica

A Constituição em vigor visa assegurar o cumprimento de diversos direitos da classe trabalhadora (maioria dos brasileiros), além de garantir a proteção aos direitos fundamentais dispostos no Capítulo I, Título II da CF, quais sejam: direito à segurança, à vida, à saúde, à propriedade, à manifestação de pensamentos, à informação, bem como à liberdade de crença, todos correlacionados à seguridade social, portando devem ser aplicado no sistema previdenciário.

Grandiosa é a Carta Política em questão, que dela emanam imperiosos princípios constitucionais que, de forma expressa, traz os princípios aplicáveis ao

âmbito da Seguridade Social, assim como o artigo 194 que se relaciona de forma estrita a sistematização do instituto da desaposentação.

O princípio da dignidade da pessoa humana, previsto no artigo 1º, inciso III da Constituição Federal, constitui um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, inerente à República Federativa do Brasil, tendo como finalidade, assegurar ao indivíduo o mínimo de direitos que devem ser respeitados pela sociedade e pelo poder público, de forma a manter os valores do homem como ser humano.

No campo do direito previdenciário, o princípio da dignidade da pessoa humana, tem por propósito ser assegurado a todos o direito de sobreviver bem, tendo ao menos os elementos básicos de subsistência.

Os benefícios têm a função de substituição de renda àqueles que estão enfermos, aos aposentados têm a função de garantir uma velhice tranquila, em qualquer das hipóteses, a principal finalidade da renda destinada aos cidadãos-segurados é dar garantia, objetivando suprir as despesas inerentes ao dia-a-dia.

No que diz respeito ao instituto da desaposentação, é perceptível que o mesmo traz a pretensão do segurado renunciar à aposentadoria que está ativa, levando em consideração o tempo em que houve contribuição por parte do segurado, onde este será posteriormente vertido, podendo obter uma nova aposentadoria, com condições mais vantajosas, fato que gera a preservação do conforto e poder aquisitivo, já que os valores pagos como benefício de aposentadoria representam sempre diminuição econômica.

O princípio da equidade na forma de participação do custeio tem atuação direcionada ao âmbito da Previdência Social, no que se concerne à arrecadação de quantias destinadas a custear o sistema previdenciário, está previsto no artigo 194, inciso V, da Constituição Federal, sendo um princípio específico de aplicação irrestrita.

Deste modo, o princípio supracitado é mostrado no sentido de que somente contribuirão nas mesmas proporções àqueles que forem possuidores de condições econômicas favoráveis de acordo com a equivalência.

Este princípio consiste no fato de toda a sociedade, sem nenhuma forma de distinção, contribuir para a Seguridade Social, independentemente de se beneficiar de todos os serviços por ela disponibilizados.

A solidariedade fica em evidência quando estamos diante dos benefícios

elencados na assistência social, pois estes são designados para as pessoas de baixa renda, ou seja, pessoas hipossuficientes. Os benefícios que tem por finalidade o assistencialismo são distribuídos conforme as necessidades pessoais de cada um, por óbvio, em consonância com o dispositivo da lei.

A solidariedade se manifestará de forma distinta, pois se caracterizará através do financiamento de gerações, ou seja, uma geração ativa ao contribuir para a previdência social estará sempre custeando as gerações passadas, que estarão inativas, e assim, sucessivamente.

Aposentadorias

A aposentadoria é uma das formas mais importantes de dar segurança ao indivíduo que se encontra no direito trabalhista do país, sobretudo porque visa amparar e trazer estabilidade àqueles que já possuem idade avançada ou não possuem mais condições de estarem em atividade, a fim de salvaguardar o indivíduo que se encontra em situação de vulnerabilidade social.

O direito à aposentadoria está disciplinado na CLT, na qual poderá ser concedida por diversas formas, a depender do preenchimento de requisitos específicos inerentes a cada uma delas, bem como poderá ser remunerada conforme as condições do segurado.

É obrigatório que todo trabalhador que possui remuneração formal contribua com a Previdência Social, para que no futuro sua contribuição se reverta em remuneração na garantia de aposentadoria.

Conforme dispõe a legislação trabalhista brasileira, existem quatro tipos de aposentadoria, sendo estas: a aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria por idade, aposentadoria por invalidez e a aposentadoria especial.

A aposentadoria por tempo de contribuição, antes denominada por tempo de serviço, é um benefício que não ocorre de forma independente, em regra homens que contribuíram com a Previdência por 35 anos ou mais, e mulheres que também o fizeram por 30 anos ou mais, possuem direito de se aposentar por tempo de contribuição, sem necessidade de idade mínima, porém há a aplicação do fator previdenciário para quem se aposenta muito jovem, tal fator gera a diminuição do valor do benefício mesmo que o segurado tenha contribuído pelo tempo exigido.

O benefício da aposentadoria por idade será devido, de acordo com o

estabelecido pelo artigo 48 da Lei de Benefícios, aos segurados do sexo masculino que possuam 65 (sessenta e cinco) anos de idade, e aos segurados do sexo feminino com 60 (sessenta) anos de idade, desde que tenham feito prévio requerimento no período mínimo de 180 (cento e oitenta) contribuições mensais, conforme artigo 25, inciso II, desta mesma lei.

Nota-se que a aposentadoria de forma integral é de difícil concessão, pois no fator previdenciário será levado em consideração não só a idade e o tempo de contribuição, mas também a expectativa de vida, assim, mesmo que o segurado tenha contribuído por tempo necessário, se sua idade for menor daquela prevista na norma, a sua expectativa de sobrevida será alta, sendo aplicado o fator previdenciário, que reduzirá o *quantum* do salário do benefício.

Desaposentação

A desaposentação consiste na abdicação de uma aposentadoria vigente para que, levando em consideração e computando a contribuição previdenciária feita posteriormente à Previdência, seja concedida nova aposentadoria mais favorável. Os novos cálculos do provável novo benefício, de acordo com as contribuições já vertidas à Previdência, é capaz de aumentar a renda do requerente.

A aposentadoria do cidadão deveria ser um estágio da vida para que o aposentado descanse da rotina pesada de anos de trabalho. A CF tem como fundamento a valorização do labor, porém, o descanso não é a realidade da maioria dos brasileiros que se aposentam. O baixo valor da renda obtida através da aposentadoria faz com que retornem ao trabalho remunerado para complementação da renda.

Nos dias de hoje, a proteção aos aposentados que voltam ao labor, não condiz com o princípio de justiça social que rege a Previdência, pois, se os trabalhadores continuam a contribuir com a Previdência mesmo após sua aposentadoria, porque não reverter tais contribuições em favor do aposentado?

A desaposentação seria a medida viável diante dos aposentados que possuem a necessidade de voltar a laborar, pois se trata de uma renúncia à aposentadoria já concedida pela Previdência, para que, em seguida, seja possível a concessão de uma nova aposentadoria, incluindo em seu cálculo, as novas contribuições revertidas para o RGPS, posteriormente ao retorno do aposentado ao trabalho, acarretando

uma aposentadoria mais vantajosa e benéfica ao aposentado.

Assim, o objetivo constitucional do pagamento da remuneração obtido após a concessão da aposentadoria, não vem sendo cumprido, pois não é suficiente para uma sobrevivência digna, no momento da vida em que o aposentado necessita de descanso e disponibilidade para cuidados relativos à saúde.

É de grande necessidade, que depois de conceituado o instituto da desaposentação seja apresentado argumentações jurídicas e principiológicas que dão base a corrente contrária à desaposentação, assim como o posicionamento do INSS ao entender ser inviável tal instituto.

Um dos argumentos contrários trata-se do caráter alimentar das verbas pagas a título de aposentadoria, sendo irrenunciável e, ao dispensar a aposentadoria, o segurado estaria abrindo mão de uma renda importante para arcar com suas despesas básicas.

Desse modo, devemos enxergar a renúncia ao benefício concedido inicialmente, como uma forma que se mostra apta a evolução financeira do requerente, pois, o postulante não renunciará ao benefício para deixar de ter uma renda, e sim para obter renda maior.

Ainda neste contexto, a autarquia previdenciária se defende sustentando que a volta do aposentado ao mercado de trabalho o insere na categoria de segurado obrigatório, pois suas contribuições, até então vertidas seriam exigidas em decorrência do princípio da solidariedade, sendo legítimo cobrar contribuições previdenciárias dos aposentados que trabalham e não lhes oportunizar a cobertura previdenciária quando necessitarem, não sendo exigida nenhuma contraprestação do INSS.

Alguns doutrinadores correlatavam que o instituto acarretaria um forte abalo financeiro aos cofres públicos. Diante de tal tese, foram deixados de lado todos os demais pontos caracterizadores do instituto em análise; tais como: os princípios constitucionais garantidores de uma vivência digna, o necessário contrapeso de prestações entre a Previdência Social e o Segurado, o solidarismo ou mutualismo, bem como o direito à dignidade da pessoa humana.

A desaposentação sempre foi um instituto jurídico muito polêmico, por tal motivo, surgiram com o tempo, diversas ações judiciais, cujo objeto era requerer o alcance da desaposentação; nas quais os indivíduos que já haviam se aposentado

permaneceram contribuindo por meio da continuidade da atividade laboral, assim contribuindo para o custeio da Previdência.

Apesar de o Superior Tribunal de Justiça firmar seu posicionamento em favor do instituto em estudo, sustentando a viabilidade da desaposentação, e confirmando as teses de inexistência do dever de devolução das remunerações já percebidas, no que se refere ao Supremo Tribunal Federal não se pode dizer o mesmo, pois em 26 de outubro de 2016, em julgamento aos Recursos Extraordinários 381367, 661256 e 827833, a Suprema Corte julgou pela inconstitucionalidade do instituto

Nota-se que o fato de que o instituto em análise é de grande relevância; a discussão acerca de sua legalidade adequou-se aos requisitos que indicam os contornos da repercussão geral. Assim, o conflito a respeito da desaposentação adentrou-se num contexto de grande importância nacional.

Num contexto nacional, a decisão concretizada no recurso extraordinário em comento pôs fim às expectativas e argumentações no âmbito previdenciário, assim como nas aproximadas 182.000 (cento e oitenta e duas mil) ações judiciais cujo intuito seria a obtenção da desaposentação.

Conclusão

A legislação previdenciária criou vários benefícios, sendo o principal a aposentadoria, visando garantir o sustento necessário em casos de incidentes fortuitos ou de força maior, ou até mesmo por conta da idade; ocorre que diante da situação econômica precária, o aposentado se vê obrigado a retornar ao trabalho.

Mesmo retornando ao trabalhando e voltando a contribuir junto ao RGPS, tais contribuintes não possuem direito aos benefícios colocados à disposição pela Previdência, pois nos termos do art. 18, §2º, da Lei 8.213/91, só é garantido para tais casos o salário-família e a reabilitação profissional.

Tal instituto possui por sua vez vários posicionamentos favoráveis e desfavoráveis, gerando intenso debate, pois conforme estudado, o instituto não possui previsão legal, dando margem a entendimentos doutrinários e jurisprudenciais a respeito.

Ocorre que o INSS por sua vez entende que tal instituto se torna inviável, pois não possui autorização legal, violando o princípio da legalidade, bem como a renúncia feita pelo segurado feriria ao ato jurídico perfeito, que em tese seria a

concessão da primeira aposentadoria.

Mas é descabido tal argumento, porque a única renúncia que não poderia ocorrer, seria a renúncia do contribuinte em pleitear seus direitos, tendo em vista que continuou contribuindo junto ao RGPS e, portanto merece obter uma contraprestação.

Nos dias de hoje, a proteção aos aposentados que voltam ao labor, não condiz com o princípio de justiça social que rege a Previdência, pois, se os trabalhadores continuam a contribuir com a Previdência mesmo após sua aposentadoria, por que não reverter tais contribuições em favor do aposentado?

Para resolver tal questão, se posicionou o Supremo Tribunal Federal em 26 de outubro de 2016, em julgamento aos Recursos Extraordinários 381367, 661256 e 827833, julgando pela inconstitucionalidade do instituto, com o fundamento de que, diante da atual situação econômica do país, a desaposentação poderia gerar um enorme prejuízo aos cofres públicos. Tal entendimento se firmou para as ações que se mantinham suspensas no judiciário até o julgamento, sendo que para as demandas em que os juízos *a quo* já haviam decidido a favor da desaposentação, o STF não se manifestou à respeito, pois a princípio, levantou-se a hipótese de que seria possível a aplicação do instituto, desde que o aposentado restituísse as verbas já percebidas à título de aposentadoria, neste sentido, o STF se manteve omissos. No que concerne ao argumento de *déficit* financeiro aos cofres públicos, este não deve prosperar, visto que, o acréscimo ao valor da nova aposentadoria será custeado pelas próprias novas contribuições do aposentado.

Outro ponto, é que: a Seguridade Social possui diversas fontes de custeio, assim não há que se falar em desequilíbrio financeiro. Se levarmos em consideração o fato de que, se quanto maior for o número de contribuintes, melhor será para a Previdência, qual seria o motivo do desequilíbrio econômico e financeiro?

Acredita-se que todo o tipo de participação previdenciária deva ser considerada, pois não é justo que somente as contribuições sejam regulamentadas, e, em troca a Previdência não ofereça nenhum tipo de contraprestação ao aposentado.

Neste sentido, as verbas já percebidas pelo aposentado possui caráter alimentar, sendo desnecessário o ressarcimento das mesmas, pois já haverá uma compensação financeira e a expectativa de vida do segurada será menor, ademais os

efeitos da renúncia são *ex nunc*, ou seja, tem efeito a partir do pedido de desaposentação para frente.

Referências Bibliográficas

ALENCAR, Hermes A. **Desaposentação** – E o instituto da “Transformação” de Benefícios Previdenciários do Regime Geral de Previdência Social. São Paulo: Grupo Conceito, 2011.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **STF considera inviável recálculo de aposentadoria por desaposentação sem previsão em lei.** Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=328199>>. Acesso em 03 jul. 2017.

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. **Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.** Diário Oficial da União, publicado em 25/07/1991, republicado em 11/04/1996 e republicado em 14/08/1998. Brasília, Distrito Federal, 24 de julho de 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm>. Acesso em: 18 fev. 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** promulgada em 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 18 fev. 2017.

BRASIL. Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999. **Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3048.htm>. Acesso em: 18 fev. 2017.

IBRAHIM, Fábio Z. **Desaposentação** - O caminho para uma melhor aposentadoria. Rio de Janeiro: Impetus, 2011.

KERTZMAN, Ivan. **Curso Prático de Direito Previdenciário.** Salvador: JusPodivm, 2005.

LADENTHIN, Adriane B. C.; MASOTTI, Viviane. **Desaposentação** - Teoria e Prática. Curitiba: Juruá, 2010.

MARCELO, Fernando V. **Desaposentação** - Manual Teórico e Prático. São Paulo: Mizuno, 2012.

MARTINS, Sérgio P. **Direito da Seguridade Social.** 24ª edição. São Paulo: Atlas, 2007.

TORRES, Fábio C. Dell'Amore. **Princípios da seguridade social.** Disponível em: <<http://www.ambito->

juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11219&revista_caderno=20>. Acesso em: 03 mar. 2016.

PSICOLOGIA

Automutilação na adolescência: uma revisão sistemática da literatura

Self-Shake in Adolescence: A Systematic Review of the Literature

Clea Ferreira Soares¹
Julia Silvana de Souza Santos²
Jéferson da Silva Machado³
Mirella Martins Justi⁴

RESUMO

A automutilação na adolescência vem despertando, a nível mundial, muita preocupação, uma vez que o impacto da mídia e o fácil acesso a recursos tecnológicos intensifica, ainda mais, esse comportamento. Assim, o presente trabalho objetivou compreender os fatores associados a condutas de automutilação em adolescentes, como uma proposta de unir conhecimentos na área, alinhar e fundamentar o conceito teórico por meio de estudo bibliográfico sistemático. Para elaboração dos resultados e discussão, foram considerados somente estudos de caso e estudos transversais epidemiológicos, buscando compreender os fatores psicopatológicos que podem ser determinantes para o desencadeamento de tal ato e sua relação com a saúde mental.

Palavras-Chave: Adolescente, Automutilação, Saúde Mental.

ABSTRACT

Self-mutilation in adolescence has been raising worldwide concern, since the impact of the media and easy access to technological resources further intensifies this behavior. Thus, the present study aimed to understand the factors associated with self - mutilation behaviors in adolescents, as a proposal to unite knowledge in the area, to align and to base the theoretical concept through a systematic bibliographic study. For the elaboration of the results and discussion we considered only case studies and epidemiological cross - sectional studies seeking to understand the psychopathological factors that may be determinant for the triggering of such an act, its relation with mental health.

Key words: Adolescent, Self Mutilation, Mental Health.

Introdução

O período de transição da infância à vida adulta é complexo, envolve aspectos biológicos e psicológicos que, por si só, pressupõem uma violência psíquica interna. Todas as mudanças, tanto externas quanto internas, com as quais o adolescente se vê confrontado fazem com que se encontre em um verdadeiro estado de desamparo emocional (CARDOSO; DEMANTOVA; MAIA, 2016). Esses sentimentos ainda podem

¹Acadêmica do 8º termo do curso de Psicologia no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba-SP.

²Acadêmica do 8º termo do curso de Psicologia no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba-SP.

³Psicóloga, Doutorado (em andamento) em Psicologia Social, Mestre Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, Docente do Curso de Psicologia do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba.

⁴Dentista, Mestre em Dentística Restauradora, Docente do Curso de Psicologia do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba.

estar ligados a múltiplas fontes traumáticas (DRIEU; PROIA-LELQUEY; ZANELLO, 2011).

A probabilidade de envolvimento em comportamentos de risco aumenta durante a adolescência. Maia e Willians (2005) destacam que, nessa etapa da vida, pode ocorrer uma desordem emocional ou comportamental, que modifica ou altera a resposta pessoal para algum risco físico e psicológico, o qual poderá resultar em indícios de automutilação nos adolescentes. No campo da psicopatologia, a automutilação é um impulso (ou compulsão), seguido de comportamento de autolesão voluntária. Os profissionais desta área baseiam-se nos sinais e sintomas identificados no paciente e relacionam-nos com um sistema de classificação de doenças; atualmente, no Brasil, os mais utilizados são a CID10 da Organização Mundial de Saúde e o DSM- IV/V da *American Psychiatric Association* (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2016).

O comportamento autolesivo apresenta crescente evidência no campo científico nos últimos tempos. Um estudo transversal comparou as características sociodemográficas e as características clínicas de 40 prontuários de indivíduos que se automutilam: desses, 36 (90%) referiram ter vivenciado algum evento traumático, sendo que a idade média de início da automutilação nestes pacientes foi por volta dos 17 anos (DP: $\pm 9,5$ anos), ou seja na adolescência (GIUSTI, 2013).

O perfil de um adolescente que pratica comportamentos auto lesivos é determinado por perturbações a nível de psicopatologia geral como ansiedade, depressão, impulsividade e agressividade, estando associados a um diagnóstico psiquiátrico, sobretudo doença afetiva (GUERREIRO; SAMPAIO, 2013). Mesquita *et al.* (2011) salienta que o contexto familiar desempenha um papel preponderante na adoção destes comportamentos, sendo que um funcionamento familiar inadequado pode refletir em sintomas depressivos, aumentando o risco de envolvimento em tais comportamentos.

Assim, a abordagem desse tema vem despertando, mundialmente, muita preocupação, uma vez que o impacto da mídia e o fácil acesso a recursos tecnológicos intensifica ainda mais esse comportamento. Alguns dos jovens que vivenciam tal comportamento expõem, em diários virtuais, como se sentem em relação aos outros e a si próprios; quando compartilhados, tornam-se importantes fontes de incentivo. Portanto, é preciso aprofundar os estudos neste contexto,

preenchendo uma lacuna sobre tal comportamento (BRAGA; CAVALCANTE, 2016). Segundo Bussmann; Pretto (2017), estas reflexões poderão auxiliar no aprimoramento da forma de cuidado em saúde mental desses adolescentes, uma vez que estão voltadas a compreender os diversos fatores psicopatológicos envolvidos na motivação, bem como refletir sobre a clínica desses adolescentes, que tem peculiaridades próprias desta faixa etária. Diante do exposto, o presente trabalho objetiva compreender os fatores associados a condutas de automutilação em adolescentes, como uma proposta de unir conhecimentos na área, alinhar e fundamentar o conceito teórico.

Material e Método

O presente trabalho enquadra-se em um estudo bibliográfico sistemático; a coleta de dados foi realizada utilizando as bases de dados CAPES, *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e *Google Acadêmico*. A busca foi conduzida utilizando os relatores disponíveis nos Descritores de Ciências da Saúde (DeCS): Adolescente, Automutilação, Saúde Mental.

Os critérios de inclusão adotados foram artigos e periódicos que apresentassem, como tema principal, a automutilação na adolescência; trabalhos publicados entre 2010 e 2018; publicações em Língua Portuguesa. Para elaboração dos resultados e discussão, foram considerados somente estudos de caso e estudos transversais epidemiológicos, buscando compreender os fatores psicopatológicos que podem ser determinantes para o desencadeamento de tal ato e sua relação com a saúde mental. Estudos que não estão em conformidade com o assunto foram excluídos. Todo material obtido foi submetido à leitura cuidadosa e à análise apresentada de forma descritiva. A organização e a análise dos dados servirão como base para que seja realizada uma discussão fundamentada em resultados científicos.

Resultados e Discussão

A seguir estão apresentados os resultados obtidos na presente pesquisa; inicialmente se destacam os resultados de forma geral e, após, seguem os dados pormenorizados. Na busca eletrônica, foram selecionados 57 artigos como relevantes para o desenvolvimento do trabalho, sendo 5 deles disponíveis no periódico CAPES, 4 na BVS, 18 no SCIELO e 30 no *Google Acadêmico*. Após leitura

completa, 44 não se enquadravam nos critérios de inclusão, ou seja, apenas estudos de caso e estudos transversais epidemiológicos, cujos indivíduos de estudo tratavam-se de adolescentes com comportamento de automutilação, visando compreender os fatores determinantes para o desencadeamento de tal ato e sua relação com a saúde mental.

Desta forma, 13 artigos mostraram-se elegíveis para a elaboração dos resultados e discussão, dentre estes, seis eram estudos de casos individuais ou em grupo ((DRIEU; PROIA-LELQUEY; ZANELLO, 2011; BERNARDES, 2015; CARDOSO, 2015; DAMOUS; KLAUTAU, 2016; BUSSMANN; PRETTO, 2017; CARISSIMI, 2017) e 7 estudos transversais epidemiológicos (MESQUITA et al., 2011; RODRIGUES, 2015; GONÇALVES, 2016; ULBRICH et al., 2017; SILVA; SIQUEIRA, 2017; TRINCO; SANTOS; BARBOSA, 2017; TRINCO; SANTOS, 2017); todos descritos na Língua Portuguesa e publicados entre os anos de 2010 e 2017.

As tabelas 1 (a, b e c) a seguir apresentam os artigos selecionados, identificando o(s) autor(es), ano de publicação, objetivo, grupos ou indivíduos do estudo, atendimentos/ ou instrumentos para coleta de dados e conclusão.

Tabela 1a. Seleção de estudos de caso e estudos transversais epidemiológicos. Ano de publicação: 2011 a 2015.

Autor(es), Ano	Objetivo	Grupo/Indivíduo de estudo	Atendimentos/Instrumentos	Conclusão
Drieu; Proia-Lelquey; Zanello, (2011)	Discutir a dimensão paradoxal e o sentido intersubjetivo dos comportamentos suicidas e de risco no adolescente.	Uma adolescente de 14 anos que decidiu iniciar o trabalho terapêutico após internação devido a cortes e comportamentos anoréxicos. Dois irmãos, um de 11 e o outro de 13 anos, com dificuldades de comportamento e possível distúrbio <i>borderline</i> .	Os atendimentos foram realizados em uma clínica integrada a um Centro Médico-Psicológico para adolescentes.	Uma primeira ideia desses sintomas leva-nos ao interesse pelas consequências da puberdade, marcada pelo desligamento pulsional. Essa percepção dos distúrbios da adolescência e do cuidado parece-nos, cada vez mais, ligada às mudanças antropológicas que estão modelando o trabalho de construção do sujeito adolescente.
Mesquita et al., (2011)	Avaliar a prevalência de um conjunto de comportamentos autodestrutivos em adolescentes e analisar a relação das características do ambiente familiar com os sintomas.	408 adolescentes, com uma média de idade de 17,2 (DP=1,26) de três escolas que aceitaram participar do estudo, após reuniões de esclarecimento junto dos responsáveis.	Os instrumentos utilizados incluem um <i>checklist</i> relativo a comportamentos de automutilação e suicídio, um Inventário de Depressão para Crianças e Adolescentes, e um Questionário da História Familiar.	Os resultados revelam que 49 adolescentes (12.2%) já se feriram de forma intencional. Verificamos que os comportamentos autodestrutivos são frequentes, assinalando a adolescência como período crítico na sua manifestação. As características da família surgem relacionadas com o envolvimento em comportamentos autodestrutivos, tendo a relação com os pais maior influência.
Bernardes (2015)	Compreender os sentidos da automutilação para adolescentes que a praticam.	6 adolescentes na faixa etária de 12 a 17 anos do gênero feminino, que apresentaram comportamento de automutilação e são ou foram acompanhados pelo CAPs Infantil, Ambulatórios Gerais e Unidades de Saúde da cidade de Blumenau.	Os atendimentos foram realizados nos Ambulatórios Gerais das Unidades de Saúde. Como recurso metodológico utilizado, além do estudo de casos, foi realizada a entrevista em profundidade.	Como resultado, podemos entender a automutilação como um comportamento de perda de contato com o mundo, principalmente quando o adolescente depara-se com um ambiente ameaçador, não acolhedor e agressivo.
Cardoso (2015)	Investigar a qualidade do Eu-Pele e do investimento dos limites em adolescentes que se escarificam.	Adolescentes com histórico de escarificações, com idades entre 14 e 18 anos, sendo 3 sujeitos do sexo masculino e 7 do sexo feminino.	O método utilizado foi o clínico-qualitativo com estudos de caso, seguindo o modelo de grupo único. Foram utilizadas entrevistas semi-estruturadas, entrevistas clínicas e o método de Rorschach.	60% dos participantes demonstraram falhas nos processos de delimitação das barreiras entre dentro/fora, 40% demonstrou ter dificuldades opostas, por conta do excesso de investimento direcionado às barreiras que delimitam o espaço interno e externo, outro.

Tabela 1b. Seleção de estudos de caso e estudos transversais epidemiológicos. Ano de publicação: 2015 a 2017

Autor(es), Ano	Objetivo	Grupo/Indivíduo de estudo	Atendimentos/Instrumentos	Conclusão
Rodrigues (2015)	Explorar a relação entre funcionamento familiar, rejeição paterna e Comportamentos Autolesivos, bem como analisar a intencionalidade desses comportamentos.	Participaram neste estudo 384 adolescentes, 50,8% pertencentes ao sexo masculino e 49,2% pertencentes ao sexo feminino, com idades compreendidas entre os 14 e 20 anos de idade.	Os instrumentos de coleta foram a Escala de Coesão e Flexibilidade Familiar, Escala de Lembranças sobre Práticas Parentais, Inventário dos Comportamentos Auto Lesivos e o Questionário de Ideação Suicida.	Os resultados mostram que, do total dos adolescentes, 21,9% praticam comportamentos autolesivos, sendo a maioria do sexo feminino. A maioria dos adolescentes que possuem estes comportamentos têm igualmente ideação suicida. O funcionamento familiar, a percepção de rejeição paterna e a ocorrência de comportamentos autolesivos estão correlacionadas entre si.
Damous, Klautau (2016)	Examinar o conceito de trauma, incluindo a questão do desamparo e do excesso pulsional a partir de uma situação clínica de automutilação na adolescência.	Uma adolescente de 15 anos com cicatrizes de muitos cortes nos braços e nas coxas, causados por estilete, ato esse que iniciou por volta de 13 anos.	Os atendimentos foram realizados no ambulatório de saúde mental da rede pública por intermédio de uma agente comunitária de saúde que pertence à equipe de saúde da família.	Buscamos encontrar um valor mensageiro no ato impellido pela compulsão de cortar-se; nas entrevistas realizadas, foi possível notar o enorme vazio afetivo e de ligações associativas entre o que foi vivido e o que pôde ser simbolizado.
Gonçalves (2016)	Analisar o que dizem adolescentes de duas escolas (municipal e estadual) da rede pública de ensino da cidade de Uberlândia sobre as práticas de automutilação.	Os sujeitos participantes da pesquisa foram adolescentes (meninos e meninas) de turmas de 8º e 9º anos das escolas envolvidas, apresentando idades entre 13 e 17 anos.	O levantamento de informações foi realizado por meio de observações, aplicação de questionário, grupos de discussão direcionados aos adolescentes.	Concluímos que os dizeres dos alunos permitiram que tomássemos a automutilação como uma prática cujo sentido aciona noções como doenças, depressão, dor, sofrimento, prática de grupo, constituição da identidade e dos sujeitos adolescentes.
Bussmann, Pretto (2017)	Discutir sobre o significado dos cortes no corpo do adolescente, a partir da experiência de estágio realizada em uma Estratégia de Saúde da Família.	Uma adolescente de 15 anos que se cortava em momentos nos quais se sentia triste, frustrada ou até mesmo carente afetivamente.	Os atendimentos foram realizados em uma Estratégia de Saúde da Família – ESF localizada no interior do Rio Grande do Sul.	O presente estudo foi tecido em torno do problema “qual o significado dos cortes no corpo da adolescente”. Verificou-se, neste caso, que se cortar é a maneira encontrada pela jovem para dar vazão aos sentimentos e angústias, ou seja, ela se utiliza dos cortes como forma de anular a dor psíquica.
Carissimi (2017)	Refletir sobre a adolescência e as automutilações através do olhar da psicanálise.	Uma paciente de 12 anos com estrutura de base neurótica e casos de autoagressões.	O acompanhamento psicoterapêutico em clínica escola.	Conclui-se que as famílias buscam uma terapia medicamentosa; abordamos um pouco da visão psiquiátrica sobre esta “patologia”. A adolescência não pode ser calada ou banida, ela precisa ser entendida, ouvida e falada.

Tabela 1c. Seleção de estudos de caso e estudos transversais epidemiológicos. Ano de publicação: 2017

Autor(es), Ano	Objetivo	Grupo/Indivíduo de estudo	Atendimentos/Instrumentos	Conclusão
Ulbrich et al., (2017)	Descrever os motivadores da ideação suicida e a autoagressão em adolescentes.	Foram entrevistados 17 alunos com idade entre 11 e 18 anos, matriculados em uma escola privada na cidade de Pato Branco (PR).	Utilizou-se, para a coleta dos dados, um questionário contendo 16 perguntas fechadas e 2 abertas.	O comportamento autoagressivo e ideação suicida predominou no sexo feminino com 76,47%. Dentre os principais motivos que levaram a tal ato, destaca-se a mágoa ou raiva com 70,58%. Os adolescentes declararam que utilizam a autoagressão como mecanismo de fuga, onde este ato seria a exteriorização da dor que sentem na alma; é como se a angústia diminuísse com a dor física.
Silva, Siqueira (2017)	Caracterizar o perfil predominante de adolescentes envolvidos em casos de autolesão, identificados nas escolas estaduais de Rolim de Moura – RO.	Foram entrevistados alunos das escolas estaduais de ensino fundamental e médio; quantidade esta correspondente a 77,8% das escolas estaduais do município.	Para a coleta de dados, foi utilizada uma entrevista semiestruturada, com base em estudos e literatura pesquisada, contendo 25 questões abertas e fechadas.	Todas as escolas entrevistadas já se depararam com casos de autolesão entre seus alunos. A maioria dos casos ocorreram com meninas, em uma faixa etária de 12 a 15 anos, notaram-se mudanças no comportamento dos alunos quando passaram a praticar a autolesão.
Trinco, Santos, Baarbosa (2017)	Identificar as vivências dos pais dos adolescentes com idade entre os 13 e 18 anos com comportamento autolesivo.	Amostra de conveniência constituída por 38 pais de adolescentes com comportamento autolesivo.	Foi utilizada a entrevista semiestruturada com pais de adolescentes que ficaram internados no serviço de urgência de um hospital pediátrico.	Os resultados obtidos evidenciaram que esta situação provoca Sentimentos/Emoções ambivalentes nos pais que manifestaram o ensejo de falarem com o enfermeiro sobre o sucedido e poderem ter orientação de como lidar com o filho, mas, sobretudo, sem serem criticados/estigmatizados assim como o adolescente.
Trinco, Santos (2017)	Caracterizar os adolescentes com comportamento autolesivo que recorreram no serviço de urgência de um hospital pediátrico; categorizar os comportamentos autolesivos; identificar o motivo que levou ao comportamento autolesivo.	35 adolescentes com idade compreendida entre os 13 e os 17 anos.	Estudo de casos múltiplos, por meio de análise de entrevista aos pais que acompanharam o filho durante o internamento no serviço de urgência de um hospital pediátrico.	Meninas com uma média de idade de 15,5 anos são quem mais tem comportamentos autolesivos. As intoxicações medicamentosas são as que têm maior relevância, seguido das automutilações, sendo que 55% dos adolescentes referem que o motivo para o ato é o sofrimento psíquico em que se encontram; 39,5% referem disfunção familiar; a escola e as relações entre pares também aparecem como motivo para o ato.

Foi possível observar que estudos epidemiológicos neste âmbito são complexos, pois depende do tipo de amostra (estudos em instituições comunitárias ou em clínicas), bem como dos critérios de inclusão adotados. No que se refere à prevalência, esta parece ser bem diferente dentre os estudos epidemiológicos ora aqui observados; entretanto, quando se referem ao gênero, os estudos mostram semelhança, tendo uma maior prevalência do gênero feminino (MESQUITA et al., 2011; RODRIGUES, 2015; GONÇALVES, 2016; ULBRICH et al., 2017; SILVA; SIQUEIRA, 2017; TRINCO; SANTOS, 2017).

Um estudo feito com um total de 384 jovens de duas escolas públicas e uma escola semiprivada da área de Cascais, com idades compreendidas entre os 14 e os 20 anos, sendo que 195 sujeitos são do sexo masculino (50.8%) e 189 do sexo feminino (49.2%) relatou uma prevalência de tal comportamento em 21,9% dos adolescentes, sendo mais frequente em meninas (RODRIGUES, 2015). Já no estudo de Ulbrich et al. (2017), o comportamento de automutilação chegou a uma prevalência em 76,47% das meninas entrevistadas; tal comportamento parece ser mais prevalente em meninas com idade entre 12 a 15 anos.

Após leitura completa dos artigos selecionados, foi possível a organização e a análise dos dados por categorização de tema. Assim, observou-se a divisão de três categorias gerais, sendo: I) estudos que buscaram identificar o perfil e os principais comportamentos desencadeados por estes adolescentes (6); II) estudos cujo foco era identificar o papel da família de adolescentes que desencadearam tal comportamento (4); e III) estudos que buscaram compreender o significado da automutilação para os adolescentes (5). Aqui o total de artigos é maior que a quantidade dos selecionados na tabela acima, pois, às vezes, o mesmo texto abordava mais de um tema diferente. Além disso, a divisão por categorias é apenas didática, visto que elas estão em constante inter-relação e não se pode considerá-las isoladamente.

No que se refere aos principais comportamentos desencadeados por estes adolescentes, a maioria apresenta maior psicopatologia geral, tal como ansiedade, depressão, impulsividade e agressividade. Silva e Siqueira (2017) investigaram a autolesão em adolescentes encontrados em contexto escolar no município de Rolim de Moura - RO, com o objetivo de caracterizar o perfil predominante dos casos de autolesão identificados nestas escolas. As características e comportamentos

observados foram o uso de roupas com manga longa, uso de pulseiras, faixas, braceletes, etc. para esconder cortes e comportamentos de isolamento em adolescentes que emitiam o comportamento autolesivo. Mesquita et al. (2011) salientam ainda que os sintomas de humor depressivo e a qualidade do funcionamento familiar agravam a situação.

Observa-se ainda que tais atos ocorrem dentro das próprias instituições de ensino de forma individual (maioria) e em grupo. Assim, frente ao quadro de crescente ocorrência desse comportamento nas escolas, a presença de profissionais preparados nestas instituições é considerada um fator chave para a identificação e intervenção desses casos, dentro daquilo que pode ser desenvolvido pela equipe de orientação. Tendo como base comportamentos de risco e sua ocorrência, mostra-se necessária formação e instrução para esses profissionais e, impreterivelmente, suporte de psicólogos especializados que possam auxiliar no manejo com tais casos, para que se obtenha sucesso na intervenção junto a esses alunos (SILVA; SIQUEIRA, 2017).

Para Bernardes (2015), a automutilação pode estar associada como um comportamento de perda de contato com o mundo, principalmente quando a adolescente depara-se com um ambiente ameaçador, não acolhedor e agressivo. O comportamento de retroflexão surge, então, quando não se percebem novas formas de interação com o mundo. Existe uma busca das adolescentes por um lugar de visibilidade, um lugar de escuta e acolhimento. Os espaços e grupos que as adolescentes circulam, como família e escola, ou seja, onde ocorre a vida cotidiana, têm mostrado fragilidades na relação com elas.

Estudos que visam identificar o papel da família de adolescentes que desencadearam tal comportamento mostram que o contexto familiar desempenha um papel preponderante na adoção destes comportamentos, sendo que um funcionamento familiar inadequado pode refletir em sintomas depressivos, aumentando o risco de envolvimento em tais comportamentos, tendo a relação com os pais maior influência (MESQUITA et al., 2011; RODRIGUES, 2015, TRINCO; SANTOS; BARBOSA, 2017).

Buscando compreender o significado dos cortes no corpo do adolescente, Bussmann e Pretto (2017) realizaram um acompanhamento de uma adolescente que se cortava e concluiu que os cortes no corpo dos adolescentes têm diversos

significados, sendo que sua desestrutura familiar mencionada, a baixa autoestima, além de questões próprias da adolescência podem ser fatores que a levam a cortar-se.

Para Ulbrich et al. (2017), os principais motivos que levaram ou levariam os adolescentes à autoagressão, têm como causas principais: o sofrimento e/ou raiva, frustração ao longo da vida, solidão, ausência dos pais e influência dos amigos ao uso de álcool e drogas. Caríssimi (2017) salienta ainda que muitas vezes as famílias buscam uma terapia medicamentosa para esta manifestação para poder dialogar com a psiquiatria e abordar um pouco da visão psiquiátrica sobre esta “patologia” e o que algumas pesquisas recentes concluiriam. A adolescência, em suas manifestações, não pode ser calada ou banida; ela precisa ser entendida, ouvida e falada.

A partir de uma situação clínica de automutilação na adolescência, Damous e Klatau (2016) salientam que o trauma, somado à questão do desamparo e do excesso hormonal, agrava ainda mais a compulsão pelo ato de cortar-se. Drieu, Proia-Lelquey e Zanello (2011) corroboram com essa análise, uma vez que o corpo do adolescente é, muitas vezes, objeto de sofrimento intenso, isso ligados a múltiplas fontes traumáticas reveladas pela puberdade também aumentariam a prevalência de tais atos na adolescência.

Assim, retomado os critérios de análise, pode-se afirmar que estes foram suficientes para o desenvolvimento do trabalho e que o mesmo pode servir como fonte de consulta brasileira para a realização de futuras pesquisas. No entanto, faz-se necessário avaliar a forma de estudar o fenômeno para chegar a conclusões mais ampliadas, com ações preventivas, visando, a longo prazo, verificar a redução de casos de adolescentes que se automutilam.

Conclusão

Tendo em vista o crescente número de casos de automutilação em adolescentes no Brasil, conclui-se que a contribuição de estudos clínicos e epidemiológicos é modesta. Desta forma, o presente estudo tem papel relevante, especialmente em estratégias de prevenção e tratamento. Constatou-se ainda que o número de estudos os quais relacionam a conduta de automutilação a fatores neuropsicológicos e sugerem possíveis intervenções do profissional psicólogo são

ainda menores. Isso decorre do fato de que a automutilação é um tema de difícil estudo, visto que os indivíduos os quais apresentam esse tipo de conduta não são facilmente identificados, e quando o são, o diagnóstico adequado no âmbito clínico é complexo. Assim, faz-se necessário mais estudos neste contexto, delimitando a melhor forma de aprofundar-se neste fenômeno, para chegar a conclusões mais ampliadas e sugerir intervenções significativas.

Referências Bibliográficas

- BERNARDES, S. M. **Tornar-se (in) visível: um estudo na rede de atenção psicossocial de adolescentes que se automutilam**. 2015. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/135810>>. Acesso em: 02 abril de 2018.
- BRAGA CAVALCANTE, J. Redes de depressão e cutting no cenário jovem alternativo: uma contribuição sociológica acerca da automutilação. In: **Versão online. VIII Congresso Português de Sociologia**. Vol. 28. 2016. Disponível em: <http://www.academia.edu/8503752/Redes_de_depressao_e_cutting_no_cenario_jovem_alternativo_uma_contribuicao_sociologica_acerca_da_automutilacao>. Acesso em: 02 abril de 2018.
- BUSSMANN, C. E.; PRETTO, B. relato de experiência: percepção acerca do significado dos cortes no corpo do adolescente. **Revista Destaques Acadêmicos**, v. 9, n. 3, p. 168-185, 2017.
- CARDOSO, B. C. C. **A escarificação na adolescência: a problemática do eu-pele a partir do Rorschach**. 2015. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia (IP) da Universidade de Brasília (UnB). Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/20593>>. Acesso em: 02 abril de 2018.
- CARDOSO, M. R.; DEMANTOVA, A. G.; MAIA, G. D. C. S. Corpo e dor nas condutas escarificatórias na adolescência. **Estudos de Psicanálise**, n. 46, p. 115-123, 2016.
- CARISSIMI, A. C. B. **O enigma da adolescência e automutilações na dança da vida**. 2017. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/168631>>. Acesso em: 02 abril de 2018.
- DAMOUS, I; KLAUTAU, P. Marcas do infantil na adolescência: automutilação como atualização de traumas precoces. **Tempo psicanalítico**, v. 48, n. 2, p. 95-113, 2016.
- DRIEU, D.; PROIA-LELOUEY, N.; ZANELLO, F. Ataques ao corpo e traumatofilia na adolescência. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, v. 14, n. 1, p. 09-20, 2011.

GIUSTI, J. S. **Automutilação: características clínicas e comparação com pacientes com transtorno obsessivo-compulsivo**. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5142/tde-03102013-113540/en.php>>. Acesso em: 02 abril de 2018.

GONÇALVES, J. N. **“Vocês acham que me corto por diversão?” Adolescentes e a prática da automutilação**. 2016. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/20878>>. Acesso em: 02 abril de 2018.

GUERREIRO, D. F.; SAMPAIO, D. Comportamentos autolesivos em adolescentes: uma revisão da literatura com foco na investigação em língua portuguesa. **Revista portuguesa de saúde pública**, v. 31, n. 2, p. 213-222, 2013.

MAIA, J. M. D.; WILLIAMS, L. C. A. Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão da área. **Temas em psicologia**, v. 13, n. 2, p. 91-103, 2005.

MESQUITA, C.; RIBEIRO, F.; MENDONÇA, L.; MAIA, A. Relações familiares, humor deprimido e comportamentos autodestrutivos em adolescentes. **Revista de Psicologia da Criança e do Adolescente**, p. 97-109, 2011.

OLIVEIRA, T. A.; ARAÚJO, M. A. **Automutilação do corpo entre adolescentes: um sintoma social ou alerta de transtorno mental?** 2016. Monografia. Faculdade Bahiana de Medicina. Disponível em: <<http://www7.bahiana.edu.br/jspui/handle/bahiana/326>>. Acesso em: 24 abril de 2018.

RODRIGUES, J. R. **Funcionamento familiar e percepção de rejeição paterna: Influência na ocorrência de comportamentos autolesivos na adolescência**. 2015. Tese de Doutorado. Instituto Universitário das Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida. Disponível em: <<http://repositorio.ispa.pt/handle/10400.12/4533>>. Acesso em: 24 abril de 2018.

SILVA, M. F. A.; SIQUEIRA, A. C. O perfil de adolescentes com comportamentos de autolesão identificados nas escolas estaduais em Rolim de Moura-RO. **Revista Farol**, v. 3, n. 3, p. 5-20, 2017.

TRINCO, M. E. D.; SANTOS, J. C.; BARBOSA, A. Vivências e necessidades dos pais no internamento do filho adolescente com comportamento autolesivo. **Revista de Enfermagem Referência**, n. 13, p. 115, 2017.

TRINCO, M. E.; SANTOS, J. C. O adolescente com comportamento autolesivo sem intenção suicida no internamento do serviço de urgência de um hospital pediátrico da região centro. **Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental**, n. SPE5, p. 63-68, 2017.

ULBRICH, G. D.; OSELAME, G. B.; OLIVEIRA, E. M.; NEVES, E. B. Motivadores da ideação suicida e a autoagressão em adolescentes. **Adolescência e Saúde**, v. 14, n. 2, p. 40-46, 2017.

Desenvolvimento da Identidade, Autonomia e Cooperação na Educação Infantil

Development of Identity, Autonomy and Cooperation in Early Childhood Education

Renata Jodas Tafner¹
Joicimar Cristina Cozza²
Ani Caroline Romero³

RESUMO

O presente trabalho relata a importância dos Espaços Educadores na Educação Infantil como instrumento auxiliar do desenvolvimento moral e autônomo, além da identidade e cooperação, através da ludicidade e do concreto, das crianças dos Maternais 1 e 2, de dois a quatro anos, dos períodos matutino e vespertino, da Rede Municipal de Educação Básica, na região da alta noroeste do estado de São Paulo, Brasil. A pesquisa possibilita perceber que o bom planejamento e organização dos espaços educativos na Educação Infantil contribuem visivelmente para desenvolver e ampliar habilidades e competências das crianças, favorecendo o Desenvolvimento de sua Identidade, Autonomia e capacidade de Cooperação. **Palavras-chave:** Educação Infantil; Espaço Educador; Desenvolvimento; Autonomia; Identidade; Cooperação

ABSTRACT

This paper reports on the importance of Educational Spaces in Child Education as an auxiliary tool for moral and autonomous development, as well as the identity and cooperation, through playfulness and concrete, of Maternal 1 and 2 children, from two to four years, from periods morning and evening, from the Municipal Network of Basic Education, in the high northwest region of the state of São Paulo, Brazil. The research makes it possible to perceive that the good planning and organization of educational spaces in Child Education visibly contribute to develop and expand children's abilities and competences, favoring the Development of their Identity, Autonomy and Cooperation capacity.

Keywords: Infant Education; Space Educator; Development; Autonomy; Identity; Cooperation

Introdução

Este estudo abordou os temas identidade, autonomia e cooperação na Educação Infantil, enfatizando espaços que favorecem o desenvolvimento da criança e suas múltiplas linguagens em crianças de 0 a 3 anos que estão inseridas no Educação Infantil regular da Rede Municipal em um município da Alta Noroeste Paulista.

¹ Professora do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba, Pedagoga, Doutora em Ciências da Educação (UNIGRAN).

² Professora do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba, Psicóloga, Mestre em Medicina Preventiva (FMUSP), com ênfase em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas à Saúde.

³ Professora da UNIGRAN - Universidade Gran Assunción, Mestre em Ciências.

[...] quanto maior for a afetividade que as permeia e o espaço para as diversas manifestações das crianças, mais possibilidades essas interações terão de se enriquecer e de contribuir na construção da autonomia, da autoconfiança e na capacidade de cooperar desses sujeitos. (FARIA; SALES, 2007, p. 47)

Esta discussão iniciou-se a partir da perspectiva de olhares e leituras acerca da importância da organização dos espaços e como estes promovem saberes diversos na criança da instituição de Educação Infantil.

Dados os olhares para a organização dos espaços educativos, voltou-se o foco deste estudo para como, quando e onde são promovidos saberes inerentes à promoção da autonomia, identidade e socialização da criança, tendo o espaço como segundo educador.

Cada vez mais, no cenário educacional brasileiro, a Educação Infantil, etapa inicial da Educação Básica (art. 29 da LDBEN)⁴, recebe olhares e construções específicas sobre a primeira infância. O intuito, ao promover a discussão em torno do desenvolvimento da autonomia, é suscitar indagações e, de certo modo, contribuir um pouco mais acerca destas discussões, até mesmo porque as crianças pequenas merecem esta atenção a respeito das especificidades da infância e suas peculiaridades.

Segundo Barbosa (2009, p. 8),

As pesquisas no campo educacional sobre a pedagogia para a educação de bebês e crianças bem pequenas em ambientes coletivos e formais são recentes no país e quase inexistem publicações que abordem diretamente a questão curricular nesse primeiro nível da educação básica. Geralmente as legislações, os documentos, as propostas pedagógicas e a bibliografia pedagógica privilegiam as crianças maiores e têm em vista a adaptação da educação infantil ao modelo convencional que orienta os sistemas educacionais no país.

A concepção abordada aqui em relação à organização dos espaços e suas possibilidades de aprendizado, parte do princípio de que estas crianças, frequentadoras destes ambientes, realizam diversas e significativas mudanças nestes espaços, produzindo culturas.

Para tal propósito, buscaram-se subsídios teóricos nas documentações legais inerentes à Educação Infantil: Parâmetros Básicos de Infraestrutura para

⁴ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1.996.

Instituições de Educação Infantil (2006); Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (2006); Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças (2009a); Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (1998); Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009b) e Indicadores de Qualidade na Educação Infantil (2009c), no intuito de buscar considerações sobre a importância da organização dos espaços e autonomia da criança.

O objetivo geral deste estudo é analisar as situações de desenvolvimento da autonomia principalmente, além da valorização da identidade e consequente socialização da criança de dois a três anos de idade, tendo, como elemento fundamental do processo, o espaço educador. Ao definir espaço educador enquanto ambiente de aprendizagem, Forneiro (1998, p. 232) diz:

Quando entramos em uma escola, as paredes, os móveis e a sua distribuição, os espaços mortos, as pessoas, a decoração, etc., tudo nos fala do tipo de atividades que se realizam, da comunicação entre os alunos(as) dos diferentes grupos, das relações com o mundo externo, dos interesses dos alunos(as) e dos professores(as).

As (re)organizações nos espaços escolares da instituição de Educação Infantil podem desenvolver e possibilitar avanços no desenvolvimento da autonomia na criança até três anos de idade, faixa etária que está em foco neste estudo (alunos dos Maternais 1 e 2). No entanto, tais mudanças precisam acontecer a partir de ações dos adultos que ali trabalham, sendo que estes ainda necessitam de maiores aprofundamentos sobre a referida temática e, às vezes, até mais empenho em buscar assimilar as mudanças e valerem-se delas para aprimorar sua prática.

O Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil - RCNEI (BRASIL, 1998, p. 69) destaca:

O espaço da educação infantil deve propiciar condições para que as crianças possam usufruí-lo em benefício do seu desenvolvimento e aprendizagem. Para tanto, é preciso que o espaço seja versátil e permeável à sua ação, sujeito às modificações propostas pelas crianças e pelos professores em função das ações desenvolvidas. Deve ser pensado e rearranjado considerando as diferentes necessidades de cada faixa etária, assim como os diferentes projetos e atividades em que estão sendo desenvolvidos.

A abordagem desta pesquisa é caracterizada como qualitativa, visto que foi realizada uma revisão bibliográfica dos principais autores e estudos acerca da

importância da organização dos espaços visando à promoção da autonomia, cooperação e identidade da criança, analisando as principais documentações e legislações do MEC (Ministério da Educação e Cultura).

Experiências Educativas no âmbito da Educação Infantil

A necessidade e intensidade em torno dos estudos, acumulação das experiências educativas no âmbito da Educação Infantil, demonstram, em alguma medida, a representação de décadas do movimento nacional em torno da definição das orientações educativas para as crianças de zero a cinco anos de idade. Tais orientações têm também marcos legais que contribuíram e ainda contribuem para respaldar o trabalho pedagógico em torno da primeira etapa da Educação Básica. Dentre alguns dos marcos mais importantes para a Educação Infantil, destacam-se:

- a) Constituição Federal - CF de 1988, que reconhece a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica.
- b) Lei n.º 8.069 de 13/07/1990 – Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).
- c) Lei n.º 9.394 de 20/12/1996 – Dispõe sobre Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).
- d) Resolução CNE/CEB n.º 5 de 17/12/2009 fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

Assim, a Educação Infantil, nos dias atuais, é também processo significativo de mudanças e renovações de entendimento em torno do que significa cuidar e educar de crianças de zero a cinco anos. Mas quem é essa criança da qual se fala? Como se pode corrigir discursos e ideias em torno do “ser” criança nos dias atuais?

De acordo com o art. 4º da Resolução CNE/CEB n.º 5 (BRASIL, 2009, p. 1):

[...] a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e sociedade, produzindo cultura.

Muitas têm sido as demandas teóricas e práticas sobre a compreensão do significado atual e contínuo do ser criança e todas as implicações morais, afetivas, cognitivas e legais que existem em torno destes pressupostos.

Não é possível deixar de admitir que essas demandas exigem continuidade no processo de reflexão e debate coletivo, no sentido de apoiar e orientar a tomada de decisões, tanto direta como indiretamente, que definem o trabalho em torno do fazer específico da Educação Infantil.

No Brasil, uma pedagogia da Educação Infantil que garanta o direito à infância e a melhoria contínua de condições de vida para todas as crianças (pobres, ricas, indígenas, negras, brancas, meninos e meninas, portadoras de necessidades especiais), deve prever, necessariamente, diante da diversidade cultural e, por que não, de organização dos espaços, atendimento a uma gama de interesses da sociedade, das famílias e, prioritariamente, das crianças, observando as especificidades de cada faixa etária a fim de possibilitar identidade pessoal e coletiva e sentimento de pertencimento.

Assim, uma pedagogia para a Educação Infantil faz-se no espaço e no modo como este é concebido pelos adultos que ali também se inserem; e este espaço respalda e consolida a pedagogia, a crença e ideais propostos acerca da infância e criança.

Crê-se no espaço e suas potencialidades, na medida em que este é pensado, formulado, organizado e construído junto às crianças. Pensando a partir desta premissa, deve-se selecionar, dentro dos limites dos espaços e tempo que o momento comporta, buscando objetivos propostos a serem atingidos, retomando as referências e deliberações definidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI – (BRASIL, 2009), relativas às propostas pedagógicas e seus fundamentos, embasados em caráter mandatório:

I – As propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil devem respeitar os seguintes fundamentos norteadores:

- a) Princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum;
- b) Princípios políticos dos direitos e deveres de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.
- c) Princípios estéticos da sensibilidade, criatividade, ludicidade e diversidade de manifestações artísticas e culturais.

Neste sentido, ratifica-se o reconhecimento da especificidade da Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, cuja função sustenta-se no

respeito aos direitos fundamentais das crianças e, sobretudo, na garantia de uma educação e formação integral, integrando os aspectos cognitivos, linguísticos, social, afetivo e cultural.

O arranjo espacial deve estar coerente com a proposta pedagógica, entendendo o ambiente como recurso planejado para o desenvolvimento.

Segundo Oliveira (2011, p.197): *Não basta organizar a sala em cantinhos, se nela persistir uma pedagogia centrada nas instruções do professor.*

Os Cantos de Aprendizagem, também chamados de Temáticos ou de Atividades Diversificadas são arranjos espaciais pensados e montados pelos professores com participação ativa dos alunos.

Tem sido muito valorizada a organização de áreas de atividade diversificada, os "cantinhos"- da casinha, do cabeleireiro, do médico e do dentista, do supermercado, da leitura, do descanso - que permitem a cada criança interagir com pequeno número de companheiros, possibilitando-lhes melhor coordenação de suas ações e a criação de um enredo comum na brincadeira o que aumenta a troca e o aperfeiçoamento da linguagem. (OLIVEIRA, 2005, p. 195).

Constituem-se importante ferramenta de interação e saberes simbólicos para a criança, pois na primeira infância, as crianças trazem, como característica principal, a intensidade de suas atividades motoras, o seu mundo simbólico e lúdico com muita imaginação.

Nessa faixa etária então, seus movimentos trar-lhe-ão muitas impressões – positivas ou negativas – tais marcas, dependem exclusivamente do oferecimento dos estímulos ofertados. É preciso conceber práticas que integrem o cognitivo e o motor, nas quais a criança não permaneça estática, imóvel, pois ambos devem interagir.

Essa ideia deve ser trabalhada e desenvolvida com recursos, brinquedos e, sobretudo, com o planejamento pedagógico de atividades em que a criança possa interagir com outros coetâneos e com o ambiente escolar.

Identidade e a importância de reconhecer-se como sujeito: independência e a autonomia

Sobre como cada ser humano percebe-se isoladamente e pelo grupo em que está inserido, o RCNEI afirma:

A maneira como cada um vê a si próprio depende também do modo como é visto pelos outros. O modo como os traços particulares de cada criança são recebidos pelo professor e pelo grupo em que se insere têm um grande impacto na formação de sua personalidade e de sua autoestima, já que sua identidade está em construção (BRASIL, 1998).

O trabalho pedagógico dentro desse eixo deve ser organizado para desenvolver a identidade e autonomia da criança porque cada indivíduo, ainda que pequeno, depende de estabelecer inúmeras relações para concretizar a troca de experiências, as vivências, os valores, as crenças e os hábitos culturais.

A criança que participa ativamente dos universos sociais, como festas populares da cidade ou bairro, igrejas, feiras, clube e eventos, ao ingressar na Educação Infantil, beneficia-se com o rico repertório das diferenças se a prática pedagógica valorizar cada criança como um ser capaz de cuidar-se, relacionar-se, comunicar-se através de diferentes sistemas simbólicos.

Nessa perspectiva, ainda norteados pelos princípios do RCNEI, pode-se afirmar que o professor deve sempre propor atividades em que as crianças: Experimentem e utilizem recursos materiais, expressando seus desejos, sentimentos e ideias;

- a) Familiarizem-se com a imagem do próprio corpo, conhecendo suas sensações, ritmos e limites;
- b) Aprendam a cuidar do próprio corpo com atitudes relacionadas à saúde, higiene, alimentação e segurança;
- c) Brinquem e relacionem-se com outras crianças, professores e demais educadores, expressando suas necessidades e interesses;
- d) Valorizem ações de cooperação e solidariedade, vivenciando sua autonomia com atitudes colaborativas;
- e) Participem de pequenas ações cotidianas, recebendo atenção e apreciação do(a) professor(a) e educadores pelas atitudes positivas consigo mesmo e com os outros;
- f) Tenham o direito de escolher seus parceiros, objetos e espaços;
- g) Adotem hábitos de autocuidado e respeito a regras básicas de convívio social;
- h) Aprendam a superar os desafios a partir das situações-problema do cotidiano;

- i) Tenham segurança de solicitar o auxílio do(a) professor(a) em todos os momentos em que sentir necessidade;
- j) Utilize seus recursos pessoais ao enfrentar situações de conflitos, dialogando e exigindo reciprocidade com as crianças e adultos, inclusive os professores.

A organização das salas de aula e de todo ambiente da instituição deve respeitar os níveis de desenvolvimento de cada criança, entendendo que é de responsabilidade da Educação Infantil a construção da identidade e autonomia.

Nessa perspectiva, cada professor(a) e os demais educadores precisam conhecer a importância para pensar, organizar e reorganizar sua sala ou outro ambiente da escola.

Vale ressaltar que a atuação dos profissionais, bem como a exposição dos objetos e materiais não é neutra, ou seja, favorece ou dificulta o desenvolvimento da competência e autonomia da criança.

As vivências na instituição de Educação Infantil devem prever momentos de cuidados e oportunidades para que as crianças tenham suas necessidades atendidas, quando os grupos etários, nesta pesquisa especificamente as crianças de até três anos, poderão, de acordo com seu interesse, desenvolver atividades relacionadas aos momentos de atividades diferenciadas que trabalhem.

Para preparar a criança para o exercício da cidadania, faz-se necessário que o professor e demais profissionais vivenciem a atenção permanente às questões da independência e autonomia, abrindo mão de qualquer atitude de autoritarismo, sem perder de vista a autoridade.

A ação do cotidiano escolar deve oportunizar a escolha e o autogoverno, mediante à prática de tomada de decisões, desde as atividades mais simples, como por exemplo, a escolha dos recursos didáticos de que se dispõe ao escolher as cores (lápis, giz de cera, canetinhas, papéis, tintas e outros).

Muitos educadores esperam que suas crianças sejam apenas obedientes, quietinhas e estejam constantemente em silêncio.

Essa atitude não sinaliza algo positivo; pelo contrário, é preocupante, pois a criança naturalmente não consegue imobilidade e controle do tom de voz apenas porque está na escola. Isso não significa que a gritaria, desorganização e desrespeito façam parte da rotina, ou seja, a autoridade é inevitável desde que não fira os direitos

da criança, pois ela precisa crescer no ambiente escolar que a protege, de modo que favoreça a construção da identidade e autonomia.

Segundo o RCNEI:

Os materiais pedagógicos, brinquedos e outros objetos devem estar à disposição, organizados de tal forma que possam ser encontrados sem a necessidade de interferência do adulto, dispostos em altura ao alcance das crianças, em caixas ou prateleiras. (BRASIL, 1998, p. 71)

Todos esses recursos devem ser utilizados para oportunizar situações de cooperação e ajuda mútua entre as crianças, estimulando o espírito de solidariedade nelas, contribuindo também para o processo de inclusão social desde a pouca idade porque se crê que, mesmo crianças pequenas, já possuem conhecimentos próprios e competências distintas.

Os professores e educadores precisam de clareza nas suas ações e, no que diz respeito a esse eixo de trabalho, reafirma-se que a construção da pessoa em relação ao afetivo, o relacionamento com o outro e o convívio social é a base para o desenvolvimento integral da criança. Então, o conviver, o ser e o estar bem consigo e com os outros dependem de uma ação pedagógica que trabalhe, a cada dia, atitudes como aceitação, respeito, confiança, socialização e independência; a começar pelo conhecimento da sequência da rotina e da compreensão do jeito como cada criança relaciona-se, sente, pensa e constrói conhecimentos.

O espaço como elemento educador

Forneiro (1998) corrobora que as paredes, a disposição dos móveis e materiais, as atividades expostas, tudo fala do tipo de relação de ensino-aprendizagem que ocorre entre crianças e professores envolvidos neste processo.

O espaço não se define somente pela metragem ou por suas dimensões objetivas, mas pela forma como é experimentado, transformando-se em ambiente de interações e vida, através de atividades compartilhadas, comunicação, cooperação e até mesmo do conflito, através do qual a criança constrói seu conhecimento sobre o mundo.

A materialidade do espaço e os sinais de interação humana que nele são percebidos indicam concepções de infância, práticas culturais e princípios que sustentam o trabalho cotidiano com as crianças (LIMA *apud* GUIMARÃES e KRAMER, 2009).

O espaço é uma forma privilegiada para a criança aprender e desenvolver experiências nessa etapa da vida, quando encontram maneiras de organização pessoal e coletiva.

Os ambientes reproduzem as experiências vividas no seu contexto sociocultural e, ao mesmo tempo, produzem ambientes e situações imaginárias, fruto do seu desejo e fantasias. Assim, nessas brincadeiras, por meio de uma reprodução interpretativa, expressam seus desejos, ideias, manifestam e testam os conhecimentos dos adultos que cuidam e educam-na, além de verificarem também as normatizações e combinados estabelecidos no ambiente em que está inserida e faz parte.

Valoriza-se o espaço escolar devido ao seu poder de organizar, promover relacionamentos agradáveis entre pessoas de diferentes idades, criar um ambiente atraente, oferecer mudanças significativas, promover escolhas e atividades diferenciadas e a seu potencial para iniciar toda a espécie de aprendizagem social, afetiva e cognitiva.

Tudo isso contribui para uma sensação de bem-estar e segurança nas crianças. Também pensamos que o espaço deve ser uma espécie de aquário que espelhe as idéias, os valores, as atitudes e a cultura das pessoas que vivem nele (MALAGUZZI apud GANDINI, 1999, p.157).

Antigamente, as salas tinham uma organização bem mais tradicional, as quais eram desmotivadoras para as crianças e cerceava-lhes totalmente a criatividade. Estas eram espaços frios, sem vida, vazios, desprovidos de objetos motivacionais e provocadores ou outros recursos pedagógicos ao alcance das crianças, voltados única e especificamente para a transmissão de conhecimentos já estruturados e pré estabelecidos. Tudo pensado exclusivamente para manter uma melhor aparência organizacional do espaço, com grandes armários fechados e carteiras enfileiradas, todas voltadas para o professor, único detentor do saber, com a postura de repassar conteúdos ainda que de uma forma bem pouco atrativa, a qual não enxerga a criança como protagonista de sua aprendizagem.

O quesito organização espacial nas escolas de Educação Infantil influencia o desenvolvimento e aprendizagem das crianças.

Analisando o contexto histórico brasileiro, é perceptível verificar que os ambientes escolares destinados às crianças da faixa etária de zero a seis anos permaneceram voltados aos assistencialismos por volta do término do século XX.

Apenas em 1996 foi criada uma Lei que regulamentou e iniciou a exigência de formação específica com nível superior para professores e ou educadores para atuar na Educação Infantil, a LDBEN 9394/1996.

Embora avanços sejam perceptíveis em relação à legislação, teoria e metodologia, os espaços físicos destinados a essa categoria requerem aprimoramento e informação adequada para intervir no processo educativo de modo a favorecer o desenvolvimento infantil.

Menezes (2008) destaca a seguir a importância dada à organização dos espaços na Educação Infantil:

A dimensão espacial da ação educativa, tomada como objeto de pesquisa, é relativamente nova. Alguns historiadores da educação atribuem ao espaço escolar lugar de destaque no processo de construção do conhecimento. A construção espacial das escolas é desvinculada da prática pedagógica. Políticas públicas responsáveis pelo processo organizacional, político e administrativo das instituições educacionais não dão atenção à organização dos espaços educativos, principalmente aos espaços de educação infantil. (MENEZES, 2008, p.18)

De acordo com Horn (2004), a organização da sala de aula requer atenção do educador, seja no mobiliário e materiais já que os mesmos permitem a interação e atividades desafiadoras para as crianças.

O olhar de um educador atento é sensível a todos os elementos que estão postos em uma sala de aula. O modo como organizamos materiais e móveis, e a forma como crianças e adultos ocupam esse espaço e como interagem com ele são reveladores de uma concepção pedagógica. Aliás, o que sempre chamou minha atenção foi a pobreza frequentemente encontrada nas salas de aula, nos materiais, nas cores, nos aromas; enfim, em tudo que pode povoar o espaço onde cotidianamente as crianças estão e como poderiam desenvolver-se nele e por meio dele se fosse mais bem organizado e mais rico em desafios (HORN, 2004, p. 15).

A organização do ambiente escolar tem que constar na proposta pedagógica, uma vez que evidencia os objetivos e concepção pedagógica adotada pelo professor. Horn (2004) reflete sobre essa abordagem a seguir:

As escolas de educação infantil têm na organização dos ambientes uma parte importante de sua proposta pedagógica. Ela traduz as concepções de criança, de educação, de ensino e aprendizagem, bem como uma visão de mundo e de ser humano do educador que atua nesse cenário. Portanto, qualquer professor tem, na realidade, uma concepção pedagógica explicitada no modo como planeja suas aulas, na maneira como se relaciona com as crianças, na forma como organiza seus espaços na sala de aula. Por exemplo, se o educador planeja as atividades de acordo com a idéia de que as crianças aprendem através da memorização de conceitos; se mantém uma atitude autoritária sem discutir com as crianças as regras do convívio

em grupo; se privilegia a ocupação dos espaços nobres das salas de aula com armários (onde somente ele tem acesso), mesas e cadeiras, a concepção que revela é eminentemente fundamentada em uma prática pedagógica tradicional (HORN, 2004, p. 61).

Vale ressaltar que a disposição das carteiras e mobiliário evidencia a postura adotada pelo educador durante sua prática pedagógica.

Para Granger (1976), mobília adequada requer adaptação às características físicas dos alunos, evitando acidentes e sendo apropriada aos objetivos e funções da mesma.

No que diz respeito ao mobiliário, este deve estar de acordo com a função e com as características físicas da criança, tendo-se em conta a sua estrutura, a sua capacidade de mobilização e a pouca facilidade que a criança tem de se defender, por si, dos acidentes (GRANGER, 1976, p. 93).

Horn (2004) ressalta que o espaço disponível não se resume apenas a estimular o desenvolvimento de competências. Torna-se indispensável a interação da criança neste meio com o objeto de conhecimento para proporcionar seu desenvolvimento e aprendizagem.

A autora destaca a relevância do meio segundo Wallon (1989) e Vygotsky (1984):

A partir da perspectiva sócio-histórica de desenvolvimento, esses teóricos relacionam afetividade, linguagem e cognição com as práticas sociais, ao discutirem a psicologia humana em seu enfoque psicológico. Desse modo, na visão de ambos, o meio social é fator preponderante no desenvolvimento dos indivíduos. (HORN, 2004, p.15-16)

A organização dos espaços e dos materiais constitui-se em um instrumento fundamental para a prática educativa. Possibilita às crianças pequenas aprenderem brincando e brincar aprendendo, numa prática de mediação do professor e demais educadores. Isso implica que, para cada trabalho realizado com as crianças, deve-se planejar a forma mais adequada de organizar o mobiliário dentro da sala, assim como introduzir materiais específicos para a montagem de ambientes novos, de acordo com os projetos pedagógicos.

A aprendizagem transcende o espaço da sala e a área externa deve ser utilizada em oficinas para a construção de diversos tipos de brinquedos (encaixe, construção, jogos diversos), adequados e em quantidade suficiente, cantinhos (faz-

de-conta, ateliê, livros de literatura infantil), enfim materiais diversificados e polivalentes.

Considerações Finais

O desenvolvimento humano acontece através de interações, sendo estas com o ambiente e também com os semelhantes, tendo a cultura como ferramenta. Embasado nessa concepção, o ser humano participa de um intenso processo de constituição de sua personalidade, desenvolvendo-se em todos os aspectos: físico, cognitivo e afetivo; tudo isso permeado pelo contexto sociocultural em busca de crescimento pessoal.

Analizou-se a prática pedagógica em relação à autonomia de ser, em sua essência; e de saber, conhecimento do educando. Ressaltou-se a importância de considerar e respeitar o conhecimento prévio de mundo que a criança já possui e traz para a escola, já que deve ser pensada como pertencente a uma sociedade e participante de uma história.

Reforçou-se a ideia de que o docente deve planejar boas atividades, significativas, voltadas para o cotidiano das crianças, possibilitando-lhes interações e construção de conhecimentos e identidade, individualidade e autonomia.

Deve-se buscar desenvolver, na criança, uma imagem positiva de si própria, atuando com autonomia e confiança em suas capacidades, percebendo suas limitações. Afirma-se que temos que motivar o estabelecimento de vínculos afetivos com adultos e crianças, trabalhando a autoestima e oportunizando situações de comunicação e interação social. Destaca-se ainda que a criança deve brincar, expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades.

As situações de promoção da autonomia nas crianças pequenas contribuem grandemente para a prática do professor pois ainda que, no começo, seja trabalhoso estabelecer certas normas, regras de funcionamento da rotina, estas logo são interiorizadas pelas crianças, tornando-os mais autônomos, promovendo muitos saberes essenciais para a vida individual e coletiva.

Destaca como papel do professor que atua com crianças de zero a três anos, a responsabilidade de motivar a construção da identidade através de planejamento adequado, favorável às individualidades emocionais, comportamentais e físicas.

Portanto, conceber uma educação voltada à autonomia significa considerar as crianças como seres com vontades próprias, capazes e competentes para construir conhecimentos e, dentro de suas possibilidades, interagir e interferir no meio em que vivem, exercendo o autogoverno em ações concretas, podendo, aos poucos, estendê-las ao plano das ideias e dos valores.

Referências bibliográficas

BARBOSA, Maria C. S. **Práticas cotidianas na Educação Infantil** - bases para a reflexão sobre as orientações curriculares. Brasília: MEC/CNE, 2009.

BARBOSA, Maria C. S.; HORN, Maria da G. S. **Projetos pedagógicos na Educação Infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BRASIL. **Indicadores da Qualidade na Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2009.

BRASIL. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Senado Federal, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. **Parâmetros de Qualidade para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF. 2 v, 2008.

BRASIL. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil**. Brasília: SEB, 2006.

BRASIL. Parecer CNE/CEB n. 20, de 11 de novembro de 2009. **Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/CNE, 2009

BRASIL. Resolução CNE/CEB n. 5, de 17 de dezembro de 2009. **Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/CNE, 2009.

BRASIL. Lei n.9394 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Senado Federal, 1996.

FARIA, Sílvia B.; SALES, Fátima R. T. **Currículo na Educação Infantil: Diálogo com os demais elementos da proposta pedagógica**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2007.

FORNEIRO, Lina I. A organização dos espaços na Educação Infantil. In: ZABALZA, M. A. **Qualidade em Educação Infantil**. Tradução de Beatriz Afonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1998.p. 229-281

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 24 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GRANGER, Maria J. **Guia para Montagem e Funcionamento de uma Creche**. São Paulo: Ed. Moraes, 1976

GUIMARÃES, C.M. (Org.). **Perspectivas para a educação infantil**. 1. ed. Araraquara: Junqueira & Marin, 2005. p. 181-203 GANDINI, 1999,

HORN, Maria da G. S. **Sabores, cores, sons, aromas: a organização dos espaços na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MENEZES, Cláudia C. L. C. **A Organização dos Espaços de Ensinar e Aprender nas instituições de Educação Infantil**. Salvador: Scielo Livros, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação. Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998, VOL. 1,2,3.

OLIVEIRA, Z. R. **Educação infantil: fundamentos e métodos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Zilma R. **Educação Infantil: muitos olhares**. São Paulo: Cortez, 2010.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

WALLON, Henri. **As origens do pensamento na criança**. São Paulo: Manole, 1989.

História e tratamento: compreendendo o transtorno de personalidade borderline

History and treatment: understanding borderline personality disorder.

Ana Lúcia Libraiz¹
Fernanda Ferreira²
Rafaela Cristina da Silva Cunha³
Marcela Umeno Koeke Bearare⁴

RESUMO

O transtorno de personalidade *borderline* é um transtorno mental grave, caracterizado por um padrão de instabilidade contínua no humor, no comportamento e autoimagem. Como sintomas, temos: instabilidade emocional, sensação de inutilidade, insegurança, impulsividade e relações sociais prejudicadas, resultando em relacionamentos instáveis, impulsivos, e com intensos episódios de raiva, ansiedade e depressão. O presente artigo é resultado de uma revisão literária que possui como objetivo contextualizar a história da psicopatologia e, em contrapartida, compreender esse transtorno e suas formas de tratamento. Assim, pode-se demonstrar que, independente do referencial teórico utilizado, é importante considerar a história, o contexto sociocultural e, principalmente, a subjetividade e singularidade de cada paciente *borderline* no processo psicoterapêutico.

Palavras-Chave: revisão literária, transtorno de personalidade *borderline*, tratamento.

ABSTRACT

Borderline personality disorder is a serious mental disorder characterized by a pattern of continuous instability in mood, behavior and self-image. As symptoms we have: emotional instability, sense of worthlessness, insecurity, impulsivity and impaired social relationships, resulting in unstable, impulsive relationships, and intense episodes of anger, anxiety and depression. This article is the result of a literary review, which aims to contextualize the history of psychopathology, and in turn to understand this disorder, and its forms of treatment. Thus, it is possible to demonstrate that, regardless of the theoretical reference used, it is important to consider the history, the sociocultural context, and especially the subjectivity and singularity of each borderline patient in the psychotherapeutic process.

Key words: borderline personality disorder, literary review, treatment.

1 Acadêmica do 10º termo do curso de Psicologia no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba-SP.

2 Acadêmica do 10º termo do curso de Psicologia no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba-SP.

3 Acadêmica do 10º termo do curso de Psicologia no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba-SP.

4 Psicóloga pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Especialista em Terapia Comportamental, Mestre em Psicologia Experimental: Análise do Comportamento na PUC-SP. Formação em Coaching pela Sociedade Brasileira de Coaching. Psicóloga Clínica, Life Coach e docente do curso de Psicologia no UniSALESIANO.

Introdução

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (*American Psychiatric Association [APA], 2014*) o transtorno de personalidade *borderline* - TPB é um estado grave, que traz prejuízos tanto ao paciente quanto aos seus familiares. O paciente com diagnóstico de TPB apresenta, em sua grande predominância, instabilidade emocional, auto depreciação, insegurança e largo comprometimento em suas relações sociais, além do descontrole de seus impulsos.

Segundo Dalgalarrodo (1999), no início acreditava-se que o transtorno de personalidade *borderline* – TPB era um subtipo do transtorno bipolar, alguns o classificavam ainda como um possível tipo de esquizofrenia.

O primeiro a utilizar o termo *borderline* foi Adolf Stern em 1938, médico psiquiatra, considerado por muitos de sua classe o pai do termo. Consideraram, inicialmente, que o *borderline* era um tipo leve de esquizofrenia, do qual foi denominada como hebidofrenia. Depois passou-se a acreditar que o paciente *borderline* transitava entre a neurose e a psicose. O transtorno variava de denominação, de acordo com o que cada autor acreditava. Anos mais tarde, por volta de 1960 e 1970, o *borderline* deixou de ser caracterizado como uma esquizofrenia mais leve e passou a ser chamado de transtorno afetivo limítrofe. O autor ainda descreve que só em 1980, quando o transtorno entrou para edição III do DSM, foi de fato considerado um transtorno único, e não um subtipo esquizofrênico.

Tabela 1: Nomenclaturas associadas ao transtorno de personalidade *borderline*

Autor/ano	Denominação utilizada
Kahlbaum, 1890	Hebidofrenia
Bleuler, 1911	Esquizofrenia latente
Rorschach, 1921	Esquizofrenia latente
Stern, 1938	Neuroses <i>borderline</i>
Zilborg, 1941	Esquizofrenia ambulatorial
Deutsch, 1942	Personalidade “como se”
Hoch & Polatin, 1949	Esquizofrenia pseudoneurótica
Knight, 1953	Estados <i>borderline</i>
CID-9, 1976	Esquizofrenia latente ou <i>borderline</i>
DSM-III, 1980	Transtorno de personalidade <i>borderline</i>
CID-10, 1992	Transtorno de personalidade emocionante instável, tipo <i>borderline</i>
DSM-IV, 1994	Transtorno de personalidade <i>borderline</i>

Fonte: Dalgalarrodo, 1999.

Segundo o DSM – V (2014), o transtorno de personalidade *borderline* se caracteriza por um padrão difuso de instabilidade nas relações interpessoais, autoimagem e afetos, com acentuada impulsividade começando no início da vida adulta, e presente numa variedade de contextos, como indicado nos itens abaixo:

- a) Esforços desesperados para evitar abandono real ou imaginado.
- b) Um padrão de relacionamentos interpessoais instáveis e intensos caracterizado pela alternância entre extremos de idealização e desvalorização.
- c) Perturbação da identidade: instabilidade acentuada e persistente da autoimagem ou da percepção de si mesmo.

- d) Impulsividade em pelo menos duas áreas potencialmente autodestrutivas (p. ex., gastos, sexo, abuso de substância, direção irresponsável, compulsão alimentar).
- e) Recorrência de comportamento, gestos ou ameaças suicidas ou de comportamento automutilante.
- f) Instabilidade afetiva devida a uma acentuada reatividade de humor (p. ex., disforia episódica, irritabilidade ou ansiedade intensa com duração geralmente de poucas horas e apenas raramente de mais de alguns dias).
- g) Sentimentos crônicos de vazio.
- h) Raiva intensa e inapropriada ou dificuldade em controlá-la (p. ex., mostras frequentes de irritação, raiva constante, brigas físicas recorrentes).
- i) Ideação paranóide transitória associada a estresse ou sintomas dissociativos intensos. DSM – V, P. 663, 2014

O transtorno de personalidade *borderline* possui padrões de comportamentos como, por exemplo de adolescentes e adultos jovens com dificuldades para entender a sua identidade, se agravando mais ainda com o uso de substâncias químicas. Os padrões são caracterizados por inconstância emocional, incertezas, futuras escolhas que causam ansiedade, conflitos com a orientação sexual, dúvidas quanto a sua existência e tensão social para a escolha da área profissional. (DSM-V, 2014).

O transtorno é encontrado cinco vezes mais em parentes biológicos de primeiro grau, existe também um risco maior para a família com casos de transtornos por uso de substâncias, transtorno da personalidade antissocial e transtorno bipolar e/ou depressivo. (DSM-V, 2014).

Para Gunderson (2000 *apud* FARIA, 2011), há uma prevalência do transtorno de personalidade *borderline* na população que acomete cerca de 1-2%, no qual 75% são mulheres. A idade desses pacientes aproxima-se entre 18-25 anos, e 90% começa antes dos 30 anos.

Segundo Faria (2011 *apud* MINTO, 2012) uma parte do número de pacientes masculinos *borderline* podem estar sendo subestimados já que o comportamento agressivo no homem é aceitável pela sociedade e outra parte pode estar dentro de delegacias e presídios em consequência de seus comportamentos agressivos e impulsivos.

De acordo com Marsha Linehan (1993 *apud* EPPEL, 2005), por serem determinados por fatores genéticos, o padrão instável dos relacionamentos e a impulsividade agressiva podem ser predispostos ao desenvolvimento do transtorno de personalidade *borderline*, porém esses fatores não serão suficientes para obter um diagnóstico preciso do transtorno, sendo necessário um conjunto de critérios, envolvendo condições ambientais. Alguns estudos apontam alterações na biossíntese neurotransmissora, que podem estar latentes ao elemento genético. Esses estudos também revelam que a redução da atividade da serotonina nos indivíduos com agressividade e impulsividade contribuem para uma predisposição genética.

Um estudo realizado no Departamento de Psicologia e Psiquiatria da Universidade de Göttingen na Alemanha, em 2004, mostrou que mulheres com transtorno de personalidade *borderline* tem o tamanho reduzido e assimétrico anormal do córtex parietal. Usando imagens de ressonância magnética estrutural (MRI 3D), foi medido os volumes do córtex parietal e hipocampo em 30 mulheres jovens com transtorno de personalidade *borderline* que haviam sido expostos ao abuso sexual infantil grave e em 25 indivíduos saudáveis do grupo de controle. Comparando indivíduos do grupo de controle, se observou que indivíduos *borderline* tinham, significativamente, menor tamanho no córtex parietal direito (-11%) e o volume reduzido do hipocampo (-17%). O córtex parietal dos indivíduos *borderline* mostrou uma assimetria mais forte a esquerda quando comparados com indivíduos do grupo de controle. (IRLE; LANGE; SACHSSE, 2004)

O *borderline* através das abordagens Cognitivo-Comportamental e Psicanalítica

Existem três tipos de conceitualizações cognitivo-comportamentais que explicam o TPB, sendo elas a Terapia Comportamental Dialética proposta por Marsha Linehan, a Terapia Cognitiva de Aaron Beck e a Terapia Focada em Esquemas de Jeffrey E. Young.

Beck; Davis; Freeman (2017) estimavam que alguns pressupostos fundamentais de outros transtornos de personalidade também estavam presentes no TPB. O autor Pretzer (1990 *apud* BECK, 2017, p. 498) *também seguia a mesma ideia, pontuando que são consideradas três ideias principais no transtorno: o mundo é*

hostil e ameaçador demais para mim, sou frágil e incapaz e as pessoas nunca me aceitarão. Considera-se também as características cognitivas do pensamento dicotômico, ou seja, a pessoa vê as situações em apenas uma categoria. Além disso, eles têm pouco conhecimento da sua identidade. Portanto, essas ideias fazem com que o *borderline* fique em estado frequente de hipervigilância e alerta, sendo questões alvo na terapia.

Para Linehan (1993), o transtorno causa uma desregulação emocional, fazendo com que produza instabilidade temperamental. Estima-se que o ambiente da pessoa com TPB tenha sido pouco reforçador, aumentando a probabilidade de ocorrer problemas na regulação das emoções. Este fator faz com que o paciente comece a ter um olhar disfuncional das suas emoções. A TCD foi desenvolvida para tratar os pacientes com comportamentos autodestrutivos. Ela foca nas respostas emocionais desajustadas e nos comportamentos suicidas. Além disso, trabalha as habilidades e tolerância das emoções.

Já para Young (1996, *apud* ARNTZ, 2017, p. 499), *alguns aspectos predominantes na formação do TPB é como se fosse de uma criança que sofre abusos, negligência de cuidados e abandono dos pais em um ambiente que é extremamente hostil e ameaçador para ela: o mundo.* Essa ideia se aproxima dos conceitos de esquemas criado por Young. Um modo de esquema seria um padrão organizado de pensamentos, sentimentos e comportamentos, sendo composto por vários esquemas diferentes, onde o *borderline* transita de um para o outro repentinamente dando característica ao seu humor e comportamento instável.

Compreende-se que existem quatro modos de esquemas fundamentais no transtorno, sendo eles criança abandonada e abusada, criança zangada e impulsiva, pai punitivo e protetor desligado. O primeiro modo está relacionado aos sentimentos que permeiam o medo do abuso e do abandono vivenciado na infância. Crenças centrais mais comuns são os exemplos a seguir citados: as pessoas não são confiáveis as pessoas irão me abandonar quando eu me aproximar delas eu sempre vou sofrer as pessoas jamais se importarão comigo. *O borderline apresenta comportamentos semelhantes ao de uma criança zangada que busca incessantemente por apoio, mesmo sentindo medo pelo abandono* (YOUNG, *apud* ARNTZ, 2017, p. 500).

Sob a visão da psicanálise, Hegenberg (2003) aponta que o tema principal quando falamos de pacientes com transtorno de personalidade *borderline* é o medo

da perda do objeto. O autor ainda menciona a evidência que o TPB vem ganhando nas relações contemporâneas, já que o individualismo vem alcançando cada vez mais espaço na atualidade. A pessoa *borderline* determina qual a forma e o objeto que utilizará como fonte de apoio. Sentimentos de desamparo acontecem porque o *borderline* espera apoio absoluto do outro para a sua existência.

A neurose do paciente *borderline* se difere de todas as outras, sua organização está ligada diretamente com o conflito pré-édipo, ou seja, entre a relação primitiva criança-mãe, ligada às fases anais e orais, que carregam traços agressivos, diferenciando-se assim da neurose comum, que é constituída pela problemática triangular materno e paterno. (KERNBERG, et.al. 1991).

Segundo Campezattoa et. al. (2016) como característica o paciente *borderline* demonstra fragilidade do ego, identidade difusa, mecanismo de defesa primitivo e manutenção do princípio da realidade. Também apresenta elementos ambientais, como ter sofrido abusos ou negligências e como parte da sua etimologia inclui-se a falta de um apego seguro.

Figueiredo (2000), cita duas angústias que caracterizam o quadro *borderline*, sendo elas: a angústia de abandono, perda ou separação e à angústia de invasão ou destruição do objeto.

Hegenberg (2003) menciona que quando atendermos paciente com transtorno de personalidade *borderline* é necessária atenção, porque nem todos são iguais, cada paciente possui uma particularidade aparente.

Material e Método

O presente artigo resultou de uma pesquisa de revisão de artigos científicos, a palavra *borderline* foi utilizada na base de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online), LILACS e o Portal Index de Psicologia como palavra chave. Como critério de inclusão, foi delimitado o período de 2008 até 2018. Além disso, o artigo deveria conter a palavra "*borderline*" em seu título e retratar alguma forma de compreensão e tratamento do paciente *borderline*. Após a compilação do material selecionado que se enquadraram nesses critérios, foram utilizados 16 artigos.

Discussão

Os estudos de Pastore; Lisboa (2015) apontam que o transtorno de personalidade *borderline* é constituído por um desarrancho emocional grave que

afeta diversas campos da vida do paciente. Particularmente característicos do transtorno como humor instável, ideação suicida, alteração de humor, automutilação, ansiedade e os ambientes estressores afetam o tratamento do *borderline*. O autor afirma que tentativas de suicídio anteriores é um influente indicador para que aconteça novas tentativas e também para a realização de fato do suicídio, causando preocupação e intensificando a importância do tratamento para paciente com TPB.

A partir da revisão realizada por Jordão e Ramires (2010) percebe-se que a questão dos vínculos afetivos é pouco discutida, carecendo de mais pesquisas. O que se tem sugerido, nesse ponto, é que a história familiar do paciente *borderline* é frequentemente marcada por situações de desamparo, fragilidades no suporte familiar, vivências de abusos das mais diversas ordens e dinâmicas familiares bastante instáveis, desorganizadas, em que predominam estilos de apego inseguro.

No que diz respeito ao diagnóstico, Rosa, Zatti e Baldissera (2015) aponta que é trabalhoso, e muitas vezes o profissional da saúde o confunde com outros distúrbios. Nesse contexto, Lopes (2017) compreende que é necessário considerar o histórico de vida da pessoa, bem como os aspectos socioculturais, destacando a importância de priorizar a singularidade de cada um. Matioli, Rovani e Noce (2014) compartilham da mesma ideia, pontuando que o paciente com TPB também é único e incomparável.

Segundo Nunes, et al. (2015) às pessoas com histórico de abusos na infância e impulsividade tem a maior probabilidade de serem diagnosticadas com *borderline*.

Os terapeutas têm como papel principal o comprometimento para com o paciente, utilizando-se da aliança terapêutica e a definição do contrato. A pessoa com transtorno de personalidade *borderline* tem padrões repetitivos e o terapeuta já conhecendo esses padrões pode aproveitar disso com maior relevância para a melhora desses comportamentos (CAMPEZATTO; SERRALTA; HABIGZANG; 2017).

O processo de psicoterapia tem como contribuição à diferenciação do real e o irreal, a prática de *insight*, proporcionando uma maior capacidade para que o paciente pense em suas emoções e sentimentos, sendo assim conseguindo elaborá-los. O autor evidencia que grande parte do processo é contribuição da contratransferência do terapeuta por parte dos sentimentos que são aparentes durante o tratamento. Além disso, o trabalho de supervisão constante do terapeuta

com outros especialistas na área colabora para o progresso do paciente. (COSTA; MILHEIRO, 2013).

Com relação ao tratamento de pacientes com *borderline* utilizando-se da psicoterapia dinâmica breve, Cunha e Azevedo (2001), apresentam que é possível atender pacientes dentro dessa abordagem. Em seus estudos os autores afirmam que obtiveram enormes alcances como a conscientização dos pacientes sobre seu transtorno e a necessidade do tratamento, o entendimento de aspectos importantes de sua vida. O diferencial dessa modalidade de atendimento está na formação de objetos terapêuticos que condiz com as reais necessidades e limites de cada *borderline*.

Marques; Barrocas; Rijo (2017) descreve que todas as abordagens interventivas são eficazes para o tratamento, mas destaca que, nas terapias com base cognitivo-comportamentais, a TCD (Terapia Comportamental Dialética) e a TFE (Terapia Focada em esquemas) foram as mais explanadas.

A TFP (Psicoterapia com foco na transferência) também é um modelo de intervenção, que trabalha com os mecanismos de defesa e relações objetais, e também foi verificada a sua eficácia. Em contrapartida, embora haja poucos estudos sobre intervenções terapêuticas para o transtorno, a TCD ainda se sobressai como abordagem mais eficaz para o TPB. (FINKLER; SHÄFER; WESNER; 2017).

Em relação aos impedimentos do processo de psicoterapia envolvendo pacientes *borderline*, Cunha; Vandenberghe (2016) revelam que as dificuldades encontradas no tratamento não devem ser tratadas como impedimento, mas sim, utilizadas como suporte, possibilitando que o tratamento seja mais profundo e benéfico ao paciente. A terapia comportamental dialética pode favorecer o terapeuta em situações mais complicadas, sendo possível que o terapeuta seja mais flexível.

De acordo com Tanesi et. al. (2007), existem fatores multicausais que interferem na adesão ao tratamento do sujeito com TPB, caracterizado por comportamentos manipulativos, impulsividade seguida de tentativas de suicídio com autolesão grave, tendo uma inclinação à regressão. O autor ainda destaca que a família tem grande influência sob a adesão do tratamento. Alguns casos de abandono também estão relacionados a um confronto do paciente com a equipe que oferece os tratamentos.

Nesse aspecto, Menezes; Macedo; Viana (2014), compreendem que os fatores ambientais e as relações interpessoais podem colaborar para a evolução do transtorno. Acrescentam que os profissionais de saúde precisam estar aptos a lidar com esse público.

Conclusão

Conclui-se a partir do transtorno de personalidade *borderline* é uma condição grave que acomete diversas pessoas, mais especificamente as que já vivenciaram conflitos, abusos, negligência de cuidados ou algum tipo de trauma na infância trazendo prejuízos para o paciente e seus familiares.

Os comportamentos de risco, impulsividade, manipulação, tendências ao suicídio são fatores que levam à dificuldade de adesão ao tratamento ou abandono do mesmo, levando mais tempo para a pessoa se estabilizar emocionalmente.

As formas de tratamento são diversas, envolvendo terapias e administração farmacológica. Ainda existem poucos estudos sobre intervenções, mas dentro dos estudos encontrados, pode-se citar o tratamento nas abordagens cognitivo-comportamental e psicanálise. Ambas são efetivas, porém as terapias com base cognitivo-comportamental demonstraram maior efetividade, segundo os estudos.

Além do tratamento farmacológico e psicológico, é de grande valia o contexto em que o paciente está inserido, podendo influenciar na eficácia ou não do seu tratamento. Além disso, a contratransferência (termo psicanalítico que se refere às manifestações do inconsciente do analista associada a transferência com os pacientes) por parte do terapeuta pode interferir, porém cabe ao terapeuta usar disso de maneira positiva, e para que isso aconteça é necessário utilizar-se de supervisão com outros terapeutas experientes nessa área.

As abordagens psicoterapêuticas apontadas no artigo são e foram eficazes no tratamento do TPB, como já foram apresentadas algumas das abordagens obtiveram grandes alcances, no entanto concluímos que o paciente *borderline* pode se apoiar na psicoterapia em que mais se identificar. O objetivo não foi apontar a melhor psicoterapia, porque como já sabemos cada paciente possui a sua singularidade e isso será fator determinante na escolha de como o terapeuta abordará a psicoterapia para cada sujeito, o intuito foi apresentar a necessidade de conscientização a todos,

pois a inclusão da pessoa *borderline* no processo psicoterapêutico só demonstrou ganhos como uma das formas de tratamento.

Referências Bibliográficas

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. DSM-5 – Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ARNTZ, Arnout. Transtorno da Personalidade Borderline, In: **Terapia cognitiva dos transtornos da personalidade**. 3. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2017.

BECK, Aaron T.; DAVIS, Denise D; FREEMAN, Arthur. **Terapia cognitiva dos transtornos da personalidade**. 3. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2017.

CAMPEZZATTO, Paula Van M.; SERRALTA, Fernanda B., HABIGZANG, Luiza F. Fatores envolvidos na interrupção de uma psicoterapia psicanalítica com uma paciente *borderline*: Um estudo de caso sistemático. **Ciências Patológicas**, Montevideo, v. 11, n. 1, p. 7-17, dez. 2017. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/jatsRepo/4595/459551482002/html/index.html>>. Acesso em: 17 de jun. 2018.

COSTA, Mônica; MOTA, Catarina P.; MILHEIRO, Cláudia. Abordagem psicodinâmica em um estudo de caso sobre transtorno de personalidade *borderline*. **Psicol. teor. prat.** São Paulo, v. 15, n. 3, p. 19-33, dez. 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151636872013000300002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 17 jun. 2018.

CUNHA, Olívia R.; VANDENBERGHE, Luc. O relacionamento terapeuta-cliente e o Transtorno de Personalidade Borderline. **Rev. Bras. de Ter. Comp. Cogn.** Goiás, v. 18, n. 1, p. 72, 86. dez. 2016. Disponível em: <<http://www.usp.br/rbtcc/index.php/RBTCC/article/view/833/461>>. Acesso em: 17 jun. 2018.

CUNHA, Paulo J.; AZEVEDO, Maria A.S. B. de. Um caso de transtorno de personalidade *borderline* atendido em psicoterapia dinâmica breve. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 17, n. 1, p. 5-11, Abr. 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01023772200100010003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 jun. 2018.

DALGALARRONDO, Paulo; VILELA, Wolgrand A. Transtorno *borderline*: história e atualidade. **Rev. Latinoam. Psicopatol. Fundam.**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 52-71. jun. 1999. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415>. Acesso em: 17 jun. 2018.

EPPEL, Alan B. Uma visão psicobiológica da personalidade limítrofe. **Rev Psiquiatr**, Porto Alegre, v. 27, n. 3, p. 262-268, set/dez, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01018108200500030005>. Acesso em: 17 jun. 2018.

FARIA, A. A., SAUAIA L, Transtorno de Personalidade Borderline e Violência, In: **Transtorno de Estresse Pós-traumático: Violência, Medo e Trauma no Brasil**, São Paulo: Ed Atheneu, 2011.

FINKLER, Débora C.; SCHÄFER, Julia L.; WESNER, Ana C.. Transtorno de personalidade borderline: Estudos brasileiros e considerações sobre a DBT. **Rev. Bras.Ter. Comport-Cogn.**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 274-292, dez. 2017. Disponível em:<<http://www.usp.br/rbtcc/index.php/RBTCC/article/view/1068>>. Acesso em 17 de jun. 2018.

HEGENBERG, M. **Borderline: Clínica Psicanalítica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

IRLE, Eva; LANGE, Claudia; SACHSSE, Ulrich. **Reduced size and abnormal Reduced size and abnormal asymmetry of parietal cortex in women with borderline personality disorder**. Department of Psychiatry and Psychotherapy, University of Göttingen, Göttingen, Alemanha. 2004. Disponível em: [https://www.biologicalpsychiatryjournal.com/article/S00063223\(04\)010674/pp](https://www.biologicalpsychiatryjournal.com/article/S00063223(04)010674/pp) t>. Acesso em: 30 ago. 2010.

LINEHAN, Marsha. **Cognitive-behavioral treatment of borderline personality disorder**. Nova Iorque: Guil-fordPress, 1993.

LOPES, Yan de J. **A Psicopatologia do Transtorno da Personalidade Borderline (TPB) e suas características diagnósticas**. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1154.pdf>> Acesso em: 13 abr. 2018.

MARQUES, Sofia; BARROCAS, Daniel; RIJO, Daniel. Intervenções Psicológicas na Perturbação Borderline da Personalidade: Uma Revisão das Terapias de Base Cognitivo-Comportamental. **Acta. Med. Port.**, Portugal, v. 30, n. 4, p. 307-319, abr. 2017. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/46676>>. Acesso em 17 de jun. 2018.

MATIOLI, Matheus R.; ROVANI, Érica A.; NOCE, Mariana A. O transtorno de personalidade borderline a partir da visão de psicólogas com formação em

Psicanálise. **Saúde Transform. Soc.**, Florianópolis, v. 5, n. 1, p. 50-57, 2014. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S21770852014000100009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 09 jun. 2018.

MENEZES, Catarina N.B.de; MACEDO, Brisa B. Dias; VIANA Cinthya K. S. A dor de ser borderline: revisão bibliográfica com base na terapia cognitivo-comportamental. **Rev. Humanidades**, Fortaleza, v. 29, n. 2, p. 267-287, jul/dez. 2014. Disponível em <http://periodicos.unifor.br/rh/article/view/4712/3769>. Acesso em 17 de jun. 2018.

MINTO, Viviane de L. M. **Transtorno De Personalidade Borderline: Um olhar sob a perspectiva do desenvolvimento na Psicologia Analítica**. 2012. Monografia (Formação de Analistas) - Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica (SBPA), São Paulo.

NUNES, Fábio L. et al. Eventos traumáticos na infância, impulsividade e transtorno da personalidade borderline. **Rev. bras.ter. cogn.**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 68-76, dez. 2015. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180856872015000200002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 17 jun. 2018.

PASTORE, Edilson; LISBOA, Carolina. Desempenho cognitivo em pacientes com Transtorno de Personalidade Borderline com e sem histórico de tentativas de suicídio. **Psicol. clin.**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 139-159, 2015. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010356652015000200008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 17 jun. 2018.

ROSA, Bruno de P.; SANTOS, Manoel A. Comorbidade entre bulimia e transtorno de personalidade borderline: implicações para o tratamento. **Rev. latinoam. psicopatol. fundam.**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 268-282, jun 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142011000200005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 jun. 2018.

ROSA, Elisio; ZATTI, Cassio A.; BALDISSERA, Rúbia. Personalidade borderline e as dificuldades de tratamento. **Rev. Uningá**. Maringá, v. 21, n. 1, p. 05-10 jan/mar, 2015. Disponível em: https://www.mastereditora.com.br/periodico/20150101_120309.pdf. Acesso em 17 jun. 2018.

TANESI, Patrícia H. V. et al. Adesão ao tratamento clínico no transtorno de personalidade borderline. **Estud. Psicol.**, Natal, v. 12, n. 1, p. 71-78, abr. 2007.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2007000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 17 jun. 2018.

O impacto do aumento da longevidade na perspectiva do jovem sobre o envelhecimento

The impact of increased longevity from the perspective of young people on aging.

João Pedro Donaton¹
Rodney de Souza Moreira²
Joicimar Cristina Cozza³

RESUMO

O presente artigo discute o quanto o aumento da expectativa de vida tem impactado nas relações humanas, nos aspectos sociais, na qualidade de vida e nas políticas públicas. Esse crescimento populacional no Brasil aconteceu de forma rápida. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) há cerca de 10 milhões de pessoas na população brasileira com idade superior a 65 anos, no ano de 2020, o Brasil terá a sexta população mundial de idoso, mediante o aumento do número de longevos. Assim discute-se sobre a percepção dos jovens frente a longevidade e os cuidados perante o envelhecimento.

Palavras-chave: Envelhecer, longevidade, qualidade de vida e representação social da velhice.

Abstract

This article discusses how much the increase in life expectancy has impacted on relationships, social aspects, quality of life and public policies. Thus, this population growth in Brazil has been happening rapidly. According to data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), there are about 10 million people in the Brazilian population over the age of 65 and by the year 2020, Brazil will have the sixth world population in numbers of the elderly, in the number of long-lived, there is a debate about the perception of young people regarding longevity and self-care in the face of aging.

Key words: Aging, longevity, quality of life and social representation of old age.

Introdução

O presente projeto discute o quanto o aumento da expectativa de vida, no Brasil, observados nos estudos, a partir dos anos 2000, tem impactado nas relações dos aspectos sociais, da saúde, da economia e da política.

A partir de 1970 ocorreram mudanças no perfil demográfico no Brasil, isso gerou transformações desde a sociedade rural com altos índices de morte na infância, até a sociedade urbana, com novas estruturas nas famílias brasileiras (MIRANDA *et al*, 2016). Predomina-se uma população jovem e se observa, atualmente, a extensão da longevidade com aumento do número de pessoas na idade de 60 anos ou mais (MIRANDA *et al*, 2016). Esse crescimento vem acontecendo de

¹ Discente do curso de Psicologia do Centro Universitário Católico Salesiano *Auxilium* - Araçatuba

² Discente do curso de Psicologia do Centro Universitário Católico Salesiano *Auxilium* - Araçatuba

³ Psicóloga, Mestre em Medicina Preventiva, Docente do curso de Psicologia do Centro Universitário Católico Salesiano *Auxilium* - Araçatuba

forma muito rápida. Nos últimos dezessete anos pesquisados, encontra-se uma vasta gama de estudos tratando sobre a qualidade de vida, porém, observa-se escassez de trabalhos relacionando ao tema do aumento da longevidade (SIQUEIRA *et al.* 2002). Afirmam ainda os autores que o processo de envelhecimento populacional repercutiu e ainda continua repercutindo nas diferentes esferas da estrutura social, econômica e política (MIRANDA *et al.*, 2016).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o envelhecimento populacional é um fenômeno relativamente novo em todo mundo. Conforme dados do Censo Demográfico, há cerca de 10 milhões de pessoas na população brasileira com idade superior a 65 anos e, no ano de 2020, o Brasil terá a sexta população mundial em números de idosos. Em 1991, foram recenseados 13.865 centenários no Brasil e, em 2000, 24.576, representando um aumento de 77% em nove anos. O crescimento do número de centenários continuará acelerado nas próximas décadas; estima-se que em 2050 existam 160.000 pessoas com 100 anos, ou mais, no país, o que representará uma população, aproximadamente, sete vezes maior do que aquela recenseada em 2000, segundo os dados do IBGE.

Os grupos, historicamente, demonstram a imagem do idoso como a de alguém que tinha muito a contribuir nas variadas formas de organização social, tendo seu lugar de respeito na sociedade e na família, promovendo a dominação de determinados grupos sobre outros (BOURDIEU,1999). A esse idoso cabia a função de construir a história e o passado dos familiares, elementos fundamentais para transmissão das memórias e das lembranças vividas pelas famílias.

Doravante, décadas depois, o idoso foi reduzido ao ser sem voz e sem opinião relevável, com ideais ultrapassadas. Isso gerou concepções negativas acerca do envelhecer, segundo LODOVICI, 2006; *apud* CAMPEDELLI, 2009: 16. Diante da escassez de estudos que comportem a questão do aumento da longevidade como fator de impacto na relação com a qualidade de vida, percebeu-se a necessidade dessa pesquisa

No presente estudo, pretende-se construir uma discussão histórica e social conectando o envelhecer, a longevidade, a qualidade de vida e a representação social, diante o aumento da expectativa de vida no Brasil e do processo do envelhecer.

Diante do exposto o objetivo desse estudo foi mostrar como o jovem percebe o processo do envelhecer e, de que forma essa percepção interfere no cuidado de si. Afim de constatar, por meio da narrativa, a percepção dos jovens frente à expectativa do aumento da longevidade e do envelhecimento.

Método

No presente estudo houve revisão de literatura utilizando artigos científicos e clínicos extraídos de bancos e bases de dados – BIREME, Google Acadêmico. Também foram acessadas as bases dos dados do IBGE para levantamento das causas da longevidade e durabilidade da vida. Buscou-se por meio do estudo teórico do assunto compreender o processo de envelhecimento, de políticas públicas, de qualidade de vida, de longevidade e geração, e de representação social da velhice, utilizando como fonte de pesquisa 20 artigos sendo que apenas 12 foram utilizados de acordo com os critérios de exclusão. Sendo que oito deles não correspondiam ao assunto abordado.

O estudo foi realizado em uma universidade do interior de São Paulo situada na região da alta noroeste, na qual foi aplicada uma entrevista semiestruturada junto aos jovens universitários, de 18 a 29 anos, regularmente matriculados nos cursos de Psicologia, Biomedicina, Engenharia Civil e Direito. Essa escolha deu-se pela decisão de incorporar as quatro grandes áreas das ciências: Humanas, Biológicas e Exatas, incluídas nos cursos do Centro Universitário.

A pesquisa teve como perspectiva um olhar social e histórico, tendo em vista que essa teoria se baseia na concepção de homem nas suas interações. Dessa forma, considera-se que o desenvolvimento humano se dá por meio das relações sociais e, portanto, considera os repertórios construídos pelo indivíduo no decorrer de sua vida. Sendo assim, essas relações e reorganizações são como um sistema comportamental que tem grande significância para os seres humanos, segundo SCHAFFER, 1984 *apud* ARANHA, 1993.

Considerou-se como critérios de inclusão, Jovens de 18 a 29 anos, regularmente matriculados em qualquer termo dos cursos de Psicologia, Biomedicina, Engenharia Civil e Direito da universidade, sem restrição de gênero, cor, raça ou crenças.

Participaram da pesquisa um total de 40 jovens. O método utilizado para a definição da amostragem foi o de saturação, na medida em que o discurso começou a se repetir nas respostas dos participantes, fechou-se a amostra.

Glaser; Strauss (1967), originalmente conceituaram saturação teórica como sendo a constatação do momento de interromper a captação de informações, obtidas junto a uma pessoa ou grupo, pertinentes à discussão de uma determinada categoria dentro de uma investigação qualitativa.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa deve-se entender que, para Minayo (2001), esse tipo de estudo pressupõe um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Como se vê na avaliação qualitativa, esse método proporciona uma melhor exploração da subjetividade com o intuito de conhecimento. Não produzindo generalizações, mas analisando o fenômeno investigado a partir do contexto psicossocial.

A pergunta problema que norteou a análise dos pesquisadores acerca das narrativas através do questionário foi: como o jovem percebe o processo do envelhecer e, de que forma essa percepção interfere no cuidado de si?

Discussão: Políticas públicas e processo de envelhecimento

Diante do crescimento da população de idosos observa-se a necessidade de políticas públicas que atendam às demandas, visto como um desafio de todos os países tanto os desenvolvidos, quanto naqueles em desenvolvimento (SILVA; MEDEIROS; BRITO; 2006).

De acordo com Oliveira (2014), as políticas públicas parecem não se construir a partir de uma proposta que faça diálogos entre si. Observa-se que os setores como educação, transporte, trabalho, habitação e saúde, que deveriam estar em conjunto, para promover qualidade de vida para população idosa, gerando um envelhecimento ativo, produzem-se isoladamente. Assim, cada setor se organiza sem que haja comunicação entre seus equipamentos sociais. Por isso, a rede de atendimento não se estabelece, muitas vezes, empobrecendo um conjunto de serviços que poderia ser extremamente valioso ao atendimento dessa população (PEDRO, 2013).

Doravante as políticas públicas podem contribuir para qualidade de vida dos idosos, mas se faz necessário repensar as formas que essas poderão ser utilizadas para as demandas advindas do processo de envelhecimento (OLIVEIRA, 2014). Já o Brasil não se programou apropriadamente para acolher às primícias da população idosa, pois o envelhecimento é abordado como um problema, não uma conquista, olhando para os idosos como fardo para a família, para o estado e sociedade (SILVA; MEDEIROS; BRITO; 2006).

Afirma Siqueira et al. (2002, *apud* SILVA; MEDEIROS; BRITO; 2006), que o desenvolvimento do envelhecimento populacional, reproduziu e continua reproduzindo, nas diferentes áreas da estrutura social, política da sociedade e econômica, não levando em consideração que os idosos têm necessidades específicas.

Conforme Uchôa *et al* (2002, *apud* (SILVA; MEDEIROS; BRITO; 2006), na região de Bambuí, percebeu-se que as pessoas tinham um olhar negativo diante da velhice, um olhar generalizado ao processo do envelhecimento. A velhice e o envelhecer são tratados de forma diferenciada por meios de expressões sociais, familiares, cuidadores e profissionais da saúde. Compreender essas expressões são relevantes para saber como os idosos que estão enfrentando essa fase se veem no processo de envelhecimento (SILVA; MEDEIROS; BRITO; 2006).

Conceituar a velhice não é fácil, é importante saber como os idosos estão inseridos diante do desenvolvimento referente a construção social, pois muitas vezes a velhice é compreendida como esfacelamento natural das estruturas orgânicas, passando por mudanças no decorrer do tempo permanecendo os procedimentos degenerativo (CALDAS, 2002).

Para UCHÔA (2002) as vivencias ao envelhecer sofrem modificações de uma pessoa para outra, também ocorrendo modificações em gerações e na sociedade. Dessa forma, o envelhecimento sofre várias mudanças diferentes de um grupo social para outro, a partir das representações de mundo pelas crenças, práticas, costumes, culturas e valores (HECK; LANGDON, 2002 *apud et al* SILVA; MEDEIROS; BRITO; 2006).

Longevidade e Geração

Alcançar a longevidade tem sido uma busca frequente da população; independente da presença de doenças, o aumento de idosos é notável (WILLIG, 2015). A finalidade dos estudos que envolvem a longevidade é a compreensão dos processos de saúde e bem-estar, haja vista que o envelhecimento precisa ser entendido como a última fase do processo de desenvolvimento humano. O idoso mais idoso, como qualquer pessoa em desenvolvimento, é desafiado a conservar e a restaurar sua vida de forma significativa e produtiva (WILLIG, 2015).

A passagem do tempo implica déficits contínuos e cumulativos, para os quais há o constante desafio de aprender novos conteúdos e de contrabalançar possíveis perdas, valorizando e reforçando aquilo que se mantém ou desenvolve. As histórias de vida relatadas revelam que a longevidade é fruto das condições de vida no passado e das perspectivas de viver bem no presente e no futuro (WILLIG, 2015).

Tais possibilidades se confirmam nas estruturas processuais encontradas nas trajetórias dos longevos, pelo trabalho que sempre realizaram, no modo de agir, no exercício da pluralidade por meio da participação e da convivência, intrínsecas à condição humana (WILLIG, 2015). Além disso, a cultura familiar representa o elo entre o passado e o presente, na construção da longevidade no curso da vida (WILLIG, 2015).

Em conformidade com Mannheim (1952 *apud et al* FEIXA; LECCARDI, 2010), sobre as gerações, utilizou-se as bases sociais e existenciais a partir de uma compreensão do processo histórico social. Mannheim manteve atenção sobre as gerações, utilizando o método analítico profícuo em relação às mudanças sociais. O mesmo autor acrescenta que o que dá estrutura a uma geração, não é uma data de nascimento específica como uma demarcação, mas sim o contexto histórico que os jovens participam em suas contemporaneidades. O laço geracional sugere dois componentes: a presença de eventos que separam o seguimento histórico e diferencial do antes e depois na vida coletiva e as experiências vivenciadas por pessoas de um grupo etário em sua conjuntura construtiva do processo da socialização.

Representação

Importante levar em consideração os processos relacionados ao envelhecimento atuando em contextos cognitivos individuais e intergrupais,

necessitando saber como a população age diante de uma relação, com as outras relações. Há algumas diferenças entre os grupos de diferentes faixas etárias, ocorrendo assim mudanças de pensamento com o passar da idade, o que antes era visto como a fonte de sabedora vivências da vida, hoje, é deixada de lado devido suas limitações diante da idade, essa fase passa a ser marcada por sentimentos de inferioridade e desgosto (COLES,1996).

O mesmo autor, observou que ocorreram várias manifestações diante do envelhecimento, entre elas destacam-se cinco: a primeira, uma descrição defensora de que o envelhecimento é a inabilidade para fugir da morte e, diante disso, o ser humano busca explicações simplistas sem indagar o envelhecimento; a segunda definição refere-se ao envelhecimento sendo um período de vida que passa por anos e finaliza na morte; a terceira, na visão de Coles (1996) está relacionada á origem do envelhecimento originada na Grécia antiga quando era entendida como uma doença decorrente de uma instabilidade representada por quatro humores, sendo bÍlis amarela, bÍlis negra, sangue e catarro; a quarta, Coles (1996) se baseou em Claude Bernar e James Fries, apontando o envelhecimento, como um processo biológico natural causador de deformações no funcionamento do organismo, responsável pela perda da capacidade adaptativa ao ambiente, ocasionada por estresse e doenças crônicas; na quinta, o autor utiliza os conteúdos da teoria evolucionista de Michael Rose, compreendendo o envelhecimento como um grau de desordem de um sistema que interfere no mecanismo homeostático do ser humano, e uma geração passa a viver diante da herança genética.

De acordo com ROSENBERG (1992), a velhice é definida como o desempenho de tarefas profissionais e familiares como já estivessem sido cumpridas em partes, sendo assim o indivíduo passa ter mais liberdade para poder realizar seus desejos.

Diante do processo que se caracteriza como velhice e suas peculiaridades, pode-se compreender, através das diferenças entre os aspectos biológicos, psicológicos, cronológicos e sociais, que as interações se remetem à cultura que o indivíduo convive. Várias outras situações históricas, econômicas, geográficas e culturais colaboram para as mudanças na velhice ou no idoso. Há uma percepção e uma opinião de velhice presente em cada sociedade e um comportamento frente às pessoas que estão envelhecendo (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008).

Conforme Neri; Freire (2000, *apud et al* SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008), o envelhecimento está ligado a degradação do corpo, e a declinação e a inutilidade. Perante rejeição ou exaltação sobre a depreciação da velhice, encontra-se uma forte ligação entre esse acontecimento diante da doença, da morte, do afastamento, da dependência, sobre o ciclo vital (NERI; FREIRE, 2000 *apud et al* SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008). Nota-se que a velhice passa a ser tratada como uma fase da vida qualificada pela ausência de papéis sociais e pela decadência física. Com o progresso da idade dar-se-ia como um método contínuo de perdas e de dependência, que forneceria ao idoso uma similaridade de falta de condições deixando um conjunto de imagens negativas relacionadas à velhice (DEBERT, 1999 *apud* SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008).

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, o envelhecimento populacional é um acontecimento relativamente novo em todo mundo. Há cerca de 10 milhões de pessoas na população brasileira com idade superior a 65 anos e, no ano de 2020, o Brasil terá a sexta população mundial em números de idosos. Sendo que nas próximas décadas de acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o crescimento do número de centenários continuará acelerado. Estima-se que com esse crescimento o Brasil em 2050 terá um índice de 160.000 pessoas com 100 anos ou mais, representando uma população sete vezes maior do que aquela recenseada em 2000. Diante do exposto, tem-se articulado inúmeros indecisões acerca de como é percebido o envelhecimento humano da a sociedade atual (VELOZ; NASCIMENTO-SCHULZE; CAMARGO; 1999).

Ao analisar a percepção dos jovens perante as respostas do questionário realizado, observou-se que as situações que envolviam as percepções de inutilidade física, intelectual e emocional foram citadas nos quatro cursos analisados. Assim, quando se trata de pensar sobre o que é o envelhecer, os jovens, em sua maioria, reportam-se a aspectos negativos sobre envelhecimento. Nesse sentido, a partir desse relato o ser humano não consegue administrar sua velhice e não tem certeza se é isso que busca, embora sempre associe a velhice à doença, decorrente à dor, dependência, fragilidade deixando o indivíduo com o sentimento de solidão durante esse período de vida .

[...] Envelhecer é você ter limitações e não conseguir mais fazer coisas que você fazia[...].(Biomedicina)

A percepção diante do envelhecer não é mais citada como um meio de conhecimento, e sim, apontada como uma fase da vida em que as limitações estão acima de qualquer conquista apontada entre os jovens entrevistados. Há algumas diferenças entre os grupos de diversas faixas etárias, ocorrendo assim mudanças de pensamento com o passar da idade. O que antes era visto como a fonte de sabedoria das vivências da vida, hoje é deixado de lado devido suas limitações diante da idade, essa fase passa a ser marcada por sentimentos de inferioridade e desgosto COLES (1996).

[...] Chegar a uma idade que não posso mais fazer o que gosto, quando fico incapaz[...]. (Engenharia Civil)

[...] É ficar impossibilitada de fazer certas coisas que quando mais jovem você fazia naturalmente[...]. (Psicologia)

Percebe-se mediante os relatos, a visão negativa que os jovens atribuem ao envelhecimento, como um processo biológico natural causador de transformações do organismo e perda da capacidade adaptativa. Sendo que as representações sociais são concebidas pelas relações e comunicações perante aos grupos sociais, ruminando a circunstância dos indivíduos com relação a assuntos do seu cotidiano (VELOZ; NASCIMENTO-SCHULZE; CAMARGO; 1999).

Diante de uma realidade que julga ser correta, mesmo não tendo conhecimento concreto, procura-se rotular, generalizar a representação do envelhecimento, dessa forma, a sociedade, em uma visão simplista o associa à perda da incapacidade e do aparecimento das doenças. Diante dessas informações, observa-se que, ao analisar as falas dos jovens, nota-se que a visão sobre o envelhecimento é representada por um modelo de limitações de a uma sociedade, que não percebe que o envelhecimento possui muitas reservas a serem exploradas, de ganhos despercebidos diante do ciclo da vida, atualmente, desvalorizados. De acordo com VELOZ; NASCIMENTO-SCHULZE; CAMARGO (1999) se o ponto de vista perante as representações sociais sobre o envelhecimento permanecerem fortalecidos com um olhar sobre a noção de declínio, isso acarretará consequências negativas para a velhice, e para a sociedade.

Longevidade e Geração

Nota-se a importância de explorar o aumento da longevidade por intermédio do envelhecimento da população, analisando a visão que o jovem faz a uma determinada fase da idade. De acordo com CARVALHO; GARCIA (2003), a longevidade relaciona-se ao número de anos vividos por um determinado indivíduo ou ao número de anos que uma determinada geração viverá.

Afirma MERCER (2017), que a idade de uma pessoa é um preceito que não imperiosamente representa a forma como ela lida com a vida, muito menos sua situação perante a saúde ou inserção social. Além do mais, refere-se a uma percepção que pode estar propriamente ligada ao estigma e estereótipo do envelhecimento, uma vez que representa a forma de serventia sobre um indivíduo perante a sociedade a qual somente considera o indivíduo relacionando-o à sua capacidade e atividade são produtivas (MERCER, 2017). O que se pode constatar nas falas a seguir sobre a questão da longevidade é a visão de envelhecimento sobre a perceptiva do jovem que passa a considerar-se velho a partir de 60 anos de idade, quando começa a ter prioridades, mas com comprometimento da saúde física, intelectual, social e emocional no seu envelhecimento.

[...] 60 anos idade que em que tem prioridades em atendimentos por serem idosas e que o corpo vai se comprometendo[...] (Direito)

[...] 60 anos. Os resultado de exames clínicos começam a ser alterados[...] (Engenharia Civil)

Diante dos questionários interpretados, aos 60 anos de idade, o sujeito, para os jovens, já passa a ser nomeado como idoso, tendo suas prioridades referentes à idade, apontando para um corpo comprometido o qual, na percepção do jovem, começa a sofrer alterações devido à idade. Para Mannheim, (1952 *apud et al* FEIXA; LECCARDI, 2010), o que dá estrutura a uma geração não é uma data de nascimento específica, mas o contexto histórico. Diante dos relatos dos participantes notou-se que a longevidade não é considerada positiva, pois as gerações acreditam que quanto mais anos o ser humano viver, mais complicações terá com a saúde.

De acordo com MERCER (2017), a saúde mental dos idosos, associada à saúde física, correspondente pelo progresso na área da saúde, um ambiente social receptivo, retrata a chance de ressignificação da velhice. Não apenas da forma como ela é observada pela sociedade, mas na própria maneira de vivenciar esta fase da vida.

Afirma MERCER (2017) que essa nova visão permite que o envelhecimento passe a ser uma fase almejada, não exclusivamente temida, pontualmente pelas possibilidades que se indicam aos longevos, mas que a concepção do envelhecimento perante a visão dos jovens, passa ser positiva também. Já que o corpo passa por um processo de mudança, essa poderá ser alterada de acordo com a longevidade, permitindo que as próximas gerações olhem para o envelhecimento como um estágio propício para novas conquistas, já que nesse período o idoso adquiriu experiências no decorrer da sua vida, e que, conforme MERCER (2017), indicaria uma sociedade experiente madura que dispõe de tempo para realização dos seus próprios interesses.

Percepção do jovem sobre a qualidade de vida

Com a consciência do envelhecimento populacional e o aumento da longevidade, a qualidade de vida ganhou relevância nos últimos anos. A Organização Mundial de Saúde, OMS, definiu qualidade de vida como a percepção do indivíduo quanto à sua posição na vida no contexto social, cultural e sistema de valores em que vive, levando em consideração metas, expectativas, padrões e preocupações.

Por meio das respostas dos jovens entrevistados, percebeu-se que mesmo tendo um olhar negativo sobre o envelhecimento, seus relatos demonstram preocupações com o bem-estar físico, emocional e social.

[...] Um controle emocional, boa alimentação, vida ativa [...] (Engenharia Civil)

O termo qualidade de vida deixou de estar afiliado a inexistência de doença, passando a necessitar da relação entre indivíduo e meio, ambos em modificações constantes (FLECK *et al*,1999 *apud* OLIVERA; RABELO; QUEROZ;2012).

[...] Sim, com certeza, procuro não ficar nervoso, comer alimentos saudáveis e aproveitar a vida em vez de reclamar [...] (Direito)

Um estilo de vida entende-se pela escolha dos alimentos e das atividades ocupacionais, sociais e físicas que influenciam a capacidade de evitar doenças. Foi notável o pensamento voltado ao comportamento que influencie boa saúde de alguma forma, sendo assim, suas percepções sobre a velhice passam ter uma visão

mais positiva quando se trata da adesão de hábitos saudáveis moldando o envelhecimento com qualidade de vida.

[...] Sim, procuro ter hábitos saudáveis, cuidar da minha saúde mental e procuro fazer tudo o que gosto [...] (Biomedicina)

Conclusão

O desenvolvimento desse trabalho contou com alguns entraves, o mais significativo foi a dificuldade de encontrar materiais para sua elaboração. Foi realizada uma pesquisa baseada em estudo qualitativo de perguntas semiestruturadas. A partir da análise, foi possível perceber que a percepção do jovem sobre o envelhecimento é negativa, pois acredita apenas nas perdas do desenvolvimento físico, cognitivo e emocional, o que leva a associação do idoso à ideia de inutilidade.

Envelhecer bem é uma questão pragmática de valores individuais que devem permanecer o curso da vida, incluindo as condições próximas da morte. A adoção de atitudes e atividades que elevem a qualidade de vida aparenta garantir um envelhecimento saudável. Mesmo que os jovens participantes não tenham demonstrado, em seus relatos, preocupação com a saúde e com o envelhecimento, foi observado que o objetivo de todos é ter bem-estar nessa fase da vida, com um envelhecimento saudável, produtivo, ativo e bem-sucedido.

Os relatos mostraram que uma boa velhice está associada ao equilíbrio, à qualidade de vida que corteja a autoestima e o bem estar social, isso favorece uma extensa gama de aspectos, como: interação social, atividade intelectual, suporte familiar, capacidade funcional, estado emocional, estado de saúde, éticos e religiosos, nível socioeconômico emprego e estilo de vida saudável. Para tal necessidade é necessário políticas públicas que viabilizem a autonomia do idosos.

A pesquisa mostrou que a visão do jovem, sobre a longevidade é fruto das perspectivas de se viver bem no presente e no futuro. As interpretações dos relatos dos jovens permitiram ampliar a visão do curso de vida, em paralelo com sua atuação no presente. Acredita-se que a qualidade de vida presente contribuirá para uma expectativa de vida melhor desmistificando que envelhecimento é algo catastrófico. Isso ajudará o jovem a projetar uma visão sobre o envelhecimento

relacionanda à conquistas, experiências e aprendizados adquiridos, com qualidade de vida física e emocional.

Referências Bibliográficas

ARANHA, Maria Salete Fábio. **A interação social e o desenvolvimento humano**. Temas psicol. Ribeirão Preto, v. 1, n. 3, p. 19-28, dez. 1993. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?Script=sci_arttext&pid=S1413-389X1993000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 16 mar. 2018.

BOURDIEU. P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Edit. Perspectiva AS, 1999.

CALDAS, C.P. **O idoso em processo de demência: o impacto na família**. In: Minayo MCS, Coimbra Jr CEA, organizadores. Antropologia, Saúde e Envelhecimento. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002. P.51-71.

CARVALHO, José Alberto Magno de; GARCIA, Ricardo Alexandrino. O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.19, n. 3, p. 725-733, June 2003. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2003000300005&lng=en&nrm=iso>.access on 20 Oct. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2003000300005>.

CAMPEDELLI, M.A. **A identidade do velho no mundo contemporâneo**. São Paulo. Dissertação (Doutorado em Psicologia Social). Instituto de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

COLES, L. S. Theories of aging: the fable of the blind men touching the elephant. <http://home.esrthlink.net/~scoles/>, 1996.

DA SILVA JARDIM, V. C. F; DE MEDEIROS, B. F; DE BRITO, A. M. **Um olhar sobre o processo do envelhecimento: a percepção de idosos sobre a velhice**. Revista brasileira de geriatria e gerontologia, v. 9, n. 2, p. 25-34, 2006.

DE OLIVEIRA, A. D et al. **A intersectorialidade nas políticas públicas para o envelhecimento no Brasil**. Revista Kairós: Gerontologia, v. 17, n. 2, p. 91-103, 2014.

DOS SANTOS, G. A. **Os conceitos de saúde e doença na representação social da velhice**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 1, n. 1, p. 1-12, 2002.

FEIXA, Carles; LECCARDI, Carmem. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. Soc. estado., Brasília, v. 25, n. 2, p. 185-204, Aug. 2010. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922010000200003&lng=en&nrm=iso>. access on 17 Oct. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922010000200003>. MINAYO, M. C. S. (Org). Pesquisa social: Teoria, Método e Criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001, p.80.

GLASER, B.G; STRAUSS.A.L. **The Discovery of grounded theory: strategies for qualitative research.** New York: Aldine de Gruyter; 1967.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Demográfico 2000. Metodologia do Censo Demográfico 2000. IBGE: 2002b.

MERCER, Noélly Cristina Harrison. *Envelhecimento E Longevidade Produtiva Sob a Perspectiva Da Psicologia Social Comunitária: Reflexões a Partir De Duas Indústrias De Curitiba – PR.* Universidade Tuiuti do Parana, 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa social: Teoria, Método e Criatividade.** Petropolis: Vozes, 2001, p.80.

MIRANDA, G.M.D; MENDES, A.C.G; SILVA, A. L. A. O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras. Rev. bras. geriatr. gerontol., Rio de Janeiro , v. 19, n. 3, p. 507-519, Jan 2016 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1809_98232016_0003_00507&script=sci_arttext&lng=pt#B1> . Acesso em 06 dez 2017.

OLIVEIRA, Lourine Severo; RABELO, Dóris Firmino; QUEROZ, Nelma Caires. Estilo de vida, senso de controle e qualidade de vida: um estudo com a população idosa de Patos de Minas-MG. Estud. pesqui. psicol., Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 416-430, ago. 2012 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812012000200006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 24 out. 2018.

PEDRO, W.J.A. (2013, set.). Reflexões sobre a promoção do Envelhecimento Ativo. Revista Kairós Gerontologia, 16(3), 09-32. ISSN 1516-2567. ISSN 2176-901X. São Paulo (SP), Brasil: FACHS/NEPE/PEPGG/PUCSP. URL: http://revistas.pucsp.br/index.php/kairo_s/art icle/view/18506/13699.

ROSENBERG, R. Envelhecimento e morte. In M. J. Kóvacs (Ed.), Morte e desenvolvimento humano (pp. 69-89). São Paulo: Editora Casa do Psicólogo, 1992.

SCHNEIDER, Rodolfo Herberto; IRIGARAY, Tatiana Quarti. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. Estud. psicol. (Campinas), Campinas, v.25, n.4, p.585-593, Dec. 2008. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X_200800400013&lng=en&nrm=iso>. access on 21 Oct. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2008000400013>.

SIQUEIRA, R. L; Botelho M.IV; Coelho F.M.G. Velhice: algumas considerações teóricas e conceituais. Ciência Saúde Coletiva 2002; 7(4): 899-906.

UCHÔA, E; Firmo J.O.A, Lima-Costa M.F.F. Envelhecimento e saúde: experiência e construção cultural. In: Minayo MCS, Coimbra Jr CEA, organizadores. Antropologia, Saúde e Envelhecimento. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002. P.25-35.

VELOZ, Maria Cristina Triguero; NASCIMENTO-SCHULZE, Clélia Maria; CAMARGO, Brígido Vizeu. Representações sociais do envelhecimento. *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, v.12, n.2, p.479-501,1999. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-7972-1999-00020-0015&lng=en&nrm=iso>. accessed on 20 Oct. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79721999000200015>.

WILLIG, M. H; LENARDT, M. H; CALDAS, C. P. **A longevidade segundo histórias de vida de idosos longevos.** *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 68, n. 4, p. 697-704, 2015.

YOKOYAMA*, Cláudia Emi; CARVALHO*, Renata Soares de; VIZZOTTO**, Marília Martins. Qualidade de vida na velhice segundo a percepção de idosos freqüentadores de um centro de referência. *Psicol inf.*, São Paulo, v. 10, n. 10, p. 57-82, dez. 2006. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-88092006000100005&lng=pt&nrm=iso>. accessed on 24 Oct. 2018.

O surgimento do *stress* ocupacional e as principais causas e consequências no ambiente de trabalho

The emergence of occupational stress and the main causes and consequences in the work environment

Yuka Kitade¹
Mirella Martins Justi²

RESUMO

As necessidades constantes de realização pessoal e profissional, cumprimento de metas e horários, pressões, cobranças, medo de perder o emprego são alguns fatores que levam ao *stress* ocupacional prejudicando a saúde física e psicológica. Este artigo tem como objetivo mostrar, através de revisão sistemática da literatura, a existência do *stress* no ambiente de trabalho, causas, consequências e formas de controle e/ou prevenção utilizadas pelas empresas brasileiras. Pode-se constatar que seu surgimento relaciona-se ao comportamento das pessoas, ao trabalho e à organização. As causas apontadas são intrínsecas ao trabalho, como o papel profissional, progressão na carreira, afinidades no trabalho, estrutura e clima organizacional que podem afetar a saúde do trabalhador. Seu controle e prevenção têm sido feitos através de atividade física, práticas de relaxamento e ginástica laboral.

Palavras-chave: Prevenção do stress, saúde ocupacional, revisão de literatura.

ABSTRACT

The constant needs for personal and professional achievement, fulfillment of goals and schedules, pressures, charges, fear of losing the job are some factors that lead to occupational stress harming the physical and psychological health. This article aims to show, through a systematic review of the literature, the existence of stress in the work environment, causes, consequences and forms of control and/or prevention used by brazilian companies. It can be seen that its emergence is related to the behavior of people, to work and to organization. The causes mentioned are intrinsic to the work, such as the professional role, career progression, work affinities, structure and organizational climate that can affect the health of the worker. Its control and prevention have been made through physical activity, relaxation practices and workout gymnastics.

Key words: Prevention of stress, occupational health, literature review.

Introdução

Na década de 30, ao estudar a fisiologia das emoções, Walter Cannon definiu o *stress* como um distúrbio da homeostase observável sob condições de frio, falta de

¹ Aluna do curso de MBA em gestão de recursos humanos da Universidade Paulista – UNIP.

² Orientadora do trabalho de conclusão de curso de MBA em gestão de recursos humanos da Universidade Paulista – UNIP.

oxigênio e baixo nível de açúcar no sangue, entre outras. A esse respeito, Machado (1983, *apud* LIMONGI-FRANÇA; RODRIGUES, 2002), ao descrever o funcionamento do sistema nervoso e seus impactos sobre o organismo humano, considera que o relato de Cannon refere-se a uma síndrome de emergência, isto é, uma reação de alarme que ocorre em certas manifestações emocionais e situações de emergência em que se deve estar preparado para lutar ou fugir.

as, nas últimas décadas, a resposta fisiológica do *stress* tornou-se uma rotina na vida diária dos trabalhadores. A relação homem-trabalho pode gerar um *stress* crônico com o aparecimento de sintomas, se o ambiente de trabalho não for prazeroso e o trabalhador não sentir segurança em seu emprego (MENDES, 2012).

O indivíduo, diante de um trabalho estressor, tende a reagir de duas formas: ajuste ativo e ajuste passivo. No ajuste ativo, o indivíduo tenta mudar a estrutura a que está submetido, na tentativa de resgatar o prazer; no ajuste passivo, ele se torna alienado e se desinteressa pelo trabalho, executando-o apenas para sobreviver. É justamente esse indivíduo que apresenta maior predisposição a doenças e absenteísmo. Quando crônico, o *stress* organizacional tem reflexos diretos sobre a saúde (MENDES, 2012; RODRIGUES; GASPARINI, 1992).

Segundo a Associação Brasileira de Qualidade de Vida (ABQV, 2007), outro comportamento observado no ambiente de trabalho é o presenteísmo, que é uma atitude que prejudica a saúde do trabalhador e a produtividade da empresa. De acordo com esta associação, o presenteísmo também é uma situação em que o trabalhador cumpre com a jornada mesmo quando adoece por receio de ser substituído ou demitido da empresa.

As reações ao agente estressor somente começaram a ser estudadas em 1936 por Hans Selye. Este pesquisador demonstrou que o organismo humano, quando exposto a um estímulo percebido como ameaçador, seja ele físico, químico, biológico ou psicossocial, desencadeia um conjunto de reações uniforme e inespecífico, chamado Síndrome Geral de Adaptação, que é dividida em três fases: alarme, resistência e exaustão (RODRIGUES; GASPARINI, 1992; ROSSI, 1992; ALVES; MELLO FILHO; CORDEIRO, 1992; SILVA *et. al.*, 1993; LIPP; GUEVARA, 1994), sistematizadas no quadro a seguir.

Quadro 1. Fases e sintomas do *stress*.

FASES	SINTOMAS
ALARME	O indivíduo apresenta sintomas iniciais que, muitas vezes, não identificam o <i>stress</i> .
RESISTÊNCIA	O indivíduo adapta-se à situação e isso diminui ou causa o desaparecimento dos sintomas iniciais.
EXAUSTÃO	Com o retorno à reação de alarme, surgem novamente as catecolaminas. Elas diminuem as reservas energéticas e isso constitui o <i>stress</i> crônico.

Fonte: RODRIGUES; GASPARINI, 1992; ROSSI, 1992; ALVES; MELLO FILHO; CORDEIRO, 1992; SILVA *et. al.*, 1993; LIPP; GUEVARA, 1994.

Os experimentos realizados por Seyle com animais levaram-no a identificar três alterações fisiológicas relacionadas ao *stress* (embora, à época, o autor ainda não utilizasse esta palavra): aumento do córtex adrenal, úlceras gastrointestinais e involução do timo e dos nódulos linfáticos. Assim, Seyle descrevia, pela primeira vez, a síndrome que representava a tendência do organismo de reagir negativamente a uma gama diferenciada de estímulos nocivos. A síndrome ou “estereotipia” afetava os animais quando expostos ao frio, calor, raios-x, ruídos, dor, sangramentos ou trabalho muscular. Em outras palavras, o *stress* era o “mínimo denominador comum” das reações inespecíficas do organismo a qualquer tipo de tensão, desafio ou exigência (SEYLE, 1976, *apud* LEVI, 1996).

Conforme Mello Filho (1992), a reação protetora sistêmica desencadeada pelo *stress* pode ir além da sua finalidade e dar lugar a efeitos indesejáveis. É oportuno lembrarmos Levi (1996), que refere: o ser humano é capaz de adaptar-se ao meio ambiente desfavorável, mas esta adaptação não ocorre impunemente.

Aliás, Seyle (1965) lembra-nos de que as doenças de adaptação são conseqüências de excesso de hostilidade ou excesso de reações de submissão. Além disto, a possibilidade de que o organismo contenha memória afetiva (sistema límbico, hipotálamo conectados com o córtex) de situações de *stress* anteriores perpetua o potencial nocivo (GRANBOULAN; MERCUEL, 1988).

Em harmonia com essas situações, Friedmann e Roseman (1976 *apud* BAUK, 1985) estabelecem dois padrões básicos de comportamento que denominaram tipo A e tipo B. Em relação à propensão ao *stress*, os indivíduos do tipo A apresentam traços de personalidade que os tornam excessivamente perfeccionistas, exigentes e competitivos; demonstram senso exagerado de premência de tempo e agressividade, além de uma insatisfação pessoal bastante exagerada; e estão sempre competindo consigo mesmos e com os outros. Ao contrário, os indivíduos de padrão de comportamento do tipo B raramente apresentam desejos de executar várias

tarefas ao mesmo tempo. As pessoas de comportamento do tipo B podem até ter pretensões similares às dos indivíduos do tipo A, mas de forma menos obsessiva, o que preserva seu aspecto emocional.

Esses dois pesquisadores correlacionaram os padrões de comportamento com a incidência de doenças cardiovasculares e chegaram à constatação de que os indivíduos do tipo A são significativamente mais suscetíveis a tais doenças que os do tipo B, pois apresentam maior número de sintomas e sinais, decorrentes do *stress*, como níveis de pressão arterial, colesterol e triglicérides mais elevados que os indivíduos do segundo grupo. Quando o padrão de comportamento do tipo A está presente em indivíduos entre 30 e 40 anos, essa patologia facilmente se manifesta (BAUK, 1985).

Leite (1995) utilizou o ISS para avaliar as modificações ocorridas nas condições de trabalho antes, durante e depois de um Plano de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV) de uma empresa de economia mista do Paraná. Nesse estudo, a autora observou que, durante o período de adesão ao PIDV, houve um aumento de trabalhadores na fase de alerta ou resistência e que, após o PIDV, os indivíduos localizaram-se na fase de exaustão. Para avaliar essas modificações, os resultados do ISS do ano anterior foram considerados como de controle.

As pessoas que não conseguem lidar bem com o *stress* aumentam o consumo de bebidas alcólicas, drogas, fumo e cafeína. Em contrapartida, existem aquelas que administram a reação do *stress* muito bem, mas isso depende de sua experiência pessoal para descobrir formas alternativas de extravasá-lo, como a prática de atividades físicas regulares e de hábitos saudáveis. Além disso, é preciso saber dividir melhor as tarefas nas atividades em equipes e possuir um bom relacionamento com os amigos e a família (MENDES, 2012).

Mendes (2012) afirma que existem várias formas para diminuir o fator *stress* do cotidiano e ambiente de trabalho, independente da hierarquia funcional, que é possível tomar providências eficazes para melhorar a saúde e a eficácia no trabalho como, por exemplo, manter um controle do *stress* que significa conservar um equilíbrio entre o trabalho e o lazer; fazer relaxamento regularmente; ter algum tipo de atividade recreativa que ajuda a manter o equilíbrio entre casa e trabalho; praticar exercícios físicos regulares; ter um estilo de vida saudável; compartilhar os problemas; dar boas risadas regularmente; dormir bem (regularidade no sono e

vigília); acompanhar os próprios progressos (autoconhecimento e vida social); e afastar os pensamentos negativos.

Para França e Rodrigues (1997), o desempenho profissional pode ser severamente prejudicado caso o ambiente de trabalho contenha demandas excessivas ou ofereça recursos inadequados para enfrentar as contingências, aumentando o risco de doenças ocupacionais.

Robbins (1998) define motivação como a vontade de empregar altos níveis de esforço em metas organizacionais, condicionada pela capacidade do esforço de satisfazer alguma necessidade do indivíduo. O *stress* surge quando há deficiências relacionadas às habilidades, necessidades e expectativas. E ainda afirma que o ajuste inadequado entre a pessoa e o meio (relações e necessidades) pode também se traduzir em frustração e causa *stress*. Há uma íntima relação entre os fatores ambientais negativos causadores de tensão, excessiva carga de trabalho, ambiguidade/conflitos funcionais, condições precárias de trabalho e várias enfermidades, incluindo cardiopatias.

Além disso, no *stress* ocupacional, os fatores interpessoais têm um papel muito importante, pois no trabalho dependem dessas relações e, como argumenta La Rocco (1980), o suporte social no ambiente de trabalho pode moderar o impacto do *stress* sobre a saúde física e mental dos trabalhadores. Muitas condições de trabalho estão relacionadas ao *stress*, por exemplo, o trabalho efetivo versus o temporário, a cronometragem do tempo e outros aspectos organizacionais.

Em conformidade com pesquisas realizadas pela *American Management Association* (2003), as principais necessidades almejadas pelos indivíduos no trabalho são: recompensa material, progresso na carreira, reconhecimento, *status*, satisfação, percepção do desempenho, obtenção de tranquilidade doméstica, preservação da saúde e segurança no trabalho. Não é impossível que esses trabalhadores, ao não atingirem parte de suas necessidades, passem a ter relações muito desgastantes com o ambiente de trabalho.

Desta maneira, para que o trabalhador seja menos vulnerável ao *stress*, é preciso ter boas relações interpessoais em que haja compreensão de ambos os lados e os assuntos sejam tratados de forma mais clara, com humanidade e companheirismo, mas também tem que ter ambientes laborais em que essas relações permitem que haja uma boa comunicação e propiciem um sentimento de

fraternidade, pois são importantíssimos para a redução do *stress*. Com isso, as pessoas procuram mais programas alternativos que promovam mudanças em relação ao *stress* e que, em consequência, as corporações têm viabilizado uma série de benefícios sociais, culturais e recreativos. E é na recreação que se encontra uma opção importante na tentativa de melhorar o preparo físico e mental.

Segundo Mendes (2012), a recreação empresarial proporciona a melhoria da qualidade de vida e, deste modo, aumenta a produtividade dos trabalhadores, pois se o funcionário sente-se valorizado pela empresa, sua motivação aumenta, o que fomenta a criatividade e gera melhores resultados e também pode ser uma estratégia para tornar o ambiente de trabalho mais humanizado e atraente, proporcionando ao funcionário equilíbrio mental, social e físico.

Há várias maneiras de obter lazer de acordo com os interesses individuais. Conforme Costa (2010), os campos de interesses de lazer podem ser artísticos, intelectuais, físicos, manuais, turísticos e sociais.

De acordo com Mendes (2012), algumas ações possuem estratégias de prevenção do *stress* ocupacional e podem ser alcançadas por meio de quatro estratégias pessoais:

- a) Identificar os sinais e os sintomas presentes e a frequência com que aparecem (visa à identificação dos sintomas corporais, como os sinais de alerta de uma situação inadequada e, conforme a duração dos sintomas, a caracterização das fases do *stress*).
- b) Reavaliar a rotina diária e as situações críticas (visa à identificação de situações, pessoas e sentimentos conflitantes que desencadeiam os mecanismos de defesa e podem exigir reflexão, diálogo com as pessoas mais próximas, leituras especializadas e/ou ajuda especializada).
- c) Descobrir maneiras criativas de extravasar o *stress* (busca alternativas para extravasar o *stress* diário por meio de atividades criativas que estimulem o movimento corporal e promovam o relaxamento).
- d) Conviver com a reação do *stress* e descobrir os próprios limites para estabelecer o equilíbrio (a percepção de que a reação do *stress* serve justamente para ajudar as pessoas a alcançarem seus objetivos, tornando-as conscientes dos limites que existem em cada etapa da vida para ultrapassá-los com tranquilidade e equilíbrio).

Consoante, Costa (2010) afirma que os programas de Gestão de *Stress* Ocupacional podem ser individuais ou organizacionais. O programa individual destina-se a ajuda às pessoas que já estão a sofrer devido ao *stress*, enquanto o organizacional atua numa perspectiva preventiva, reduzindo os estressores reais ou potenciais; e são classificadas pela sua diferenciação ao nível da intervenção: primária (eliminar as fontes de *stress*, como o excesso de trabalho), secundária (reduzir o impacto dos estressores organizacionais e não propriamente reduzir os estressores como acontece nas intervenções primárias) e terciária (tratar problemas de saúde e bem-estar provenientes do *stress* e não para evitá-los).

Ainda de acordo com Costa (2010), para assegurar a eficácia da implementação de intervenções de Gestão do *Stress* no trabalho, existem atividades de planeamento e sistematização. Para atingir esse objetivo, percorrem-se três estágios distintos: diagnóstico (objetiva averiguar os níveis de *stress* existentes junto dos empregados da organização, bem como as suas principais causas e fatores mediadores), intervenção (deve ser definida, de acordo com o diagnóstico relativo às fontes de *stress*) e avaliação (verificar até que ponto foram alcançados os objetivos pretendidos, bem como os custos envolvidos, com critérios específicos, mensuráveis pelos instrumentos utilizados na etapa de diagnóstico, e não apenas uma melhoria do bem-estar geral).

Conforme o *stress* agrava-se, é importante que os gestores, ao perceberem, devam adaptar e programar medidas para reduzir e eliminar o mesmo, tais como: Compreender os efeitos negativos desta problemática; Perceber as necessidades e problemas dos seus colaboradores, dentro e fora da organização; Orientar os colaboradores para que não descarreguem os seus sentimentos/ressentimentos sobre os outros; Acompanhar e aconselhar os colaboradores de uma forma contínua; Ser pacífico, não julgando nem pressionando; Integrar práticas de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho - SHST; Definição e aplicação de estratégias no âmbito da SHST, baseadas na informação; Proporcionar apoio psicológico no sentido de aumentar a satisfação e qualidade de vida no trabalho; Criar, dentro da organização, a normalização de procedimentos de combate ao *stress*, partilhando esta informação com todos os colaboradores; Estabelecer e programar medidas preventivas e interventivas, no que diz respeito ao *stress* ocupacional; Adaptar o trabalho ao indivíduo; Elaborar programas de Ginástica Laboral, massagens, SPAs,

entre outras atividades, para ajudar a minimizar os impactos negativos dos requisitos do trabalho, permitindo que os colaboradores possam relaxar e descontraír; e Intervenção clínica, nomeadamente a criação de um gabinete específico, com profissionais especializados no âmbito organizacional, auxiliando e acompanhando situações delicadas e potencializadas de *stress*.

Em alguns casos, o *stress* ocupacional não tratado pode gerar a síndrome de *Burnout*, caracterizada pelo esgotamento físico e psíquico em decorrência do trabalho; por isso os gestores têm que acompanhar e perceber as necessidades e problemas dos seus colaboradores, dentro e fora da organização.

O estudo apresentado concluiu que o *stress* ocupacional pode acarretar a deterioração da qualidade de vida no trabalho e suas causas são constantes numa organização, pois existem várias exigências nos mais diversos níveis colocados por uma sociedade altamente competitiva, levando os colaboradores a um maior envolvimento, acarretando um grande desgaste físico e emocional.

E não são apenas os indivíduos que sofrem com as consequências do *stress*, mas também as organizações como um todo, como por exemplo, na produtividade que diminui e acaba provocando o aumento de erros e acidentes de trabalho e a elevada taxa de absentéismo, demandando custos organizacionais elevados que é uma das consequências do *stress* ocupacional. Por isso, as organizações devem desenvolver estratégias de controle e prevenção do *stress* de modo a melhorar a qualidade de vida dos funcionários e da organização como um todo.

Esta pesquisa foi importante, pois através dela pode-se concluir que os indivíduos, ao tentarem atingir metas, níveis de prestígio ou padrões de comportamento, podem desencadear a frustração e, logo após, o *stress*. Cardoso (1999) afirma que, para a Organização Mundial de Saúde (OMS), a saúde pode ser lesada não apenas pela presença de fatores agressivos (fatores de risco, de sobrecarga), mas também pela ausência de fatores ambientais (fatores de sobrecarga como a falta de suficiente atividade muscular, falta de comunicação com outras pessoas, falta de diversificação em tarefas de trabalho que causam monotonia, falta de responsabilidade individual ou de desafios intelectuais). E, por fim, verifica-se que o *stress* em realização de qualquer tipo de atividade em sua total ausência ou excesso pode ser prejudicial à saúde, mas que o crescimento do nível do *stress* pode evoluir para um quadro patológico, originando doenças graves.

Diante do apresentado, este artigo tem como objetivo realizar revisão de literatura científica sobre o surgimento do *stress* ocupacional, suas causas, consequências no ambiente de trabalho e as formas de prevenção e manejo.

A revisão sistemática da literatura científica disponível foi escolhida para este estudo e consistiu na escolha de livros e artigos que tratassem sobre o *stress* ocupacional. Os critérios para a escolha dos livros foi uma pesquisa bibliográfica feita na Biblioteca da Universidade Paulista de Araçatuba-SP através de palavras-chave como *stress*, *stress* ocupacional e a prevenção do *stress*; o levantamento dos artigos foi realizado através de pesquisa em bases de dados de acesso via *internet*, tais como os *sites* ABQV, AMANET, SCIELO, BRASIL ESCOLA, utilizando os uni-termos: causas e consequências do *stress* ocupacional, qualidade de vida.

Após a coleta dos dados, estes foram categorizados quanto ao histórico e conceituação do *stress* ocupacional, as principais causas e consequências descritas nos estudos e, por fim, quanto às estratégias de prevenção e manejo realizadas.

Resultados e Discussão

A princípio, a busca bibliográfica resultou em quarenta livros, dos quais vinte foram identificados por meio da busca nas bases de dados e os outros vinte por busca na biblioteca. Desses quarenta livros, foram excluídos sete por dualidade e/ou por não atenderem à temática. Desta forma, trinta e três livros foram analisados na revisão bibliográfica.

O *stress* organizacional ou ocupacional

O indivíduo, num trabalho estressor, tende a reagir de duas formas: ajuste ativo e passivo. De acordo com Mendes (2012), no ajuste ativo, o indivíduo tenta mudar a estrutura a que está submetido na tentativa de resgatar o prazer; e, no ajuste passivo, ele se torna alienado e desinteressa-se pelo trabalho, executando-o apenas para sobreviver. Rodrigues e Rodrigues (1989) complementam que o ajuste passivo apresenta maior predisposição a doenças e ao absenteísmo, mas também existe o presenteísmo que, conforme a ABBQV (2007), é uma atitude que prejudica a saúde do trabalhador e a produtividade da empresa.

A avaliação do *stress* ocupacional pode ser feita pelo Inventário de Sintomas de *Stress* (ISS) proposto por Lipp; Guevara (1994), pois estes autores validaram um

questionário capaz de detectar nas pessoas um quadro sintomatológico do *stress*, as fases do *stress* e se a predominância dos sintomas está na área cognitiva ou somática. Leite (1995) também utilizou o Inventário de Sintomas de *Stress* - ISS, mas para avaliar as modificações ocorridas nas condições de trabalho antes, durante e depois de um Plano de Incentivo à Demissão Voluntária de uma empresa do Paraná.

Segundo Couto (1987), existem agentes estressantes ligados ao comportamento das pessoas como relacionamento interpessoal destrutivo, incoerência, autoridade não compatível com a responsabilidade, chefia não representativa dos interesses do pessoal, ambiente tenso e inseguro ou de medo, e outros; mas também existem os agentes estressantes ligados ao trabalho propriamente dito, como a falta de subsídios fundamentais para decisões, responsabilidade excessiva versus capacidade do executante, a importância do indivíduo descobrir seu nível de competência e manter-se nele, prazos críticos, a questão da falta de informações, excesso do trabalho e deficiências de outras áreas prejudicando o andamento do trabalho; e existem os agentes estressantes ligados à organização como a correlação inadequada entre a capacidade, responsabilidade e salário, critérios de promoção nem sempre baseados na competência, os conflitos de valores, a organização deficiente do trabalho com alta incidência de perdas e os fatores de maior potencial estressante.

Causas do *stress* ocupacional

Sutherland; Cooper (1992) evidenciam cinco categorias de causas de *stress* ocupacional, quanto à sua natureza: intrínsecas ao trabalho, papel na organização, progressão na carreira, afinidades no trabalho, estrutura e clima organizacional. Na primeira categoria - causas intrínsecas ao trabalho - existem dois grupos de fatores: as condições físicas do trabalho e os requisitos das tarefas do trabalho; na segunda categoria - papel na organização - quatro grandes causas de *stress* podem ocorrer: conflito de papel, ambiguidade de papel, conflitos de limites e grau de responsabilidade; na terceira categoria - progressão nas diferentes fases da carreira (início, progressão e manutenção) - podem-se referir três grandes causas de *stress*: promoção excessiva ou insuficiente, falta de segurança no lugar de trabalho ou medo de perder o lugar de trabalho e estatuto na carreira profissional (frustração das aspirações individuais na carreira profissional); na quarta categoria - afinidade no

trabalho - toma-se em linha de consideração os relacionamentos inadequados entre superiores e subordinados e entre colegas, assim como a dificuldade em delegar responsabilidades; e, na quinta categoria - estrutura e clima organizacional - as causas de *stress* identificadas são falta de participação no processo de tomada de decisões, falta de consulta e comunicação efetivas, restrições injustificadas de comportamento, políticas da organização, ausência de sentimentos de integração na organização e estilos de liderança.

Consequências do *stress* ocupacional

De acordo com TOWNER (2016), o *stress* ocupacional é um tipo de *stress* crônico, por isso tende a afetar a saúde das pessoas, contribuindo para o surgimento de transtornos ou doenças cardiovasculares, doenças musculoesqueléticas, Síndrome de *Burnout* (esgotamento) e depressão. Também pode levar à adoção de um estilo de vida pouco saudável: má alimentação, transtornos do sono e, inclusive, maior consumo de tabaco e álcool. Estes transtornos estão relacionados de tal forma ao *stress* ocupacional que alguns países chegaram a incluí-los em listas de patologias do trabalho. Já no ambiente social, o *stress* ocupacional pode provocar isolamento e negligência pelas relações sociais (família, amigos, cônjuge...) e, no ambiente ocupacional, essa situação pode levar à falta de engajamento, diminuição de motivação e satisfação, rendimento reduzido, entre outros, afetando a produtividade e a competitividade da empresa.

Em conformidade com Chiavenato (2008), a saúde ocupacional está relacionada com a assistência médica preventiva. A lei 24/94 institui o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional, que exige exame médico pré-admissional, exame médico periódico, exame de retorno ao trabalho (no caso de afastamento superior a trinta dias), exame médico demissional nos quinze dias que antecedem o desligamento definitivo do funcionário. O programa de medicina ocupacional envolve os exames médicos exigidos legalmente, além de executar programas de proteção da saúde dos funcionários, palestras de medicina preventiva, elaboração do mapa de riscos ambientais, relatório anual e arquivos de exames médicos com avaliação clínica e exames complementares, visando à qualidade de vida dos colaboradores e maior produtividade à organização.

Controle e prevenção do *stress* ocupacional

A reação do *stress* existe no ser humano para garantir a sobrevivência e a perpetuação da espécie, mas, nos tempos atuais, com tantos acontecimentos, há uma elevação no nível de *stress* no trabalho e, para que isso não afete a vida e nem o trabalho do indivíduo, existem formas, segundo Towner (2016), de controlar ou reduzir o *stress*, como fazer relaxamento, alguma atividade física e/ou recreativa, estilo de vida saudável e afastar os pensamentos negativos.

Conforme Greenberg, existe também a tecnologia que proporciona aos indivíduos relaxamento por meio de programas de informática com músicas e imagens, os quais criam momentos tranquilos de pausa em frente à tela do computador. Além do relaxamento, de acordo com Mendes, tem-se a ginástica laboral, que é uma técnica de controle do *stress* em grupo que possibilita a diminuição da tensão corporal por meio de exercícios e atividades físicas.

Mas também existe a massagem que é uma estratégia para reduzir o *stress* e pode ser feita pelo próprio funcionário, em duplas ou com vários funcionários ao mesmo tempo, formando uma coluna, um atrás do outro.

Embora tenha várias maneiras de controlar ou prevenir o *stress*, para algumas pessoas a proposta de uma atividade recreativa ou física no ambiente de trabalho é vista como um fator estressor, por isso os profissionais de saúde têm que abordar estas pessoas e explicar que a ginástica laboral é um modo de descontração para quebrar um pouco a rotina e o ciclo vicioso do *stress* ocupacional.

Discussão dos resultados

Diante dos resultados obtidos, o autor Mendes (2012) apresenta um campo prudente para discussão, visto que há uma quantidade significativa de estudos disponíveis na revisão da literatura científica investigando o surgimento do *stress* ocupacional no ambiente de trabalho. Os outros autores propiciaram resultados relevantes em relação às causas e consequências do *stress* como Shutherland e Cooper (1992) e Chiavenato (2008); e ainda obtiveram-se resultados quanto ao controle e prevenção do *stress* com os autores como Towner (2016) e Greenberg (2002). Porém, os resultados promissores obtidos levam-nos a crer que o *stress* ocupacional surge através de ambientes propícios à pressão, longas jornadas de trabalho, insatisfação com o trabalho, conflitos organizacionais, entre outras. A

seguir, são discutidas as características da revisão sobre as quais foi possível identificar certo grau de consenso na comunidade acadêmica e o que ainda necessita de mais investigação, além das principais perspectivas apontadas.

Indícios obtidos: de acordo com os resultados obtidos, encontram-se indícios de que o *stress* ocupacional apresenta-se quando diminui a eficiência da produtividade, gerando conflitos interpessoais, desmotivação, isolamento, etc. Além disso, podem-se desencadear crises mentais, neuróticas ou psicóticas, ou até mesmo doenças cardiovasculares e depressão como consequência do *stress* ocupacional; mas também existem formas de controlar ou reduzi-lo, como fazer relaxamento, atividade física e ter um estilo de vida mais saudável.

Questões em aberto: apesar dos resultados promissores obtidos, certos pontos sobre o *stress* ocupacional ainda não foram satisfatórios, requerendo maior investigação; como exemplo, cita-se a necessidade de mais estudo sobre o surgimento do *stress* ocupacional no ambiente de trabalho. Outro fator importante a ser investigado são as causas do *stress*, pois, nas pesquisas feitas, não obtiveram tantos resultados como esperado. Uma possível alternativa seria direcionar os textos para o surgimento do *stress* ocupacional e suas causas e consequências a fim de aprofundar mais os conhecimentos sobre esse assunto tão importante para as pessoas, mas que muitas empresas não dão importância para a qualidade de vida do trabalhador. Além disso, é necessário avaliar o impacto de fatores do *stress* ocupacional nos resultados da revisão da literatura científica.

Perspectivas futuras: como sugestão para estudos futuros, indica-se a necessidade de uma pesquisa mais elaborada sobre este tipo de *stress*. A avaliação da qualidade da pesquisa gerada pelos livros, artigos e *sites* foi executada de acordo com os objetivos e metodologia. Outro ponto sugerido é a caracterização dos tipos de prevenção do *stress* ocupacional da revisão.

Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo realizar a revisão da literatura científica sobre o surgimento do *stress* ocupacional, suas causas e consequências no ambiente de trabalho e as formas de prevenção e manejo do *stress* ocupacional. O surgimento do *stress* ocupacional é ocasionado através da diminuição da capacidade de adaptação às exigências do ambiente de trabalho, causando o desgaste físico, emocional e

psicológico do organismo. Quando recorrente, pode levar ao surgimento de doenças mentais como a depressão e transtornos da ansiedade. Dentre muitos os estímulos que podem desencadear o *stress* ocupacional têm os fatores intrínsecos ao trabalho, o papel do indivíduo na organização, os relacionamentos interpessoais, a satisfação do trabalhador em termos de carreira e perspectivas futuras, o clima e a estruturas organizacionais e a interface casa-trabalho do indivíduo. Os gestores devem preocupar-se com o *stress* ocupacional a partir do momento em que percebem os graves problemas que pode causar no indivíduo; não só para o colaborador, mas também para a organização. Para isso, devem adaptar e programar medidas para reduzir ou eliminar o mesmo, pois uma das exigências que está em crescimento é a de manter reduzidos os estressores organizacionais. Todo empregador tem que estar em condições para gerir e reduzir o próprio *stress*, bem como para auxiliar a diminuição das tensões de *stress* dos funcionários.

Referências Bibliográficas

ALVES, J. G.; MELLO FILHO, J. de; CORDEIRO, H. **Mesa redonda: Stress**. Jbm, v.62, n.4,1992, p.38-47.

AMERICAN MANAGEMENT ASSOCIATION. **Searchs about stress**. 2003. Disponível em: <https://www.amanet.org/>. Acessado em 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE QUALIDADE DE VIDA (ABQV). O estresse ocupacional no Brasil. Disponível em: www.abqv.org.br. Acessado em 19/05/2017.

BAUK, D. A. Stress. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, São Paulo, v.13, n.50, 1985, p.28-36.

CARDOSO, W. L. C. D. Qualidade de vida e trabalho: Uma articulação possível. Em: GUIMARÃES, L. A. M.; GRUBITS, S. (Orgs.). **Saúde Mental e Trabalho** (pp. 89-116). São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

CHIAVENATO, I. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

COSTA, P. C. **Gestão do Stress Ocupacional**. Outubro de 2010. Disponível em: <http://www.rhportal.com.br/artigos-rh/gesto-do-stress-ocupacional>. Acessado em 25/03/2018.

COUTO, H. A. **Stress e qualidade de vida dos executivos**. Rio de Janeiro: COP, 1987.

FRANÇA, A. C. L.; RODRIGUES, A. L. **Stress e trabalho: guia básico com abordagem psicossomática**, São Paulo, Atlas, 1997.

GRANBOULAN, V.; MERCUEL, A. **Stress y Depresión, Semaine des Hospitiaux**, Paris, Expansion Scientifique Française, 1988.

GREENBERG, J. S. **Administração do estresse**. Barueri, Manole, 2002.

LA ROCCO, J. M.; HOUSE, J. S.; FRENCH, J. R. P. Social support, occupational and health. **Journal of Health and Social Behavior**, 21, 1980.

LEITE, N. Impacto de um plano de incentivo à demissão voluntária sobre a saúde dos trabalhadores. Curitiba, 1995, 50p. **Monografia (Especialização em Saúde e Medicina do Trabalhador)**. Setor de Ciências da Saúde. Universidade federal do Paraná.

LEVY, L. **Society, stress and disease**. London: Oxford University Press, 1996.

LIMONGI-FRANÇA, A. C.; RODRIGUES, A. L. **Stress e trabalho: uma abordagem psicossomática**. São Paulo: Atlas, 2002.

LIPP, M. E. N.; GUEVARA, A. J. H. Validação empírica do inventário de sintomas de *stress* (RSS). **Estudos de Psicologia**, Campinas, v.11, n.3, 1994.

MELLO FILHO, J. de. **Psicossomática hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1992.

MENDES, R. A. **Ginástica laboral: princípios e aplicações práticas**. Barueri, São Paulo: Manole, 2012.

ROBBINS, S. P. **Comportamento Organizacional**. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

RODRIGUES, A. L.; GASPARINI, A. C. L. F. “Uma perspectiva psicossocial em psicossomática: via estresse e trabalho”. In: Mello Filho, Júlio de et al. (orgs.). **Psicossomática hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

RODRIGUES, A. L.; RODRIGUES, D. M. Introdução à história da Medicina Psicossomática. **Temas de Medicina Psicossomática**, v.1, São Paulo: Roche, 1989.

ROSSI, A. M. **Autocontrole: nova maneira de controlar o estresse**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SEYLE, H. **Stress – a tensão da vida**. São Paulo: IBRA-AS, 1965.

SILVA, A. M. A. et al. **Doença arterial coronária: associação de fatores de risco**”. *Ars Curandi*, v.26, n.4, 1993, p.12-47.

SUTHERLAND, V.J.; COOPER, C. L. Job stress, satisfaction and mental health among general practitioners before and after introduction of new contract. **BMJ** 1992; 304: 1545-8.

TOWNER, L. **Controlando o Estresse na empresa**. São Paulo: Clio, 2016.

Orientação Profissional e Ensino Médio: Vivenciando Práticas

Professional Orientation and High School: Experiencing Practices

Aline Pereira Martins¹
Ana Paula Anhani²
Ana Paula da Silva³
Carla Renata Pereira Baieta⁴
Fernanda Ferreira⁵
Fernando Pedro Gusella⁶
Heloisa Gouvêa Lazari⁷
Rafaela Cristina da Silva Cunha⁸
Stefani Siqueira de Araújo⁹
Ana Paula de Castro Freitas¹⁰

RESUMO

A Orientação Profissional caracteriza-se como uma ferramenta propiciadora de reflexão em relação ao desenvolvimento do futuro do jovem em relação a escolha profissional. Destaca-se a importância do processo de Orientação Profissional por promover o autoconhecimento e a autonomia do jovem como responsável por sua própria vida, escolhas e trajetória profissional. Essa pesquisa foi realizada pelos acadêmicos do último ano do curso de Psicologia, e teve como objetivo investigar a percepção e os sentimentos relacionados a escolha profissional e a obtenção de informações acerca das diferentes áreas de atuação profissional. Averiguou-se também a comprovação da efetividade da Orientação Profissional como propiciadora de reflexão e autoconhecimento frente as questões desafiadoras que envolvem a escolha profissional, atrelada a um marco de responsabilidade.

Palavras-Chave: Ensino Médio; Escolha Profissional; Orientação Profissional

ABSTRACT

The Professional Orientation is characterized as a propitiating tool for reflection on the development of the young person's future in relation to professional choice. It is important to emphasize the importance of the Professional Orientation process to promote the self-knowledge and the autonomy of the young person as responsible for their own life, choices and professional trajectory. This research was carried out by the last year students of the Psychology course, and had as objective to investigate the perception and the feelings related to professional choice and the obtaining of information about the different areas of professional performance. It was also verified the proving of the effectiveness of the Professional Orientation as a propitiator of reflection and self-knowledge in front of the challenging questions that involve the professional choice, tied to a framework of responsibility.

Key words: High school; Choose Professional; Professional orientation.

¹Acadêmica do 10º termo do curso de Psicologia no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba-SP.

²Acadêmica do 10º termo do curso de Psicologia no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba-SP.

³Acadêmica do 10º termo do curso de Psicologia no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba-SP.

⁴Acadêmica do 10º termo do curso de Psicologia no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba-SP.

⁵Acadêmica do 10º termo do curso de Psicologia no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba-SP.

⁶Acadêmico do 10º termo do curso de Psicologia no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba-SP.

⁷Acadêmica do 10º termo do curso de Psicologia no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba-SP.

⁸Acadêmica do 10º termo do curso de Psicologia no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba-SP.

⁹Acadêmica do 10º termo do curso de Psicologia no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba-SP.

¹⁰Psicóloga e Professora Especialista no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba-SP.

Introdução

A Orientação Profissional apresenta-se como um instrumento de reflexão e construção de possibilidades para o presente e o futuro dos jovens, no que concerne ao desenvolvimento de suas identidades relacionadas ao trabalho e ao projeto de vida. Desse modo, cabe ao Orientador Profissional o compromisso de levantar discussões sobre a importância dos estudos e de outras formas de ampliação de conhecimento, proporcionando o aumento das oportunidades de participação social, fortalecimento de protagonismo para a vida e autonomia para as escolhas (SOUZA *et al*, 2014).

A Orientação Profissional surgiu como um serviço cuja finalidade era de elevar a produção industrial. Iniciada no século XX, na Europa, especificamente no Centro de Orientação Profissional de Munique, no ano de 1902, seu objetivo consistia em identificar trabalhadores inaptos para ocupar algumas funções e, por meio disso, evitar acidentes de trabalho (QUADROS, 2013).

No Brasil, a Orientação Profissional teve como marco inicial a criação do Serviço de Seleção e Orientação Profissional pelo engenheiro suíço Roberto Mange, em 1924. Destaca-se como um avanço importante, no ano de 1947, a criação do Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP), o qual reuniu técnicos e estudiosos da Psicologia Aplicada que objetivaram desenvolver métodos e técnicas da Psicologia Aplicada ao Trabalho e à Educação, principalmente por meio da adaptação e validação de instrumentos psicológicos estrangeiros e da criação de instrumentos brasileiros. Proporcionou-se ainda o atendimento ao público através do processo de Seleção e Orientação Profissional e a formação de novos especialistas da área (AMBIELI; POLLI, 2011).

Boholasvsky (2007) conceitua a Orientação Profissional como um dos campos da atividade dos cientistas sociais que abrange uma série de ramos ou dimensões, compreendendo desde o aconselhamento na elaboração de planos de estudo até a seleção de bolsistas, cujo critério seletivo é a vocação. Constitui-se, portanto, como uma gama de tarefas, incluindo o psicológico e o pedagógico, em nível de prevenção, diagnóstico, investigação e resolução de problemas vocacionais.

A Orientação Profissional perpassa pela condição inerente do ser humano de realizar escolhas, as quais sofrem influências de variáveis individuais, sociais,

econômicas e culturais que atribuem sentido às escolhas do sujeito. Diante da necessidade de escolher um curso de preparação profissional, dentre tantas possibilidades, ou apenas ingressar no mercado de trabalho que se encontra em constante transformação, torna-se uma tarefa difícil, até mesmo desafiadora, para o adolescente escolher, causando-lhe angústia, medo, dúvida e insegurança, pois sua decisão trará sérias implicações para o futuro (PEDREIRA; NEVES, 2017).

No Brasil, nos últimos dez anos, verificou-se o aumento de matrículas de jovens no Ensino Médio e, conseqüentemente, a procura pelo ingresso em Instituições de Ensino Superior e no mercado de trabalho. No entanto, as escolas particulares e públicas não disponibilizam uma preparação adequada no que tange às questões de escolha profissional, devido principalmente à separação da realidade social durante a transmissão dos conhecimentos (PEREIRA; NEVES, 2017).

No cenário atual, a Orientação Profissional ainda se encontra em processo de difusão, não sendo oferecida na maioria das instituições de ensino. Ademais, ainda é vista pelos leigos de forma equivocada, como se o processo se limitasse a dizer para o que o indivíduo serve. Entretanto, nos últimos anos, ela vem se desenvolvendo de forma significativa, podendo ser considerada como uma área de atuação independente de outros ramos da Psicologia, com teorias e técnicas específicas (SILVA; FARIA; FOCESATO, 2012).

Segundo Dantas (*et al*, 2014), a importância do processo de Orientação Profissional está atrelada ao favorecimento do autoconhecimento e da autonomia do indivíduo, considerado como o responsável por sua própria vida, escolhas e trajetória profissional, destacando o caráter mutável das mesmas. Acompanhar os jovens na construção do seu futuro é uma maneira de proporcionar a eles bem-estar, auxiliando-os a lidar com questões referentes ao seu futuro e analisando as condições socioeconômicas existentes para a realização de uma escolha satisfatória.

Ressalta-se ainda que a Orientação Profissional permite o acesso a informações profissionais sobre cursos, mercado de trabalho, oportunidades e especializações, bem como auxilia os jovens a realizarem uma reflexão sobre a relevância do trabalho. Neste sentido, a Orientação Profissional propicia mais do que a escolha de uma ocupação ou emprego, proporciona uma reflexão sobre a adequação das próprias potencialidades às exigências do mercado de trabalho,

assim como os significados do exercício profissional e o espaço que este ocupa na vida das pessoas (BURIN; NASCIMENTO, 2017).

Diante de todo o exposto, a presente pesquisa, realizada pelos acadêmicos do último ano do curso de Psicologia do Centro Universitário Católico Salesiano *Auxilium* durante a execução do Estágio Ênfase de Formação I no contexto escolar, teve como objetivo investigar a percepção e os sentimentos dos estudantes do 3º ano do Ensino Médio acerca da escolha e Orientação Profissional - OP.

Material e Método

Foi realizada uma pesquisa de campo com os alunos do 3º ano do Ensino Médio do Colégio Salesiano Dom Lasagna. Participaram da pesquisa 24 alunos; sendo 15 meninas e 9 meninos. Executaram-se 7 encontros, nos quais foram feitas dinâmicas e oficinas para abordar a disciplina Orientação Profissional.

O primeiro encontro foi destinado à discussão das motivações da OP, colocando os objetivos de trabalho e suas etapas. Por ser o primeiro contato, fez-se necessária a apresentação dos alunos, com a técnica de apresentação denominada “cine adolescente”. Por meio dessa técnica, o objetivo era o surgimento de fantasias em relação à profissão e ao futuro, como também o contato consigo mesmo por meio da identificação de qualidades e defeitos no personagem escolhido.

No segundo encontro, foi elaborada a dinâmica gosto e faço. Cada aluno recebeu uma folha com 4 quadrantes, sendo o 1º nomeado como Gosto e faço; o 2º, Gosto e não faço; o 3º, Não gosto e faço; e o 4º, Não gosto e não faço, os quais os alunos preencheram de acordo com suas vontades pessoais. O objetivo foi promover o autoconhecimento dos alunos e também estabelecer o vínculo com os mesmos.

Foi realizada no 3º encontro a técnica da minhoca; os alunos organizaram-se em fila indiana e foram instruídos para que o primeiro da fila conduzisse os outros que permaneceram com os olhos fechados e todos os participantes guiaram a fila, de forma que também foram guiados. Logo após, o primeiro da fila deu início, guiando os demais, passando por escadas, corredores, rampas, bancos e árvores. O objetivo da técnica é mostrar para os alunos a confiança em si próprio e em suas escolhas.

A técnica Viagem ao passado, presente e futuro foi feita no quarto encontro. Foi sugerido que os alunos ficassem de maneira mais confortável e que fechassem

os olhos, com uma música de relaxamento para que cada um tivesse o seu momento de reflexão. O objetivo foi proporcionar uma reflexão sobre o passado, presente e futuro.

O quinto e sexto encontros foram designados para as feiras das profissões que contaram com a presença dos profissionais das seguintes áreas: Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil, Fisioterapia, Nutrição, Psicologia, Biomedicina, Medicina Veterinária, Odontologia, Tecnologia, Química e Bioprocessos. Teve como objetivo contribuir para que os alunos conhecessem os cursos de forma mais clara e objetiva, podendo assim decidir sobre qual profissão escolher, esclarecendo dúvidas e fornecendo subsídios de como funcionam os cursos de graduação de uma universidade, e sobre a diversidade profissional, estimulando o interesse pela continuidade dos estudos.

O fechamento foi através de questionário para obter um *feedback* sobre como foi o processo de orientação para os alunos. Foi entregue uma folha para cada um a fim de averiguar suas expectativas e mudanças.

Resultado

Os resultados foram levantados a partir de questionários semiestruturados, respectivamente aplicados antes e após as oficinas. É importante ressaltar que o objetivo desse trabalho foi de investigar a percepção e os sentimentos dos estudantes do 3º ano do Ensino Médio acerca da escolha e Orientação Profissional. Para isso, realizaram-se encontros com os alunos, baseados em autoconhecimento e reflexão, além de feira das profissões.

Sobre a entrevista semiestruturada, Manzini (1990/1991) relata que esta é focada em um assunto sobre o qual construímos uma ideia, ou seja, um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões relativas às circunstâncias momentâneas à entrevista. Para o autor, esse tipo de entrevista pode fazer surgir informações de forma mais livre e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas.

O primeiro questionário aplicado para os alunos teve como finalidade apontar por quais as áreas acadêmicas, cursos e profissões apresentam maior interesse. O universo da pesquisa foi composto por 25 alunos pertencentes ao 3º

ano do Ensino Médio; no entanto, 04 deles optaram por não participar; desta maneira, a amostra desta pesquisa teve a representatividade de 21 alunos.

Ao tratar das áreas acadêmicas de interesse do aluno, cada indivíduo poderia escolher mais de uma opção. Foram obtidos os seguintes resultados: 14 alunos mostraram interesse pela área das ciências humanas; 10 pela área das ciências exatas; e 10 pela área das ciências biológicas, lembrando que, nessa alternativa, os alunos poderiam escolher mais de uma opção de área de interesse.

Os dados expostos diante dos cursos e profissões escolhidos pelos alunos apontam os de maior prevalência no grupo, sendo que 04 alunos optaram pela graduação de Engenharia (Mecânica; Química; Civil e de áudio); 04 pretendem o curso de Direito. Já os cursos e profissões com menores índices de escolhas basearam-se em 02 alunos para cada curso, como: Medicina, Arquitetura, Formação Militar - Policial, Cabeleireira, Administração e Psicologia, sendo que 01 aluno não optou por nenhum interesse de curso e/ou profissão.

Através dos questionários, foi possível analisar que 18 alunos nunca compartilharam de um processo de orientação profissional e apenas 03 relatam que já tinham participado.

A escolha profissional é um processo que os adolescentes vivenciam para ingressarem no mundo profissional e no mercado de trabalho, o qual é marcado por mudanças rápidas. Por estarem num momento de intensas modificações, os adolescentes sentem-se inseguros e com muitas dúvidas para fazer uma escolha quanto à sua profissão, por isso surge a necessidade de procurar Orientação Profissional (KRAWULSKI,1991).

Os resultados obtidos por meio do questionário mostraram que existem grandes dificuldades para os adolescentes chegarem a uma escolha profissional, devido a tantos conflitos vivenciados nessa idade; sendo assim, aponta a importância da Orientação Profissional, o qual lhe permita construir características próprias, possibilitando definir suas escolhas para a vida.

O segundo questionário teve como objetivo mensurar a opinião sobre como foram os encontros da oficina de OP, os entrevistados especificaram seu nível de concordância com as afirmações elencadas. As questões propostas para os alunos foram: O que você achou de participar de um processo de OP? 06 alunos acharam o

processo de OP REGULAR; 11 participantes acharam BOM; e 04 estudantes assinalaram a opção MUITO BOM; nenhum aluno considerou-o RUIM.

Referente a como foi participar do processo de Orientação Profissional, obteve-se os seguintes resultados: 07 alunos achou a OP como REGULAR, 09 alunos BOM e 04 alunos MUITO BOM, apenas um aluno não respondeu, e sendo que nenhum aluno achou RUIM a Orientação Profissional.

No tocante ao processo de Orientação Profissional, nota-se que 05 alunos relataram ter dúvidas e 16 disseram que compreenderam bem o processo. Ao serem abordadas quais informações e conteúdos poderiam ser tratados no processo de orientação profissional; 11 alunos relataram que faltaram informações e conteúdo; 09 afirmaram que não faltaram informações e conteúdo; 1 aluno não respondeu a questão.

No geral, os alunos mostraram-se satisfeitos com o processo, aproveitando bem tudo o que foi trabalhado e aprendido.

Discussão

O processo de Orientação Profissional realizado obteve uma avaliação positiva de acordo com o questionário aplicado ao final das oficinas. Foram destacados como melhores momentos do processo as feiras das profissões e as dinâmicas que promoveram o autoconhecimento. Outro fator apontado é o interesse e aceitação em relação ao processo com os alunos. Correlacionando com os resultados, todos os participantes julgaram como necessária a orientação profissional nesse processo tão delicado de escolha.

Krawulski (1991) aponta que a escolha profissional é uma fase em que todos os adolescentes experienciam antes de ingressarem no mercado de trabalho. Por se tratar de um momento de mudanças, o jovem sente-se ansioso e inseguro; além disso, surgem inúmeras dúvidas a respeito da escolha da profissional; por esta razão, demonstra-se a necessidade da Orientação Profissional.

Nos momentos de intervenções com os alunos, notou-se que grande parte deles sabe lidar com a ansiedade proveniente desse processo de escolha. Também foi observado que muitos ali já possuíam uma ideia em relação à graduação de escolha, entretanto essa própria certeza é geradora de ansiedade. Refletir sobre suas

convicções foi um aspecto abordado e trabalhado nas dinâmicas de autoconhecimento.

Oliveira; Pessoa (2013) salientam que o processo de escolha profissional gera, nos adolescentes, ansiedades e medo. Compreende-se que a Orientação Profissional tem como objetivo ajudar os estudantes a encarar melhor os seus sentimentos, promovendo o autoconhecimento e ponderação sobre a escolha profissional. Conseqüentemente, o adolescente sentir-se-á mais confiável no momento de fazer sua escolha, visto que a decisão será fundada em seus desejos e também nos propósitos para o futuro.

Nas feiras das profissões, a curiosidade foi presente. Os alunos mostraram-se totalmente interessados em ouvir um pouco mais sobre a atuação dos profissionais convidados. Os alunos cujas profissões foram representadas nas feiras realizaram mais indagações; porém, como um todo, a presença de profissionais foi considerada o melhor momento de todo o processo. Poder interagir diretamente com profissionais foi crucial para sanar todas as possíveis dúvidas. Os interesses dos alunos giravam em torno da graduação até a própria atuação.

Segundo Bohoslavsky (2007), o adolescente tem apreensão ao seu futuro; por esse motivo, busca aconselhamentos para decidir a profissão. O seu pensamento sobre o futuro é inserto e desconhecido. Outra preocupação é o ingresso na sociedade por que a partir daí tomará as suas decisões. Por este motivo, os conflitos surgem em torno de suas escolhas, porque há uma enorme inquietude quanto ao futuro; desta forma transforma seus sentimentos em angústias e incertezas.

Outro tópico abordado nessa pesquisa foi a influência dos pais nas escolhas em relação ao futuro profissional. O questionário aplicado inicialmente continha uma pergunta diretiva sobre a influência dos pais e, ao longo do processo, esse aspecto também foi analisado. Constatou-se que os pais não influenciam diretamente, cobrando-lhes que deem continuidade em suas profissões; porém há a cobrança para que se decidam em relação à graduação de escolha.

De acordo com Oliveira; Pessoa (2013), a escolha profissional sofre influências por parte da família do adolescente e também por pessoas muito próximas. Entende-se que os familiares e amigos são modelos de referência e grande parte dos pais conservam demasiada expectativa em seus filhos; por isso, os jovens sentem-se pressionados, o que acaba gerando angústia no instante da escolha.

A faixa etária dos alunos participantes deu-se entre 17 a 19 anos, fase essa em que os adolescentes iniciam a vida jovem adulta e também quando o senso crítico está em desenvolvimento. Nos momentos reflexivos, observou-se que a ideia de escolha profissional precisaria ser algo extremamente determinante e isso se tornava gerador de angústia para os alunos. A incerteza de estar ou não fazendo a escolha correta foi algo relevante entre eles, porém manejado através de discussões realizadas durante o processo.

Para Santos (*et al*, 2018), a adolescência é uma fase da vida que requer cuidado pela importância que ela representa para o jovem e no que pode vir a implicar no seu futuro, tendo em vista uma formação crítica, para que assim desfrutem da escolha profissional futura sem deixar de usufruir, tão cedo, da fase da vida em que se encontram.

A participação do corpo docente na orientação profissional foi positiva. Muitos professores participaram das intervenções e feiras das profissões de forma direta, questionando e até esclarecendo dúvidas sobre o assunto tratado. A direção da escola mostrou-se prestativa e compreensiva em relação à necessidade de iniciar o trabalho de Orientação Profissional logo no primeiro ano do Ensino Médio.

Santos *et al* (2018) destaca a importância de as escolas realizarem trabalhos em conjunto dos educadores e psicólogos para ofertar mais suporte aos alunos, visando propiciar momentos de reflexões acerca de novas perspectivas em relação às possibilidades que os jovens têm à sua frente, tendo como objetivo impactos positivos na sociedade para que, deste modo, possam exercer suas funções como cidadãos de forma satisfatória.

Conclusão

Baseado na prática relatada nessa pesquisa, conclui-se que o processo de Orientação Profissional realizado com os alunos do 3º ano do Ensino Médio alcançou o objetivo esperado, pois confirmou a hipótese inicial de que a realização de oficinas no processo de Orientação Profissional auxilia o aluno como fonte de reflexão e conhecimento no momento da escolha profissional.

Os alunos tiveram a oportunidade de refletir sobre suas escolhas, motivações e sentimentos em relação à escolha profissional. A possibilidade de esclarecer dúvidas em relação à prática profissional promoveu também o autoconhecimento e

ampliou a sua visão além das escolhas já determinadas. Outro ponto a reforçar é a quebra de estereótipos em relação as outras profissões.

É importante afirmar que o processo de Orientação Profissional foi insuficiente em relação às profissões apresentadas nas feiras diante da diversidade de escolhas dos alunos, fato bastante debatido entre eles. Com isso, entende-se que os jovens possuem mais contato com diversas profissões por terem acessos às mídias sociais, já que muitos afirmaram ter realizado pesquisas à parte sobre a profissão desejada.

Por tratar de um contexto de escola privada, a cobrança em relação à escolha profissional parte do corpo docente, dos pais e também dos próprios alunos. Isso fica explícito já que, de todos os alunos participantes, apenas 01 ainda não tinha optado por nenhuma profissão. Quando chegam ao último período da vida escolar, muitos deles já possuem uma ideia construída em relação a que caminho seguir.

Compreende-se que a Orientação Profissional deve ter início desde o 1º ano do Ensino Médio, proporcionando aos adolescentes a capacidade de desenvolverem o autoconhecimento, além de terem acesso a informações relacionadas a graduações com o objetivo de expandir o repertório em relação às escolhas que muitas vezes já estão institucionalizadas nos próprios adolescentes. O próprio Ensino Fundamental deveria incluir, em sua grade, ações que visem ao autoconhecimento, preparando-os para o Ensino Médio.

Por fim, ressalta-se que, ao todo, o processo foi extremamente bem recebido e necessário como oportunidade de reflexão e autoconhecimento que os fez pensar além da escolha, mostrando-os também que se trata de um momento de construção de um futuro consciente e sensato.

Referências Bibliográficas

ALVES, Zélia Mana Mendes Biasoli; DA SILVA, Maria Helena G. F Dias **Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta** Paidéia (Ribeirão Preto) n.2 Ribeirão Preto Fev. 1992. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103863X1992000200007> Acesso em: 04 outubro. 2018

AMBIELI, Rodolfo Augusto Matteo; POLLI, Mariana Fralleti de. Análise da Produção Científica Brasileira Sobre Avaliação Psicológica em Orientação Profissional. **Est. Inter. Psicol.**, Londrina, v.2, n.1, p.103-121, jun. 2011. Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S223664072011000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 jun. 2018.

ANDRÉ, M. E. D. A. (1983). Texto, contexto e significado: algumas questões na análise de dados qualitativos. **Cadernos de Pesquisa**, (45): 66-71.

BOHOSLAVSKY, R. **Orientação vocacional: a estratégia clínica**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2007.

BURIN, Sabrina; NASCIMENTO, Lizandra, A. Orientação profissional: projetos de vida. **Revista de Ciências Humanas e Sociais**, São Luiz Gonzaga/RS, v.3, n.2, agosto, 2017.

DANTAS, Danielle Santiago Câmara *et al.* Oficina de orientação profissional para estudantes de escola pública: um relato de experiência. **Rev. Extendere**, Rio Grande do Norte, v.2, n.1, jan-jun. 2014. Disponível em: <<http://ojs.uern.br/index.php/extendere/article/viewFile/1267/722>>. Acesso em: 08 mar. 2018.

KRAWULSKI, Edite. **Evolução do conceito de trabalho através da história e sua percepção pelos trabalhadores de hoje**. 1991. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

KRAWUSKI, E. **A orientação profissional e o significado do trabalho**. (Dissertação de Mestrado- Pós-Graduação em Administração da UFSC, 1991).

MANZINI, E. J. **A ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA: ANÁLISE DE OBJETIVOS E DE ROTEIROS** Depto de Educação Especial, Programa de Pós Graduação em Educação, Unesp, Marília Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3145622/mod_resource/content/1/Entrevista%20semi%20estruturada%20estudo%20UNESP%20Marília.pdf Acesso em: 04 de outubro de 2018

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

OLIVEIRA, Natalia de Quadros; PESSOA, Roberto Calmon. **A importância da orientação profissional para o direcionamento de carreira na adolescência**. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo_licenciatura.Php?Aimportanciadaorientacaoprofissionalparaodirecionamentodecarreiranaadolescencia&codigo=TL0343&area=d7>. Acesso em: 23. Set. 2018.

PEDREIRA, Scarlethe O'Hara Santos; NEVES, Cíntia Reis Pinto. A representação social da orientação profissional para adolescentes de baixa renda. **XVI SEPA - Seminário Estudantil de Produção Acadêmica**, UNIFACS, 2017. Disponível em: <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/sepa>>. Acesso em: 08 mar. 2018.

QUADROS, N. A importância da orientação profissional para o direcionamento de carreira na adolescência. **Portal dos Psicólogos**, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/WILIAN/Desktop/TL0343.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2018.

SANTOS, Juciane de Holanda *et al.* Atualização do psicólogo escolar: a importância da orientação vocacional para os jovens do ensino médio. **Ciências Humanas e Sociais**, Alagoas, v.4, n.3, p.135-146, maio, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/index.php/fitshumanas/article/view/4811>>. Acesso em: 27 maio 2018.

SILVA, Mariita Bertassoni da; FARIA, Rafaela Roman de; FOCESATO, Isabel Cristina de Abreu. A orientação profissional (OP) como elo entre a universidade e a escola. **Psicol. Argum.**, Curitiba, v.30, n.68, p.19-26, jan.-mar. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/19757/19069>>. Acesso em: 08 mar. 2018.

SOUZA, Rosemberg Jônatas Gomes de *et al.* Projeto de extensão universitária em orientação profissional (op) para jovens: uma parceria entre universidade e instituição formadora de aprendizes. **Rai. Rum.**, Rio de Janeiro, v.2, n.1, jun., 2014. Disponível em: <<http://seer.unirio.br/index.php/raizeserumos/article/view/5197/4674>>. Acesso em: 08 mar. 2018.

Refletindo sobre a contribuição do uso das metodologias ativas no processo ensino-aprendizagem

Reflecting on the contribution of the use of active methodologies in teaching-learning process

Gislene Marcelino¹
Ani Caroline Romero Coronel²
Cláudia Cristina Cyrillo Pereira³
Mirella Martins Justi⁴

RESUMO

A educação tem importante papel de transformação da humanidade, comprometendo-se com o ser humano em sua totalidade. O objetivo do trabalho foi refletir sobre a contribuição do uso das metodologias ativas no processo ensino-aprendizagem. Tratou-se de uma revisão bibliográfica, reflexiva, de caráter qualitativo. Foram utilizados como base de dados os sites SciELO, Google acadêmico e LILACS. O uso das metodologias ativas é uma possibilidade de recurso didático para formação crítica e reflexiva do estudante universitário e se lança como uma prática pedagógica inovadora, que visa por meio da reflexão e do compartilhamento de conhecimento, a formação do indivíduo como um ser que se forma à medida que se relaciona e se apropria da realidade humana.

Palavras-chave: educação, metodologias ativas, processo ensino-aprendizagem

ABSTRACT

Education has an important role in the transformation of humanity, pledging with the human being in your entirety. The objective of this work was to reflect on the contribution of the use of active methodologies in teaching-learning process. It was a literature review, reflective, qualitative character. Were used as database SciELO sites, Google Scholar and LILACS. The use of active methodologies is a right of appeal to critical training and reflective teaching of college student and launches as an innovative pedagogical practice, which aims through the reflection and the sharing of knowledge, the formation of individual as a being that forms as it relates and appropriates the human reality.

Keywords: education, active methodologies, teaching-learning process

¹Cirurgiã Dentista, Especialista em Educação em Saúde Pública, Mestre em Odontologia Preventiva e Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho UNESP-Araçatuba-SP. Docentes do curso de Enfermagem, Fisioterapia, Farmácia, Biomedicina e Psicologia do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba.

² Professora e orientadora da pós graduação pela UNIGRAN- Universidade Gran Assunção-Paraguai

³ Enfermeira, Mestre em Enfermagem Psiquiátrica pela Escola de Enfermagem da USP de Ribeirão Preto, Coordenadora do Curso de Enfermagem no Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba

⁴Coordenadora do Curso de Psicologia do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba

Introdução

A educação é de grande importância no desenvolvimento de uma sociedade, a qual busca, nas raízes da educação, o verdadeiro sentido para sua evolução cultural principalmente. É através dessa interação que existem contribuições, pois a sociedade só se torna moderna com a evolução da educação. E a própria sociedade tem seu papel nessas contribuições, porque é com seu respaldo que a educação tem procurado assimilar, da melhor maneira possível, o que está ao seu redor (PEREIRA, 2011).

A educação deve ser um processo através do qual o indivíduo toma a história em suas próprias mãos a fim de mudar o rumo da mesma de forma a acreditar no educando, na sua capacidade de aprender; descobrir, criar soluções, desafiar, enfrentar, propor, escolher e assumir as consequências de sua escolha (FUCK, 1994).

A sociedade mundial vem passando por diversas mudanças; a tecnologia e a ciência adquiriram uma importância nunca antes experimentada em nenhum momento histórico. A instituição escolar deu início a um processo de reestruturação dos sistemas educativos para adaptar-se aos novos tempos (BRASIL, 2006).

Existe uma grande busca de qualidade por parte da educação. Essa não é só uma preocupação da educação, mas também uma exigência da sociedade frente aos avanços tecnológicos e às mudanças nas áreas econômica e cultural. Principalmente a tecnologia tem se modificado a cada dia e isso tem refletido nas escolas, fazendo com que os educadores busquem, cada vez mais, aprimoramento na área, reforçando assim seu trabalho, pelo fato de os alunos mostrarem muito interesse ao se tratar da tecnologia (JAPPE, 1998).

Além disso, na atual instituição educacional, não se admitem mais currículos que não sejam críticos, mas que desafiem os alunos, que os levem a pensar, refletir, buscar, tornarem-se pessoas ativas no processo de construção de novas aprendizagens, cujo objetivo deve ser capacitá-los para sua emancipação cultural e, assim, não serem pessoas passivas e submissas frente a uma situação imposta pela sociedade (SANTOS, 2008).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais trazem para a discussão pedagógica aspectos de excepcional importância, em particular no que se refere ao modo como se devem entender as relações entre desenvolvimento e aprendizagem, à relevância da relação interpessoal nesse processo, à relação entre educação e cultura e ao papel

da ação educativa ajustada às situações de aprendizagem e às características da atividade mental construtiva do aluno em cada momento de sua escolaridade (BRASIL, 2001).

A atividade desenvolvida com o propósito de ensinar deve ser apreciada por todos aqueles que dela participam (ALVES, 2003). A aprendizagem que envolve a autoiniciativa, alcançando as dimensões afetivas e intelectuais, torna-se mais duradoura e sólida. Nessa perspectiva, a produção de novos saberes exige a convicção de que a mudança é possível; é o exercício da curiosidade, da intuição, da emoção e da responsabilização, além da capacidade crítica de observar e perseguir o objeto — aproximação metódica — para confrontar, questionar, conhecer, atuar e reconhecê-lo (FREIRE, 1999; 2006).

Ainda, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, não se pode mais deixar de ter inquietações com o domínio de conhecimentos formais para a participação crítica na sociedade. Considera-se também que é indispensável uma adequação pedagógica às características de um aluno que pensa, de um professor que sabe e de conteúdos com valor social e formativo (BRASIL, 2001).

Nessa perspectiva, empreender mudanças amplas e profundas no processo ensino-aprendizagem significa transformar a relação entre docente e discente, as diversas áreas e as disciplinas. Além disso, pressupõe mudanças na própria estrutura e organização da universidade que precisa tornar-se um fórum de debate e negociação permanente de concepções e representações da realidade, no qual o conhecimento é compartilhado (FEUERWERKER, 2004; FEUERWERKER; SENA, 2002).

A educação deve ser um ato coletivo, solidário, comprometido — um ato de amor e uma atitude de compaixão — que não pode ser imposto nem deixado à própria sorte. É uma tarefa de troca entre pessoas e, portanto, não o resultado de um depósito de conhecimentos, de um iluminado em um obscuro, e tampouco o descaso licencioso e injustificado do faz de conta no ensino (FREIRE, 1999; 2006).

O ato de aprender deve ser, portanto, um processo reconstrutivo que permita o estabelecimento de diferentes tipos de relações entre fatos e objetos, desencadeando ressignificações e reconstruções contribuindo para a sua utilização em diferentes situações (DEMO, 2004).

Objetivos

O referido trabalho teve como objetivo refletir sobre a contribuição do uso das metodologias ativas no processo de ensino-aprendizagem como nova tendência pedagógica na busca de um melhor desenvolvimento da sociedade.

Metodologia

Tratou-se de uma revisão bibliográfica, reflexiva, de caráter qualitativo. Este trabalho teve como questão norteadora: qual a contribuição do uso das metodologias ativas no processo ensino-aprendizagem como nova tendência pedagógica na busca de um melhor desenvolvimento da sociedade?

Para a realização deste estudo, utilizaram-se as palavras-chave: educação, metodologias ativas e processo ensino-aprendizagem, utilizando como base de dados, os *sites* SciELO, *Google Acadêmico* e LILACS. Foram selecionados 39 artigos científicos, cujo período da coleta destes foi entre os anos de 1990 a 2016. A busca bibliográfica foi realizada no período de janeiro a dezembro de 2017. Como critério de inclusão foram utilizados os artigos que tiveram mais relevância com o tema e excluídos os que não responderam ao objetivo deste estudo.

Resultados e Discussão

Ensino-aprendizagem é um processo que sempre esteve presente, seja de forma direta ou indireta, nos relacionamentos entre os humanos. Em se tratando desse processo no âmbito universitário, o bom desenvolvimento dessa relação dependerá de um bom conhecimento e uso de recursos didáticos por parte do educador (BORGES; ALENCAR, 2014).

Dentro desse mundo de troca de experiências e cultura, o docente e seus recursos didáticos terão grande importância para o aprendizado crítico-reflexivo do estudante. Tentar definir o educador será contextualizá-lo na sua prática; o educador é todo ser humano envolvido em sua prática histórica transformadora (CANDAUI, 2012).

O maior desafio do docente no ensino superior é fazer com que o acadêmico tenha uma participação efetiva, requerendo posturas e comprometimentos com um processo que eduque para a autonomia do acadêmico. Somente uma educação que

tem como princípio a liberdade poderá auxiliar na construção de uma sociedade mais humanizada (DEBALD, 2003).

O cenário educacional brasileiro, ao que se mostra, até hoje não atingiu estabilidade nem quanto às ações políticas para melhorar a qualidade do ensino nem mesmo quanto às definições de conceitos comuns que fundamentem a qualidade que se pretende (ASSIS, 2014).

No contexto das novas tendências pedagógicas, a metodologia ativa é uma das possíveis estratégias, tendo o aluno como protagonista central, ou seja, corresponsável pela sua trajetória educacional. E o professor apresenta-se como coadjuvante, um facilitador das experiências relacionadas ao processo de aprendizagem (REIBNITZ; PRADO, 2006).

O conceito de metodologias ativas define-se como um processo interativo de conhecimento, análise, estudos, pesquisas e decisões individuais ou coletivas, com a finalidade de encontrar soluções para um problema, devendo o docente atuar como um facilitador, para que o estudante faça pesquisa, reflita e decida por ele mesmo o que fazer para alcançar os objetivos (BASTOS, 2006).

A metodologia ativa é uma concepção educativa que estimula processos de ensino-aprendizagem, crítico-reflexivo, dos quais o educando participa comprometendo-se com seu aprendizado. O método propõe a elaboração de situações de ensino que promovam uma aproximação crítica do aluno com a realidade; a reflexão sobre problemas que geram curiosidade e desafio; a disponibilização de recursos para pesquisar problemas e soluções; a identificação e organização das soluções hipotéticas mais adequadas à situação e a aplicação dessas soluções (LUCKESI, 1991; BORDENAVE; PEREIRA, 2005).

As metodologias ativas têm o potencial de despertar a curiosidade à medida que os alunos inserem-se na teorização e trazem elementos novos que favorecem uma motivação autônoma quando inclui o fortalecimento da percepção do aluno de ser origem da própria ação (BERBEL, 2011).

Existem várias possibilidades de metodologias ativas com potencial de levar os alunos à aprendizagem para a autonomia e de um indivíduo crítico. O conhecimento e o domínio das estratégias são ferramentas que o professor maneja de acordo com sua criatividade, reflexão e experiência, para alcançar os objetivos da aprendizagem (ABREU; MASETTO, 1990).

O Estudo de Caso é uma dessas ferramentas bastante utilizada em cursos de Direito, Administração, Medicina, entre outros. Com o Estudo de Caso, o aluno é levado à análise de problemas e tomada de decisões. O caso pode ser real, fictício ou adaptado da realidade. Os alunos empregam conceitos já estudados para a análise e conclusões em relação ao caso. Pode ser utilizado antes de um estudo teórico de um tema, com a finalidade de estimular os alunos para o estudo. O estudo de caso é recomendado para possibilitar aos alunos um contato com situações que podem ser encontradas na profissão e habituá-los a analisá-las em seus diferentes ângulos antes de tomar uma decisão (ABREU; MASETTO, 1990).

O processo do incidente é uma variação do estudo de caso. O professor apresenta à classe uma ocorrência ou incidente de forma resumida, sem oferecer maiores detalhes; a seguir, coloca-se à disposição dos alunos para fornecer-lhes os esclarecimentos que desejarem. Finda a sessão de perguntas, a classe é subdividida em pequenos grupos e os alunos passam a estudar a situação em busca de explicações ou soluções. Esta técnica serve para alertar os alunos sobre a necessidade de maior número de informações quando se quer analisar fatos não presenciados. Por outro lado, requer mais preparo do professor, assim como de materiais relacionados (GIL, 2016).

O método de projetos é uma modalidade que pode associar atividades de ensino, pesquisa e extensão que tem como principal objetivo lutar contra a artificialidade da escola e aproximá-la o mais possível da realidade da vida. Por meio desse método, o aluno busca informações, lê, conversa, anota dados, calcula, elabora gráficos, reúne o necessário e, por fim, converte tudo isso em ponto de partida para o exercício ou aplicação na vida. Nesse caso, os conteúdos escolares transformam-se em meios para a resolução de um problema da vida e para a realização de um projeto (BORDENAVE; PEREIRA, 2005).

A vivência do método de projetos traz aos alunos várias contribuições, entre elas: proporcionar conteúdo vivo ao processo de aprendizagem; seguir o princípio da ação organizada em torno de objetivos; possibilitar a aprendizagem real, significativa, ativa, interessante, atrativa; concentrar na aprendizagem do aprendiz; desenvolver o pensamento divergente e despertar o desejo de conquista, iniciativa, investigação, criação e responsabilidade; levar os alunos a inserirem-se conscientemente na vida social e/ou profissional (BORDENAVE; PEREIRA, 2005).

A pesquisa científica também é uma modalidade de atividade bastante estimulada junto aos alunos do ensino superior, que a podem desenvolver como uma Iniciação Científica, em Trabalhos de Conclusão de Curso, inserindo-se como colaboradores em projetos de professores, entre outras possibilidades. Trata-se de importante atividade que permite aos alunos ascenderem do senso comum a conhecimentos elaborados, desenvolvendo, no caminho, habilidades intelectuais de diferentes níveis de complexidade, tais como: a observação, a descrição, a análise, a argumentação, a síntese, além de desempenhos mais técnicos, como o de elaboração de instrumentos para coletar informações, tratá-las, ilustrá-las (GUIMARÃES, 2003).

Essas habilidades intelectuais, quando desenvolvidas, permitem aos alunos condições mais propícias de novas iniciativas, de maior segurança em tomadas de decisão e, conseqüentemente, a percepção dos alunos de que eles podem causar as mudanças desejadas. Tudo isso se associa com a possibilidade de comportamentos intrinsecamente motivados, ao fixarem metas pessoais, demonstrarem acertos e dificuldades, planejarem as ações necessárias para viabilizar seus objetivos e avaliarem adequadamente seu progresso (GUIMARÃES, 2003).

Além dessas metodologias ativas supracitadas, ainda existem aquelas que se baseiam em problemas. Atualmente, duas destacam-se: a Aprendizagem Baseada em Problemas e a Metodologia da Problematização (SOBRAL, 2012).

Na Aprendizagem Baseada em Problemas, há a formação de um grupo tutorial em que o professor apresenta aos alunos um problema pré-elaborado por uma comissão de especialistas. Os problemas contêm os temas essenciais para que os alunos cumpram o currículo e estejam aptos para o exercício profissional. Nesse método, os conteúdos ou disciplinas são tratados de modo integrado. Os alunos estudam o problema de forma coletiva e individual; posteriormente, o grupo reúne-se novamente para discutir o problema. Trata-se de uma proposta que direciona toda a organização curricular e exige mudanças estruturais complexas, pois é a opção da instituição. A Aprendizagem Baseada em Problemas tem como inconveniente a existência de um cenário de estudo virtual que tenta articular conteúdos pré-definidos, o que nem sempre representa uma realidade fidedigna (BERBEL, 1998; CYRINO; TORALLES-PEREIRA, 2004).

Portanto, para os teóricos dessa metodologia que surgiu no final da década de 60, o método está centrado no aluno, pressupondo que este aprende sobre um

determinado tema por meio de experiências na resolução de problemas, tendo como meta educacional o pensar-fazer pelo domínio ou apropriação do conhecimento. São várias sugestões de organização desse método para a sua execução, mas, no conjunto da obra, o método pode ser desenvolvido pela sequência de basicamente três etapas: estágio de formulação/descrição do problema, resolução do problema - momento da investigação e discussão do problema - conclusão e debate acerca da investigação feita na 2ª fase (ROCHA, 2014).

Num currículo com a aprendizagem baseada em problemas, os educandos passaram a construir novos conhecimentos a partir de problemas elaborados pelos docentes. Em confronto com esses problemas, os estudantes, em pequenos grupos e com o apoio de um tutor, deveriam identificar seus saberes prévios e a fronteira de sua aprendizagem para buscarem novas informações. Esse movimento, traduzido pela formulação de perguntas a serem investigadas, promove o desenvolvimento de capacidades para a aprendizagem ao longo da vida e dialoga com a metodologia científica que requer a análise crítica de fontes e informações (VENTURELLI, 2003).

Ao disparar a aprendizagem a partir do enfrentamento de problemas, promove-se a integração da teoria e prática e colocam-se as disciplinas como um meio para melhor entender e viver no mundo e não como a finalidade do processo educacional. Os problemas, além de promoverem pontes entre o ensino e a prática cotidiana, impregnam de sentido a atuação profissional e mobilizam uma combinação de saberes no sentido de melhor intervenção nas situações estudadas (PETTA *et al.* 2015).

A pedagogia da problematização é um modelo de ensino-aprendizagem comprometido com a educação libertadora, que valoriza o diálogo, desmistifica a realidade e estimula a transformação social através de uma prática conscientizadora e crítica. Nesse caso, os problemas estudados precisam de um cenário real para que a construção do conhecimento ocorra a partir da vivência de experiências significativas (CYRINO; TORALLES-PEREIRA, 2004; FREIRE, 2008; RODRIGUES; CALDEIRA, 2008).

Essa concepção pedagógica baseia-se no aumento da capacidade do discente em participar como agente de transformação social durante o processo de detecção de problemas reais e de busca por soluções originais. Marcada pela dimensão política da educação e da sociedade, o ensino pela problematização procura

mobilizar o potencial social, político e ético do estudante, para que este atue como cidadão e profissional em formação (CYRINO; TORALLES-PEREIRA, 2004).

A problematização pode ampliar a atuação na realidade, pois utiliza um cenário real e é uma opção que não requer tantas mudanças físicas na instituição. As alterações relacionam-se à programação da disciplina, à postura do educador e educando e à diversidade dos locais de estudo. Porém, nesse caso, os resultados da aprendizagem não são totalmente controlados e previsíveis (BERBEL, 1998; CYRINO; TORALLES-PEREIRA, 2004).

Na problematização, o sujeito irá refletir sobre a situação global de uma realidade concreta, dinâmica e complexa, exercitando a práxis para formar sua consciência. Problematizar, portanto, não é apenas apresentar questões, mas sobretudo expor e discutir os conflitos inerentes e que sustentam o problema (BERBEL, 1999).

O núcleo temático do problema não deve ser explícito. Contudo, deve dar possibilidades significativas de análise, evitando-se enigmáticas e/ou rápidas conclusões, o que o autor chamou de certo jogo de adivinhação, quebra cabeças e/ou de simplificação, no dirigismo massificante (FREIRE, 1999).

Todas as alternativas de metodologias ativas elencadas colocam o aluno diante de problemas e/ou desafios que mobilizam o seu potencial intelectual, enquanto estuda para compreendê-los e ou superá-los. Os estudantes necessitam de informações, mas são especialmente estimulados a trabalhar com elas, elaborá-las e reelaborá-las em função do que precisam responder ou equacionar. Nesse caminho, é possível que ocorra, gradativamente, o desenvolvimento do espírito científico, do pensamento crítico, reflexivo, de valores éticos, entre outras conquistas dessa natureza, por meio da educação nos diferentes níveis, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia na formação do ser humano e de futuros profissionais (BERBEL, 2011).

A utilização de metodologias ativas é um desafio para os educadores, para que exerçam uma práxis criadora, na qual seja possível a formação de sujeitos crítico-reflexivos, corresponsáveis pela construção de seu próprio processo de aprendizado ao longo da vida. Sua utilização implica não somente conhecer os modos de operacionalização, mas, fundamentalmente, os princípios pedagógicos que a sustentam, ou seja, os princípios da pedagogia crítica (PRADO *et al.* 2012).

Portanto, o ato de ensinar-aprender deve ser um conjunto de atividades articuladas, nas quais esses diferentes atores compartilham, cada vez mais, parcelas de responsabilidade e comprometimento (MITRE *et al.* 2008). A educação libertadora é uma prática política, reflexiva e capaz de produzir uma nova lógica na compreensão do mundo: crítica, criativa, responsável e comprometida (FREIRE, 1994; 1996).

O estudante precisa assumir um papel cada vez mais ativo, descondicionando-se da atitude de mero receptor de conteúdos, buscando efetivamente conhecimentos relevantes aos problemas e aos objetivos da aprendizagem. Iniciativa criadora, curiosidade científica, espírito crítico reflexivo, capacidade para autoavaliação, cooperação para o trabalho em equipe, senso de responsabilidade, ética e sensibilidade na assistência são características fundamentais a serem desenvolvidas em seu perfil (KOMATZU; ZANOLLI; LIMA, 1998; SANTOS, 2005).

A educação é um direito humano e social que ainda precisa ser conquistado. Garantir acesso a todos não é suficiente; é preciso garantir o acesso e permanência de todos; só assim será possível discutir se existe uma educação de qualidade baseada na inclusão e na qualidade social (FONSECA; PIMENTA, 2012).

Considerações Finais

A educação tem o importante papel de transformação da humanidade, comprometendo-se com o ser humano em sua totalidade. É essencial no processo de formação de qualquer sociedade e abre caminhos para a ampliação da cidadania de um povo.

A proposta de prática pedagógica inovadora é um ponto de partida para o desconhecido, representando, muitas vezes, uma ameaça ao posto conquistado. O desconhecido abre, porém, novos horizontes e possibilidades de transformação.

Assim sendo, o professor precisa ter o entendimento de que ensinar não é simplesmente transferir conhecimento, mas, ao contrário, é possibilitar ao aluno momentos de reelaboração do saber dividido, permitindo o seu acesso crítico a esses saberes, contribuindo para sua atuação como ser ativo e crítico no processo histórico-cultural da sociedade. Pode-se considerar que o uso das metodologias ativas é uma possibilidade de recurso didático para formação crítica e reflexiva do

estudante universitário e lança-se como uma prática pedagógica inovadora. Traz a participação coletiva democrática como requisito fundamental para uma aprendizagem significativa, que visa, por meio da reflexão e do compartilhamento de conhecimento, a formação do indivíduo como um ser que se forma à medida que se relaciona e apropria-se da realidade humana.

O discente deve ser reconhecido como um indivíduo capaz de construir, modificar e integrar ideias se tiver a oportunidade de interagir com outros atores, com objetos e situações que exijam o seu envolvimento. É inegável, também, a importância da intervenção e da mediação do docente, assim como a troca com os pares na confrontação de modelos e expectativas. Todos precisam buscar a transformação nas relações de poder que se estabeleceram e que se mantêm, aparentemente, alheias e independentes dos núcleos de sentido da universidade.

Entretanto não se trata apenas de fazer coisas, independente de critérios, escolhas, planos, objetivos de aprendizagem, orientação e acompanhamento criterioso. É necessário pensar no que se vai fazer, fazer o que se pensou e pensar no que se fez. O que se busca é a prática de uma atitude consciente diante da realidade que se quer modificar e dos conhecimentos e habilidades que se quer adquirir.

Referências Bibliográficas

ABREU, Maria C.; MASETTO, Marcos T. **O professor universitário em aula: práticas e princípios teóricos**. São Paulo: MG Editores Associados, 1990.

ALVES, Rubem. **Conversas sobre educação**. Campinas: Verus, 2003.

ASSIS, Tatiana P. **Formação Contínua em Serviço: o olhar do professor**. 2014. 198 f. Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2014. Disponível em: < <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/108630>> . Acesso em: 16 de janeiro de 2017

BASTOS, Celso C. **Metodologias Ativas**. 2006. Disponível em: <<http://educacaoemedicina.blogspot.com.br/2006/02/metodologias-ativas.html>>. Acesso em: 11 de Dezembro de 2017.

23. LUCKESI, Cipriano C. **Filosofia da educação**. 3ª ed. São Paulo: Cortez; 1991.

BERBEL, Neusi A. N. A problematização e a aprendizagem baseada em problemas: diferentes termos ou diferentes caminhos? **Interface Comun Saúde Educ.**, 2(2):139-54, 1998. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/icse/v2n2/08>>. Acesso em: 21 de março de 2017.

_____. A metodologia da problematização e os ensinamentos de Paulo Freire: uma relação mais que perfeita. In: BERBEL, Neusi A. N. (org.). **Metodologia da Problematização: fundamentos e aplicações**. Londrina: Editora UEL, 1999.

_____. As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes. **Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 32, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.proiac.uff.br/sites/default/files/documentos/berbel_2011.pdf> . Acesso em: 21 de fevereiro de 2017.

BORDENAVE, Juan E. D; PEREIRA, Adair M. **A estratégia de ensino aprendizagem**. 26^a ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

BORGES, Tiago S.; ALENCAR, Gidéia. Metodologias Ativas na promoção da formação crítica do estudante: o uso de metodologias ativas como recurso didático na formação crítica do estudante do ensino superior. **Cairu em Revista**. Ano 03, n° 04, p. 1 19-143, Jul/Ago 2014. Disponível em: <http://www.cairu.br/revista/arquivos/artigos/2014_2/08%20METODOLOGIAS%20ATIVAS%20NA%20PROMOCAO%20DA%20FORMACAO%20CRITICA%20DO%20ESTUDANTE.pdf>. Acesso em: 14 de maio de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. 3. ed. Brasília, 2001.

11. _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Pradime** : Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. – Brasília, DF: Ministério da Educação, 2006. 176p. : il. – (Caderno de Textos; v.1)

CANDAU, Vera M. **A didática em questão**. 33^a edição. Petrópolis, Editora Vozes, 2012. Disponível em: <<https://pedagogiafadba.files.wordpress.com/2013/08/a-didc3a1tica-em-questc3a3o.pdf>>. Acesso em: 24 de junho de 2017.

CYRINO, Eliana G.; TORALLES-PEREIRA, Maria Lúcia. Trabalhando com estratégias de ensino-aprendizado por descoberta na área da saúde: a problematização e a aprendizagem baseada em problemas. **Cad Saúde Pública**, 20(3):780-788, 2004. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2004000300015>. Acesso em: 15 de setembro de 2017.

DEBALD, Blasius S. **A docência no ensino superior numa perspectiva construtivista**. In: SEMINÁRIO NACIONAL ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL. Cascavel-PR, 2003. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/142756127/A-Docncia-No-Ensino-Superior-Numa-Perspectiva-Construtivista>> . Acesso em: 17 de abril de 2017.

DEMO, Pedro. **Professor do futuro e reconstrução do conhecimento**. Petrópolis: Vozes; 2004.

FEUERWERKER, Laura C. M. Gestão dos processos de mudança na graduação em medicina. In: MARINS, J.J.N.; REGO, S.; LAMPERT, J.B.; ARAÚJO, J.G.C. Organizadores. **Educação médica em transformação: instrumentos para a construção de novas realidades**. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Educação Médica; 2004.

FEUERWERKER, Laura C. M.; SENA, Roseni R. Contribuição ao movimento de mudança na formação profissional em saúde: uma avaliação das experiências UNI. *Interface - Comunic., Saúde, Educ.*; 6(10):37-50, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/icse/v6n10/04.pdf>>. Acesso em: 13 de novembro de 2017

FONSECA, Jorge A. L.; PIMENTA, Renata W. A chegada dos desiguais à escola: novas formas de inclusão/exclusão. IX ANPEDSUL Seminário de Pesquisa em Educação da região Sul, 2012. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2796/421>>. Acesso em: 12 de setembro de 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1994.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo, Editora Paz e Terra, 1996.

_____. **Educação e mudança**. São Paulo: Paz e Terra; 1999.

_____. **Educação como prática de liberdade**. 29ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 2006.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

FUCK, Irene T. **Alfabetização de Adultos. Relato de uma experiência Construtivista**. 2ª ed., Petrópolis, Brasil: Vozes, 1994.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2016. Disponível em: https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 13 de novembro de 2017.

GUIMARÃES, Sueli E. R. **Avaliação do estilo motivacional do professor: adaptação e validação de um instrumento**. 2003. Tese de Doutorado em Educação - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

JAPPE, Anselm. O mercado absurdo dos homens sem qualidade. In: **Os últimos combates**. 4ª ed. Brasil: Vozes, 1998.

KOMATZU, R. S.; ZANOLLI, M.; LIMA, V. V. Aprendizagem baseada em problemas. In: MARCONDES, E, GONÇALVES, E, organizadores. **Educação médica**. São Paulo: Sarvier, p. 223-37, 1998.

MITRE, Sandra M. et al. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais. **Ciência. & Saúde Coletiva** vol.13 suppl.2 2133-2144 Rio de Janeiro Dec. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232008000900018 > Acesso em: 29 de junho de 2017.

PEREIRA, Fernanda S. **Educação e Sociedade**. 2011. Disponível em: <<http://www.pedagogia.com.br/artigos/educacaoesociedade/index.php?pagina=0>> Acesso em: 24 Junho de 2017

PETTA, Helena L. et al. Preceptoria no SUS: caderno do curso 2015 / (...). – São Paulo: Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa; Ministério da Saúde, 51p. (Projetos de Apoio ao SUS), 2015.

PRADO, Marta L. et al. Arco de Charles Maguerez: refletindo estratégias de metodologia ativa na formação de profissionais de saúde. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem** V16, numero 1, jan/março 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452012000100023> Acesso em: 24 de outubro de 2017.

REIBNITZ, Kenya S.; PRADO, Marta L. **Inovação e educação em enfermagem**. Florianópolis: Cidade Futura; 2006.

ROCHA, Enilton F. Metodologias Ativas: um desafio além das quatro paredes da sala de aula, fev 2014. Disponível em: <http://www.abed.org.br/arquivos/Metodologias_Ativas_alem_da_sala_de_aula_Enilton_Rocha.pdf>. Acesso em: 29 de outubro de 2017.

RODRIGUES, Rosa Maria; CALDEIRA, Sebastião. Movimentos na educação superior, no ensino em saúde e na enfermagem. **Rev Bras Enferm.**, 61(5):629-36, 2008. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672008000500016>. Acesso em: 23 de novembro de 2017.

SANTOS, Ivone A.; Educação para a diversidade: uma prática a ser construída na Educação Básica. Produção Didático-Pedagógica – Caderno Temático – apresentado ao Programa de Desenvolvimento Educacional do Estado do Paraná – PDE, Cornélio Procopio, Paraná, 2008. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2346-6.pdf>>. Acesso em: 21 de setembro de 2017.

SANTOS, Sávio S. **A integração do ciclo básico com o profissional no Curso de Graduação em Medicina: uma resistência exemplar**. Rio de Janeiro: Papel & Virtual; Teresópolis: FESO; 2005.

SOBRAL, Fernanda R.; CAMPOS, Claudinei J. G. Utilização de metodologia ativa no ensino e assistência de enfermagem na produção nacional: revisão integrativa. **Rev Esc Enferm USP**, 46(1):208-18 , 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62342012000100028&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 27 de abril de 2017.

VENTURELLI, José. **Educación médica: nuevos enfoques, metas y métodos**. 2ª ed. Washington, D.C.: Organización Panamericana de la Salud/Organización Mundial de la Salud; 2003.

PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Interdisciplinaridade entre as áreas das Ciências Sociais e Ciências Exatas: alunos de publicidade e de engenharias juntos no *Sale Racing*

Interdisciplinarity between the areas of Social Sciences and Exact Sciences: publicity and engineering students together in the Sale Racing

Jorge Caram Lancellotti Filho¹
Isadora Caroline Soares Nogueira²
Wevertton Oliveira Curcio de Sá³
Lilian Pacchioni P. de Sousa⁴
João Geraldo Nunes Rubelo⁴

RESUMO

A presente proposta de planejamento de campanha publicitária teve como objetivo apresentar a simulação real de um planejamento publicitário, a partir do estudo de caso, o projeto acadêmico do curso de Engenharia Mecânica denominado *Sale Racing*, o qual consistiu na construção de um carro de corrida e assim junto com estes acadêmicos formar a equipe de comunicação deste projeto, já existente desde 2016, denominado Fórmula SAE. Realizou-se uma pesquisa na busca de simular formas de encontrar um feedback de campo junto a alunos do UniSALESIANO e com aos atuais patrocinadores. Neste aspecto, aplicou-se um questionário levantando dados a serem analisados de forma qualitativa e quantitativa que serviu de fundamento para que a Agência Experimental Radar Comunicação, ter elementos suficientes para melhorar a imagem do produto.

Palavras-chave: *Sale Racing*; Fórmula SAE; Projeto Experimental.

ABSTRACT

The present proposal of advertising campaign planning had as objective to present the real simulation of advertising planning, from the case study, the academic project of the Mechanical Engineering course called *Sale Racing*, which consisted in the construction of a race car and so together with these academics form the communication team of this project, already in existence since 2016, called Formula SAE. A research was conducted in the quest to simulate ways of finding field feedback among UniSALESIANO students and current sponsors. In this aspect, a questionnaire was applied, raising data to be analyzed in a qualitative and quantitative way, which was the basis for the Experimental Radar Communication Agency to have enough elements to improve the image of the product.

Keywords: *Sale Racing*, Formula SAE, Experimental Project.

¹ Acadêmico do 8º termo do curso de Comunicação Social - habilitação em Publicidade e Propaganda do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba-SP.

² Acadêmica do 8º termo do curso de Comunicação Social - habilitação em Publicidade e Propaganda do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba-SP.

³ Acadêmico do 8º termo do curso de Comunicação Social - habilitação em Publicidade e Propaganda do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium de Araçatuba-SP.

⁴ Publicitária, mestre em Administração, Comunicação e Educação (UNIMARCO). Docente do curso de publicidade e propaganda do UNISALESIANO - Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - Araçatuba/SP.

⁵ Filósofo e Mestre em Geografia. Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - UniSALESIANO de Araçatuba.

Introdução

No início de 2017, criou-se a agência experimental Radar Comunicação, como um elemento indispensável para um projeto experimental, via estudo de caso, e apresentá-lo no formato de uma campanha publicitária capaz de resultar na divulgação de um produto e ao mesmo tempo atrair patrocinadores. Neste sentido, a agência procurou os alunos do décimo termo do curso de Engenharia Mecânica, por estarem desenvolvendo um produto para poderem participar da Fórmula SAE

A Fórmula SAE é uma competição automobilística que ocorre todos os anos na cidade de Piracicaba – SP, onde participam equipes acadêmicas de todo o Brasil trazendo seus protótipos de carros de corrida, para ver quem consegue apresentar alternativas que ajudem a melhorar ou transformar, determinado aspecto do seu objeto, no caso o carro de corrida, em um produto altamente competitivo, através de quesitos técnicos e de desempenho que vão qualificando as equipes em um ranking geral. A Fórmula SAE funciona como vitrine para os alunos ingressarem em empregos em montadoras do mundo todo.

A Sale Racing – empresa formada pelo alunos do décimo termo do curso de Engenharia Mecânica - não dava muita atenção para divulgar o projeto para empresas com potencial a patrocinar a equipe. Isso resultou na dificuldade em conseguir patrocinadores para o projeto, assim como não sofrer mau desempenho da equipe nas avaliações que exigiam a apresentação direta do produto para os jurados da competição, ou seja, os alunos tinham que convencer os jurados de o seu protótipo era bom em forma de apresentação falada.

Assim, a Sale Racing, foi procurada pela Agência Radar Comunicação oferecendo-se para fazer parte da equipe formada por alunos de Engenharia, com o objetivo de auxiliar no setor de comunicação e marketing do projeto Fórmula SAE. E, dessa forma, o projeto de engenharia Sale Racing constituiu-se como o objeto de estudo do trabalho de conclusão de curso em publicidade e propaganda da Agência Experimental Radar.

Principais problemas de comunicação e marketing

Logo no início do estudo de caso sobre a equipe *Sale Racing*, a Radar encontrou diversas falhas em comunicação, a maioria devido à falta de conhecimento por parte dos alunos que integravam o projeto. O despreparo e falta

de importância que a *Sale Racing* dava à comunicação do projeto poderia trazer consequências como, dificuldade em arrumar patrocinadores, notas baixas na competição quando as provas exigissem desenvoltura na comunicação, além de defender de possíveis questionamentos a serem feitos pelos jurados no momento da apresentação.

A maior parte dos patrocínios firmados ao longo do ano de 2016 foi conseguida por meio de laços de amizade, tanto dos integrantes da equipe quanto dos professores que ajudavam o projeto, em virtude dessa proximidade os patrocinadores se quer exigiram retorno pelo valor investido na equipe. Houve casos inclusive, de o patrocinador não chegar a ver o carro nenhuma vez durante o ano todo.

Durante a Fórmula SAE, de anos anteriores, a Agencia Radar Comunicação, constatou que no momento de avaliação do protótipo do carro, esse é avaliado de inúmeras formas; passa por diversas provas, técnicas e práticas, nas quais os integrantes da equipe devem apresentar o produto aos jurados e explicar de forma objetiva os diferenciais do protótipo criado, além de responder alguns questionamentos feitos pelos avaliadores.

Ao analisar brevemente o quadro de notas da competição do ano de 2016, notou-se que o desempenho de outras equipes, nesse tipo de prova, foi muito baixo, e que essa falta de preparo na apresentação para os jurados custou muitas posições no ranking geral para outras equipes competidoras.

Confirmações da Pesquisa de Campo

Após coletar informações junto à equipe envolvida no projeto e compreender sobre a história da *Sale Racing*, elegeu-se a hipótese principal, falha de comunicação na divulgação do produto final.

A pesquisa além de levantar hipóteses também buscou levantar a frequência com que a *Sale Racing* utilizavam mídias digitais, Facebook, Instagram, Whatsapp, entre outras, para divulgar seu produto.

Na busca por potenciais patrocinadores da equipe com o objetivo de atrair investimento no projeto, compreendeu-se como a falta de comunicação de marketing dificulta a confiabilidade dos investidores. As poucas empresas que já haviam aderido o fizeram em razão das relações de amizade dos integrantes, de

alguns professores envolvidos na *Sale Racing* com os donos das empresas patrocinadoras. Isso facilitou a captação dos recursos, sobretudo, por meio de doação de peças para a construção do carro, porém, muito raramente as doações são feitas em dinheiro, para compra de equipamentos.

Considerou-se então que o projeto *Sale Racing* não tem visibilidade perante a comunidade, em geral, e tampouco entre os potenciais patrocinadores, uma vez que se percebeu pouco envolvimento no projeto, em termos de divulgação do mesmo, mesmo que indiretamente.

Planejamento de comunicação para a *Sale Racing*

Durante a preparação para participar pela primeira vez da competição em Piracicaba a *Sale Racing* enfrentou muita dificuldade em captar patrocinadores, não se apresentou bem nas provas que exigiam um mínimo preparo e postura para dialogar com os jurados, resultando na 28ª colocação no *ranking* final da Fórmula SAE, além de não ser conhecida dentro da própria faculdade.

Diante disso, baseado em estudos, a Radar desenvolveu um planejamento de marketing para que os problemas de comunicação do projeto fossem resolvidos. Os objetivos do plano eram aproximar o público da UniSALESIANO da *Sale Racing*, instruir corretamente os integrantes da equipe para que eles façam uma boa apresentação do carro para os jurados da Fórmula SAE e criar um mecanismo que facilitasse e padronizasse a captação de novos patrocinadores.

Segundo Westwood (1996), o planejamento de marketing pode ser usado para prever o tamanho do mercado, além de identificar e avaliar os segmentos que compõem esse mercado permitindo decidir como se dará a sua participação em cada segmento e a definição da estratégia de posicionamento.

Foram sugeridas dezessete ações de marketing que sejam aplicadas ao longo de 2018 e servirão como base de estudo para as próximas formações que a equipe vier a ter. O conceito que as ações trazem é o de tornar a *Sale Racing* mais profissional, ou seja, deixar de tratar o projeto como amador e passar a pensar na equipe como uma empresa, desde o ambiente interno até a forma como se apresenta para o seu público.

Dentro das ações a Radar planejou também preparar os integrantes da equipe para que eles se apresentem melhor e tenham uma postura diferente quando

for necessário dialogar com os jurados, para isso foi sugerido que alunos do quarto termo de publicidade do ano de 2018 desenvolvam uma apresentação e que treinem os alunos de engenharia para se apresentar. Esta preparação será aplicada em forma de trabalho para os alunos de publicidade, assim ambos os cursos estariam aplicando de forma prática ensinamentos de sua área para seus estudantes.

Slogan

O *slogan* criado pela Radar foi: *Sale Racing*, a equipe com o pé no futuro. O intuito de criar um conceito em volta da imagem da equipe que a apresentasse de uma forma clara e positiva foi a ideia predominante por trás do *slogan*. Uma equipe talentosa e promissora são as ideias que devem ser associadas a *Sale Racing*.

Histórico de comunicação da *Sale Racing*

A comunicação é definida por Sant'anna (1998) como o processo de transmitir ideias entre indivíduos. E a comunicação de massa, que sempre foi a base do desenvolvimento do discurso publicitário, é definida como um processo no qual a natureza da audiência, a experiência comunicadora e do comunicador são distintas

Assim, para que seja possível, a comunicação tornou-se necessário demonstrar a equipe nunca investiu em divulgação na mídia as vantagens em fazê-lo. As únicas ações voltadas para mídia havia sido a criação de um site para a equipe (está atualmente fora do ar) que foi pouco utilizado; duas publicações no jornal Folha da região, cujo dono é amigo do professor Fernando Eguia, por isso os custos da divulgação não foram cobrados; e a criação de uma página para a equipe no Facebook, que também foi pouco utilizada.

Kelley; Jugenheimer (2006, p.), afirmam que a mídia é fundamental para o sucesso de uma campanha publicitária. O êxito de uma campanha publicitária ocorre quando os objetivos de marketing são alcançados: mais vendas, opiniões positivas, maior visibilidade, mais recomendações boca-a-boca, vantagens competitivas e quaisquer outras metas que a empresa possa ter estabelecido.

Segundo Fontenelle (2004. p. 185), o funcionamento atual do campo da comunicação publicitária envolve a emergência da imagem como valor e o surgimento da experiência através do acesso como aquilo que marca a mais nova etapa nas relações comerciais contemporâneas. É só a partir daí que se pode

tematizar as relações entre mídia e mercado. Para Fontenelle, o processo que aproximou de forma muito íntima mídias e mercados, iniciado em meados do século 20, levou a uma “explosão de produtividade” e à conseqüente necessidade de diferenciar produtos que tinham sido transformados em commodities:

[...] é o momento em que se começa a pensar em ‘imagem’ através de uma forma de anúncio comercial que passava a descolar a imagem de seu produto. Nesse sentido, já não se tratava de anunciar uma geladeira para sua função específica – conservar os alimentos via refrigeração -, mas para um tipo de estilo de vida que ela poderia representar” (FONTENELLE, 2004 p. 187).

Nesse sentido, a disseminação de imagens publicitárias, principalmente as do produto a torna-se objeto de desejo, – ainda que breve – ressalta a necessidade de compreender cultura (midiática) do produto e a publicidade. O destaque dado ao produto nas campanhas publicitárias propicia estudos acerca das peças veiculadas nos meios de comunicação, o modo pelo qual estas tratam as questões referentes a este produto e como várias representações as “desenham” de maneiras totalmente diferenciadas.

É importante destacar que as imagens publicitárias estão inseridas em um contexto, elas nos remetem à cultura da sociedade, e suas representações – disseminadas não sem espetáculo, não sem exageros, não sem exuberâncias – podem ser encontradas no cotidiano dos indivíduos. Assim a publicidade legitima as representações, por si só. E torna possível elaborar as diversas representações nas peças publicitárias, tendo como base o que se quer deste produto a ser apresentado.

A ideia de representação nos remete diretamente ao uso de imagens pela mídia, aqui em especial, pela publicidade. As imagens disseminadas pela publicidade são parte da cultura da sociedade contemporânea brasileira. Essas imagens se tornaram onipresentes e importantes meios para a difusão de signos, símbolos, culturas e informações. Cristina Costa (2002) afirma que, na dialética das relações sociais, as pessoas se formam no contraponto das imagens recíprocas, como em um jogo de espelhos, compreendendo-se ou se opondo, contemplando-se ou se estranhando. Nesse contraponto se revelam identidades e alteridades, diversidades e desigualdades, acomodações e oposições. Seguindo o pensamento de Ortiz (2005), ao ver essas imagens, os indivíduos reinterpretam o popular a partir dos grupos sociais a que estão expostos.

Para Susan Sontag (2004, p. 57):

A sociedade capitalista requer uma cultura baseada nas imagens. Ela necessita fornecer uma ampla quantidade de entretenimento, de forma a estimular o consumo e anestesiar os danos causados a determinadas classes sociais, raças e sexo. Além disso, ela também necessita reunir uma ilimitada quantidade de informações para melhor explorar os recursos naturais, aumentar a produtividade, manter a ordem, fazer guerra e dar emprego aos burocratas. (...) A produção de imagens também fornece uma ideologia dominante. A mudança social é substituída por uma mudança nas imagens. A liberdade para consumir inúmeras imagens e produtos é equiparada à liberdade em si. O estreitamento entre liberdade de escolha política e liberdade de consumo econômico exige um consumo e uma produção de imagens ilimitadas.

A publicidade lida com a beleza mercantil, ou seja, com a beleza direcionada à promoção de marcas e ao faturamento das indústrias. Explora imagens que povoam a imaginação da sociedade, e que podem não ser verossímeis, mas, talvez, sejam parte da fantasia convencional dos indivíduos. A publicidade se tornou a cultura da sociedade de consumo. Ela propaga, através de imagens, a crença dessa sociedade nela mesma (BERGER, 1999).

Pensar em imagem publicitária é pensar em duas vertentes: uma é a imagem que pretensamente retrata o real ou os fragmentos do real e a outra é aquela imagem que reproduz o invisível, o imaginado (AUMONT, 1993). Ambas vertentes estão ligadas à cultura.

A imagem construída se tornou a principal ligação do indivíduo com o mundo. A imagem será a sustentação de tudo, pois dentro de uma imagem é possível justapor sem contradição qualquer coisa; *o fluxo de imagens carrega tudo, independente do que o espectador possa entender ou pensar* (DEBORD, 1997, p. 188). *Afinal imagem é cultura e faz cultura.* (MAFFESOLI, 1995, p.117).

Na campanha desenvolvida pela agência Radar foram sugeridas algumas mídias que, segundo a pesquisa de campo realizada pela própria agência causaram maior impacto nos públicos da Sale Racing. A abordagem para cada público deve ser diferente, o público acadêmico será atingido através da internet, enquanto os patrocinadores serão atingidos por malas de e-mail marketing, folders, *flyers* e brindes.

A importância da comunicação em projetos acadêmicos

A faculdade é um espelho do mercado de trabalho, um aluno que se empenha e se dedica aos estudos tem grandes chances de se tornar um bom profissional. Em virtude disso, todos os trabalhos, provas e projetos são aplicados aos alunos com o intuito de prepará-los para suas futuras profissões. Os projetos acadêmicos nada mais são do que uma simulação de uma ação profissional, os alunos realizam algo que futuramente terão que executar profissionalmente.

No mercado de trabalho a comunicação tornou-se a base para relações entre empresas, funcionários e até mesmo para o entendimento dos trabalhos realizados. Uma boa comunicação facilita no entendimento dos trabalhos realizados pelos profissionais. Para uma comunicação estratégica eficiente é necessário a capacitação maior das organizações.

No ambiente empresarial de hoje, onde a concorrência é brutal e o consumidor se impõe de uma forma nunca vista, as linguagens de comunicação que interagem com a sociedade e com os públicos de interesse da empresa se tornam fundamentais no mix (composição) de comunicação empresarial. (NASSAR; FIGUEIREDO, 2007, p. 13).

Através da comunicação, uma pessoa pode conseguir com maior facilidade o que deseja, dentro ou fora de uma empresa, se a mesma conhecer as ferramentas nela existentes e souber como utilizá-las melhor.

As ferramentas de comunicação são instrumentos que auxiliam na composição do setor de Comunicação Empresarial de uma empresa.

Objeto, em geral mais simples que o aparelho, que serve de agente mecânico na execução de qualquer trabalho. 2. Qualquer objeto considerado em sua função ou utilidade. 3. Recursos empregados para alcançar um objetivo; meio. 4. Objeto que produz sons musicais. (FERREIRA, 2001, p. 393).

Para se compor uma bela orquestra (gestão) através da comunicação, faz-se necessário, além de aptidões, conhecimentos técnicos sobre as ferramentas que a compõem, e só assim, fluirão sintonias perfeitas, em que cada instrumento visto aqui, como a composição da ferramenta, entra em harmonia com todos os outros, originando uma música, aqui chamada de processo, em perfeita harmonia. (CAVALCANTE, 2017).

Para um profissional estar bem preparado e pronto para exercer bem a sua função no mercado de trabalho, o seu conhecimento e preparo devem vir da

faculdade, assim quando exigido ele não se deparará com dificuldade em uma área fundamental como a comunicação. Obviamente que não é necessário que todos os profissionais do mundo sejam especialistas em comunicação, mas ao menos o básico é fundamental dominar. Para que os alunos tenham esse conhecimento é preciso implantar a exigência de um preparo básico em comunicação ao menos durante os projetos acadêmicos, onde serão avaliados seus conhecimentos na área de atuação do seu curso, mas também será cobrado, pelo menos, um domínio funcional da comunicação, independentemente do ramo científico que seu curso pertença.

Ao longo do estudo experimental realizado pela agência Radar, notou-se que os integrantes da Sale Racing não tinham se quer um conhecimento básico em sobre as ferramentas de comunicação, tanto para com os patrocinadores quanto para os jurados da Fórmula SAE. A falta de conhecimento gerou também uma falta de atenção da equipe com a proximidade do público acadêmico, que na teoria, eram os mais fáceis de atingir, devido à proximidade do projeto. Os integrantes são pouco preparados quando se diz respeito à divulgação do projeto do carro. Segundo relatos da equipe, no dia da apresentação do projeto ao jurado da corrida Formula SAE, não souberam convencer bem a ideia do *Sale Racing*.

Conclusão

Ao final do projeto, após o desenvolvimento do planejamento detalhado e criterioso contendo propostas para solução dos problemas de comunicação da Sale Racing apontados através da pesquisa de campo, depois da criação de um plano a ser seguido futuramente pela equipe, concluiu-se que se todas as ações e orientações sugeridas pela Radar forem colocadas em prática ao longo de 2018, a evolução na captação de patrocinadores será evidente, o engajamento dos alunos do UniSALESIANO será maior e as notas de apresentação da equipe na Fórmula SAE aumentarão significativamente.

Assim como no mercado de trabalho, um conhecimento e preparo maior com o setor de comunicação do projeto, são fundamentais para que os frutos colhidos pela equipe ao final do ano sejam gratificantes.

Referências bibliográficas

BERGER, John. **Modos de ver**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999

CAVALCANTE, M. Shirley. **A Importância da Comunicação para a Gestão Empresarial/Organizacional**. Disponível em: <http://www.liberarti.com/schede.cfm?id=1900&a_importancia_da_comunicacao_para_a_gestao_empresarial_organizacional> Acesso em: 1 de dez. 2017.

COSTA, Cristina. *A imagem da mulher*. Rio de Janeiro: SENAC Rio, 2002.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FERREIRA, Marcelo Costa. 2001. "Permeável, "Ma Non Troppo": a Mobilidade Social em Setores de Elites, Brasil – 1996". In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, RBCS, ANPOCS, Vol. 16, Nº 47, pp. 141-160. Outubro.

FONTENELLE, I. A. (2004) **Mídia, acesso e mercado da experiência**. In: *Contracampo*, 10/11. RJ, UFF.

KELLEY, Larry D.; DONALD, W. Jugenheimer. **Uma visão de mídia para gestores de marca**. Tradução Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Nobel, 2006.

NASSAR, Paulo, FIGUEIREDO, Rubens. **O que é comunicação empresarial**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

MAFESSOLI, Michel. **A contemplação do mundo**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.

WESTWOOD, John. **O plano de marketing**. 3.ed. São Paulo: Makron Books, 2008.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

_____. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SANT'ANNA, Armando. **Propaganda: teoria, técnica e prática**. São Paulo: Ed. Pioneira, 1998.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SERVIÇO SOCIAL

A intervenção do Assistente Social junto aos usuários do Benefício de Prestação Continuada

The intervention of the Social Worker with the users of the Continuous Benefit Benefit

Bruna Alves Vieira¹
Crislaine Cristina Fantin Machado²
Livia Marinho de Moura³
Cleide Henrique Avelino⁴

RESUMO

O presente trabalho mostra a importância do trabalho do Assistente Social junto aos usuários do Benefício de Prestação Continuada-BPC, e esclarece minuciosamente o trabalho do Assistente Social nos processos de avaliação social dos usuários requerentes do BPC e o quanto a profissão é importante para que o usuário tenha seu benefício requerido. A escolha do tema se deu devido à inquietação acerca do conhecimento dessa área de trabalho e através do estágio supervisionado realizado na Associação de Pais e Amigos Excepcionais-APAE na cidade de Araçatuba.

Palavras – chave: Assistente Social, Avaliação Social, Benefício de Prestação Continuada.

ABSTRACT

This paper shows the importance of the work of the Social Worker to the users of the Continuous Cash Benefit-BPC, and clarifies it's work in the social assessment processes for the BPC users, and how important this profession is for the user to achieve the required benefit. The choice of topic was due to the restlessness about the knowledge of this area of work and through the supervised internship at the APAE -Association of Parents and Friends of Exceptionals in the city of Araçatuba.

Keywords: Continuous Cash Benefit, Social Worker, Social Evaluation.

Introdução

O presente trabalho parte do questionamento a respeito da intervenção do assistente social junto aos usuários do Benefício de Prestação Continuada - BPC, uma vez que é este o profissional que viabiliza este direito dos usuários no seu cotidiano. A pesquisa pressupõe a hipótese de que o profissional Assistente Social do Instituto Nacional do Seguro Social intervém no âmbito previdenciário visando a garantia dos direitos humanos, na luta pela igualdade social sempre comprometido com o

¹ Acadêmica do 8º termo do curso de Serviço Social do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - Unisalesiano Campus Araçatuba.

² Acadêmica do 8º termo do curso de Serviço Social do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - Unisalesiano Campus Araçatuba.

³ Assistente Social; Mestre e Doutora em Serviço Social; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - Unisalesiano Campus Araçatuba.

⁴ Contadora; Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium - Unisalesiano Campus Araçatuba.

projeto ético político da profissão, abrange um trabalho voltado a toda a população requerente dos serviços e benefícios da Previdência Social.

O ponto de partida desta pesquisa foi compreender as possibilidades e limites postos da atuação do Assistente Social frente ao BPC. O questionamento foi realizado com base nas informações disponibilizadas pelo Assistente Social da previdência social do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, que possibilitou o conhecimento a respeito do tema.

A abordagem do tema tornou-se relevante, pois atinge a realidade de muitas pessoas. O assistente social incorpora, no seu trabalho, a defesa da garantia dos direitos sociais, como ocorre no procedimento de concessão do Benefício de Prestação Continuada-BPC, possibilitando a efetivação dos direitos sociais dos usuários. O interesse pelo tema surgiu após um estágio na APAE de Araçatuba e aulas ministradas sobre a previdência social. Nestes termos, a presente pesquisa teve como principal indagação analisar a intervenção do assistente social juntos aos usuários do BPC, em um município de grande porte, localizado no estado do Mato Grosso do Sul.

Esta pesquisa teve como objetivo principal analisar a intervenção do Assistente Social junto aos usuários do BPC em um município de grande porte localizado no estado de Mato Grosso do Sul, através da realização de uma Pesquisa de Campo com aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa – CEP, Parecer nº 2.134.137 e, como objetivos secundários, pesquisar sobre o surgimento da previdência social; contextualizar o perfil dos usuários do BPC, assim como o surgimento dessa política pública, viabilizando o direito ao benefício; analisar o perfil e as funções do Assistente Social na Previdência Social, identificando assim os maiores desafios.

Os antecedentes históricos da seguridade social no Brasil

A seguridade social é um conjunto de políticas sociais que norteia a ação governamental sob a perspectiva da proteção social. Durante o século XIX na vigência do Estado Liberal, tiveram início mudanças políticas que trouxeram à existência, já no século XX, o chamado Estado de Bem-Estar Social. Nesse modelo, o Estado reconhece a sua necessidade de sanar as desigualdades sociais sem, contudo,

combater os principais interesses do capital.

O marco inicial do Estado de Bem-Estar Social se dá no ano de 1883, na Alemanha, com a implantação do seguro social como resposta às lutas sociais ocorridas naquele país, tendo por finalidade oferecer proteção para as pessoas que estavam em condições de miserabilidade, idade avançada, desemprego, enfermidades, entre outras. Desse marco até o ano de 1914, praticamente toda a extensão do continente europeu adota o sistema de seguro social.

Os países subdesenvolvidos como é o caso do Brasil nunca vivenciaram um período de Bem-Estar Social por razão da não existência de vastas políticas de proteção social. Dessa forma, há no país um grande índice de redução das demandas sociais.

Pode-se dizer que as políticas sociais convivem num ambiente de divergência, uma vez que, ao conferir excelência nas áreas sociais, buscam suprimir os interesses do capital como a acumulação e articulação de mecanismos para manutenção da ordem social vigente.

Nessa perspectiva, a seguridade social objetiva a ordem social, com a igualdade de direito e ampliação das políticas sociais, para que a população tenha acesso a Assistência Social, previdência e saúde. No Brasil, a Seguridade só foi conquistada através de muita luta por parte da população, uma vez que a classe trabalhadora vinha lutando, através de movimentos sociais, desde o período da redemocratização do país na década de 1980.

As políticas neoliberais foram implantadas no Brasil no início dos anos de 1990, e ganharam força no governo de Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e no governo do seu sucessor Fernando Henrique Cardoso. Representaram a redução da participação do estado e a responsabilidade transferida para o setor privado. O principal objetivo neoliberal é a privatização das empresas públicas defendendo a ideologia de liberdade de mercado.

Surgimento da previdência social brasileira

A Seguridade Social originou-se de uma necessidade social para proteção às pessoas contra os variados riscos que podem decorrer ao longo da sua vida em situações referentes ao tripé da previdência social.

Antigamente a proteção para os riscos era atribuída a família, porém aqueles que não tinham essa convivência familiar e não aparentavam ter condições para sobreviver dependiam da caridade aos pobres e necessitados. A população rica fazia caridades como forma de amortizar a exploração de seus escravos.

No Brasil a proteção social evoluiu de forma privada e voluntária, o Estado passa a intervir cada vez mais, criam-se as Santas Casas da Misericórdia com um plano de auxílio e assistência médica aos necessitados.

O termo aposentadoria só é empregado na Constituição de 1891, prevendo o direito a aposentadoria por invalidez aos funcionários públicos. As outras categorias de trabalhadores não foram beneficiadas; alegava-se na época que os militares faziam o papel de defender o país, sacrificando-se, correndo riscos e defendendo as fronteiras territoriais, por esse motivo deveriam ser beneficiados. Verifica-se no artigo 75 da Constituição que [...] *a aposentadoria só poderá ser dada aos funcionários públicos em caso de invalidez no serviço da Nação.* (BRASIL, 1891)

O termo previdência só passa a existir na Constituição Federal de 1934, separado do termo social, empregado, Estado e empregador passam a contribuir para o custeio da proteção social.

Finalmente em 1946 na Constituição Federal no artigo 5º é empregado o termo previdência social, [...] *b) normas gerais de direito financeiro; de seguro e previdência social; de defesa e proteção da saúde; e de regime penitenciário.* (BRASIL, 1946.)

Em 1988 é publicada a nova Constituição que é vigente até os dias de hoje, inspirada no estado de bem-estar social e aborda a Seguridade Social. Com isso ressalta-se que a Seguridade Social é um conjunto de regras, de princípios e instituições que visam manter um sistema de proteção aos usuários que delas necessitam, através de ações integradas dos poderes públicos e também da sociedade, visando o direito à previdência, assistência e saúde.

A política de Saúde

No Brasil a política de saúde teve início no século XX, em meados da década de 1930, anteriormente era uma política pautada na filantropia e no assistencialismo, passando, com o avanço do Serviço Social, a incluir transformações políticas e econômicas. (LIMA, 2013)

A década de 1930 viu o surgimento de políticas sociais em âmbito nacional, pois as questões de saúde particular e pública careciam de ser transformadas em questões políticas com influência do Estado e novos modelos que contemplassem de alguma forma os assalariados urbanos, que se caracterizavam como sujeitos respeitáveis no cenário político nacional.

A política de saúde concretizou-se no período de 1945 a 1950. Em 1948 criou-se o Plano Salte que envolvia várias finalidades, a saúde foi a área primordial, contudo no período citado não houve sucesso na efetivação desse programa já que não alcançaram os objetivos de extinguir o quadro de doenças infecciosas e parasitárias e as elevadas taxas de mortalidade.

A Constituição Federal de 1988 cria o Sistema Único de Saúde – SUS. Anteriormente a administração desse âmbito era realizada pelo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social – INAMPS no qual se fazia uma divisão entre as categorias que poderiam ter direito à saúde pública. Era necessário estar na condição de contribuinte previdenciário para fazer uso do benefício ou então fazer o pagamento e utilizar de forma privada, existia aquela parcela da população que não possuía direito algum.

Nessa perspectiva o Estado viu a necessidade de alteração na atual conjuntura a implantação da saúde como direito do cidadão brasileiro, foi pautada como lei na Constituição Federal de 1988.

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I – descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II – atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III – participação da comunidade. (BRASIL, 1988)

Como principal objetivo está a universalização, todos que dela necessitam têm o direito de utilizar, e o atendimento deve que ser efetivado de forma integral abrangendo tantos meios curativos, preventivos, como também atenção à saúde individual e coletiva.

Fazem parte do Sistema Único de Saúde, dessa forma, postos de saúde, hospitais, vigilância sanitária, epidemiológica, ambiental entre outros; busca-se a melhor forma de utilização dos recursos públicos na área da saúde na intenção da qualidade do serviço para a população.

O SUS representou um grande avanço para política de saúde, contudo conclui-se que os objetivos legais e constitucionais são descumpridos e a omissão por parte do governo federal nas normativas e fiscalizações das ações na área da saúde são visíveis.

A Assistência Social na qualidade de política pública

Para a análise da Assistência Social, é essencial considerar sua relação com as classes sociais e, diante das desigualdades sociais vivenciadas na contemporaneidade, essa relação nada mais é do que a contradição entre capital e trabalho. O Estado aparece como intermediário nessa situação, e traz na implantação da política de Assistência Social os parâmetros de igualdade.

A Assistência Social tem, assim, um dever ético, com seus conceitos ligados a valores individuais, fugindo, de certa forma, do conceito de política social, que é uma política de direito. Com isso ocorreu como consequência a implantação de mecanismos compensatórios, que atuam no atendimento apenas das circunstâncias de emergenciais.

Na Constituição Cidadã, a Assistência Social passa a ser tratada como política pública e como um dos âmbitos que norteiam a Seguridade Social, juntamente a Previdência Social e Saúde. Com essa condição de política pública é retirada toda a ideia que Assistência Social se trata de um assistencialismo, caridade, dever ético, passando a ser um dever do estado e direito do cidadão. (LAJÚS, 2009, p.4)

A Assistência Social é um avanço na história da sociedade, pelo fato de terem ocorrido grandes lutas para alcançar o que hoje é Lei, os ideais de assistencialismo, caridade, filantropia, passam a ser uma política pública.

A lei que regulamenta a assistência é a Lei nº 8742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS, que traz todas as disposições dessa política pública. Observa-se claramente na lei que é dever do Estado e direito do cidadão ser beneficiado com os mínimos sociais, ou seja, o estado tem o dever de garantir meios suficientes para suprir as necessidades básicas de cada cidadão que busca recursos na assistência.

O empoderamento da família na perspectiva do BPC

A realidade brasileira nos mostra que existem famílias nas as mais diversas situações socioeconômicas que, porventura, vivem em condição de violação dos direitos de seus membros, em especial de suas crianças, adolescentes, jovens, idosos e pessoas com deficiência, além da geração de outros fenômenos como, por exemplo, pessoas em situação de rua, migrantes, idosos abandonados que estão nesta condição não pela ausência de renda, mas por outras variáveis da exclusão social. Percebe-se que estas situações se agravam justamente nas parcelas da população onde há maiores índices de desemprego e de baixa renda dos adultos. (POLONIO, 2015)

Importante dizer que o ponto de vista de família aplicado para a concessão do BPC não foi planejado para ponderar pobreza, entretanto para situar uma linha legatária para transição de benefícios previdenciários, como exemplo, nas ocorrências de pensões por morte, ainda que seu caráter seja intransferível e se interrompe com a ultrapassagem dos critérios que revelaram o início da transferência ou morte do usuário.

A família foi delineada, na primeira regulamentação do BPC em 1995, como uma unidade mononuclear, convivendo sob o mesmo teto, da qual a economia é mantida pelo imposto de seus membros. Esse modelo compreendia qualquer pessoa consanguínea, por cognação ou por parentesco. A partir da existência da convivência, poderia ser caracterizado como família para a composição da renda *per capita* aferida na transferência do benefício assistencial. (POLONIO, 2015)

A deliberação no Decreto n. 1744, de 1995 revelava um ponto de vista vulnerável no tocante à transferência do direito ao não conceder que o próprio cidadão manifestasse a sua formação familiar e renda, e, dessa maneira, a pessoa deixava de existir como cidadão de direitos e era tido como alguém carecendo de tutela de mediadores. (POLONIO, 2015)

A dificuldade se estabelece na dependência familiar como fundamento para acesso ao benefício, entende-se que o benefício é intransferível, porém o requerente é dependente para ser aprovado, no entanto no mesmo instante torna-se independente para cuidar de si, pois seu benefício é intransferível.

Ocorrendo algumas complicações nesse contexto, é necessário ter em vista a

família vivida e não a arquitetada, isto é, aquela na qual se constatam inúmeras maneiras de composição e de envolvimento e na qual os artifícios apresentados à sobrevivência diversas vezes priorizam as relações de parentesco da perspectiva estabelecida.

Até não muito tempo atrás, quem recebia o BPC não poderia concentrar nenhum outro tipo de benefício de renda oriundo de políticas públicas, porém suas famílias conseguiriam. Além do mais, constituindo o benefício designado ao sujeito, outras pessoas da família (como os cuidadores) não conseguiriam qualquer forma especial de proteção social. (POLONIO, 2015, p.74)

Os estágios de vida das pessoas a quem se designa o benefício demonstram essa carência, ao se declararem já idosas ou pessoas com deficiência que em diferentes situações tem necessidade de dedicação e cuidados precocemente.

Da mesma maneira que as vertentes como renda e a constituição familiar são essenciais para o acesso ao benefício outra circunstância que provoca debates é o reconhecimento da conjunção da deficiência referente.

Requisitos para concessão do BPC

O Benefício de Prestação Continuada se destina aos idosos com mais de 65 anos ou pessoas com deficiência que comprove sua incapacidade para vida independente, levando-se em conta a renda *per capita* familiar que não deve ser maior que um quarto do salário mínimo. O BPC não pode ser acoplado a outros benefícios, exceto tratando-se de benefícios assistenciais ou da saúde.

Para ser analisada a renda *per capita* familiar, faz-se um cálculo sobre o salário de todos os membros que compõem o núcleo familiar e divide-se a somatória pelo total de integrantes, obtendo assim o resultado, que não pode ultrapassar um quarto do salário mínimo.

As pessoas que compõem esse núcleo familiar são as que necessariamente residem na residência, [...] *o idoso ou pessoa com deficiência, esposa (o), companheira (o), filha (o) não emancipado, irmão (a) não emancipado, de qualquer condição menores de 21 anos ou inválidos e pai ou mãe.* (BRASIL, 2009, p.5)

Os idosos ou deficientes que residam sozinhos devem receber, da mesma forma, o benefício desde que estejam de acordo com as condicionalidades necessárias.

O solicitante do BPC deve se direcionar até a Secretaria Municipal de Assistência Social ou no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS para assim obter informações aprofundadas. O órgão intermediário e responsável é o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.

A pessoa com deficiência passará, no INSS, por uma perícia médica para constatação da real situação de incapacidade para sua vida independente, também é necessária a avaliação do profissional Assistente Social.

Todo esse procedimento deve ser agendado e, no caso de o usuário não estar em condições aptas para se conduzir até o órgão responsável, é feito o agendamento de uma visita domiciliar.

A reavaliação do BPC é feita no prazo de 2 anos, com o objetivo de analisar se o usuário continua na mesma condição na qual foi concedido o benefício, se a renda *per capita* não obteve alteração e excedeu o valor de um quarto do salário mínimo, já especificamente no caso da pessoa com deficiência a mesma é submetida à uma nova avaliação com a perícia e assistente social.

Caso comprovada a alteração da situação do usuário o BPC poderá ser interrompido ou cancelado.

A atuação do Assistente Social na Previdência Social

O Serviço Social como profissão surge no Brasil em 1930; sua origem estava relacionada com a Igreja Católica. Em 1936, se instaura a primeira escola de Serviço Social em São Paulo, que sofreu grande influência de profissionais formados fora do país.

A intervenção do Serviço Social vai muito além de relatos e prontuários prescritos voltados em como fazer, mas sim é necessário um julgamento crítico sobre os fatos, pautando a ideia de viabilização dos direitos da população.

Para atuação no ambiente previdenciário foi instituída a Matriz Teórico- Metodológica do Serviço Social na Previdência Social, ela é responsável por nortear os profissionais que trabalham nessa perspectiva de viabilização de direitos.

A entrada do Serviço Social na previdência começou legitimamente através da Portaria número 52 que foi promulgada em 06 de setembro de 1944, tratou-se de uma requisição do Conselho Nacional do Trabalho- CNT.

Na década de 1980 o Assistente Social atuava na previdência de forma tradicionalista e de caráter costumeiro, porém era notável que muitos profissionais buscavam se qualificar e capacitar na tentativa de ultrapassar a rotina que se vivenciava, um dos marcos para esse fato foi o Movimento de Reconceituação em 1982 trazendo os ideais marxistas.

O rompimento com o tradicionalismo ficou claro em 1990 quando a Constituição Federal de 1988 evidencia a participação dos usuários na organização de políticas públicas e a viabilização de direitos sociais.

Contudo, em 1998 o Serviço Social passa por um momento de possibilidade de eliminação da instituição do INSS, como foi abordado na Reforma Administrativa e na Reforma da Previdência Social. Todavia, essa intenção ficou fora de cogitação já que houve luta e manifestações para o evitarem.

A intervenção do Assistente Social junto à concessão do BPC

No primeiro momento, o fazer profissional do Assistente Social estava voltado em orientar a população sobre o acesso ao benefício, promover a obtenção da documentação de forma mais fácil, à realização de visitas domiciliares, trabalhar em conjunto com a rede do município fazendo o encaminhamento quando necessário e os estudos de caso.

Essa atuação no setor público se proporciona com o planejamento, instrumentalização e viabilização dos serviços para os usuários. O profissional se torna responsável por ser intermediário entre a instituição e a sociedade.

Além da bagagem teórica, a linguagem se torna também a principal forma de instrumento de trabalho o que faz com que se tenha uma visão cada vez mais ampla da realidade tendo assim mais proximidade com o meio.

Anteriormente competia somente ao perito médico a realização da análise da deficiência para concessão do BPC, nesse caso, utilizavam-se critérios de restrições.

A partir de então houve a implantação do Decreto 6.214 de 26 de setembro de 2007 que incluiu o profissional de Serviço Social com seu olhar social na configuração da incapacidade e limitação.

Foi necessário, em 2011, a alteração das técnicas de avaliações, para ter implicação na concessão do BPC. Considerava-se pessoa com deficiência aquela que não tem capacidade de desempenhar suas atividades no dia a dia ou de manter sua

vida cotidiana, contudo esse conceito mudou, e a deficiência é entendida como um impedimento de longo prazo de natureza física, mental ou sensorial, que pode interromper a participação na sociedade.

Esse acontecimento representou um grande progresso para o mérito de direito dos beneficiários.

As percepções do Assistente Social sobre o BPC na previdência social

Foi realizada uma Pesquisa de Campo no Instituto Nacional de Seguro Social-INSS com sua localização em uma cidade de fronteira entre Mato Grosso do Sul e São Paulo, com objetivo de buscar informações referentes ao tema: A intervenção do Assistente Social junto aos usuários do Benefício de Prestação Continuada. A pesquisa foi realizada para conhecer a intervenção do profissional Assistente Social junto aos usuários que recebem o benefício de prestação continuada.

A profissional será identificada pelo pseudônimo Vera para sigilo da identidade da profissional e da sua imagem conforme descrito no projeto apresentado ao Comitê de Ética e Pesquisa.

A seguir apresenta-se a análise do questionário realizado junto à profissional.

Foi questionado quais são os objetivos do Serviço Social na Instituição. Analisa-se que o trabalho está focalizado na implantação da política previdenciária com base na perspectiva do direito social, ou seja, na viabilização de direitos para população.

Implementar a política social previdenciária sob a ótica do direito social, da formação de uma consciência coletiva de proteção ao trabalho e do fortalecimento da cidadania. Conforme a lei previdenciária nº 8.213/91 em seu art. 88: Compete ao serviço social esclarecer junto aos beneficiários seus direitos sociais e os meios de exercê-los e estabelecer conjuntamente com eles o processo de solução dos problemas que emergirem da sua relação com a previdência social, tanto no âmbito interno da instituição como na dinâmica da sociedade. (ASSISTENTE SOCIAL VERA)

Em relação ao público alvo de atendimento da Instituição fica visível que abrange uma diversidade de usuários, mas caracterizam-se especialmente em três categorias, os primeiros como usuários que contribuem para previdência social, ou seja, que encontram-se em situação de segurado; o segundo são usuários que não se encontram com o vínculo de contribuição ou que nunca contribuiu; e o último perfil trata-se de usuários requerentes do Benefício de Prestação Continuada.

São públicos de usuários com perfis distintos, sendo o primeiro como usuário-segurado (trabalhadores formais ou informais que contribuem com a previdência social) e o segundo como usuário- sem qualidade de segurado ou que nunca foi segurado (trabalhadores informais, desempregados e pessoas incapacitadas para o trabalho, tanto por motivo de deficiência e/ou doença, quanto por idade avançada que estão a margem e excluídos do sistema de “proteção” previdenciária), sendo o último perfil em sua maioria os usuários que requerem o BPC. (ASSISTENTE SOCIAL VERA)

Na Instituição pesquisada a profissional trabalha juntamente com um rol funcionários, mas, sobretudo mantém uma relação mais próxima com os peritos médicos, pois a maioria dos usuários que procura atendimento busca o requerimento de um benefício, mais especificamente do Benefício de Prestação Continuada. Fica visível na análise que existe uma correlação de forças entre os dois profissionais, e o Serviço Social faz sua análise caracterizando os empecilhos e irregularidades sociais para acesso ao benefício. A profissional relatou:

Há uma correlação de forças entre as duas áreas do saber, considerando que o serviço social caracteriza as barreiras e intercorrências sociais para o acesso ao benefício, ressaltando que as expressões da questão social se manifesta na particularidade e singularidade em que o usuário se apresenta, de modo que a mesma doença ou deficiência se expressa diferentemente de acordo com a conjuntura econômica, política e social que o usuário está inserido naquele momento. (ASSISTENTE SOCIAL VERA)

Essa relação entre Assistente Social e perito médico muitas vezes pode ser uma relação de conflito. Levantamos para ela a questão do indeferimento do benefício, mais especificamente do Benefício de Prestação Continuada, pois existem casos que o Assistente Social analisa e observa que o usuário é perfil para concessão, porém, ao passar pelo perito médico o mesmo indefere. Conforme o que a Assistente Social Vera respondeu fica evidente que muitas vezes os peritos médicos ultrapassam sua ação profissional, pois deixam de analisar a situação em si da deficiência e se voltam para os fatores sociais, econômicos ou meramente para sua opinião.

Por se tratar de doença e deficiência que gera incapacidade, a realidade social pode agravar ou amenizar o contexto da situação analisada, porém a postura e ação profissional do médico perito ultrapassam e ao mesmo tempo restringe a sua atuação profissional em momentos que são relevantes os critérios biológicos e físicos somente ou critérios sociais, nos quais não estão capacitados a opinar tecnicamente, para fundamentar o não acesso do usuário ao benefício. (ASSISTENTE SOCIAL VERA)

O Benefício de Prestação Continuada é um direito direcionado para a população idosa com 65 anos ou mais e pessoas com deficiência que comprovem sua incapacidade para vida independente. Na realidade do nosso país muitas famílias obtêm o benefício como única fonte de renda, e tentam suprir suas necessidades com um salário mínimo, para Assistente Social Vera, é dificilmente possível uma família conseguir suprir todas as suas necessidades, e que o BPC como alternativa de renda se dá muito além da deficiência ou doença e está relacionado também com a crise do capital, que ocasiona muitas mazelas da questão social entre elas o desemprego.

Considerando o critério de renda igual ou inferior a ¼ do salário mínimo a luz da LOAS, é humanamente impossível a sobrevivência nesse contexto. O acesso ao BPC que gera renda de 1 salário mínimo ao usuário e seu grupo familiar supre deficitariamente as necessidades básicas materiais para uma vida digna. A fonte ou alternativa de renda em relação ao BPC se dá para além da doença/deficiência ou idade avançada estando relacionadas também com a crise do capital que geram as expressões da questão social no que refere a precarização do trabalho, desemprego estrutural, gerando consequências no acesso as políticas públicas de habitação, saúde e assistência social principalmente de acordo com o estado mínimo de direitos. (ASSISTENTE SOCIAL VERA)

No que diz respeito à alienação da sociedade e se o Serviço Social proporciona a quebra dessa barreira, constatou-se que na sua concepção a alienação aniquila a sociedade principalmente a população que se encontra excluída dos serviços oferecidos pelo Estado, e que o Serviço Social se compromete na viabilização dos direitos, em direcionar, explicar e informar o usuário que chega para atendimento, e na Instituição que trabalha atualmente somente a ação profissional não é suficiente para quebra desse paradigma.

A alienação é algo que assola a sociedade, principalmente a população excluída de serviços e políticas públicas básicas para o exercício da cidadania, desse modo pode-se dizer que o serviço social trabalha para o empoderamento dos usuários na busca da viabilização dos vossos direitos e também contribuir com a desburocratização que a autarquia se apresenta em normas e regimentos que reafirmam o seu papel funcionalista. Portanto a quebra da alienação é algo complexo que demanda opinião crítica e mudança de paradigma em que somente o serviço social não consegue viabilizar nos atendimentos prestados nas agências da previdência social. (ASSISTENTE SOCIAL VERA)

Para concluir o questionário perguntou-se sobre os desafios que a mesma enfrenta no seu dia a dia. Vera relatou que o principal desafio está sendo lutar contra os ideais que o capital impõe, principalmente no atual Governo de Michel Temer,

onde há grande retirada de direitos da população, fazendo com que os direitos conquistados até hoje, e com muita luta, não significasse nada.

Os desafios enfrentados estão relacionados com as lutas constantes de enfrentamentos contra o desmonte do serviço social no atual governo temer, contra a desconstrução do projeto consubstanciado na matriz teórico-metodológica e na alteração das atribuições específicas do assistente social elencados do manual técnico do serviço social no INSS. (ASSISTENTE SOCIAL VERA)

Com a apresentação dos resultados da pesquisa foi possível alcançar todas as respostas esperadas relacionadas ao o tema do referente estudo que foi “A Intervenção do Assistente Social junto aos usuários do Benefício de Prestação Continuada”. A profissional respondeu as questões com coerência mantendo o sigilo da Instituição, transpondo realmente sua opinião em cada resposta.

Conclusão

Concluiu-se diante do contexto apresentado que a hipótese foi confirmada. Nesta perspectiva identificou-se que o profissional Assistente Social do Instituto Nacional do Seguro Social intervém no âmbito previdenciário visando à garantia dos direitos humanos, na luta pela igualdade social e, comprometido com o projeto ético político da profissão, abrange um trabalho voltado a toda a população requerente dos serviços e benefícios da Previdência Social e que a atuação do profissional de Serviço Social vai muito além de prontuários prescritos e relatos voltados apenas em como fazer, mas se faz necessário um julgamento crítico sobre os fatos, traçando a ideia de viabilização dos direitos da população.

O Profissional de serviço social baseia sua atuação na Matriz Teórico-Metodológica do Serviço Social na Previdência Social, sendo o responsável por nortear os profissionais que trabalham nessa perspectiva de viabilização de direitos.

É de suma importância a atuação do profissional Assistente Social no INSS, devido ao seu conhecimento sobre o processo de avaliação social que é realizado pelo Serviço Social do INSS.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 24 de Fevereiro de 1891. Rio de Janeiro, 1891.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Cartilha Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social. Secretaria Nacional de assistência Social, Brasília, 2009.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 1988.
Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de Setembro de 1946. Rio de Janeiro, 1946.

POLONIO, Isangela. **Benefício De Prestação Continuada**: Reflexos Da Precarização Do Trabalho E (Des)Proteção Previdenciária. (Dissertação de Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista – UNESP. Franca, SP, 2015.

A práxis social contemporânea de Assistentes Sociais

The contemporary professional praxis of Social Workers

Marcelo da Silva Oliveira¹
Nathália Regina Marçal Marques²
Tamires D'Agosta³
Marilda de Oliveira Lemos⁴
Cleide Henrique Avelino⁵

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma análise quanto a práxis na atuação contemporânea de Assistentes Sociais do município de pequeno porte da região de Araçatuba - SP, em que se buscou considerar as tensões entre a efetivação do Projeto Ético Político do Serviço Social, norteador da prática profissional historicamente legitimado, e o profissional, em sua condição de trabalhador assalariado. A consolidação do projeto ético político tende a ser fortalecida ou enfraquecida mediante a práxis profissional. Parte-se do pressuposto que os principais desafios estão relacionados a fragilidade da formação, e o cotidiano profissional, que face ao crescimento do conservadorismo, devido ao sistema neoliberal, limita o autorreconhecimento como classe trabalhadora por parte dos Assistentes Sociais, o que implica diretamente em sua prática.

Palavras – chave: código de ética, conservadorismo, práxis, projeto ético-político.

ABSTRACT

This paper presents an analysis of the praxis in the contemporary work of Social Workers in the small municipality of the region of Araçatuba, SP, in which it was tried to consider the tensions between the implementation of the Social Work Political Ethic Project, guiding the professional practice historically legitimated, and the professional, in his condition of salaried worker. The consolidation of the political ethical project tends to be strengthened or weakened through professional praxis. It is assumed that the main challenges are related to the fragility of the training, and the professional daily life, which due to the growth of conservatism, due to the neoliberal system, limits self-recognition as a working class by the Social Workers, which directly implies practice.

Keywords: code of ethics, conservatism, praxis, political ethical project.

Introdução

¹ Acadêmico do 8º termo do curso de Serviço Social do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

² Acadêmica do 8º termo do curso de Serviço Social do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

³ Acadêmica do 8º termo do curso de Serviço Social do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

⁴ Assistente Social, Mestre em Administração, Doutora em Ciências Sociais. Docente do curso de Serviço Social do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

⁵ Contadora: Especialização em Contabilidade, Administração e Finanças; Docente do Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSalesiano Campus Araçatuba.

O presente artigo foi resultado de uma pesquisa que teve como objetivo investigar, de forma refletiva e crítica, a práxis social contemporânea de Assistentes Sociais, até então, norteados por um projeto ético político, fruto de uma construção histórica que intencionava romper com o ideal conservador e positivista, sendo o produto de intervenção a questão social desde que se originou o crescimento industrial e o desenvolvimento da formação societária.

A adesão a esse projeto ético político, por parte dos assistentes sociais, tem causado uma inquietação quanto a sua efetividade, e o questionamento da postura profissional se deu mediante o exercício de estágio supervisionado, que direcionou a um questionamento crítico em relação à formação e preparação desses profissionais frente à sociedade.

Com o decorrer da graduação, esse tema passou de inquietação para uma preocupação relacionada à conduta e a continuidade dada ao aprimoramento e a uma atualização do conhecimento da área. A metodologia utilizada para a elaboração do artigo foi a Pesquisa Bibliográfica e realização de uma Pesquisa de Campo com aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa – CEP, Parecer nº 2.083430.

Partindo do pressuposto de que os principais desafios postos para esses profissionais estejam relacionados à fragilidade de sua formação e à continuidade de atualização, que por muitas vezes é dificultada, faz com que se torne questionável, na ótica marxista, a qual norteia ideopolíticos do Serviço Social.

O olhar que deve ter este profissional é a de transformação da realidade social demandada e a desconstrução das estruturas sociais e morais impostas, mediante o estímulo à reflexão e à conscientização coletiva, para preservar seu protagonismo e sua liberdade de conduzir sua vida a sua maneira.

Questionar essa atuação teve sua importância, pois é extremamente necessário identificar de onde origina essa fragilidade, para que não haja descaracterização do horizonte social e ético, e para que também não sejamos mais um agente contraditório.

Os dados da pesquisa

Em face da pesquisa realizada com as profissionais de Serviço Social em diversos espaços sócio-ocupacionais, mediante a aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa, foram entrevistadas instituições como o Centro de Referência de

Assistência Social – CRAS, Centro de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS, Organizações da Sociedade Civil - OSC'S, Educação, Saúde, Departamento de Assistência, Tribunal de Justiça – TJ e Instituições de acolhimento, foram elencadas as potencialidades quanto à atuação destes em seus respectivos equipamentos.

Verificou-se que a profissional do CRAS tem sua atuação normatizada pela tipificação da Proteção Social Básica do SUAS, que tem por objetivo prevenir situações de risco social, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, visando fortalecimento do vínculo tanto familiar quanto comunitário. Ou seja, a profissional atua de forma a prevenir e a proteger, buscando reconhecer a importância de responder às necessidades humanas de forma integral.

O profissional do CREAS, por sua vez, centra sua atuação no acompanhamento a indivíduos e suas famílias os quais estão expostos diretamente a riscos por violação de direitos ou já com direitos violados.

Já as atribuições do assistente social no TJSP encontram-se expressas na Portaria nº 9.277/2016 e nas Normas de Serviço da Categoria Geral de Justiça nos artigos 802 a 808. Em suma, as assistentes sociais, junto ao corpo técnico que compõem, executam suas atividades profissionais junto às Varas da Infância e da Juventude, Família e Sucessões, Violência Doméstica e as demais responsáveis por medidas de proteção a idosos em situações de risco, mesmo que ainda tramitem nas Varas Cíveis.

Essas profissionais executam funções periciais junto aos processos judiciais, fornecendo subsídios por escrito mediante laudos, como também verbalmente em meio as audiências e o desenvolvimento do Estudo Social, por meio da triagem em que se realizam ações de aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção entre outros que diz respeito às questões sócio-jurídicas sob a imediata subordinação da autoridade judiciária, assegurando a livre manifestação do ponto de vista técnico. O trabalho do Assistente Social no TJ também se dá através de periciamento para com as Instituições de Acolhimento, que executam Medidas Sócio-Educativas para que não haja omissão ou negligências quanto ao atendimento oferecido.

No Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, cabe ao profissional o acolhimento dos usuários com transtornos mentais e dependências químicas que foram encaminhados até o equipamento e/ou que espontaneamente procuraram

atendimento.

Tem como objetivo realizar atendimentos individuais e grupais, reuniões, orientações junto às famílias e o encaminhamento dos usuários para as Redes de Serviços como Poder Judiciário, INSS e os demais órgãos que se fizerem necessários, a fim de contribuir para a inclusão e garantia do acesso aos direitos sociais previstos na legislação, proporcionando um tratamento digno, visando a reabilitação psicossocial e a inclusão do mesmo junto a sua família e comunidade em meio a participação de reuniões com a equipe interdisciplinar para que se discutam os casos demandados, visando a uma melhor efetivação nas ações propostas.

No caso do Departamento de Assistência Social, este é responsável pela fiscalização da Política Pública de Assistência Social que apresenta como característica a manutenção e a avaliação da execução dos serviços, dos programas, projetos e benefícios da Assistência Social. Monitora diretamente as O.S.Cs, aliado ao Conselho Municipal de Assistência Social.

Um dos atendimentos se dá por meio de levantamento socioeconômico para concessão de benefícios eventuais como auxílios natalidade, funeral e cestas básicas. São responsáveis também pelo projeto Viva Leite e Programa Municipal Leite do Idoso e concedendo, quando necessário, fotos, documentos, caçambas e as demais utilidades públicas como o Poder Judiciário, Disk 100 para a violação de direitos e o planejamento orçamentário.

As Instituições de acolhimento, por via de regra de caráter asilar, busca atuar diretamente com moradores da comunidade, atuando na área de lazer, atendimento individualizado, trabalho em conjunto e visitas domiciliares buscando viabilizar os direitos.

As Organizações da Sociedade Civil – O.S.Cs, por sua vez, de uma forma parceira, complementa os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo – S.C.F.V. mediante a proteção social básica, como preconiza o Sistema Único da Assistência Social – SUAS. Busca em sua orientação o acolhimento a esses indivíduos, sejam crianças, sejam adultos ou idosos, oferecendo uma escuta qualificada, visitas domiciliares, estudos de caso, elaboração de relatórios e encaminhamentos para as redes de serviço.

Considerando as respostas das profissionais que realizam sua ação profissional nos equipamentos acima relacionados, notou-se que em relação às

questões abordadas, não houve consenso em relação ao que se entende por teoria e prática. Algumas das profissionais desvinculam as mesmas, enquanto outras, defendem a junção da teoria norteando a prática em busca de uma melhor atuação.

Por um lado, há a compreensão que entende a teoria apropriada como ampla ferramenta de conhecimento a serviço da sociedade, pois somente ela norteia e se materializa na prática, de acordo com Marx,

A teoria afirma-se como expressão, no campo do pensamento, da processualidade do ser social, apreendido nas suas mútuas relações e determinações, isto é, como “concreto pensado” (MARX, 1974).

Por outro lado, se tem a compreensão desvinculada, o que compromete a adesão e materialização do projeto ético-político do Serviço Social.

Conforme Lukács (2003, p. 64-65),

A dialética materialista é uma dialética revolucionária. Essa determinação é tão importante e de um peso tão decisivo para a compreensão de sua essência, que, antes mesmo de discorrermos sobre o método dialético em si, temos de entendê-la para abordarmos o problema de forma correta. Trata-se aqui da questão da teoria e da prática, e não somente no sentido em que Marx a entendia em sua primeira crítica hegeliana quando dizia que a ‘teoria se torna força material desde que se apodere das massas’. Trata-se, antes, de investigar, tanto da teoria como na maneira como ela penetra nas massas, esses momentos e essas determinações que fazem da teoria, do método dialético, o veículo da revolução; trata-se, por fim, de desenvolver a essência prática da teoria a partir da teoria e da relação que estabelece com seu objeto.

Instala-se aqui uma preocupação com a compreensão sobre teoria e prática. Não raro, ouve-se de profissionais o discurso de que na prática a teoria é outra. Para uma profissão interventiva como é o Serviço social, esse discurso torna-se grave, uma vez que a dimensão teórico-metodológica se constitui no saber que já superou o tecnicismo e aderiu à visão de totalidade, conforme a teoria marxista, para compreender e intervir na realidade social para além das aparências que esta apresenta.

Há a possibilidade de isso ocorrer em face da precariedade em que se encontra o ensino superior e as condições de vida dos estudantes, pois conseguimos identificar, através de reflexão, que a realidade de nossos estudantes nos dias de hoje é de uma jornada de oito horas de trabalho, por conta dos compromissos financeiros a pagar e até mesmo e principalmente o de estudar.

Outro fato que colabora com a situação, diz respeito ao sucateamento das políticas públicas que, com seus poucos recursos, exige um desenvolvimento técnico-operativo das ações de forma imediatista, visando apenas a resultados quantitativos que, minimamente, atende aos direitos dos usuários, dando oportunidade à descrença ou à impossibilidade de assistentes sociais exercerem a práxis profissional como modo ético-político de intervenção na realidade.

Quando foram feitas perguntas às profissionais sobre o conservadorismo no exercício profissional, evidenciou-se que parte delas entende o conservadorismo como medida prática de conservar, manter o que até então foi posto.

Esse é um pensamento vigente em nossos dias, que subjaz uma visão estática da realidade, positivista e, portanto, sem o compromisso com qualquer tipo de mudança.

É notória a falta de compromisso ou desrespeito para com um estudo continuado, haja vista a demanda de serviços postos aos profissionais cotidianamente que é extremamente maçante e em grande quantidade. Na entrega dos questionários, pode-se observar que essa característica foi a que mais evidenciou o não compromisso; os profissionais estão saturados com a demanda de serviço colocado, e com isso não dão conta ou não fazem com qualidade o serviço prestado, tendo atitudes conservadoras, na grande maioria.

Em razão das fragilidades que a intervenção profissional enfrenta, alimentam-se correntes conservadoras mesmo entre os próprios assistentes sociais.

Mesmo não se posicionando por estarem fragilizados com a situação – até mesmo sem perceber, pois, o cotidiano faz isso com o profissional -, a alta demanda de trabalho ligada ao déficit no quadro da equipe de cada equipamento, escassez na aplicação das políticas públicas, impossibilidade em sua autonomia do fazer profissional e outras; foram algumas das respostas que demonstram o quanto os profissionais estão atados frente à realidade que a profissão vive em dias atuais.

A Gênese do Serviço Social e a influência burguesa

A manipulação do capital burla e manipula, por meio de sua ideologia, todas as relações humanas e as determinam.

Com isso, é garantido o apoio ao pensamento conservador, tornando alienada a classe trabalhadora.

A história de toda sociedade até nossos dias é a história da luta de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e servo, mestre e oficial, em suma, opressores e oprimidos sempre estiveram em constante oposição; empenhados numa luta sem trégua, ora velada, ora aberta, luta que cada etapa conduziu a uma transformação revolucionária de toda a sociedade ou ao aniquilamento das duas classes em confronto. (MARX; ENGELS; 2008, p. 08)

O surgimento do Serviço Social se dá no século XIX, na Europa, como consequência de um processo sócio-histórico desencadeado pela Revolução Industrial. No Brasil, o Serviço Social surge nos anos de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas.

A tecnologia industrial ultrapassada na Europa chegava ao Brasil como impulso ao processo de industrialização e, com isso, instalava-se também um processo de empobrecimento da classe trabalhadora brasileira, acentuando-se e clarificando a divisão da sociedade em classes.

O elemento determinante para a existência e dominação da burguesia é a acumulação de riquezas na mão de poucos. O surgimento, o desenvolvimento e a reprodução do capital só é possível por causa do trabalho assalariado.

O proletário não tem propriedades, sua relação com mulher e filhos já não tem nada em comum com as relações familiares burguesas; o trabalho industrial moderno, a sujeição do operário ao capital – na Inglaterra, como na França, na América como na Alemanha-, retirou dele qualquer caráter nacional. Para ele, as leis, a moral, a religião são preconceitos burgueses que ocultam outros tantos interesses burgueses. (MARX; ENGELS, 2008, p.26)

Uma das condições que tornavam o capitalismo acumulativo era a retenção da riqueza nas mãos privadas multiplicando o capital que trazia como característica o trabalho assalariado, que em sua base sofria isoladamente uma mobilização operária tornando previsível a vitória ou o declínio dos mesmos.

A expansão do mercado capitalista a qual tomou a burguesia fez a sociedade se submeter à dominação, transformando o cenário das cidades e aumentando maciçamente a quantidade da população urbana em proporção à rural.

Com o desenvolvimento do mercado de trabalho nos moldes capitalistas, esse mercado passa por um processo de pleno amadurecimento se propagando por todos os principais centros urbanos, libertando-se do custo da reprodução da força de trabalho e tornando o trabalhador e sua força de trabalho em mercadoria passível

de troca e, justamente por estar alienado à produção, sua sobrevivência é posta em risco, pois a exploração a qual é submetido afeta sua capacidade vital e consecutivamente as relações sociais e familiares.

A autorrepresentação da identidade profissional nas primeiras décadas do surgimento do Serviço Social no Brasil

O Serviço Social se constitui como uma profissão sócio-histórica, o que significa que foi e é até hoje expressão de períodos sócio-históricos determinados. Nesse sentido, a categoria profissional, ao elaborar seus Código de Ética, traz presente a autocompreensão da profissão e da autorrepresentação da identidade profissional.

Percebe-se através dos códigos de éticas do Serviço Social o lugar social que a profissão ocupava na sociedade. Os primeiros códigos tinham como base ideológica o neotomismo, oriundo da Doutrina Social da Igreja Católica, e o positivismo, que tem como referencial o personalismo e a culpabilização do indivíduo. Portanto, carregavam uma roupagem conservadora, comprometida com a manutenção do status quo.

É perceptível que os Códigos de Ética de 1947, 1965 e 1975 tinham uma visão estática da sociedade e neutra em relação à vivência cotidiana da população usuária do Serviço Social.

A partir de 1986, o Código de Ética procurou expressar o momento de ruptura que o Serviço Social vivia, em virtude do momento sócio-político pelo qual o Brasil acabava de passar: o rompimento com o conservadorismo profissional em consequência de nova reorientação teórico-metodológico, ético-política e técnico-operativa; e a identificação profissional como classe trabalhadora. A linguagem do Código de Ética de 1986 demarca bem o momento em que as vanguardas do conjunto dos assistentes sociais faz uma conversão a uma nova direção do Serviço Social brasileiro.

Projeto ético político do serviço social.

O projeto ético-político do Serviço Social se dá por meio da percepção da profissão como elemento de composição na contradição econômica e política das classes, que são elas burguesia e proletariado. Nele estará então, a direção da atuação sociotécnica para com os distintos interesses das classes, (TEIXEIRA, 2009).

Há extrema necessidade de que os profissionais saibam fazer uma leitura crítica da conjuntura para que se apropriem de instrumentos substanciais de consolidação do projeto ético político, sendo o Assistente Social um agente ativo que trabalha permanentemente na relação entre estrutura, conjuntura e cotidiano que de fato determinam os desafios que direcionam a ação profissional.

Como construção sócio histórica, esse projeto profissional somente se consolida no próprio processo histórico, cuja legitimação deve ocorrer em diferentes níveis, que envolve desde o contratante do exercício profissional até outros coletivos profissionais, incluindo as instituições incumbidas da formação e os sujeitos que demandam a sua prática.

É um desafio para os Assistentes Sociais, pois estes também fazem parte dos trabalhadores assalariados, o que torna essa consolidação ético-político profissional uma problemática devido a relação complexa e contraditória que abordam diversas determinações de natureza macrossocial, que não apenas influenciam, mas também constituem e determinam, limitando o agir profissional que por muitas vezes contribuiria de uma forma ética e comprometida mas que acabam sendo enquadrados nos moldes da instituição a qual representam.

Conclusão

Entende-se, então, que cabe ao profissional a mediação correta das práticas, dar vida e concretude ao projeto ético político profissional, sendo este um projeto que deve ser reafirmado dia a dia, pois assim, como dizem as mães da Praça de Maio, na Argentina, a única luta que se perde é aquela que se abandona.

Apesar de existir em um sistema que se mantém sobre valor financeiro e moral, este se faz autor da evolução do cotidiano e suas características, que entre outras, compromete-se com a descaracterização do trabalho.

Ter um projeto ético-político comprometido em olhar o indivíduo e refletir junto a este sobre opções concretas de escolhas, e ter a oportunidade de junto a ele estimular sua autonomia, é o que tornaria a categoria agentes diferenciados dessa realidade imposta com o olhar de transformação social rumo à emancipação.

Além de o sistema capitalista se manter e se nortear baseado na filosofia positivista, na culpabilização do indivíduo, no conservadorismo, o Serviço Social é uma categoria de trabalhadores diferenciada e que enxerga as reais mazelas da

questão social e suas inúmeras expressões, intervém de forma justa e digna, visando a construção da promoção de direitos para a classe trabalhadora.

Referências Bibliográficas

BOSCHETTI, Ivonete. **Conservadorismo, lutas sociais e Serviço Social**. In: Serviço Social & Sociedade, São Paulo: Cortez, nº 124, 2015.

CABRAL, Jorge. **Direito, Ética e Serviço Social**. In: Serviço Social & Sociedade, São Paulo: Cortez, nº 99, 2009.

IAMAMOTO, Marilda V.. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil**. – 34. ed.- São Paulo: Cortez, 2011.

MARTINELLI, Maria Lucia. **Reflexões sobre o Serviço Social e o Projeto Ético-político Profissional**, Ponta Grossa – PR, mar. 2006. Disponível em < <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/69/67> > Acesso em: 24 de maio 2017

NETTO, José Paulo. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social frente à Crise Contemporânea**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo I — Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: CFESS, ABEPSS, CEAD, UNB, 1999.

SILVA, Maria Ozanira. **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissi**